

PLURAIS E (DES)IGUAIS: Polifonias e intercessões



Fabrício César Moura Barbosa

Luciany Braga

Maria Vilani Soares

Marcela Castro Barbosa

Marcondes Brito da Costa



PLURAIS E (DES)IGUAIS: Polifonias e intercessões

Fabrizio César Moura Barbosa

Luciany Rosado Leitão Braga

Maria Vilani Soares

Marcela Castro Barbosa

Marcondes Brito da Costa

(Organizadores)

Revisora: Maria Vilani Soares

Criação da capa: Djalma Pessoa

Arte: Ana Rosa Pereira

TERESINA-PI/2018





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor: José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora: Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação: Jacqueline Lima Dourado

Editor: Ricardo Alaggio Ribeiro EDUFPI

Conselho Editorial: Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Cláudia Simone de Oliveira Andrade

Solimar Oliveira Lima

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil
Todos os Direitos Reservados

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

P733 Plurais e (Des)iguais: polifonias e intercessões/organizadores,
Fabrício César Moura Barbosa ... [et al.]. – Teresina: EDUFPI,
2018.

260p.

ISBN: 978-85-509-0401-6

1. Ensino. 2. Família. 3. Diversidade. 4. Adoção.
5. Barbosa, Fabrício Cesar Moura.

CDD 37

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todo/as que contribuíram de forma direta e/ou indireta na realização desta aspiração, aos pesquisadores/as colaboradores e à família do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade - NEP, que bravamente conseguiram superar desafios, angústias, encontros, desencontros, percalços, espinhos, pedras, coragem, incertezas, debates, compreensões e afetos adquiridos durante essa travessia. Ufa! Não foi uma caminhada fácil, mas chegamos fortalecidos, pois unimos nossos saberes.

Produzir conhecimento não é nada simplório, é desafiador, cativante e complexo. É preciso renovar nossas energias constantemente para não desistirmos, ainda mais quando vivenciamos um contexto social e político, que não colabora com o processo de produção acadêmica, mas converge para a não concretização do mesmo, que esbarra desde as faltas de investimento às questões estruturais. Contudo, podemos afirmar que saímos fortalecido/as.

Gratidão à parceria da Faculdade Ademar Rosado- FAR, em acreditar em nossas potencialidades e conceber espaço em sua estrutura para que um grupo de pesquisadores/as autônomos pudessem desenvolver suas atividades, além de estreitar nossa parceira. Agradecemos honradamente a colaboração de pesquisadores/as da Universidade Federal do Piauí – UFPI e da Universidade Estadual do Ceará – UECE, que somaram conosco e acreditaram em nossa coragem junto à pesquisa científica.

Sabemos que nossa produção é uma pesquisa mínima, dentre as múltiplas descobertas que precisam ser realizadas dentro do campo acadêmico e científico. Por acreditar na diversidade de saberes e no grande tesouro intelectual que essa dimensão possibilita, nós assumimos esse

compromisso tendo como uma das preciosas consequências à dinâmica política e social que o conhecimento pode desenvolver. Entendemos, portanto, que o fazer científico é, em si, um fazer político, por desconstruir preconceitos e relativizar verdades. Portanto, a ciência será sempre uma busca, jamais uma descoberta. É uma viagem, nunca uma chegada - Karl Popper.

Nepian@s
Núcleo de Estudos Família e Diversidade

-- // --

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Apresentação | 7 |
| Capítulo I • Educação Desafios que MovEM..... | 11 |
| A Greve dos Professores da Rede Estadual do Ceará, de 2011, Descrita como Drama Social | |
| <i>Márcio Kleber Morais Pessoa.....</i> | <i>12</i> |
| Relação entre Pobreza e Contexto Escolar em Manifestações da Violência: Múltiplas Perspectivas de Abordagem em Teresina-PI | |
| <i>Marcondes Brito da Costa e Sandra Régia Sousa Silva.....</i> | <i>55</i> |
| Capítulo II • Gênero, Família e Diversidades | 71 |
| A Concepção do Assistente Social do Judiciário sobre Adoção | |
| <i>Deusiane de Sousa Lima Marques Fabrício César Moura Barbosa e Layene Rafaela Andrade Abreu.....</i> | <i>72</i> |
| As Novas Representações da Família Contemporânea e Sua Contextualização | |
| <i>Cristiani Félix de Sousa e Luciany Rosado Leitão Braga</i> | <i>88</i> |
| Masculinidades e Paternidade: Uma Reflexão à Luz das Representações Sociais | |
| <i>Fabrício César Moura Barbosa e Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior</i> | <i>106</i> |

| | |
|--|------------|
| Capítulo III • Violência Urbana e suas Faces..... | 125 |
| A Mortalidade da Juventude Piauiense e as Políticas Públicas – Alguns Apontamentos Teóricos <i>Layene Rafaela Andrade Abreu e Marcondes Brito da Costa</i> | 126 |
| Bailes de Reggae e a Ocupação de Espaços Públicos nas Periferias de Fortaleza-(CE): Uma Comparação Entre os Contextos do Cuca Roots e Bonja Roots <i>Francisco Rômulo do Nascimento Silva e Geovani Jacó de Freitas</i> | 146 |
| Capítulo IV • Violência de Gênero e suas Interfaces | 169 |
| Nem Ir, Nem Vir, Estagnar: Reflexões sobre o Assédio Sexual no Sistema de Mobilidade Urbana em Teresina-PI <i>Alinne Meneses da Rocha e Marcela Castro Barbosa</i> | 170 |
| Vozes que Ecoam em um Desespero Silencioso: A Mulher e o Contexto de Violência Psicológica <i>Arthur Soares Nunes Maria Vilani Soares Marília Pereira Lima e Rafael Ferro Moura</i> | 192 |
| Não so Silêncio da Alma: Considerações Sobre os Casos de Femicídio em Teresina <i>Ana Caroline Soares Mesquita e Marcela Castro Barbosa</i> | 216 |
| Prisões e Desafetos: Mulheres/Mães e o Sistema Penitenciário Brasileiro <i>Luzia do Nascimento Santo Carliane Ribeiro de Oliveira Santos e Marcela Castro Barbosa</i> | 239 |
| Autores(as) e suas Trajetórias..... | 251 |

APRESENTAÇÃO

O presente livro apresenta-se como uma coletânea de artigos realizada por diferentes pesquisadores/as com o intuito de socializar temas complexos e relevantes, dentre eles: educação, família, diversidade, masculinidade, paternidade, adoção, violência urbana e de gênero relacionados à sociedade piauiense e cearense, e à sociedade brasileira como um todo.

A iniciativa desta produção parte das ações do **Observatório Família e Diversidade** que compõe o **Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade - NEP**. O Núcleo é um espaço de interação constituído por diferentes profissionais, que atuam na área das ciências sociais e humanas, com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas científicas. O Núcleo já existe há mais de dois anos, é independente e realiza ações pontuais, conforme a linha de atuação de vários/as pesquisadores/as.

Em parceria com a Faculdade Ademar Rosado-FAR, realizamos esta produção. No **capítulo I**, intitulado **EDUCAÇÃO: DESAFIOS QUE MOVEM**, apresentam-se dois artigos que debatem a situação da educação nos estados do Piauí e do Ceará. Dessa forma, apresenta de forma ímpar o conflito de repercussão nacional que foi a greve docente da rede estadual do Ceará, por meio do artigo intitulado **A GREVE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO CEARÁ, DE 2011, DESCRITA COMO DRAMA SOCIAL**. Com o apoio de intensa pesquisa documental, o autor Márcio Kleber Moraes Pessoa consegue analisar aquela greve por meio de matérias dos dois principais jornais do estado do Ceará.

O segundo artigo, intitulado **RELAÇÃO ENTRE POBREZA E CONTEXTO ESCOLAR EM MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊN-**

CIA: MÚTLIPLAS PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM EM TERESINA - PI, dos autores *Marcondes Brito da Costa e Sandra Régia Sousa Silva*, busca de forma elucidada a reflexão em torno da violência cotidiana nos espaços educacionais e versam sobre as múltiplas representações dessa violência.

O Capítulo II, em seus três artigos, traz uma discussão sobre **Gênero, Família e Diversidade**, apresentando em seu primeiro artigo **A CONCEPÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DO JUDICIÁRIO SOBRE A ADOÇÃO**, em que *Deusiane de Sousa Lima Marques, Fabrício César Moura Barbosa e Layene Rafaela Andrade Abreu* apresentam a complexidade que permeia a concepção do Assistente Social em torno da adoção e buscam o entendimento do processo que envolve o manejo do tema e da práxis profissional. O segundo artigo, **AS NOVAS REPRESENTAÇÕES DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO**, com autoria de *Cristiani Félix de Sousa e Luciany Rosado Leitão Braga*, traz uma discussão que está cada vez mais presente em nosso dia a dia e possibilita a compreensão da constituição dos moldes de família na atualidade, identificando a existência da exclusão social nas novas famílias contemporâneas. Por fim, *Fabrício César Moura Barbosa e Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior* apresentam o artigo **MASCULINIDADES E PATERNIDADE: UMA REFLEXÃO À LUZ DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**, uma construção reflexiva e que trata sobre o masculino e as múltiplas expressões que permeiam a paternidade, trazendo a discussão da sua representação social e dos elementos variados em sua composição, possibilitando o aprofundamento sobre esse tema.

De forma ímpar, o **Capítulo III** traz dois artigos que contextualizam questões vivenciadas pela juventude piauiense e cearense, ambos em torno das discussões sobre juventude e violência urbana. O artigo **A MORTALIDADE DA JUVENTUDE PIAUIENSE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS – ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS**, com autoria de *Layene Rafaela Andrade Abreu e Marcondes Brito da Costa*, apresenta um levantamento bibliográfico da mortalidade dos jovens e traz de forma inquietante a realidade piauiense

relacionada à mortalidade desses indivíduos com recorte de cor e de classe social.

O artigo **BAILES DE REGGAE E A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NAS PERIFERIAS DE FORTALEZA - CE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS CONTEXTOS DO CUCA ROOTS E BONJA ROOTS**, de *Francisco Rômulo do Nascimento Silva e Geovani Jacó de Freitas*, apresenta a realidade vivenciada na capital cearense, enfocando a nova sociabilização possibilitada pela produção de dois bailes de reggae, *Cuca Roots* e *Bonja Roots*, nas periferias e ainda como a comunidade jovem passou a vivenciar o seu dia a dia através dessa cena cultural.

O capítulo IV é constituído por quatro artigos que abordam questões peculiares relacionadas à violência de gênero. No primeiro artigo, intitulado **NEM IR, NEM VIR, ESTAGNAR: REFLEXÕES SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL NO SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA EM TERESINA-PI**, as autoras *Aline Meneses da Rocha e Marcela Castro Barbosa* discorrem sobre o assédio sexual no sistema de mobilidade urbana, uma realidade vivenciada por muitas mulheres, mas ainda pouco questionada e analisada.

De forma esclarecedora e inquietante, *Anne Caroline Soares Mesquita e Marcela Castro Barbosa* destacam a violência de gênero, em sua forma mais severa, o Femicídio, na cidade de Teresina - PI. De forma objetiva e consistente, o artigo **NÃO AO SILÊNCIO DA ALMA: CONSIDERAÇÃO SOBRE OS CASOS DE FEMINICÍDIO EM TERESINA** tem o intuito de contribuir com essa realidade social, agravante, provocadora e inaceitável, que precisa ser refletida e combatida por toda a sociedade.

O artigo **VOZES QUE ECOAM EM UM DESESPERO SILENCIOSO: A MULHER E O CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**, de *Arthur Soares Nunes; Maria Vilani Soares; Marília Pereira Lima e Rafael Ferro Moura*, traz um cenário reflexivo sobre a mulher em um contexto de violência doméstica e familiar, além de analisar a saúde mental da mulher submetida a tal situação e ainda os fatores que a fazem permanecer em uma relação violenta.

Ainda no quarto e último capítulo, o artigo **PRISÕES E DE-SAFETOS: MULHERES/MÃES E O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**, de autoria de *Carlíane Ribeiro de Oliveira Santos, Luzia do Nascimento Santos e Marcela Castro Barbosa*, aborda a situação de mulheres/ mães que vivem no sistema penitenciário feminino, um cenário complexo, angustiante e preocupante.

Em suma, a composição da presente publicação visa instigar a reflexão de temáticas que são merecedoras de atenção, que permeiam a realidade de vários atores sociais em seus diferentes contextos. Nossa intenção é provocar os/as leitores/as sobre essa realidade. Portanto, é preciso questionar e problematizar, a fim de que entendamos que produção de conhecimento é um caminho que nos leva à reflexão.

-- // --

capítulo I

EDUCAÇÃO DESAFIOS QUE MOVEM

A GREVE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO CEARÁ, DE 2011, DESCRITA COMO DRAMA SOCIAL

Márcio Kleber Morais Pessoa¹

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar a greve da categoria dos professores da rede estadual, ocorrida em 2011, descrita como um *drama social*. Para tanto, foi realizada análise documental em matérias dos dois maiores jornais do estado do Ceará. As matérias publicadas por esses periódicos durante aquela greve auxiliarão a narração, a fim de se desenvolver coerência cronológica no evento narrado. Esses jornais são: Diário do Nordeste e O Povo. Além das matérias dos periódicos, notícias do *site* oficial do Sindicato dos Professores (APEOC) na internet, durante a greve de 2011, foram consideradas para a narração ora proposta. No intuito de alcançar o objetivo proposto, foi realizado levantamento de matérias da época da greve, a fim de analisá-las e assim tentar recriar o evento de forma narrada. As quatro fases dos dramas sociais se fizeram presentes no evento apresentado, guardando as devidas proporções e particularidades de um caso singular.

Palavras-chave: Drama social. Greve docente. Escola pública.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar a greve da categoria dos professores da rede estadual, ocorrida em 2011, descrita como um drama social (TURNER, 2008). Para tanto, foi realizada análise documental (CELLARD, 2014) em matérias dos dois maiores

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Sociologia também pela UFC. Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Professor de Sociologia na Rede Estadual de Ensino do Ceará.

jornais impressos do estado do Ceará. As matérias publicadas por esses periódicos durante aquela greve auxiliarão a narração, a fim de se desenvolver coerência cronológica no evento narrado. Esses jornais são: Diário do Nordeste e O Povo. Salienta-se que não será apresentada visão crítica em relação às possíveis influências que o jornalismo pode sofrer (BOURDIEU, 1997), ainda mais quando concentrado nas mãos de grandes empresários, como é o caso da grande maioria dos veículos de comunicação em massa no país, não sendo aqueles dois jornais exceções à regra. Além das matérias dos periódicos, notícias do site oficial do Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará (APEOC) na internet, durante a greve de 2011, foram consideradas para a narração ora proposta.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, foi realizado levantamento de matérias da época da greve², a fim de analisá-las e assim tentar recriar o evento de forma narrada. Ademais, os episódios relacionados àquele movimento reivindicatório serão analisados através do recurso metodológico dramas sociais, visto que as relações entre os vários agentes antes, durante e depois da greve levaram a perceber que esse recurso metodológico pode ser importante na tentativa de explicar os acontecimentos porque as quatro fases dos dramas sociais se fizeram presentes, guardando as devidas proporções e particularidades de um caso singular.

O recurso metodológico do drama social (TURNER, 2008) foi utilizado, a fim de expor o conflito entre as partes envolvidas na greve, além de apreender os principais temas e questões emergentes, bem como a rede de atores envolvida. Turner destaca que o drama social possui um recorte temporal, visto que possui fases que podem se suceder no tempo ou mesmo ocorrer de forma simultânea em alguns momentos, mas que podem ser distinguidas porque cada uma delas possui “propriedades específicas” (TURNER, 2008, p. 38) e que se relacionam com o conflito em questão. Importa ressaltar que os indivíduos e

2 Matérias veiculadas entre os dias 01 de agosto de 2011 – quando a greve se iniciou – até 30 de novembro de 2011 – alguns dias após o seu encerramento por definitivo, no dia 25 de novembro. Na ferramenta de busca dos sites dos dois jornais foram utilizadas as palavras-chave: greve, professores, 2011.

grupos estudados nesta pesquisa possuem uma concepção de temporalidade, ideia esta que se relaciona diretamente com a temporalidade do drama social de Turner, ou seja, processos com início, meio e fim, onde o início e o término de cada fase podem até não ser bem definidos, mas que pode ser percebido ao se analisar todo o evento do drama.

As quatro fases desse processo são: a) quebra de normas regulares que governam as relações sociais; b) fase de conformação da crise; c) utilização de mecanismos de ajustamento e d) reintegração ou ruptura irreparável entre as partes em conflito (RODRIGUES, 2011, p. 22). Turner (2008, p. 28) destaca ainda que os dramas sociais podem contribuir para a descrição dos interesses e das atitudes de grupos e indivíduos encontravam-se em óbvia oposição, o que se aplica ao objeto de estudo aqui proposto, como se verá, por se tratar de uma disputa política com lados com interesses opostos. Apesar disso, as facções se reorganizaram constantemente, o que indica que indivíduos ou grupos se aproximaram ou se repeliram durante e após o evento. Nesse sentido, “dramas sociais são [...] unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflito” (TURNER, 2008, p. 33), isto é, retratam certo desequilíbrio numa relação outrora estabelecida.

Aqui se faz necessária a discussão da noção de equilíbrio e harmonia, visto que ambos os conceitos não podem ser aplicados a uma sociedade de larga escala, como a que está sendo estudada, sem alguns cuidados. Rodrigues (2011, p. 22-3) destaca que Turner trata em sua obra de casos ocorridos em uma pequena aldeia africana, onde as relações são movidas dentro de um quadro de parentesco que permite se falar em equilíbrio e harmonia devido ao teor das relações ali presentes e também devido ao fato de “as relações entre os membros do grupo [estarem] intimamente conectadas e regidas por diversos princípios de afiliação”. Turner (2008, p. 28-9), contudo, diz ser possível analisar situações em sociedades – de todo tamanho e complexidade – com o auxílio dos dramas sociais, visto se tratar de um recurso metodológico que pensa um processo com fases bem definidas, o que o autor chamou de “estruturas, temporais ou processuais”. Assim, a análise do conflito proposto neste estudo levará em consideração as fases do drama social

proposto por Turner, mas relativizando a suposta harmonia ou o equilíbrio social destacado pelo autor, destacando, no caso aqui analisado, apenas a latência dos conflitos outrora manifestos.

Esse recurso metodológico foi adotado por se mostrar coerente com o evento analisado. Contudo, a proposta de Turner, como já destacado, possui início, meio e fim, isto é, requer a retomada de um equilíbrio que ponha fim à crise. Rodrigues (2011) mostra que nem sempre o drama social ocorre assim. A autora destaca que há eventos que se caracterizam como drama social que podem apresentar a última fase incompleta ou, para ser mais preciso, que a última fase pode não culminar nas alternativas dadas por Turner: reintegração ou ruptura irreparável. Há casos em que ocorre reintegração ou ruptura apenas parcial, por exemplo, ou uma crise intermitente. A seguir, a narração da greve.

2 A RUPTURA

Era primeiro dia de agosto de 2011, as escolas estavam voltando das férias escolares exatamente naquele dia – as férias tradicionalmente ocorrem em julho. A assembleia geral da categoria foi marcada às pressas devido ao anúncio do governador³³ acerca do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da categoria, que seria enviado à Assembleia Legislativa (AL), em breve. Contudo, a categoria já estava em estado de greve desde o mês de junho devido à necessidade de se aprovar um novo PCCS que se adequasse à Lei do Piso (referendada pelo Superior Tribunal Federal – STF, em abril daquele ano)⁴.

A proposta do governador dividia o PCCS em dois: um para os professores com formação apenas no ensino médio (2.277 trabalhadores) e outro para os com graduação e pós-graduação (quase 34

3 Cid Ferreira Gomes (Partido Socialista Brasileiro – PSB, em 2011) estava em seu segundo mandato como governador do Ceará, tendo sido reeleito em 2010 ainda no primeiro turno da eleição.

4 A Lei Federal nº 11.738 foi aprovada em 2008. Contudo, alguns governadores, incluindo o do estado do Ceará, recorreram ao STF por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que suspendeu a implementação da legislação até sua apreciação por aquele tribunal, o que só ocorreu em 2011.

mil, entre efetivos e temporários). Essa estratégia visava garantir que todos os professores ganhassem no mínimo o piso da categoria⁵, mas sem “alongar” a carreira, o que provavelmente se traduziria em maiores salários a quem estivesse em seu percurso final, onerando os cofres públicos⁶. Com isso, o governador Cid Ferreira Gomes cumpriria a lei sem necessariamente aumentar os salários dos professores, pois o grupo de profissionais que seria beneficiado representava apenas cerca de 5% de toda a categoria⁷. Outra informação essencial é a de que, em 2011, dos 46 deputados estaduais do Ceará, 45 compunham a Base Aliada do governador na AL. Isso significava que qualquer proposta enviada pelo governador à Assembleia Legislativa provavelmente seria aprovada sem maiores resistências.

A Lei do Piso Salarial veio acompanhada da expectativa de aumento real nos salários pelos docentes, mas o que ocorreu em vários estados e municípios foi a tentativa de adequação à nova lei sem significativas modificações salariais pelos respectivos poderes executivos. A equação no caso dos docentes cearenses parecia simples: a categoria estava em estado de greve e o governador valeu-se do período de férias dos docentes (período de difícil mobilização) para enviar proposta de PCCS à AL; isso inevitavelmente levou os docentes a deflagrarem greve.

Na segunda-feira, 01 de agosto, a categoria deflagrou a greve e do local da assembleia saiu em marcha pela cidade realizando manifestação, a fim de expor à sociedade sua situação, buscando pressionar o governo. Nesse momento, iniciava-se a fase de ruptura das relações sociais estabelecidas, visto que o cotidiano dos agentes envolvidos mudou de forma significativa. Para Turner (2008, p. 33), “tal ruptura é sinalizada pelo rompimento público e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma norma crucial que regule as relações entre as

5 Apenas os 2.277 professores que estavam na primeira situação não ganhavam esse valor.

6 A tabela existente, a unificada, possuía 30 (trinta) níveis que poderiam ser “percorrido pelos professores”. Todo e qualquer aumento no início da carreira impactaria em todos os níveis. Com a separação da tabela, o aumento em uma não impactaria na outra.

7 A principal reivindicação dos grevistas era a unificação do PCCS a fim de que os professores graduados e pós-graduados passassem a receber melhores salários durante a carreira. Ademais, caso o PCCS fosse “separado”, em certo momento da carreira, graduados receberiam menos do que não-graduados, o que era considerado incoerente pela categoria.

partes”, exatamente o que aconteceu na ocasião, visto que a assembleia geral foi um evento público e que teve bastante repercussão, sendo seus encaminhamentos divulgados nos principais jornais do estado. Além disso, os docentes decidiram por interromper suas atividades laborais, o que significava uma disputa pública sobre as relações de trabalho com o empregador.

Apesar da decisão pela greve, era necessário esperar 72h para iniciar a paralisação dos trabalhos, exigência legal para greve em serviços considerados essenciais. Como a decisão só seria comunicada ao governo no dia seguinte, 02 de agosto, pela manhã, a paralisação só seria iniciada de fato no dia 05 de agosto, sexta-feira. Como se pode perceber, a ruptura que significou a deflagração da greve foi precedida de um momento de tensão entre os agentes envolvidos, desde que a Lei do Piso foi declarada constitucional pelo STF. A partir deste evento, a categoria docente passou a se preparar para a disputa com o governo, reunindo-se em assembleia e havendo intensa discussão nas escolas e outros espaços de interação. Como se pode perceber, a greve visivelmente estava anunciada antes de sua deflagração devido ao desenrolar dos fatos. A partir da ruptura, dá-se início à crise, segunda fase do drama social.

3 A CRISE E OS AJUSTAMENTOS

A crise se iniciou a partir do dia 01 de agosto de 2011, envolvendo professores (da capital e do interior), sindicato, gestores escolares, pais e alunos, imprensa, políticos eleitos, Polícia Militar (PM), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ), Ministério Público (MP) e outros atores menos centrais. Essa fase pode ser compreendida como parte de um drama social, conceito desenvolvido por Turner para analisar situações sociais marcadas por perturbações que transformam a rotina dos indivíduos envolvidos, podendo culminar em mudanças culturais que os afetam.

Segundo Rodrigues (2011, p. 21), a análise de situações a partir da ótica dos dramas sociais “é uma forma de abordar todo um campo

de conflitos, disputas e perturbações da vida social”. Além disso, a autora destaca que Turner considera os dramas sociais como a manifestação de conflitos de interesse que estavam latentes, assim como a greve aqui narrada foi precedida por anos de reclamação por parte dos docentes em relação ao salário, ao PCCS e à não implementação da Lei do Piso, além do fato de o governador do Ceará ter sido um dos que contestou a constitucionalidade dessa lei.

Voltando à narração, a primeira semana de agosto foi turbulenta nas escolas. Aqui a crise estava se acentuando, visto que vários conflitos entre os agentes envolvidos se manifestaram. Havia reunião marcada entre sindicato e governo na quarta, dia 03, mas o governador desmarcou o encontro, por afirmar não negociar com grevistas. Essa atitude praticamente direcionou o curso dos acontecimentos: a greve se iniciaria na sexta-feira. Um ato estava marcado neste dia em frente à sede do governo, o Palácio da Abolição. Cerca de cinco mil pessoas compareceram e foram recebidas pela tropa de choque, que cercou o local e impediu que os manifestantes se aproximarem do Palácio, o que foi abordado pelos jornais e condenado pelo site sindical. A manchete do O Povo destacou a ação do Poder Executivo: “Palácio Iracema recebe passeata com Batalhão de Choque” (GOMES, L., 2011a)⁸; já o Diário do Nordeste destacou na matéria a ação policial: “barreiras de ferro e policiais militares impediam os manifestantes de avançar em direção ao Palácio” (PROFESSORES FAZEM MANIFESTAÇÃO, 2011)⁹.

A posição do sindicato veio através de nota oficial: “O Sindicato APEOC condena veementemente tal atitude tomada pelo policiamento do governo, que contou inclusive com Pelotão de Choque e policiamento com cães” (APEOC, 2011n)¹⁰.

8 Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/06/noticias/jornalpolitica,2276322/palacio-iracema-recebe-passeata-com-batalhao-do-choque.shtml> Acesso em: 11 ago. 2013.

9 Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1022225> Acesso em: 24 abr. 2013.

10 Disponível em: <http://www.apec.org.br/capital-e-interior/3521-professores-realizam-grande-ato-publico-no-inicio-da-greve-mesmo-com-forte-aparato-policial-do-governo.html> Acesso em: 11 ago. 2013

A crise se intensificava, isto é, a vida social estava sendo perturbada, o cotidiano dos agentes envolvidos se modificara, houve uma ruptura com aquilo que existia anteriormente: a normalidade do dia-a-dia escolar de quase meio milhão de alunos e dos vários espaços da cidade, que passaram a ser palco de atos. Além disso, as “lutas faccionais” (RODRIGUES, 2011) começavam a se expor com mais clareza, a partir daquele momento, pois os vários agentes envolvidos passaram a se posicionar na disputa. Os acontecimentos que serão narrados dessa data em diante mostrarão um intenso jogo político entre os agentes envolvidos.

Logo na primeira semana, houve intervenções no aeroporto de Fortaleza – a fim de abordar deputados que se encaminhavam para Brasília - em a Praça do Ferreira, coração do centro comercial da capital. No jornal O Povo foi destacada a intenção dos grevistas no aeroporto: “A ordem é publicizar o movimento e denunciar a postura do Palácio da Abolição” (PROFESSORES FAZEM ATO..., 2011)¹¹. Já o Diário do Nordeste ressaltou fala do presidente do sindicato acerca da intervenção em praça pública (MAIS..., 2011)¹²: “o objetivo era convocar pais e alunos para abraçar a luta”¹³. A intenção parecia ser conquistar o apoio da população, visto que muitos indivíduos poderiam se posicionar contra os manifestantes devido ao que poderiam considerar prejuízo para eles e seus filhos.

O sindicato também buscava mostrar que o movimento crescia, anunciando que novos docentes aderiam à greve, principalmente quando eram do interior porque os profissionais desses locais tradicionalmente não aderiam às greves. Assim, várias notícias foram publicadas no site sindical, a fim de informar os municípios que aderiam ao movimento (APEOC, 2011f; APEOC, 2011k, APEOC 2011l).

11 Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/10/noticia_jornalpolitica,2277736/professores-fazem-ato-publico-no-aeroporto.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

12 Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1023843> Acesso em: 24 abr. 2013.

13 “Luta” é uma importante categoria nativa entre os movimentos sociais. Ela significa o conflito político entre grupos em disputa. No caso do objeto de estudo desta dissertação, se refere a uma disputa entre trabalhadores e empregadores.

Assim, a disputa política começava a ficar intensa: o sindicato ressaltava que o PCCS proposto pelo governo iria “destruir a carreira docente no Estado do Ceará” (APEOC, 2011f). Também responsabilizava o governador pela paralisação, dizendo que ela “foi provocada pelo Governador Cid Gomes que, desvalorizando a categoria, apresentou proposta de reformulação do [PCCS] que piora ainda mais a situação dos docentes” (APEOC, 2011k). Já o Poder Executivo adotou a estratégia de culpabilizar a categoria ao chamar a greve de uma “postura extrema”: “Ao meu juízo (greve) é justificável quando não há diálogo, quando não há entendimento. Não tem sido essa a postura do Governo do Estado, afirmou [...] o governado” (ALMEIDA, R., 2011c). Essa postura foi ratificada em nota oficial que dizia que o governo “tem toda a disposição de prosseguir com as negociações, desde que a greve seja suspensa” (CABRAL, 2011e). Essa troca de acusações representou uma característica marcante dessa fase do drama social.

Enquanto isso, o sindicato divulgava informações buscando esclarecer o que entendia ser o prejuízo da proposta do governo. No dia 08, foi divulgada nota afirmando que a atitude do governo era incoerente em relação às negociações anteriores à greve e expondo informações sobre como ficaria a carreira docente, caso a proposta do Executivo fosse aprovada. A nota concluía: “Estamos absolutamente convictos de que a [...] proposta [...] retira a mínima atratividade ainda existente na carreira, reduzindo drasticamente [...] o interesse em nela se ingressar e o pior, gerando forte fuga de professores”. Por fim, afirmava que o governo estava se utilizando de falsas informações para “confundir a sociedade” (APEOC, 2011d).

Em meio a isso, ainda na primeira semana de greve, o sindicato realizava denúncias de pressão sobre os professores do interior: A greve na cidade [de Sobral] alcança em torno de 80% das escolas, mas denunciávamos que a CREDE 6 está coibindo¹⁴, amedrontando os professores, fazendo listas de frequência e colocando faltas nos professores grevis-

14 A Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede) é uma espécie de filial da Seduc. Há credes em várias regiões do estado. Cada uma é responsável por gerir escolas da rede estadual num número determinado de municípios. Atualmente, há vinte Credes pelo Ceará, além da sede em Fortaleza.

tas¹⁵, atitude imoral, ilegal e antiética (APEOC, 2011s). Durante toda a greve, casos como esse foram expostos.

Prosseguindo com a narração, a categoria passou a realizar assembleias e manifestações constantemente, enquanto houvesse paralisação. No dia 12 de agosto, houve a primeira assembleia após a deflagração da greve. Esse momento foi precedido por duas reuniões entre MP, sindicato e Seduc. O MP convocou as partes, a fim de que houvesse acordo entre ambas, mas o governo mais uma vez afirmou que só negociaria se a categoria encerrasse o movimento, enquanto o sindicato alegou que o movimento foi iniciado exatamente para que o governo negociasse. Não havendo acordo, a categoria ratificou a paralisação naquela assembleia.

Importa ressaltar que a ação do MP, do ponto de vista dos dramas sociais, pode ser entendida como um mecanismo de ajustamento (terceira fase), isto é, uma tentativa de que as relações sociais em crise possam ser restabelecidas. Durante toda a greve, vários mecanismos de ajustamento foram acionados: pela categoria, pelo governo e pelos próprios mediadores, como foi o caso narrado acima. Eles se apresentavam quase sempre em forma de reuniões entre os grupos conflitantes. Ressalta-se que, quando os mecanismos de ajustamento falham, “geralmente há uma regressão à crise” (TURNER, 2008, p. 36).

Com o prosseguimento da crise, ambos os lados passaram a sofrer ataques contra seu adversário. A semana seguinte foi marcada por rumores acerca de uma possível frase de Cid Gomes. Segundo o sindicato, o político disse: “Quem quer dar aula faz isso por gosto, e não pelo salário. Se quer ganhar melhor, pede demissão e vai para o ensino privado. Eles pagam mais? Não! O corporativismo é uma praga” (APEOC, 2011c). A APEOC avaliou a suposta declaração: – o governador [...] não refletiu e deixou o seu subconsciente dominar o racional, expres-

15 Período de greve possui toda uma dinâmica diferenciada em relação ao período normal de trabalho, visto que a suspensão das atividades laborais pelos trabalhadores é algo tradicional e legalmente aceito. Além disso, segundo o Estatuto do Magistério do Estado do Ceará, professor não falta, mas sim recupera aula. Isto é: o professor possui um regime especial onde sua falta não é computada e descontada do contracheque imediatamente, havendo um intervalo de tempo para recuperar a aula e evitar prejuízo ao aluno.

sando uma pérola de frase que ainda deve fazer parte do seu currículo político (APEOC, 2011c). O governador não confirmou nem negou a autoria da frase, além de valer-se do momento da para enfrentar os grevistas: “quem estiver procurando riquezas e dinheiro, deve procurar outro setor” (CID NÃO..., 2011). Essa polêmica ensejou uma reação ao governador, como a campanha—Cid, governe por amor, que sugeria que o político abrisse mão de seu salário no cargo eletivo.

Essa não foi a única declaração polêmica de Cid durante a greve. Não à toa, os professores compararam o governador a um peixe: aquele que — morre pela boca (sic) (APEOC, 2011c). Em resposta ao governador, um professor disse o seguinte em entrevista durante uma das manifestações: “Estamos em greve não só pelo salário. Queremos dignidade, respeito, melhores condições de trabalho. Vocês todos passaram por nós, professores” (ATO..., 2011). Essa fala expressa a postura assumida pela categoria a partir de então: o mote principal não era apenas dinheiro; e sim, dignidade e respeito. O sindicato prosseguiu com sua resposta com o seguinte tom:

“Governador Cid Gomes, trabalhar e ser recompensado, dignamente, pelo que faz é passagem bíblica — ganhar com o suor do seu próprio rosto [...] Todo servidor, com igual nível de formação universitária, ganha muito mais do que um professor no Estado do Ceará [...] O professor cearense não reivindica aumento salarial, mas apenas o cumprimento de uma Lei Federal que lhe assegura direito à readequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários à lei do piso e sua implantação sem inclusão das gratificações. Portanto, professor merece respeito!”

Como se pode compreender, os argumentos utilizados para justificar a paralisação saíram da esfera salarial (o que podia ser considerado individualista, egoísta etc.) e partiu para o âmbito da moralidade: do respeito, da dignidade, da justiça, categorias estas que podiam ser mais bem aceitas para qualificar o movimento. Todas essas categorias

têm relação com valores morais e os professores parecem ter entendido isso ao expor esses argumentos. Com isso, em seu discurso, os professores não pediam nada que não fosse seu por direito, tendo o governo e a sociedade – ou “você todos [que] passaram por nós, professores” – apenas a obrigação de retribuir o que foi dado por aqueles, nos termos que Mauss (2013) confere à dádiva.

Enquanto não houvesse a retribuição, os docentes estariam num estado elevado de espírito, ou seja, seriam considerados indivíduos com honra e prestígio frente a todos (MAUSS, 2013). A informação constante na nota do sindicato é coerente: professores em geral recebem salários menores do que outros profissionais com o mesmo nível de formação (NO BRASIL..., 2014; DIEESE, 2014), argumento que poderia sustentar o discurso de que deveriam ser retribuídos de forma equivalente pelo que dão à sociedade. As bases do discurso altruísta dos grevistas estavam lançadas.

No dia 19 de agosto, os professores voltaram a realizar manifestação em frente ao Palácio da Abolição. Grande aparato policial estava presente, a fim de impedir a circulação de manifestantes no local e, diferentemente do que ocorreu em outras manifestações, dessa vez, a população começava a escolher um lado para apoiar. Com clara postura autoritária, a polícia militar bloqueou vários quarteirões ao redor do Palácio, impedindo a circulação de qualquer cidadão por essas ruas. Isso afetou diretamente o trânsito de veículos e pedestres, inclusive de moradores da área. O jornal O Povo ressaltou a postura desses cidadãos: “Protestos desse tipo não raro deixam a população contra os manifestantes mas o bloqueio de ontem deixou alguns moradores indignados com a decisão do Governo de isolar a área”. (CABRAL, 2011g).

A matéria aponta uma tendência que só viria a aumentar: a empatia da opinião pública pelos professores e a antipatia com o governo. A matéria desse jornal ainda destaca a fala do presidente do sindicato, Anízio Melo, com relação ao excesso de força da polícia: “É muita polícia para pouca negociação”. Aos poucos, a categoria ia conseguindo desconstruir o discurso do governo, além de construir a ideia de que o movimento tinha objetivos justos e solidários. Foi nessa circunstância

que a categoria realizou mais uma assembleia, no dia 22, ratificando a continuação da greve, sendo aprovada por unanimidade pelos quase cinco mil docentes. Ademais, o apoio agora vinha dos alunos, os que geralmente são os maiores prejudicados por uma greve de professores: “A causa é nobre. Por isso os alunos estão apoiando a greve”, afirmou Rodolfo Paz, 19 anos, que integrava o Grêmio Estudantil da Escola Profissionalizante Joaquim Nogueira” (PAIVA, 2011b). Ainda segundo o aluno entrevistado, “por iniciativa própria, alunos de 18 escolas profissionalizantes de Fortaleza estão apoiando a greve”.

A conjuntura se modelava de forma que o governador ia ficando cada vez mais isolado, porém, mesmo assim, ele fez uma polêmica declaração, em vídeo, o que dirimia qualquer dúvida sobre a autoria de suas declarações. Ainda no dia 22, o governador participava de inauguração de uma escola. Um grupo de grevistas o esperava em uma das salas para lhe entregar documento que pedia a retomada das negociações. Ao entrar na sala, o governador iniciou diálogo com os docentes, dizendo: “Por que vocês fizeram concurso? Por que não foram para a escola privada?”, “Por mim, nem carreira existiria!” e “A escola privada era melhor, pois apresentava os melhores resultados”¹⁶. O sindicato de imediato respondeu ao político, acusando-o de tentar precarizar a escola pública através das terceirizações (APEOC, 2011b). Ademais, o fato de Cid Gomes se posicionar contra a carreira docente – o PCCS – era considerado um indício de que a mensagem enviada à AL era prejudicial à categoria docente.

Novamente, as frases do governador foram mal recepcionadas pela opinião pública, o que mais ainda o isolou na disputa. Por outro lado, o discurso altruísta dos professores parecia se tornar cada vez mais eficaz, do ponto de vista simbólico, gerando cada vez mais apoio à devida retribuição, em que o dar implica a obrigatoriedade do receber e do retribuir (MAUSS, 2013), àqueles sujeitos que têm que “ganhar com o suor do seu próprio rosto” (APEOC, 2011c). Tudo isso fez a categoria em greve se fortalecer de forma surpreendente.

16 O vídeo – de baixa qualidade – pode ser visualizado no seguinte link: http://www.youtube.com/watch?v=Sc-Pn3syF3U&feature=player_embedded&hd=1 Acesso em: 22 set. 2013.

No dia 24 de agosto, houve o primeiro avanço rumo à retomada das negociações. O governo decidiu receber os grevistas devido à intermediação do presidente da AL, deputado Roberto Cláudio (PSB), caracterizando-se como novo mecanismo de ajustamento. Apesar de a realização da reunião ter significado um avanço para o sindicato, no sentido de abrir um espaço para o diálogo, nada foi resolvido no encontro. Todavia, o Poder Executivo propôs uma medida de conciliação: indicou nessa reunião que, se os professores saíssem da greve, nenhum projeto de PCCS seria enviado à AL sem “entendimento mútuo”, além de abrir as contas do governo à categoria para que ela própria criasse um plano de carreira a partir dos números apresentados (GOVERNO SÓ..., 2011). A proposta de Cid Gomes parecia apontar o fortalecimento dos professores, tendo que ceder pela primeira vez na disputa. A reconciliação total entre as partes passava a ser algo palpável naquele momento. Contudo, novos atores ainda estavam por se apresentar.

No dia seguinte, 25, houve ato público que fechou a Av. Desembargador Moreira, uma das principais da cidade. O movimento estava cada vez mais fortalecido – com participação, inclusive, dos pais dos alunos (PROFESSORES ESTADUAIS E..., 2011) - e os resultados disso principiavam a surgir, visto que o governo acenou com a possibilidade de negociar. O presidente do sindicato chegou a verbalizar o seguinte: “Nós iremos discutir com os professores se ainda há a necessidade da greve” (ARRAIS, 2011). Tudo parecia se encaminhar para o fim da greve, mas comentários surgiram com a informação de que o governador havia – desde o dia 19 - pedido a ilegalidade da greve na justiça. Os comentários foram confirmados no dia seguinte, 26, quando foi publicada a decisão do TJ favorável à ilegalidade da greve. Isso criou uma nova situação para os docentes. Uma parte da categoria passou a se posicionar a favor da suspensão do movimento, o que foi noticiado pelo O Povo. (EM DEFESA..., 2011; PELA CONTINUAÇÃO..., 2011).

Como se pode perceber, a categoria começava a se dividir. Ademais, os argumentos – contrários – partiram de um professor do interior e outro da capital. Esse dado se fará relevante principalmente

quando adiante for abordado o encerramento da greve e os conflitos gerados por isso. Em relação à ilegalidade então decretada, foi estabelecida a multa de R\$ 10 mil por dia de descumprimento, um argumento palpável e desmotivador – principalmente para a APEOC. Após essa decisão, o sindicato passou cada vez mais a defender o fim da greve, o que ficou implícito em alguns textos publicados em seu site, além das falas em assembleia geral.

Apesar, a categoria se reuniu na semana seguinte à decisão judicial e votou pela continuidade do movimento, mostrando que estava coesa. (ALMEIDA, R., 2011d)¹⁷. Nessa mesma semana, no dia 01 de setembro, manifestantes ocuparam a AL, pressionando os Poderes Legislativo e Executivo.¹⁸ Essa manifestação mostrou que havia coesão da categoria naquele momento delicado da greve, mas acabou culminando em confronto entre manifestantes e forças policiais. Durante a confusão, uma pichação foi realizada na Casa com a frase “Educação já”. Outro detalhe importante naquele dia foram as afirmações dos representantes do sindicato que apontavam para o desfecho da greve devido à decisão judicial. Disse Anízio Melo: “devido à ilegalidade e a forma como as coisas estão acontecendo, queremos que haja um documento oficial colocando princípios e diretrizes que possam ser acordados entre a categoria e o governo” (LIMA, 2011b), como se essa fosse a última garantia exigida pelos docentes antes de encerrarem o movimento.

Ainda no dia 01, provavelmente devido à pressão exercida pela manifestação, houve reunião entre representantes dos professores e do governo. O dirigente sindical Anízio Melo disse que “o governo estadual admitiu deslocar recursos de setores do governo para o orçamento da Educação, no que poderia atender às reivindicações salariais dos docentes”. (PROFESSORES ESTADUAIS PODEM..., 2011) No dia

17 Apesar disso, a unanimidade deixou de estar presente na decisão dos professores nesse período. Contudo, a plenária decidiu pela continuação da greve “por maioria quase absoluta”, segundo notícia do jornal O Povo.

18 01 de setembro também foi o dia em que o sindicato foi notificado oficialmente da ilegalidade greve, tendo 48h para cumprir a medida em caráter liminar. O prazo terminaria apenas no dia 05, devido ao final de semana.

seguinte, 02, houve nova assembleia em que o assunto foi debatido. Contudo, os professores decidiram permanecer em greve. O dia 07 de setembro se aproximava e nele ocorreriam eventos oficiais em comemoração ao aniversário da independência brasileira, assim como manifestações populares com críticas variadas ao poder público. Uma dessas manifestações era o tradicional Grito dos Excluídos, evento organizado por movimentos sociais, a fim de realizar denúncias e reivindicações. Assim, a categoria dos professores valeu-se daquela ocasião para realizar mais um ato e decidiu somar-se ao Grito dos Excluídos. Após a caminhada pela avenida Abolição, a maioria dos grevistas decidiu protestar na avenida do desfile oficial, a Beira Mar. Apesar da tentativa do Batalhão de Choque em conter o movimento, os docentes foram até o final do percurso empunhando cartazes e faixas, e entoando palavras de ordem. (PROTESTO..., 2011).

A APEOC foi discreta ao tratar do ato, visto que a interrupção do desfile oficial da independência não foi planejada e sequer contou com seu apoio – provavelmente, devido ao receio de punições e também pelo seu desejo já manifesto de encerrar a greve. (APEOC, 2011m; APEOC, 2011i) Já o jornal O Povo deu ênfase à situação de ilegalidade da greve, destacando que a categoria se encontrava em uma encruzilhada. Entretanto, destacou a ação dos docentes: “no fim do desfile oficial [...] manifestantes chegaram a entrar no percurso oficial e protestar diante das autoridades”. (CABRAL, 2011d) O Diário do Nordeste narrou o desfile e o protesto em imagens. A manchete dizia muito sobre o que ocorreu: “Protesto rouba a cena no desfile de 7 de setembro” (PROTESTO..., 2011), acompanhada de outros textos sobre o que ocorreu naquele dia: “Os manifestantes tomaram conta da Avenida Beira-Mar, interromperam o desfile e cantaram o Hino Nacional diante do palanque das autoridades” (PROTESTO..., 2011) e “Reforço policial não impediu professores de manifestarem seu descontentamento” (PROTESTO..., 2011).

Como se pode perceber, a disputa política entre os atores continuava intensa, apesar de a greve começar a demonstrar sinais de arrefecimento. A partir de então, algumas situações indicam a caracterização

de lutas faccionais, isto é, o enfrentamento das partes de forma mais “personalizada” em que elementos de honra e de moral são expostos, a fim de enfraquecer o adversário (GRILL; REIS, 2012). Dito isso, Roberto Cláudio, então presidente da AL, divulgou que a pichação na parede daquela Casa – realizada no dia 01 de setembro - era um ato de vandalismo reprovável. O sindicato reagiu publicando em seu site notícia sobre a atitude de Roberto Cláudio no Escândalo dos Banheiros – considerada por aquela entidade como permissiva –, caso de investigação sobre corrupção que envolvia a Base Aliada do governador. (APEOC, 2011a).

Já Cid Gomes, mais uma vez, criticou a greve com novo argumento: “– Nós temos exames, o Enem¹⁹ [...] que é realizado com data certa. Não vai ser adiado, não vai esperar a reposição de aula para realizar o Enem não” (CID RECLAMA..., 2011), com o objetivo provável de tentar reconquistar o apoio de pais e alunos, aqueles que seriam os maiores prejudicados em caso de mau desempenho no ENEM. A categoria reagiu: foram confeccionadas camisas e cartazes com os dizeres “Cid, ilegal é você”, fazendo contraponto entre a ilegalidade da greve e a situação de ilegalidade em que o governador se encontrava ao não cumprir a Lei do Piso.

Foi nesse clima que mais uma manifestação ocorreu, no dia 08 de setembro. Dessa vez, em frente ao TJ, no dia em que os magistrados iriam ouvir o sindicato sobre os motivos para a greve e seus argumentos em relação ao pedido de ilegalidade. Cerca de 150 professores estavam presentes no TJ. O objetivo claro dos professores era pressionar o tribunal para que a ilegalidade fosse suspensa e a multa deixasse de ser cobrada do sindicato. Uma comissão de diretores do sindicato e outros representantes dos professores escolhidos naquele momento foram para a reunião, enquanto os demais esperaram no térreo do prédio. O sindicato enfatizava a fragilidade dos argumentos do desembargador. (CABRAL, 2011a) Ademais, o presidente da APEOC argumentava com os prejuízos que o sindicato teria com as multas. Outro dado importante

19 Exame Nacional do Ensino Médio, realizado anualmente e que serve como seleção para as principais Instituições de Ensino Superior no país.

é que a base passou a requisitar a participação de representantes nas reuniões junto à diretoria sindical. Isso já apontava fissuras nas relações entre os docentes e seus representantes legais.

Nesse momento, a divisão da categoria transparecia, também, pela postura dos grupos políticos organizados dentro do movimento. No dia 12 daquele mesmo mês, o presidente do sindicato lançou extensa nota onde abordou o assunto. (APEOC, 2011j) Nela, mostrou seu interesse no fim da greve e criticou os grupos que, segundo ele, buscavam “radicalizar” o movimento, como no trecho a seguir: “Nossa luta já é vitoriosa SIM! Não podemos cair no canto das aves do agouro do sectarismo, oportunismo ou conservadorismo que insistem em nos rodear” (Grifos do autor).

Assim, Anízio destacou o que considerou várias vitórias dos grevistas. Prosseguindo a nota, ele questionou: “Pergunto o que [os grupos organizados de oposição] queriam ou ainda querem com a nossa luta? Desgastar governos e depois comemorar vitórias políticas em detrimento dos reais interesses da categoria?”. O sindicalista também ressaltou a força do adversário “na mídia, na opinião pública, na justiça e no parlamento”. O sindicato buscou mostrar que valia a pena encerrar a greve sem garantias escritas. Por fim, enfrentou opositoristas diretamente: “o radicalismo verbal esconde a incompetência ou interesses de disputas de centrais sindicais ou eleitoreiras”. Isso porque uma central sindical se mostrou, em vários momentos, contra as posturas da APEOC, a Central Sindical Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP – Conlutas), ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU, partido de extrema esquerda e que fazia ferrenha oposição ao governo Cid Gomes.

Entretanto, é necessário destacar que havia vínculos entre os membros da diretoria e partidos políticos: número significativo dos sindicalistas – inclusive, o presidente e seu vice – eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que na época fazia parte da Base Aliada de Cid Gomes na AL. Além disso, o governador era um dos principais apoiadores dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). Esse tipo de postura vem se tornando cada vez mais comum no sindicalismo

brasileiro; foi o que Druck (2006) chamou de “estatização das organizações trabalhadoras”, ou seja, atrelamento dessas organizações aos governos, o que diminuiria seu poder de combatividade – sua capacidade de retaliação (CARDOSO, 1997) – no enfrentamento a esses próprios governos. Apesar do apelo do sindicalista na nota então divulgada, a assembleia geral do dia 16 de setembro ratificou a paralisação.

A greve tomava rumos inimagináveis, exacerbando-se a disputa entre as partes envolvidas. Agora, o enfrentamento era também entre os membros da diretoria e parte da categoria, abrindo espaço para nova remodelagem da situação e novas lutas faccionais.

Apesar das manifestações públicas, o governador havia encerrado novamente as negociações, ancorando-se na decisão de ilegalidade da greve, além da denúncia de pressões sofridas por professores para que retomassem suas atividades, principalmente no interior, segundo o sindicato. Isso levou ao enfraquecimento do movimento, visto que muitos profissionais começaram a retomar suas atividades, principalmente nas cidades interioranas. (ALMEIDA, R., 2011b).

O movimento ruía aos poucos. Muitos docentes começaram a se posicionar a favor do fim da greve. Ocorria uma divisão de opiniões da categoria e isso se intensificou até a realização da assembleia geral já citada do dia 16 de setembro, sendo noticiada pelo jornal O Povo: “Mesmo com a decisão de permanecer sem dar aula presente no discurso geral dos presentes, havia os que defendiam o retorno aos trabalhos – posição recebida pela vaia dos colegas”. (BELCHIOR, 2011) Aqui, algo importante deve ser destacado: como as assembleias sempre ocorriam em Fortaleza, a grande maioria dos presentes era de pessoas da capital que não sofriam as mesmas pressões que as do interior, gerando também uma cisão entre os professores; agora, geográfica.

Em síntese: em meados de setembro, tudo se encaminhava para o encerramento da greve, apesar de muitos professores da capital ainda estarem dispostos a continuá-la. No dia 19, o TJ decidiu manter a ilegalidade do movimento e ressaltou que os professores temporários que tivessem aderido à paralisação poderiam ser demitidos. Ademais, a multa ao sindicato já estava em torno de R\$ 150.000, impulsionando o

sindicato pelo fim da greve. O sindicato era responsável por organizar a maioria dos atos e reuniões, mas o que realmente valiam eram as decisões da assembleia geral, logo, o desejo da direção não necessariamente seria atendido. Como encerrar uma greve se a maioria dos associados é contra (pelo menos a maioria dos que participam da assembleia)? Talvez tenha sido esse o questionamento feito pelos sindicalistas.

Os professores decidiram contatar possíveis mediadores, buscando novos meios de encontrar soluções, ou mecanismos de ajustamento, no sentido dado por Turner (2008). Assim, contataram deputados da Base Aliada. No dia 20 de setembro, a OAB também foi acionada, a fim de apoiar os grevistas na busca por negociação. (PROFESSORES PODEM..., 2011) Concomitantemente, o sindicato tentava convencer a base a encerrar o movimento; no dia 21 foi lançada nota (APEOC, 2011g) que abordava a manutenção da ilegalidade da greve, cujo conteúdo era desestimulante para os grevistas. Isso porque sua redação abordava detalhadamente as punições que cada tipo de professor poderia sofrer, a depender de seu vínculo empregatício. O encerramento da nota deixava clara a posição da diretoria sindical: “Por todo o exposto e diante da situação jurídica do movimento de greve dos Professores da Rede Estadual do Ceará, a orientação do departamento jurídico do Sindicato APEOC é pelo imediato cumprimento da decisão judicial”. Com isso, o sindicato argumentava pelo final da greve com apoio na orientação jurídica, o que diminui o peso da decisão política.

Apesar disso, a busca de intermediários entre docentes e governo surtiu efeito: os professores conseguiram uma reunião com o governador, com a mediação do presidente da AL, Roberto Cláudio. A reunião ocorreu no dia 22 de setembro e foi noticiada no Diário do Nordeste: “Cid Gomes prometeu atender a algumas reivindicações da categoria, mas exigiu o retorno dos professores às atividades na próxima segunda-feira (26)”. (PROFESSORES DECIDEM..., 2011) No entanto, se por um lado, o governador negociava, por outro, ameaçava os professores com a abertura de processos administrativos e a cobrança da multa ao sindicato, conforme foi noticiado pelo O Povo com a seguinte manchete: “Cid faz promessas e ameaças”. (ALMEIDA, R. 2011a)

No dia 23, houve mais uma assembleia, onde foi deliberada a continuidade da greve. Contudo, a divisão da categoria ficava clara: “a votação para a continuidade ou não da greve foi bastante disputada, e teve de ser feita três vezes” (PROFESSORES CONTINUAM..., 2011). Além disso, como noticiou a imprensa, “o clima de confusão e tumulto que se criou com o impasse quase levou professores às vias de fato”. (CABRAL, 2011f) Havia grande insatisfação com o sindicato, pois Anízio Melo “chegou a ser vaiado quando defendeu o retorno às aulas, fato que atribuiu à disputa entre centrais sindicais”. (CABRAL, 2011f).

4 CLIMAX DA CRISE

A greve parecia estar chegando a seu ápice, pois os conflitos e as lutas faccionais ficavam mais evidentes, havendo nova configuração de cisões e alianças entre grupos. Os parlamentares, por exemplo, que no início eram bem-vindos nas assembleias gerais, passaram a ser hostilizados, como o deputado estadual Artur Bruno (PT) e o deputado federal Chico Lopes (PC do B), ambos pertencentes aos partidos aliados do governo estadual. Eles vinham participando esporadicamente das reuniões, assembleias e negociações, mas após a exacerbação dos conflitos passaram a ser vaiados e hostilizados, o que fez com que se afastassem.

O deputado estadual Antônio Carlos (PT), líder do governador Cid na AL, não poupou críticas aos professores: “O governador negociou, foi atencioso e solícito, mas a categoria investiu por outro caminho”. Segundo ele, [...] ao sair da reunião [no dia 22 de setembro] a sua percepção era de que a greve estaria chegando ao fim”. (CABRAL, 2011f) A visão geral dos agentes envolvidos era a de que o movimento estava se radicalizando, isto é, indo além dos limites aceitáveis.

O jornal Diário do Nordeste publicou matéria (GREVE PRE-JUDICA..., 2011) no dia 27 com informações sobre escolas que haviam retomado as atividades letivas, o que significava o enfraquecimento do movimento. Na capital, aproximadamente 57% das escolas haviam

reiniciado as aulas total ou parcialmente²⁰. Já no interior o número era mais significativo ainda: apenas 3% das escolas estavam totalmente paralisadas, o equivalente a treze estabelecimentos (outros 10% funcionavam parcialmente). Mesmo considerando que os números podem não condizer com a realidade, ou que tenha sido usada uma metodologia singular para serem alcançados, pode-se inferir que a greve estava exaurida. No mesmo dia, o jornal O Povo divulgou notícia (GIRO..., 2011) destacando o cotidiano das escolas em período de greve. A reportagem dava ênfase ao advérbio de tempo “já”, para se referir à duração da paralisação, indicando que o mesmo era excessivo.

A deliberação por continuar a paralisação foi crucial para o que aconteceria adiante, visto que os docentes decidiram continuar um movimento que parecia não ter condições de prosseguir. Foi então que o governador se dispôs a agir: enviou uma proposta de PCCS da categoria à AL, mesmo sem acordo com os docentes. Havia uma manifestação programada para o dia 28 de setembro; os manifestantes se dirigiram até a Casa Legislativa e decidiram acampar do lado de dentro até o momento da votação do projeto. O teor da mensagem do Executivo era praticamente o mesmo que levou à deflagração da greve, no início de agosto, logo, os docentes ali acampados estavam dispostos a evitar sua aprovação.

O sindicato lançou nota (APEOC, 2011e) explicativa e convocou os professores a fazerem “vigília permanente na Assembleia Legislativa”. Ademais, o governador pediu “regime de urgência” na votação, o que dava prioridade a esse projeto na pauta dos deputados. O texto do projeto de lei também trazia uma observação sobre a situação dos professores com nível superior: “afirmamos que medidas atinentes aos profissionais de nível superior [...], mesmo já percebendo vencimento superior ao piso salarial profissional nacional, permanecem como objeto de estudos e de medidas posteriores” (APEOC, 2011e), isto é, a situação salarial desses profissionais não sofreria qualquer alteração imediata em seu benefício; o principal objetivo da greve.

²⁰ No mesmo dia, o sindicato informou que 60% era o percentual de escolas da capital em greve, não discriminando quantas total ou parcialmente.

Aqui, é necessário ressaltar dois pontos importantes que contribuíram para uma grande reviravolta na situação: (i) o governador estava numa situação cômoda naquele instante. Contudo, realizou a ação que lhe era menos favorável: enviar à AL proposta de PCCS da categoria sem discussão e sem alterar o projeto inicial; (ii) Isso contribuiu para que o sindicato voltasse a atuar junto à categoria, convocando-a e mobilizando-a para impedir a aprovação da lei (APEOC, 2011q). Essas ações somadas resultaram em uma terceira que foi decisiva para a redistribuição de poder entre esses agentes, conforme será apresentado a seguir.

Como já destacado, vários professores ficaram acampados na AL. Três professores decidiram iniciar greve de fome. Segundo o Diário do Nordeste, “eles pretendem intensificar a manifestação da categoria, chamar a atenção da população e sensibilizar os professores que já desistiram do movimento”. (LIMA; SARAIVA, 2011) A cobertura da ocupação pela mídia foi massiva, e notícias longas, com muitos detalhes e entrevistas, foram veiculadas pelos dois principais jornais do estado.

A avaliação do sindicato acerca daquela conjuntura era a seguinte:

“De acordo com Reginaldo Pinheiro, vice-presidente [da APEOC] [...], cerca de 300 professores estavam acampados na AL. Segundo ele, até ontem, a greve [...] contava com a participação de 40% da categoria. Com a vigília, acredita, vários professores que retornaram às salas de aula devem aderir novamente à paralisação, principalmente os temporários, que, temendo perder o emprego, abandonaram a greve. (LIMA; SARAIVA, 2011)”

Pela avaliação do sindicato, a ação do governador lhe fez perder parte de suas conquistas recentes na disputa e toda a conjuntura que estava favorável a ele começou a mudar. Anízio Melo deu declaração sobre a atitude de Cid que converge com essa avaliação: “Só a chegada

dessa mensagem, sem olhar o conteúdo, já é prejudicial ao processo de negociação que nós estamos dispostos a fazer”. (LIMA; SARAIVA, 2011) O cenário era crítico e o fato de o Batalhão de Choque da PM estar presente na AL para formalmente impedir a ocupação do plenário acirrou ainda mais os ânimos.

Naquela noite, cerca de 300 professores fizeram vigília na AL. Ao amanhecer, tudo indicava que aquela quinta-feira, 29 de setembro de 2011, faria história devido ao resultado da reunião de todos os agentes envolvidos em um mesmo local, mesmo que virtualmente. As versões para o início do estado confuso de coisas que se estabeleceu são várias, mas o que importa destacar é que manifestantes e PM se confrontaram e essas cenas foram vistas nacionalmente. O Jornal Nacional (Rede Globo) noticiou e mostrou a milhões de brasileiros as cenas de agressão (PROFESSORES EM..., 2011). Se houve necessidade para aquilo ou não, isso não entrou na pauta dos jornais, a opinião geral deles era a de que a ação policial foi desproporcional.

O Diário do Nordeste mostrou fotos do confronto (LIMA, 2011a) e publicou matéria com versões do sindicato, da PM e da AL. (MANIFESTANTES..., 2011) Já o noticiário O Povo não poupou críticas à PM e aos políticos que estavam envolvidos: “Faltou compreensão de que aquele era embate político, não policial”. (FIRMO, 2011) A matéria também criticou a postura do presidente da AL, ao lançar nota dando ênfase à depredação do patrimônio público em detrimento das agressões aos professores, a saber: “é ter visão distorcida do que de mais grave se passou”. (FIRMO, 2011) O sindicato publicou duas notas de repúdio (APEOC, 2011p; APEOC, 2011r) onde destacou o “selvagem poder de violência” da polícia, o que foi comparado ao regime de exceção vivido no país entre 1964 e 1985. Ademais, o sindicato voltou a propalar mensagens positivas sobre o movimento, apresentando-o como justo. No mesmo dia a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou nota (APEOC, 2011h) condenando a atitude do governador e do presidente da AL, dizendo que iria protocolar denúncia em organismos internacionais devido ao que chamou de “violação de direitos”.

Mesmo assim, no mesmo dia, os deputados aprovaram a proposta de PCCS com apenas quatro votos contrários²¹. Agora, a categoria via-se na contingência de tentar que o governador não sancionasse a lei, para que outra fosse aprovada em seu lugar, isto é, a disputa ainda não estava encerrada. Sabedores disso, os agentes aliados ao governador discursaram a seu favor: Roberto Cláudio lançou a nota já destacada, e Izolda Cela, secretária de educação – que praticamente não apareceu na disputa como voz ativa –, deu entrevista abordando a greve. (SECRETÁRIA..., 2011).

No dia seguinte, mais repercussão nacional do caso. Agora, no jornal Bom Dia Brasil (Rede Globo). Tudo isso fez com que a categoria unisse forças novamente, após quase dois meses de greve. Tudo apontava, agora, para nova reconfiguração das alianças e nova realocação de poder entre os agentes, o que significava um reinício para os docentes.

Assim, o dia 30 de setembro foi marcado por mais uma assembleia. Dessa vez, ocorreu do lado de fora da AL. O número de professores foi expressivo e, ao contrário do que vinha acontecendo nos últimos encontros, a proposta pela continuidade da greve venceu por unanimidade. Após a reunião, houve manifestação, mas sem novos confrontos.

O resultado dos acontecimentos do dia 29 de setembro foi o seguinte: alguns professores feridos, quatro presos, com desgaste político para o governador e seus aliados, segundo a imprensa local (FALA..., 2011; MENEZES, 2011; GREVE DOS..., 2011) e novo ânimo tomou conta dos professores, apesar de terem sofrido grave derrota com a aprovação da lei. Entretanto, o cenário da disputa se reconfigurou: o sindicato dava sinais de se reintegrar à luta pelo PCCS, e Cid e seus aliados perdiam poder na disputa. Dessa forma, a imprevisibilidade voltou à tona.

Ainda no dia 30, os docentes desocuparam a AL para traçar os rumos do movimento, a fim de evitar que a lei fosse sancionada. Nesse mesmo dia, Anízio Melo destacou na mídia o que poderia ser uma nova estratégia: “se o governador Cid Gomes não sancionar a lei aprovada

21 Inclusive a bancada do PT – partido ao qual muitos dos sindicalistas da APEOC eram filiados – votou a favor da proposta do Poder Executivo estadual.

[...]o movimento pode refletir a possibilidade de encerrar a greve”. (SE CID..., 2011) Ademais, alguns agentes se solidarizaram com o movimento. Foi o caso do deputado estadual Artur Bruno (PT), que se “solidarizou” com a categoria, além de ter feito um apelo pelo consenso entre as partes. (DEPUTADO..., 2011) Além de Bruno, o Partido dos Trabalhadores lançou nota de solidariedade aos professores pelo ocorrido na AL, mas deixou claro que isso não significava ruptura com o governo Cid. (PT..., 2011) Isso tudo revela novo cenário, mudanças de postura dos atores sociais após o confronto.

A intenção dos docentes agora era evitar que a lei fosse sancionada. Já o governo procurava evitar que o episódio prejudicasse sua imagem e diminuísse sua força na disputa. A soma desses interesses levou a uma situação inédita no conflito: uma série de mecanismos de ajustamentos, nos termos de Turner (2008), ocorreram em um curto intervalo de tempo.

Como os docentes estavam focados no veto à lei aprovada, organizaram nova manifestação no dia 03 de outubro. Os manifestantes se reuniram em frente à AL e de lá saíram em marcha até o Palácio do governo. A coesão parecia ter retornado ao grupo, pois o ato contou com um número grande de participantes e até com pessoas não pertencentes à categoria que se solidarizaram. O Batalhão de Choque esteve presente no palácio, mas apenas na área interna. A área externa foi fiscalizada por policiais comuns com a ajuda de grades de isolamento.

Anízio Melo se valeu dos veículos de comunicação para consolidar o discurso que repercutiu em todo o estado: “Recebemos muitas mensagens de apoio. O governo deveria repensar as suas estratégias de negociação. Continuamos abertos para o diálogo”. (PETRUCCI, 2011) A referência às posturas autoritárias do governo foi a tônica dos discursos, após o ocorrido no dia 29 de setembro. Além disso, a OAB acionou a justiça para incriminar Cid Gomes, Roberto Cláudio e Werisleik Matias (coronel da PM) pelo que havia ocorrido na AL. (PETRUCCI, 2011).

Foi nesse clima que o governador reabriu as negociações. Ainda no dia 03, houve reunião com o Chefe de Gabinete do governador, seu

irmão Ivo Gomes. A repercussão do confronto foi tanta que o governador – que vinha evitando se encontrar ou mesmo mencionar a greve dos professores – realizou negociações diárias. A cada dia uma nova proposta de PCCS era elaborada. Isso não impediu que novas ameaças fossem feitas, desde a primeira reunião. (ALMEIDA; PAZ, 2011).

No curso das negociações, o governo enfatizava que a proposta dos professores deveria ser realista com o orçamento do governo (ALMEIDA; PAZ, 2011), enquanto os docentes pediam que a Lei do Piso fosse aplicada com repercussão na carreira, isto é, sem “achatamento” (sic) dos salários. (ALMEIDA; PAZ, 2011) O governo negava as acusações de intransigência, ressaltando a realização de aproximadamente dez reuniões com o sindicato (EM REUNIÃO..., 2011), enquanto os docentes denunciavam que esses momentos não eram de diálogo, e sim de ameaças. (ALMEIDA; PAZ, 2011) Assim, novamente, os ânimos se acirravam.

O sindicato agora propunha que a porcentagem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb reservada a pagamento de pessoal aumentasse, afirmando que: “Apenas 62% dos recursos do Fundeb vão para o salário dos professores. O que é preciso é definir prioridades. Ao invés de construir prédios, locar os recursos para o pagamento dos professores” (ALMEIDA; PAZ, 2011). Esse argumento procurava desmontar o do governo de que a repercussão do Piso na carreira era irreal ao orçamento público²².

A primeira negociação da semana, no dia 03, não chegou a um consenso entre as partes. Outra reunião foi marcada para o dia seguinte. Para o mesmo dia estava marcada uma assembleia geral que lotou o ginásio Paulo Sarasate (ALMEIDA; PAZ, 2011). Nela, a categoria rejeitou mais uma vez o encerramento da greve. Deu-se então o retorno à crise. Vale ressaltar que a avaliação geral da categoria em relação à lei aprovada era a de que o PCCS havia sido “achatado”, ou seja, que a possibilidade de percorrer níveis e ter aumento salarial estava menor,

22 Em seu Art. 22, a Lei que regulamenta o Fundeb rege que no mínimo 60% dos fundos gerados sejam “destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública”.

o que pode ser apreendido na fala de um professor entrevistado²³ pelo jornal Diário do Nordeste, a saber: “Rasgaram nossa tabela com o envio do projeto de lei à Assembleia [...] eles querem é achatar nossos salários” (ALMEIDA; PAZ, 2011). Além dele, o próprio presidente do sindicato disse que “nós esperamos a aplicação do piso e sua repercussão na [carreira]” (ALMEIDA; PAZ, 2011), isto é, para o sindicato não bastava o cumprimento da Lei do Piso se ela não repercutisse nos vários níveis da carreira. A próxima assembleia da categoria estava marcada para a sexta-feira, dia 07 de outubro.

Na quarta-feira, 05, mais uma reunião ocorreu. Dessa vez, técnicos do Fundeb tentaram contribuir com uma proposta de tabela. Segundo um desses técnicos, “a proposta leva em consideração as reivindicações dos professores sem comprometer o orçamento do estado”. (PAZ, 2011) Tanto sindicato quanto governo declararam que a proposta deveria ser melhor analisada.

É importante ressaltar que a base estava sempre presente nesses momentos, realizando atos nos locais de reunião, buscando pressionar os representantes do governo e também seus representantes. Ademais, reuniões da base chamadas de Zonais²⁴ continuavam ocorrendo. O momento parecia ser favorável aos professores por tudo o que ocorreu na semana anterior. Mas mesmo com esse novo cenário o governo continuava divulgando ameaça aos grevistas, conforme destaca matéria do Diário do Nordeste: “Ivo Gomes, chefe de gabinete do Governo, reiterou que, caso a greve seja suspensa [no dia 07], não haverá punição aos professores, seja na forma de descontos ou demissão”. (SARAIVA, 2011) A semana pós-confronto ia se apresentando como o ápice da crise devido aos novos acontecimentos e ao acirramento das lutas faccionais.

23 Professor membro do comando de greve. O comando de greve foi o nome dado ao grupo que passou a acompanhar as negociações com o governo, após a base requisitar que outros docentes acompanhassem esses momentos, além dos sindicalistas.

24 Os Zonais eram reuniões da base da categoria que ocorriam durante a greve. Eram chamadas assim porque ocorriam em várias zonas da capital. Eles se expandiram para o interior também. A direção do sindicato, no início, legitimou-os e até participou deles. Contudo, os Zonais acabaram fugindo de seu controle ao ganharem “vida própria”, reunindo-se sem necessidade de convocação da direção e não se limitando ao intervalo de tempo em que durou a greve. Os Zonais, apesar de previstos em estatuto, estavam em desuso antes da greve.

Foi nesse clima que na quinta-feira, 06, uma nova reunião ocorreu. Foi a última tentativa de negociação antes de mais uma assembleia geral. Como as demais, a reunião do dia 06 também terminou sem um consenso entre as partes. Assim, o dia 07 chegou na expectativa quanto aos resultados de mais uma assembleia com discussões acaloradas.

O posicionamento da diretoria a favor da suspensão da greve era manifesto. No dia da assembleia geral de 07 de outubro, por exemplo, um dos diretores do APEOC escreveu artigo publicado no site oficial dessa entidade, no qual defendia a “suspensão da greve com mobilização e negociação” (APEOC, 2011o). Isso, segundo ele, faria com que a categoria negociasse com vantagem. A assembleia ocorreu no ginásio Paulo Sarasate e se iniciou às 15h. Após mais de duas horas de discussão, foi colocado em regime de votação a continuidade da greve ou a suspensão por trinta dias para negociações. Mas a categoria estava dividida e isso dificultou a apuração da votação, visto que cerca de cinco mil pessoas estavam presentes. Para uma melhor apreciação do ocorrido, segue trecho de matéria sobre os acontecimentos pós-votação:

“Terminada a votação, poucos minutos depois o comando de greve se retirou da mesa, mas não sem antes ouvir os gritos, vaias e acusações daqueles que votaram pela continuidade da greve. Alguns mais exaltados classificaram de “pelegos e covardes” os líderes do movimento e teve até gente que por pouco não pulou o alambrado e entrou em confronto físico com membros da Apeoc. “Ôhôhôh sindicato traidor” foi a palavra de ordem mais ouvida. Além disso, muitos reclamaram porque não houve contagem voto a voto. A professora [...], por exemplo, pôs em dúvida quanto ao resultado da assembleia. Já o professor [...] lembrou que a diretoria da Apeoc “é ligada à corrente petista Articulação”. Para ele, a proximidade com os governantes levou a uma orientação pelo fim da greve. Dentro e fora do Paulo Sarasate, os opositores ao comando usaram serviço de som para denunciar que “eles cederam vergonhosamente às ameaças do governo de que se a greve não parasse hoje co-

meçariam as demissões”. Anízio Melo rebateu as acusações, em entrevista reservada, atrás do palco. “A decisão foi de pessoas do comando e da categoria”, disse, explicando que a proposta de suspensão recebeu, sim, a maioria dos votos. (ALMEIDA, M., 2011)

Como se pode perceber, a decisão oficial da assembleia não foi bem recebida por vários docentes. Além disso, a ligação entre membros da diretoria do sindicato e o Partido dos Trabalhadores foi lembrada pelos que acusavam o sindicato de ter efetuado um golpe. Isso também foi destacado em matéria no O Povo: “Uma parte significativa de professores acusou o Sindicato [...] – que tem proximidade com o PT –, de ter dado ‘golpe’ na interpretação do resultado da votação” (ALVES, 2011b). A matéria descreveu o ocorrido da seguinte forma:

“A quantidade de professores que ergueram seus crachás para manifestar voto a favor da suspensão da greve foi semelhante à quantidade de professores que se manifestaram a favor da continuidade da paralisação. Como não houve contagem unitária, ficou valendo a interpretação do assessor do sindicato Apeoc [...] O anúncio do resultado gerou revolta em uma parte de professores, que se amontoaram em frente à mesa que conduziu a assembleia para chamar o sindicato de ‘pelego’. “Deram um golpe na gente, porque a avaliação foi muito rápida. Foi tudo muito rápido”, disse o professor [...]. “Era para ter sido feita uma reavaliação ou uma contagem dos votos um a um. Houve uma forçassão de barra nesse resultado”, comentou o professor [...]. (ALVES, 2011b)

O presidente do sindicato rebateu as acusações, conforme assinala o periódico O Povo: “Anízio Melo, entretanto, considerou que a condução da votação ocorreu em normalidade e que houve uma ‘nítida’ diferença entre a quantidade de professores contrários e favoráveis à suspensão da greve”. (ALVES, 2011b) Mesmo com as controvérsias,

o resultado da assembleia estava consolidado e a categoria suspendeu oficialmente a greve que durara 63 dias.

A suspensão da greve remodelava novamente o cenário da disputa, levando os atores envolvidos a uma nova cena: aquela que Turner (2008) chamou de reintegração, quarta fase do drama social.

Conforme já discutido nas partes introdutórias deste texto, o autor enxergava os dramas sociais como fenômenos sociais que seguem certa temporalidade, que possuem início, meio e fim.

Contudo, os dados coletados pelo pesquisador apontam para uma variação dessa temporalidade, visto que a suspensão da greve, que indica o final do drama social, deu início a um período de intensificação de conflitos entre alguns dos agentes envolvidos na greve. Isso porque a relação entre professores, sindicato e governo passou a ser permeada de características que apontam para sua remodelação, ou seja, a ocorrência de mudanças significativas nas relações sindicais envolvendo aqueles atores sociais

5 O PÓS-GREVE IMEDIATO: DESCRIÇÃO DO PERÍODO DE SUSPENSÃO DO MOVIMENTO GREVISTA

As aulas na rede estadual de ensino foram retomadas na segunda-feira seguinte, 10 de outubro, mesmo dia em que começaram as negociações entre sindicato e governo acerca da implantação do Piso na carreira. O prazo de trinta dias se encerraria no dia nove de novembro. As propostas de PCCS divulgadas sempre tinham relação com o aumento do percentual do Fundeb para pagamento de pessoal. (CABRAL, 2011c) Proposta já exposta por Anízio Melo durante a greve.

No dia 04 de novembro, o governo lançou sua proposta de PCCS: um aumento de 15% para todos os professores, dividido em duas parcelas de 7,5% (ainda em 2011) e 7% (em janeiro de 2012. Este, sobre o aumento anterior e na mesma data-base da categoria), respectivamente, além de aumento progressivo da parcela do Fundeb para pagamento de pessoal de 62% para 80%, até 2014. (GOVERNO PROPÕE..., 2011) No dia 11, os professores se reuniram em

assembleia geral e decidiram encerrar a greve que estava suspensa. Contudo, isso ocorreu não por haver concordância com a proposta do governo, e, sim, porque os docentes iniciariam um novo estado de greve. Uma das deliberações foi a categoria entrar novamente em estado de greve. (PROFESSORES ESTADUAIS ENCERRAM..., 2011; GIRÃO, 2011) Isso ocorreu porque “os professores argumentam que o aumento está aquém do que é reivindicado”. (PROFESSORES ESTADUAIS ENCERRAM..., 2011) Essa decisão foi tomada porque a greve suspensa ainda era considerada ilegal, logo, decidiram encerrá-la, a fim de colocar-se em estado de greve que poderia redundar em nova greve.

Apesar disso, houve insatisfação da base com a postura do sindicato, visto que, como relataram alguns veículos de comunicação, os professores “manifestaram indignação quanto à votação, pela forma como foi conduzida. Eles reclamavam que o Sindicato não apresentou claramente a proposta, levando a categoria a aprovar proposta igual ou muito semelhante à que havia acabado de rejeitar”. (GOMES, 2011b) Além disso, “cartazes levados por estudantes e professores acusavam o Sindicato de submissão ao Governo. O presidente do Sindicato, Anízio Melo, foi vaiado em vários momentos, assim como aqueles que discursaram contra o retorno da greve”. As reclamações acerca da representação do sindicato persistiam. Uma nova assembleia foi marcada no dia 25 de novembro; nela os professores poderiam iniciar uma nova greve.

O presidente do sindicato falou sobre o novo cenário: “Apontamos uma mediação e achamos que tomamos a medida certa de cumprir com o prazo de oito dias [entre uma greve e outra]. A decisão da base foi respeitada e vamos aprovar a greve na assembleia do dia 25 com toda força e gás contra a gestão”. (GIRÃO, 2011) Todavia, ainda havia insatisfação de parte dos docentes em relação à atuação do sindicato, conforme pode se perceber pela fala de uma professora entrevistada: “Foi tudo uma grande farsa. O sindicato, em conluio com o Governo, não quer que a gente retome a greve. Daí fica empurrando a deflagração [da greve] com a barriga”. (GIRÃO, 2011)

O cenário daquela assembleia motivou o jornal O Povo a noticiar os conflitos existentes na categoria dos professores, a saber: “Uma categoria cada vez mais dividida. Essa é a sensação que se tem após a realização das assembleias gerais dos professores da rede estadual. Decisões apertadas e bastante questionadas pelos ‘derrotados’ evidenciam o sentimento de segregação” (PAIVA, 2011a). Além da divisão apontada, o jornal, ao trazer a palavra “derrotados” entre aspas, relativiza os resultados das assembleias.

Isso motivou que grupos da base começassem a agir em desacordo com a direção sindical, chegando a realizar passeata sem a anuência da entidade (PAIVA, 2011c), tendo sido esta apenas convidada para o evento. Os Zonais começaram a aparecer principalmente nesse momento como organizações autônomas da base, conforme pode se apreender do discurso de manifestante entrevistada pelo O Povo: “Todas as Zonais que se reuniram pelo Estado deliberaram pela greve, porque, após 30 dias e depois mais 15 dias, a proposta do Governo não acena quanto à principal reivindicação que é a repercussão do piso na carreira”. (REBOUÇAS; GOMES, 2011).

Diante desse cenário, o governo afirmou não haver mais negociações e que estava estudando a “substituição imediata de professores”, caso a greve fosse retomada no dia 25 (GOMES, 2011c). Medida que foi descartada devido a impedimentos legais. Contudo, o governo prometeu “medidas drásticas em caso de nova paralisação dos professores. Entre elas, estão a suspensão de pronto do salário e a abertura de processos administrativos”. (GOVERNO DESCARTA..., 2011).

Além do cenário apontado, os conflitos políticos internos à categoria começavam a virar notícia: “há pressões fortes sobre a direção do Sindicato Apeoc, partidas de alas ligadas ao PSOL e ao PSTU”, pressões que fizeram com que “a direção do Sindicato perde[sse] o controle das articulações”. (COMUNICADO, 2011) Além disso, no dia 24 de novembro, uma manifestante adiantou uma informação importante para se entender os rumos que o movimento tomaria: ela disse que as CREDEs espalhadas pelo interior “têm oferecido transporte para a Assembleia Geral apenas para os professores que assinarem um termo

se comprometendo a votar contra a greve”. (REBOUÇAS; GOMES, 2011) Foi nesse clima que ocorreu a assembleia geral do dia 25 de novembro, a última relacionada ao drama social que foi a greve de 2011 daquela categoria profissional. Após acaloradas discussões, a proposta por não haver retorno à greve foi a vitoriosa. Contudo, conforme ocorreu em 07 de outubro, o resultado não foi bem recebido por boa parte dos presentes.

“Após a votação, professores que queriam a volta da greve se revoltaram. O presidente da Apeoc, Anízio Melo, precisou ser escoltado por outros membros do sindicato, porque algumas pessoas queriam agredi-lo. Dentro do ginásio, houve confronto e quebra-quebra. Um grupo de docentes ainda se dirigiu ao lado de fora do ginásio e tentaram depredar um carro, que pensavam ser de Anízio Melo. Não há informação sobre feridos graves. Do lado de fora do ginásio, professores queimaram crachás e bandeiras do sindicato Apeoc. (PROFESSORES ESTADUAIS VOTAM..., 2011)

Anízio Melo, responsável por defender a continuidade das negociações sem paralisação, foi interrompido e provocado insistentemente durante o seu discurso por um grupo postado em frente ao palanque.

Alguns professores, estendendo as mãos com cédulas de dinheiro, chamavam-no de “vendido”, proferiam insultos e arremessavam bolinhas de papel em sua direção. O presidente do sindicato enalteceu a grande presença de professores do Interior na assembleia e disse que não se intimidaria com os protestos. Após a divulgação do resultado, o clima ficou ainda mais tenso. As agressões verbais tornaram-se físicas. Revoltados com a derrota, alguns defensores da greve passaram a arremessar também garrafas e copos plásticos contra a mesa diretora. Com pontapés, derrubaram a grade de isolamento, subiram no palanque e partiram em direção ao presidente do sindicato. (CABRAL, 2011b)

Novamente, o resultado da votação foi apertado e contou com a mediação do sindicato para que a proposta fosse proclamada vitoriosa. Isso foi um dos motivos que desencadeou os conflitos narrados e foi o que levou o representante da OAB presente na reunião a “defende[r] que a assembleia deveria ter sido mediada por alguma entidade isenta à questão”. (CABRAL, 2011b) O que foi prontamente respondido pelo sindicato: “A assembleia foi conduzida dentro da legalidade. Ilegal seria se fosse conduzida pela CUT ou OAB”. (CABRAL, 2011b) Além disso, aquela reunião desencadeou intenso conflito entre professores do interior e da capital.

“Uma das mais fortes mobilizações do Sindicato Apeoc no interior do Estado resultou em uma participação “decisiva” dos professores que vieram de longe para participar da assembleia geral dos docentes. O sindicato também custeou o transporte de professores do Interior até Fortaleza, para participar da assembleia de ontem. “Mas esse transporte foi oferecido aos professores independentemente de seus posicionamentos”, explicou Reginaldo [vice-presidente do sindicato]. Durante a assembleia de ontem, que ocorreu sob clima de guerra, defensores da greve bradavam das arquibancadas que o Governo do Estado teria manipulado e até financiado a vinda de professores de várias cidades do Interior para que votassem contra a greve. Do lado de fora do ginásio Paulo Sarasate, O POVO observou professores do Interior esperando ônibus alugados que os levariam de volta para suas cidades. Abordados, todos demonstravam receio ao dar qualquer informação e evitavam falar qualquer coisa sobre a assembleia. (ALVES, 2011a)

Como se pode perceber, a participação dos professores do interior se mostrou importante para os agentes envolvidos. Ademais, docentes da capital acusaram o sindicato de “manipulá-los”, além de financiar sua ida à reunião como forma de aprovar a proposta defen-

didada pela entidade. Foi nesse clima que a maior greve da história dessa categoria foi encerrada.

6 CONSIDERAÇÃO FINAIS

Esta descrição teve como objetivo principal apresentar os acontecimentos que marcaram o período referente à greve dos professores da rede estadual do Ceará de 2011, tomando como recurso metodológico a noção de drama social, como forma de percepção das fases que marcaram a greve, dos atores que se fizeram presentes e, sobretudo, evidenciando as situações de conflito e tensão na relação entre o sindicato APEOC e sua base.

O que se pôde apreender dessa descrição foi o seguinte: primeiramente, as quatro fases do drama social (TURNER, 2008) se fizeram presentes no conflito que foi a greve, mesmo que parcialmente. A ruptura, a crise, os mecanismos de ajustamento e a reintegração puderam ser percebidas no decorrer da narração, conforme foi apresentado.

Alguns embates mais marcantes no drama social foram os seguintes: o governo se ancorou por diversas vezes nas limitações do orçamento estadual para justificar os PCCS propostos e a rejeição às propostas da categoria profissional. Por conseguinte, a cisão entre docentes e políticos eleitos do Poder Legislativo que possuem base eleitoral entre aqueles sujeitos se apresentou manifesta durante a greve. Por outro lado, o sindicato, reiteradas vezes durante o movimento, realizou acusações de falta de independência entre os Três Poderes estaduais, além de constrangimento contra professores, principalmente no interior.

Por fim, destaca-se a relação conflituosa entre sindicato e base. O que se pôde apreender dessa relação foi o seguinte: houve segundas acusações contra o sindicato por parte da base em relação: (i) ao acatamento da última proposta de PCCS elaborada pelo governo - que acabaria sendo aprovada pela AL e sancionada pela Poder Executivo; e (ii) à relativização da participação da base nos processos decisórios relacionados à greve. Ademais, as posturas e opiniões de professores

da capital e do interior apresentadas pelos jornais durante a greve evidenciaram possível divisão da categoria devido a embates internos à base. Isso ficou evidenciado principalmente pelos conflitos desencadeados durante e após a assembleia geral do dia 25 de novembro, quando muitos docentes do interior foram hostilizados pelos da capital, após a proposta de nova greve ter sido rejeitada pela plenária.

Esses foram os principais conflitos identificados durante a greve de 2011. A narração da greve utilizando o recurso metodológico dos dramas sociais (TURNER, 2008) indicou aproximações entre a teoria e a empiria, mas também distanciamentos, visto que a quarta e última fase dos dramas sociais pensada pelo autor foi percebida no caso estudado de forma diferenciada. Isso ocorreu porque as tensões e conflitos envolvendo professores e sindicato não se resolveram com a finalização da greve; pelo contrário. Dessa forma, não é possível afirmar que houve reintegração das relações existentes antes da crise; assim como não houve ruptura entre os agentes, pois o contrato de trabalho efetivo dos docentes e a unicidade sindical garantida por lei contribuem para a permanência da relação de representação existente.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Greve dos professores é suspensa por 30 dias. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 08 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/1R7hXN>>

ALMEIDA, M.; PAZ, R. Governo pode negociar, mas já ameaça grevistas. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 04 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Lm2fvb>>

ALMEIDA, R. Cid faz promessas e ameaças. O Povo Online. Fortaleza, 23 set. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/OTCWd9>>

_____. Estado ainda não pediu pagamento de multa. O Povo Online. Fortaleza, 15 set. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/HhsKIH>>

_____. Professores estaduais e governo estão longe de negociação. O Povo Online. Fortaleza, 09 ago. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/MmZn0N>>

ALMEIDA, R. Professores resistem e mantêm greve considerada ilegal. O Povo Online. Fortaleza, 03 set. 2011d. Disponível em: <<http://goo.gl/BmeFQw>>

ALVES, P. Professores do interior foram decisivos para resultado. O Povo Online. Fortaleza, 26 nov. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/TJ1wu8>>

_____. Professores suspendem greve que já durava 63 dias. O Povo Online. Fortaleza, 08 out. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/jCGjy4>>

APEOC. Assembleia Legislativa: A pichação e o escândalo dos banheiros. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 09 set. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/dNOxAs>>

_____. Cid Gomes ataca: Por mim, nem carreira existiria. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 23 ago. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/1fZNro>>

_____. Governador professor merecer respeito. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 18 ago. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/l0m2Pd>>

_____. Governo aposta na contrainformação para desmobilizar a greve dos professores. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 06 ago. 2011d. Disponível em: <<http://goo.gl/GvIMs5>>

_____. Governo envia mensagem à Assembleia Legislativa que altera a atual estruturada carreira do magistério. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 28 set. 2011e. Disponível em: <<http://goo.gl/KCPBMX>>

APEOC. Itapipoca aderiu a greve geral dos professores – interior e Capital. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 06 ago. 2011f. Disponível em: <<http://goo.gl/z4n82A>>

_____. Julgamento do agravo regimental. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 21 set. 2011g. Disponível em: <<http://goo.gl/jmTyan>>

_____. Leia a íntegra da moção de repúdio da CNTE ao governo do Ceará. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 29 set. 2011h. Disponível em: <<http://goo.gl/YgUW0N>>

_____. Marcha da educação foi um sucesso! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 08 set. 2011i. Disponível em: <<http://goo.gl/7eMYDB>>

_____. Mensagem II do presidente. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 12 set. 2011j. Disponível em: <<http://goo.gl/bqX02W>>

_____. Professores de Camocim aderem à Greve. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 06 ago. 2011k. Disponível em: <<http://goo.gl/4ujlXL>>

_____. Professores de Itapajé fazem história! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 09 ago. 2011l. Disponível em: <<http://goo.gl/F9GLkT>>

_____. Professores estaduais fazem protesto em desfile de 7 de setembro. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 07 set. 2011m. Disponível em: <<http://goo.gl/HAQ0ro>>

_____. Professores realizam grande ato público no início da greve mesmo com forte aparato policial do governo. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 05 ago. 2011n. Disponível em: <<http://goo.gl/1MBLM0>>

APEOC. Pronunciamento do Prof. Nagibe Melo em defesa da suspensão da greve com mobilização e negociação feito na Assembleia Geral dos Professores no dia 07 de outu-

bro de 2011 no Ginásio Paulo Sarasate em Fortaleza. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 07 out. 2011o. Disponível em: <<http://goo.gl/s7Z26w>>

_____. Repúdio à violência desenfreada: professores sofrem agressões policiais. Quatro educadores são presos e dois levados para o hospital. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 29 set. 2011p. Disponível em: <<http://goo.gl/SMoxlC>>

_____. Sindicato APEOC conclama a categoria para retomar a luta com toda sua força. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 28 set. 2011q. Disponível em: <<http://goo.gl/QeNzd7>>

_____. Sindicato APEOC repudia violência contra professores. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 29 set. 2011r. Disponível em: <<http://goo.gl/r9EGsd>>

_____. Sobral tem sessão plenária na câmara dos vereadores para discutir situação da greve dos professores estaduais. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 10 ago. 2011s. Disponível em: <<http://goo.gl/5rRdmB>> Acesso em: 11 ago. 2013.

ARRAIS, R. Greve poderá ser suspensa. O Povo Online. Fortaleza, 26 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/mz0LP5>>

ATO público cobra carreira e piso para professores. O Povo Online. Fortaleza, 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/XfoUIY>>

BELCHIOR, M. Multa chega a R\$ 130 mil, mas greve continua. O Povo Online. Fortaleza, 17 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/GhHp6c>>

BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: _____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008. (Regulamenta a alínea e do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica), 2008.

CABRAL, B. Categoria contesta decisão de TJ. O Povo Online. Fortaleza, 09 set. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/bM07AM>>

_____. Em clima tenso, professores rejeitam volta de greve. O Povo Online. Fortaleza, 26 nov. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/Vg0IbH>>

_____. Governo propõe 15% de aumento a docentes. O Povo Online. Fortaleza, 05 nov. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/qIK8e7>>

_____. Professores aproveitam dia da independência para protestar. O Povo Online. Fortaleza, 08 set. 2011d. Disponível em: <<http://goo.gl/9Cu2vf>>

_____. Professores decidem manter greve e marcam novo protesto. O Povo Online. Fortaleza, 13 ago. 2011e. Disponível em: <<http://goo.gl/gVNddr>>

_____. Professores radicalizam e decidem continuar greve. O Povo Online. 24 set. 2011f. Disponível em: <<http://goo.gl/5kAFxO>>

_____. Protesto de professores faz PM isolar entorno do Palácio Abolição. O Povo Online. Fortaleza, 20 ago. 2011g. Disponível em: <<http://goo.gl/8s37Wf>>

CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal - e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

CID NÃO confirma nem desmente frases polêmicas. O Povo Online. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/nSzzLK>>

CID RECLAMA de -greve longa. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ysj2BN>>

COMUNICADO. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/USKrUp>>

DEPUTADO da base cidista se solidariza com professores estaduais em greve. O Povo Online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Y7zqHb>>

DIEESE. Nota Técnica Número 141 – Outubro de 2014. Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica. 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. In: OSAL, año VII, Nº 19, enero-abril 2006, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>

EM DEFESA da suspensão da greve. O Povo Online. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/D5zqoE>>

EM REUNIÃO com professores em greve, secretária diz que espera um orçamento cabível. O Povo Online. Fortaleza, 03 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/r1k-5Cg>>

FALA, cidadão. O Povo Online. Fortaleza, 03 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/pyWgnf>>

FIRMO. É. Despreparo, imaturidade e trapalhada. O Povo Online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/bdsuDf>>

GIRÃO, I. Categoria em greve no dia 25. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 12 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/xiEiJw>>

GIRO pelas escolas. O Povo Online. Fortaleza, 27 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/6gd0xA>>

GOLDMAN, Márcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. In: Anuário Antropológico/93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GOMES, L. Palácio Iracema recebe passeata com batalhão de Choque. O Povo Online. Fortaleza, 06 ago. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/iHy5XX>>

_____. Professores aprovam indicativo de greve. O Povo Online. Fortaleza, 12 nov. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/fvAFj8>>

_____. Secretária diz que não tem mais negociação. O Povo Online. Fortaleza, 23 nov. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/bYa040>>

GOVERNO DESCARTA substituição imediata. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 24 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/7FWqN5>>

GOVERNO PROPÕE aumento de 15%. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 05 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/CLcyve>>

GOVERNO SÓ enviará projeto se houver acordo com professores. O Povo Online. Fortaleza, 27 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/z7hYia>>

GREVE DOS professores: faltou argamassa política. O Povo Online. Fortaleza, 01 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/JVa4PI>>

GREVE PREJUDICA 23,7 mil que vão fazer o ENEM. Diário do nordeste Online. Fortaleza, 27 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/3vL2IL>>

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. Disputas faccionais, batalhas jurídicas e construções midiáticas em uma eleição municipal. In: Opinião Pública, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 490–512.

LIMA, L. Assembleia volta a ser palco de confronto entre PM e grevistas. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 30 set. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/ZX8AQ>>

LIMA, L. Professores invadem Assembleia e entram em confronto com a Polícia. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 02 set. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/aBkLje>>

LIMA, L.; SARAIVA, R. Professores do estado fazem greve de fome. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/TsfST8>>

MAIS Notícias da Capital. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 09 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/LS3b9v>>

MANIFESTANTES passam a noite em vigília na AL. Diário do Nordeste online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/tpDVih>>

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MENEZES, V. Desidratação da política. O Povo Online. Fortaleza, 01 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/uBBRWK>>

NO BRASIL, salário do professor é metade do que recebem outros profissionais. Todos pela educação. [s.l.], 11 jun. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/IKxL5S>>

PAIVA, T. Crise de liderança no sindicato dos professores. O Povo Online. Fortaleza, 15 nov. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/MVfGDo>>

_____. Frase atribuída a Cid causa polêmica com professores. O Povo Online. Fortaleza, 23 ago. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/NpBIFs>>

_____. Professores realizam atos distintos. O Povo Online. Fortaleza, 22 nov. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/s73Jqa>>

PAZ, R. Fundeb propõe nova tabela de vencimentos. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 06 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Giu5tg>>

PELA CONTINUAÇÃO do movimento. O Povo Online. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/MeSyJH>>

PETRUCCI, J. Passeata reúne cerca de cinco mil pessoas para repudiar violência. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 04 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/8MeAQT>>

PROFESSORES CONTINUAM greve. Diário do nordeste Online. Fortaleza, 24 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/iiRb1>>

PROFESSORES DECIDEM hoje sobre greve. Diário do Nordeste online. Fortaleza, 23 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/KlkG2a>>

PROFESSORES EM greve entram em confronto com a polícia no Ceará. Globo Online. [s.l.], 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Nalzy8>> PROFESSORES ESTADUAIS E alunos fecham avenida em frente à Assembleia Legislativa. O Povo Online. Fortaleza, 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/tWnV4X>>

PROFESSORES ESTADUAIS ENCERRAM greve, mas podem iniciar nova paralisação em oito dias. O Povo Online. Fortaleza, 11 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/UMB5dA>>

PROFESSORES ESTADUAIS PODEM suspender greve. O Povo Online. Fortaleza, 02 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/4vY7t8>>

PROFESSORES ESTADUAIS VOTAM pela continuidade das negociações sem paralisação das aulas. O Povo Online. Fortaleza, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/CL2pyp>>

PROFESSORES FAZEM ATO público no aeroporto. O Povo Online. Fortaleza, 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/6x0DLT>>

PROFESSORES FAZEM MANIFESTAÇÃO. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 06 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/7UrrHk>>

PROFESSORES PODEM ter salários descontados. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 20 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/JMRfIL>>

PROTESTO rouba a cena no desfile de 7 de setembro. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 08 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/sx5i8B>>

PT vai divulgar nota em solidariedade aos professores estaduais em greve. O Povo Online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/xhE11Q>>

REBOUÇAS, H.; GOMES, L. Decisão sobre greve será tomada em clima de pressão. O Povo Online. Fortaleza, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/indGTi>>

RODRIGUES, Lea Carvalho. Dramas sociais como ferramenta metodológica e analítica no estudo de processos de mudanças contemporâneas. In: RODRIGUES, L. C. (Org.) Dramas, rituais e performances. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SARAIVA, R. Indefinições continuam após mais uma reunião. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 07 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/noSgXd>>

SE CID não sancionar lei aprovada, categoria admite refletir sobre fim da greve, diz APEOC. O Povo Online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/f86g6T>>

SECRETÁRIA lamenta confronto professores-polícia e diz que governo só negocia com fim de greve. O Povo Online. Fortaleza, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ko9rQw>>

TURNER, Victor. Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense, 2008.

RELAÇÃO ENTRE POBREZA E CONTEXTO ESCOLAR EM MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA: MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM EM TERESINA-PI

*Marcondes Brito da Costa*²⁵

*Sandra Régia Sousa Silva*²⁶

RESUMO: Tal artigo versa refletir sobre algumas formas de como apresenta-se a violência cotidiana, e principalmente àquela que afeta mais diretamente os espaços educacionais e seus partícipes. Pensar suas múltiplas representações, pode de alguma forma nos mostrar alternativas de como lidar com essa questão de uma forma, mais compreensiva do que criminalizadora.

Palavras-chave: Educação. Violência. Juventude.

1 INTRODUÇÃO

Chacinas eclodem por todo Brasil, de todos os lados, de Corumbiara á vigário Geral, Candelária, Capão Redondo, das cidades maiores ou metrópoles até as pequenas cidades nos interiores do país. Esses sujeitos que morreram e que mataram que morrem e que matam em muitos desses “encontros” tem algumas coisas em comum,

25 Cientista social e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, professor do Instituto Federal de Educação – IFPI.

26 Bacharel em Serviço Social e Especialista em Planejamento Gestão e Programas de Projetos Sociais, ambas pelo Instituto Camilo Filho – ICF. Mestranda em Educação pela Universidade Livre do Brasil – ULB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade NEP/FAR.

entre eles: um passado e um presente marcados pela vivência com um conjunto de violências sejam essas violências vividas na situação de vítimas ou de algozes.

A maioria vem de bairros desassistidos de políticas públicas, de esporte, saúde, políticas culturais ou de assistência, porém bem assistidos de políticas criminais, e repressivas, passam por processos midiáticos de criminalização, tanto os sujeitos, como seus territórios, bem como a desqualificação de sua situação enquanto humanos colocados, muitas vezes no grupo dos bandidos. Há por parte da mídia, que conta com a chancela de uma parte da sociedade na intenção de tornar esses sujeitos, como os sujeitos matáveis de que ninguém vai sentir falta, esse caldo entorna e passa a ficar indigesto, porque sai da zonas de pobreza e passa a ocupar cada vez mais outras esferas da vida social, como a escola e outros ambientes de sociabilidades. Segundo Sergio Adorno (2016), e bem concordamos com ele quando nos diz que “o sentimento de medo e insegurança diante do crime exarcebou-se”, e isso não é sem consequências para o tecido social, para o recrudescimento de uma política de ação violenta e de uma violência também difusa que atinge a todos indistintamente.

Portanto, a proposta do presente artigo é nesse sentido, buscar discutir alguns apontamentos sobre a violência urbana na atualidade, e como ela afeta a sociedade de uma forma geral, mas principalmente os ambientes educacionais, especificamente em Teresina-PI e nos espaços, onde costumam acontecer às atividades educacionais e seu posterior esvaziamento, por conta da violência.

A violência têm sido alvo de grande repercussão em toda sociedade, sendo observada de forma significativa dentro do âmbito escolar, local este antes visto como sendo seguro, espaço de saber, de respeito e de preparação para o futuro. Diante disso, gostaríamos de iniciar, antes de avançar na conversa, com um conceito de violência trazido por Velloso (2000) em que o autor coloca a violência não apenas como o uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la, de varias formas inclusive a institucional, passando pela física, que é a que mais vemos no nosso cotidiano.

Hoje identificam-se problemas oriundos da violência vivenciada cotidianamente na escola. Percebendo o crescimento dessa violência, faz-se mister começar a pensar e discutir como essa violência se apresenta e se manifesta nos espaços escolares, pois é a partir daí, que podemos pensar indicativos de como enfrentá-la.

2 FRAGILIDADE DO SISTEMA EDUCACIONAL: DESAFIOS PARA O DOCENTE

Temos o conhecimento de que a educação é um processo contínuo para o desenvolvimento do cidadão, conseqüentemente, se faz necessário entender, observar como se dá a produção do sujeito nesse espaço, sejam eles dentro ou fora da escola, tomando por base que o espaço escolar é um espaço de construção de laços e afetos, sejam eles de amizade, de respeito, coleguismo, é pertinente um olhar reflexivo para o enfrentamento dos conflitos existentes nesse espaço, principalmente, quando esses conflitos se direcionam para violências físicas e simbólicas.

Nesse sentido, a violência constitui-se então com um fenômeno atual e alarmante que tem ganhado espaço, de um lado temos aqueles que a praticam, e do outro aqueles que sofrem (seja eles de forma direta ou indireta), e por que não dizer também que tem aquela parcela que também testemunham a violência (são atingidos indiretamente). Daí a dificuldade de apresentar-se a violência como conceito, como forma, ou com uma receita, pois a mesma existe de forma complexa diversificada, plural, às vezes acentuada, às vezes por outro lado velada. Então, o universo escolar por caracterizar-se com diversas nervuras e múltiplas manifestações incorpora-se também como um ambiente hostil, já nos lembra Bourdieu (2000).

Conseqüente a isso, é preciso está atento a algumas considerações como, por exemplo: os mecanismos audiovisuais que se colocam hoje, misturados, diversificados, às vezes de forma profunda ou de forma rasa, mais que se inscreve como algo recheado de violência, sendo estas manifestações desagradáveis no contexto escolar.

Ultimamente tem sido cada vez mais comum, em Teresina especificamente discursos midiáticos alarmantes e difusos sobre violência e seus filões, quase sempre representados discursos pelos pobres, e em contrapartida o poder público, através de suas agências de controle (e entre elas, uma das que tem mais visibilidade, a polícia) tem surgido ações desenfreadas e sem muitos resultados práticos, esse pequeno texto pretende discutir um pouco, de como esse processo se constrói e por que essa ânsia de punir os pobres prevalece sem resultado e entra em outras esferas como a escola.

É impossível falar em educação sem referenciar que é através da mesma que o indivíduo se desenvolve, amplia os conhecimentos e se torna um cidadão reflexivo e crítico perante a sociedade; tendo em vista que o ambiente escolar tem um papel social, a educação funciona para Durkheim(1955) como fato social, ação sob a qual nenhum sujeito pode fugir, que esta presente em todas as sociedades, e que é central na formação do sujeito . Tomando por base (DAMATTA,1991) quando diz “Ser cidadão, e ser indivíduo, é algo que se aprende”. Tendo em vista que o ser humano está em constante mudança e transformação, vislumbrando sempre que a aprendizagem é elemento fulcral para o respeito ao saber e o conviver.

Vale frisar que o sujeito que é inserido em sala de aula traz suas vivências, nesse sentido, seu histórico de situações, seu arcabouço de vivências é importante para que o corpo técnico da escola observe os detalhes que são apresentados em sala de aula. Essa atenção deve ser realizada com cautela e de forma igualitária, pois quando se trata de diagnosticar as diferenças que são expostas em sala o sentido é muito amplo e complexo, pois as diferenças devem ser respeitadas e potencializadas, haja vista ser a escola um espaço para a vivências das diferenças e o enfrentamento dos preconceitos.

Cabe lembrar o que diz o artigo 2º da Lei 9.394/1996,Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “a educação escolar tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Do ponto de vista amplo, essa lei destaca que a escola tem a função de fornecer aos indivíduos,

os conhecimentos, os valores, as técnicas, a ciência, a arte, o esporte, as crenças, o direito, a filosofia, enfim, tudo aquilo que compõe a cultura produzida historicamente e necessária para a formação do ser humano histórico em seu sentido pleno (PARO, 2001).

Dessa forma entende-se que o professor é o grande mediador em sala, é o propulsor para o desenvolvimento dos alunos e para o progresso desses sujeitos; diante do que é apresentado na sociedade há vários desafios a serem enfrentados pelos docentes, um deles é a formação e sua prática, como estabelecer uma relação com o aluno no contexto educacional sem excluir?

A primeira questão que podemos refletir é sobre as práticas educativas e por que muitas delas, de alguma maneira, excluem o educando que apresenta um desenvolvimento diferenciado no cotidiano escolar. O que se tem discutido é que trabalhar com as diferentes formas de aprender passa, essencialmente, pela formação do educador, ou seja, não somos “formados” para ensinar alunos que aprendem de forma diferente e que trazem problemas oriundos da “rua”. Embora não desejemos excluir ninguém, o processo de exclusão apresenta-se de maneira cada vez mais evidente em nosso contexto escolar (NASCIMENTO, 2011).

Um outro ponto admirável, pela qual também vale a pena refletir, é de importância central para nosso processo de compreensão de realidade: de onde vem nossos alunos (da escola pública, principalmente) que carga imagética, ou simbólica construímos sobre eles, antes e quando eles chega até nós? O que pensamos sobre seus territórios de existência? E que impactos essas visões impactam? Como olhamos para eles? E como lhes tratamos?

Vale frisar que o professor deve lutar sempre por uma educação libertadora, um ensino inclusivo, onde todos participem e colaborem para o reconhecimento do respeito como condição primordial, para desfazer os estigmas que se alojaram na relação ensino aprendizagem ao longo da história, para que isso ocorra é importante a presença do educador assuma práticas novas sem serem opressores.

Sendo assim, podemos dizer que se a lógica da educação é tomada como bússola podemos deduzir que o professor é o navegador e

como tal se constitui como peça fundante no percurso do aprendizado do alunado, sendo este o protagonista da história. Por isso é fundamental que o docente valorize a visão dos sujeitos de modo a abrir um leque de possibilidades, para seguir no caminho do conhecimento e para isso é importante entender que o aprendizado é uma via de mão dupla, que se constrói através de escolhas conscientes, através dessas escolhas uma orientação para a vida social.

Parafrazeando “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, Morin (2003) destaca que a grande missão da educação é a de ensinar compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade. Diante desta afirmação, a escola foi criada com a intenção de ser instrumento de produção de práticas educativas que dotem os indivíduos da produção histórico-cultural humana, e, desenvolvam meios para o processo de humanização. Ela é a própria vida em movimento, um local de vivência e cidadania, pois hoje a escola habita várias expressões da questão social, por exemplo: prostituição, drogas, violência(s), dentre elas o bullying, e a de gênero. Essa é mais uma questão que os docentes têm como desafio, pois os conhecimentos agora vão além dos didáticos. Neste sentido, Abramovay (2006, pág52) apresenta bem essa dificuldade de conceituação:

“Apresentar um conceito de violência requer certa cautela, isto porque ela e, inegavelmente, algo dinâmico e mutável. Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam. A dependência do momento histórico, da localidade, do contexto cultural e de uma série de outros fatores lhe atribui um caráter de dinamismo próprio dos fenômenos sociais.

Portanto a escola e os educadores precisam está dialogando essa realidade, pois o conflito pode também ser visto como um ponto de negociação que poderá fazer surgir uma ponte que inicia o fortalecimento

para relações saudáveis e digo isso porque é importante ter em mente que é nas divergências que o processo de negociação se faz mais presente e isso é saudável para todas as partes envolvidas, tomando por base isso é fundamental que o professor, o gestor enfim, o corpo profissional da escola tenham iniciativas para melhor se conectarem com os alunos, família, comunidade tendo como foco aprender e ter novas habilidades de como se comunicar com o outro.

É preciso ouvir, sentir e entender o coletivo e suas questões mais diversas que adentram no ambiente escolar; assim os conflitos poderão ser menos graves e quem sabe até solucionados o importante é não olharmos a violência como algo natural. Enfim, é necessário conhecermos o processo que faz com que a violência chegue nas escolas, pois só reconhecendo o problema e o entendendo é que podemos combatê-lo.

3 VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUAS PERCEPÇÕES

As manifestações de violência dentro da escola não podem ser vistas, apenas como um fenômeno de fatores de ordem sócio econômica. Há muito mais, os reflexos vão além, como: a precariedade do ensino, políticas públicas ineficientes, corpo técnico não capacitado, práticas profissionais descontextualizadas com a realidade dos sujeitos inseridos no contexto educacional. Essas são algumas das inquietudes que trazem, muitas vezes, a desestrutura do aparato educacional.

Como nos faz ver Deleuze (1992 p.216 e 224), acreditamos que esteja ocorrendo uma reforma da escola, “*quando se trata de uma liquidação*”. Ao invés de mais liberdade, ganhamos controles ilimitados, contínuos, operados por um sofisticado esquema empresarial em que o “*marketing*” aparece como o mais importante instrumento de controle, modificando nossa maneira de viver, as nossas relações com as pessoas. Algumas dessas questões, também devem ser entendidos psicossocialmente, dessa maneira é preciso entender a violência como algo inerente ao contexto escolar. Parafraseando Minayo (2006, pág.8) “Como fenômeno sócio-histórico, a violência acompanha toda experiência da humanidade”.

A violência contemporânea, muitas vezes está associada às práticas materiais não se restringe a prática concreta, e quando falo em concreta enfatizamos ao que não é visível, tocado, ou seja, me retrato também ao que é manifestado na mente dos sujeitos, no sentir desses sujeitos, nos seus hábitos, nos seus medos, atitudes e na mudança e nas transformações das mesmas.

Segundo Bourdieu (2008), a escola exerce uma violência simbólica na medida em que impõe arbitrariamente a cultura das classes dominantes aos estudantes das classes populares; quando desconhece sua realidade, desmerece sua cultura, seus valores seu modo de ser, de pensar quando procura uniformizar não permitindo a expressão da diversidade; quando exclui aquele que não se adequa ao sistema escolar, ou não se consegue entrar no jogo da escola.

O fato então é que a violência que traz esse sentimento de insegurança, não pode ser visto apenas como algo visível, mais sim como algo que também pode ser velado e invisível e pior ainda disseminado sem nem ao menos saber o que está fazendo. Sendo que o espaço escolar não é um local neutro, isso é evidente analisando a conjuntura contemporânea, que em se tratando de violência é importante não ignorar o fato que há um causador importante que influencia frequentemente o desencadeamento da violência escolar, os mecanismos audiovisuais (mídia), tendo em vista que a mesma tornou-se um forte formador de opinião, não estamos dizendo com isso que a violência se dá unicamente. A partir desses mecanismos, ou que este é o grande vilão, mas sim que não se deve ignorar o poder da mídia.

4 OS POBRES E O CRIME: UMA REALIDADE A SER APRESENTADA OU UM PRECONCEITO INSTITUCIONAL

Um ponto importante nesse debate, e que não deve de forma alguma ser ignorado, é como constituímos historicamente uma forma de olhar para os pobres, e principalmente sobre as crianças e jovens pobres das escolas públicas, e analisar que consequências, isso também

como a maneira de complicarmos com eles, pois não devemos esquecer que nossa forma de ver um objeto, define diametralmente, a maneira que nos portamos sobre ele, e em direção a ele.

Segundo Irenne Rizzini (1997), em meados dos Séculos XIX e início do XX, no Brasil, que apontava como uma nação em surgimento buscava na Europa do Século XIX e EUA do Século XX modelos e fórmulas capazes de desencadear aqui um processo desenvolvimentista. Parte desses intentos desenvolvimentistas, traziam também consigo modelos e teorias para combater a degradação de sociedades modernas, como as teorias eugenistas, evolucionistas que tiveram em Darwin um boom de expansão por todo o mundo, tanto pela genética social quanto por uma validação por parte de um discurso de verdade científica, quanto às de cunho racistas e criminais de Paul Broca e Cesare Lombroso, que traziam em seu bojo a ideia de que a pobreza trazia o atraso das sociedades por serem seus vícios a degenerescência da sociedade. Nesse sentido, essas políticas eugenista traziam a ideia não apenas de combater a pobreza, mas os pobres, ou seja, a eliminação da pobreza se daria também com a eliminação dos pobres.

Nesse contexto, o papel dos intelectuais seria de contribuir com seu saber para a implementação de políticas de ação, resolvendo essa situação de degeneração social ocasionada pelo trinômio: pobreza-ociosidade-degradação social. Tais premissas são realçadas e detalhadas por Cecília Coimbra (2003, p. 23.), quando ela afirma que a degradação moral era especialmente associada à pobreza e percebida como uma epidemia que se deveria tentar evitar. Ou seja, todas essas teorias estabelecem/fortalecem a relação entre vadiagem/ociosidade/indolência e pobreza, bem como a de pobreza e periculosidade/violência/criminalidade.

Desse ranço cultural em que se figura a ligação perversa da juventude pobre criminalidade e que, tal como desenvolveu Foucault (1987), existe uma lógica da punição que ainda está em voga e com muita força permeando as subjetividades de quem julga, com uma falsa ideia de que o ato de proteger passa pela premissa de encarcerar, vigiar e punir. Essa lógica, portanto invade todos os ramos das instituições

sociais, por não dizer também a educação, mas nesse espaço impactara de forma não muito intensa, por quê? Por que durante muito tempo, ou para ser mais específico até 1989, a escola pública não era universal, ela existia como uma benesse governamental, e cada estado oferecia a educação que achava mais cômoda.

Foi apenas com a constituição de 1988, que universalizou a Educação e a dividiu em níveis que seriam orientados pela lei nº 9.394/94 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Tal visão tem um impacto na constituição das subjetividades juvenis, em suas identidades, em que identidades e papéis sociais, que essas instituições estão a atribuir a esses jovens, e principalmente como a escola olha para essas crianças e jovens. Coimbra (2003, p.7) para esclarecer como estas ideias foram construídas e incorporadas silenciosamente em nossas ações e políticas de ação, nos diz que:

“Tudo o que escapasse às formas de interiorização naturalizadas, era considerado perigoso, acompanhando as subjetividades vinculadas à Doutrina de Segurança Nacional então vigente. Como tal tudo isso deveria ser evitado e banido.

Naquele momento, duas categorias de acusação sobre as infâncias e juventudes foram produzidas: a do subversivo e a do drogado (isso parece muito atual quando olhamos para nossas escolas, ou os jovens que frequentam esses espaços). Ambas consideradas danosas, já que colocavam em análise a ênfase dada ao espaço privado, ao modelo de família sadia e estruturada e seus sonhos de ascensão social, à rua vista como lugar do perigo, à desqualificação e esvaziamento dos espaços públicos. Da mesma forma, as crenças na identidade, no homogêneo e no definitivo se fortaleciam nas práticas psi.

Ou seja, trocando por miúdos, no capitalismo a pobreza sempre será uma ameaça ao Estado, pois dela procedem as pessoas perigosas. E estas pessoas tidas como agentes de periculosidades são identificadas como aquelas que não foram corretamente educadas para obedecer,

porque vieram de famílias desestruturadas, com baixo rendimento escolar, pouco discernimento de regras, etc e tal. São potenciais criminosos, não raramente doentes sociais a serem regenerados pelo bom e atencioso Estado, com suas prisões, internatos, hospícios, penas alternativas, escolas, políticas sociais e de direitos, e pela sociedade civil, com suas boas e atenciosas filantropias baseadas em organizações não-governamentais.

No caso específico das escolas, a escola toma para si, capitaneada pelo estado o discurso de salvação e regeneração dos sujeitos, através de sua inserção no mercado de trabalho, tomando assim a função de preparar o sujeito para a vida e para o mercado de trabalho. Essa seria de fato, a mais importante ação de um sistema educacional?

Guimarães (1998) afirma que, no Brasil, a violência nas escolas; tem aumentado bruscamente nos últimos anos, sendo caracterizada principalmente pela presença do narcotráfico, de gangues e pobreza acentuada, e também de como a escola lida com isso.

Como resultado desse processo, tem se dado um tratamento diferenciado, baseado nas condições materiais de vida econômica e social, espria-se pela sociedade, fomentando uma conflituosa situação de clivagem: do lado (do) direito assentam-se os cidadãos, pessoas que têm pleno acesso a seus direitos, comprando-os se necessário; do lado esquerdo amontoam-se os não-cidadãos, aqueles que são incluídos no processo histórico em função dos deveres e de sua exclusão social, portanto, a escola aparece nesse sentido como uma instituição que teria a função hercúlea de inserir pelo trabalho.

Subsumir os indivíduos a uma das inumeráveis relações que possa travar em sua vida, por mais constantes ou socialmente importantes que sejam, representa dispensar um tratamento discricionário à subjetividade humana e à complexidade do processo histórico, ensejando um ambiente propício à ascensão e fortalecimento de concepções de mundo que propositadamente tipificam e estigmatizam o empírico, amoldando-o por contiguidade a uma determinada parcela da população. Ao assumir essa postura um conjunto de violências começa a ganhar corpo no espaço institucional, que não são sem conseqüências para os sujeitos.

5 MUITA CONVERSA E POUCO RESULTADO: COMO PENSAR VIOLÊNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Gostaríamos de introduzir esse tópico com uma notícia de um portal ocorrido no início do ano de 2010, a partir dessa notícia que não é isolada, mas tem se tornado cada vez mais frequente em nossos jornais impressos diários ou de acesso em meio digital, pensarmos um pouco sobre os efeitos dessa propagação excessiva de violências sem causas, mas, apenas com culpados.

Analisamos por esse viés, e garimpando notícias de jornais dos anos de 2010 a 2018, percebe-se e com muita intensidade que o sensacionalismo impera, mas não um sensacionalismo qualquer, mas sim um que abusa de noticiar apreensões e ações cada vez mais comuns nas comunidades pobres de Teresina, e essas ações, na maioria das vezes tem como foco os jovens fazendo um jogo perigoso à assimilação da juventude com o crescimento da violência e do crime, mas não é qualquer juventude e sim a juventude pobre, desassistida de qualquer política pública de assistência, educação e cultura, mas extremamente assistida de políticas repressivas e penais.

Como resultado, qual seria a consequência dessa massificação de imagens de pobreza e sua interligação com violência? Para além da difusão do medo, reside aí a construção de uma consciência coletiva extremamente penal, que alimenta preconceitos e estereótipos contra os mais pobres. Essa visão invade a televisão e é massificada absorvida de forma crítica e operacionalizada em muitos ambientes de convivências societários, a pensar sobre isso na escola também.

Trocando por miúdos, ou melhor, na análise de tais notícias assim como de muitas das demais, percebemos a intenção excessiva, que também pode ser entendida como forçosa de tentar colocar a todo custo o tráfico de drogas, para tentar justificar as ações militares ou mesmo a violência e quase todos os homicídios antes mesmo de serem investigados, pois, em muitas das operações militares com o intuito de apreensão de drogas, em que o Estado através de suas instâncias de controle e retenção de violência, onde mobilizam-se muito policiais e tem uma

cobertura massiva de todos os canais midiáticos. Há uma intenção muito maior do que a apreensão de drogas, ou o enfrentamento à violência, qual seja, da criminalização da pobreza e de seus espaços de sociabilidade e convivência, essa criminalização pode não ser intencionalmente/racionalmente operacionalizada, mas é o que acaba acontecendo.

O estigma que os assola transcende a fronteira jurídica, estendendo-se por contiguidade aos jovens pobres, segmento majoritariamente composto por negros e/ ou mulatos, que pelo simples fato de não ter livre acesso à propriedade privada estariam prontos a se utilizar de meios ilícitos para dela se apropriar. Se faz importante essa caracterização da construção de uma população desviante, ou que o estado assim a caracterizou, porque para o imaginário das instituições públicas operadoras de políticas sociais e de justiça, assim como as de educação, esse estigma historicamente construído, ainda é reatualizado, ou melhor ritualizado na lógica do mito da periculosidade elencado por Foucault (1987) que vai julgar os pobres em situação de violência ou violação, ou mesmo trancafiá-los vendo neles apenas perigos e nunca potencialidades.

6 CONCLUSÃO

Depois dessa breve incursão pela história e por a construção dessa lógica da periculosidade no imaginário das instituições de justiça (penais), mas não apenas ela, mas sim todas as instituições que lidam com crianças, adolescentes e jovens, inclusive e aqui a que nos interessa a escola, nos cabe muito mais uma inquietação do que uma conclusão propriamente dita, que seria nesse sentido, a compreensão de o por que de quando vem a tona às notícias sobre violências e sua extensão massificação pela mídia, e sua aparente resolução com a prisão em flagrante dos “desviantes” (em sua esmagadora e quase maioria, de pobres, pois os ricos são, em sua maioria, suspeitos e quase nunca culpados), não paramos para pensar na problemática, ou melhor nas problemáticas o que geram as diferentes violência(s) (em suas múltiplas instâncias, seja ela ocasionada pelo tráfico de drogas, pela violência física, dentre outras),

encarcerar o culpado basta para nossa ingênua ânsia de punir os pobres como forma para resolver o problema da violência, como se nessa ação não morasse uma parte perceptível e intensa de violência institucional.

Diante disso, gostaríamos de lembrar que o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, de um conjunto de 184 países existentes no globo, e que é falácia, portanto a ideia de que há certa impunidade na sociedade brasileira. Também enfatizamos que os envolvimento em atos ilícitos e no trabalho informal, tem se apresentando como fatores que não podem ser desconsiderados quando pensamos evasão escolar, ou violência dentro do ambiente escolar, principalmente quando pensamos os mercados ilegais de drogas e a inserção de adolescentes e jovens e a idade escolar.

Essa postura acaba por afastar ainda mais os pobres da justiça, levando a descrença nessa instância, enquanto promotora e protetora da democracia, pois como nos lembra Peralva (2001) que enquanto as torturas e a violência institucional permanecerem ao lado das injustiças (chamamos aqui de injustiças, a quase não prisão ou condenação de pessoas como poder aquisitivo, ocasionando uma descrença no sistema de justiça, ou a uma constatação que se torna cada vez mais comum no imaginário popular, de que “cadeia é para pobre”) e enquanto ainda virmos defesa dos direitos dos humanos, como defesa de bandidos ainda estaremos mais do que distantes do que chamamos de democracia.

É importante compreender que a instituição educacional deve além de buscar mecanismos para compreender melhor a violência, também reconhecer que a mesma é reprodutora de uma certa violência, de insegurança, medo, conflitos, pois os mesmos são originados, por muitas vezes dentro dos muros da escola, quando não são tem seus desdobramentos dentro desses muros. Portanto, indagar sobre tais questões se faz de fundamental importância, pois tal fenômeno (violência) tem saltado aos olhos e nos assaltado de uma forma que somos subtraídos de nossa zona de conforto, pelo medo e pelo preconceito que nos assola cotidianamente.

Em suma, lembramos que a percepção de tal fenômeno se dá a partir de construção de uma consciência crítica, não é algo imediatista,

obviamente é necessário estudos aprofundados sobre a temática para a melhor percepção de todo o quadro do sistema educacional e seus desdobramentos, ou de como o que acontece extramuros apresenta refrações intramuros. Portanto é necessário indagar, perceber, conhecer, conviver, para poder identificar as lacunas, as deficiências e a partir delas criar linhas de ações, que fujam do preconceito, ou partam de sua problematização para ações mais potentes e partilhadas.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Cotidiano das escolas: entre violências, Brasília: UNESCO, Observatório de violência, Ministério da Educação, 2005.

ADORNO, Sergio. Violência e Sociabilidade na Cidade. São Paulo. EDUSP.2000.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean Claude. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COIMBRA, Cecília M.B. & NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo César Pontes; LULIANELLI, Jorge Atilio Silva(orgs). Jovens em tempo real. Rio de Janeiro; DP&A, 2003.

DAMATTA, Roberto. A casa & a rua. 4. Ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1991, p. 72 .

DURKEIM, Émile. Educação e Sociologia. 12ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro; Ed. 34, 1992.

FOCAULT, Michael. Vigiar e punir: A história da violência nas prisões. 8ª Ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

GUIMARÃES, A. (1998). Escola, galeras e narcotráfico, 248 p., Rio de Janeiro: UFRJ. Minayo, MCS. Violência e saúde (online). Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2006. Temas em saúde collection. Disponível em: <<http://www.scielo.br.org>>.

NASCIMENTO, M. L. B. P. Algumas considerações sobre a infância e as políticas de educação infantil. Educação & Linguagem, São Paulo, v.14, n.23/24, 2011.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xama, 2001.

PERALVA, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2001.

RIZZINI, Irene. O Século Perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Amais, 1997.

capitulo II

GÊNERO, FAMÍLIA E DIVERSIDADES

A CONCEPÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DO JUDICIÁRIO SOBRE A ADOÇÃO

*Deusiane de Sousa Lima Marques*²⁷

*Fabício César Moura Barbosa*²⁸

*Layene Rafaela Andrade Abreu*²⁹

RESUMO: Os desafios enfrentados pela adoção ainda é rodeado pelos seus antigos estigmas, como o de que somente os incapazes de gerar um filho “legítimo” podem ter um filho de outrem como seu e ainda a desigualdade e diferenciação postas entre estes filhos que vão desde a sua construção pessoal, como ser genérico, faz toda a diferença, não esquecendo o maior desafio para a adoção hoje, o de garantir uma criança e o adolescente o direito á convivência familiar, o que implica em uma constante desmitificação do que por muito tempo foi propagado na sociedade brasileira sobre a adoção. No que tange a adoção consentida à concepção do Assistente Social do judiciário se segue na positividade de entender a primazia do direito da criança ou adolescente de ter uma família, tendo como base de entendimento a essa concepção o seu projeto ético-político, e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária.

Palavras-chaves: Adoção. Assistente Social. Concepção. Judiciário.

27 Bacharel em Serviço Social. Pós-graduanda Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar, Diretora Executiva do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade.

28 Mestrando em Educação pela Universidade do Futuro, Ciências Educativas e da Construção da Cidadania - UNIFUTURO, João Pessoa/PB. Tem experiência na área de Serviço Social e Psicopedagogia Clínica e Institucional, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência social, psicopedagogia, inclusão, saúde mental, intervenção, acolhimento.

29 Bacharel em Serviço Social. Secretária do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade.

1 INTRODUÇÃO

O processo de adoção embasa-se em um histórico de mudanças, construções e variações caracterizando-se como um processo antigo construído nas mudanças de leis e paradigmas, de acordo com cada época, cujo processo de compreensão é significativo.

O presente artigo tem por objetivo entender a concepção do Assistente Social do Judiciário discutindo como premissa o seu papel e como acontece seu exercício profissional, dentro do Judiciário. O que impulsiona a uma compreensão da adoção consentida, sendo esta pouco estudada e ainda considerada um grande ponto de discursões sobre sua efetivação ou não pelo judiciário, sem deixar de abordar a premissa que deveria ser maior diante de todas as facetas que a adoção apresenta, que é garantia constitucional de que toda criança e adolescente tem direito a uma família, ainda sendo ela sua família de origem ou família substituta, incluindo-se nesta a opção da adoção consentida como meio desta garantia.

O que ajuda a construir uma reflexão a partir dos pontos principais discutidos ao longo deste trabalho, trazendo como foco a concepção do profissional do judiciário sobre a adoção consentida e contribuindo para uma construção de um saber significativo sobre tal temática, permitindo assim um verdadeiro e coerente porte teórico, capaz de se indagar e defender a temática proposta.

2 MOMENTOS HISTÓRICOS DA ADOÇÃO

A construção do Instituto da Adoção, universalmente foi imbuída de uma mistificação de seus reais conceitos, prioridades, definições e objetivos, essa confirmação desse fato aprofunda-se nas legislações encontradas sobre o tema, que ao longo da história vão ganhando diferentes aspectos, mas ainda não chega a contemplar todas as problemáticas em torno da mesma. Essas constantes mudanças e construções influenciam de modo impar a construção de um conceito sobre a adoção.

O primeiro vestígio da adoção, ao qual se tem conhecimento deu-se no Código de Hamurabi/ (1700 aproximadamente a.C), onde se observa uma influência da cultura vivenciada com a necessidade de uma legislação que organizasse a sociedade daquela época.

Assim o código traz uma extensa especificação da adoção no seu artigo XI Adoção, Ofensas Aos Pais, Substituição De Criança, onde se expõe em seus 12 artigos, o que nessa época regeria a prática da adoção. Neste caso é interessante enfatizar o artigo, que definiu a igualdade sobre a herança entre os filhos biológicos e adotivos.

“191° Se alguém que tomou e criou um menino como seu filho, põe sua casa e tem filhos e quer renegar o adotado, o filho adotivo não deverá ir-se embora. O pai adotivo lhe deverá dar do próximo patrimônio um terço da sua quota de filho e então ele deverá afasta-se. Do campo, do horto e da casa não deverá dar-lhe nada. (Código Hamurabi 1700 a.C)

Segundo Foustel de Coláges (2006) na sociedade Romana, a adoção se manifestava como uma forma de concessão de prole civil a alguém que não a tinha de forma natural, sendo assim se tornava um instituto jurídico que se contrapunha a filiação natural e exercia apenas papel civil. Ainda, nesse período na sociedade Romana observava-se que se tornou um meio para obter poder político e honras e eram permitidos somente àqueles maiores de 70 anos, que não possuía filhos e àqueles que tivessem a diferença de 18 anos em relação ao adotado. Neste tipo de adoção, não se fundamentava o direito à família, mas sim a caracterização jurídica e de barganha de vantagem fundamentada no poder político.

Na idade média, a adoção perdeu força e influência devido aos movimentos da igreja católica que deram status ao matrimônio e a constituição da família tendo aversão às outras formas de constituição familiar reestabelecida, através do direito francês ou código de Napoleão, e instituída pela Assembleia Legislativa e incluída no plano geral das leis, regulada nos artigos 343 e 360. Este código civil francês carac-

teriza a adoção como um contrato, devendo o adotante ter 50 anos ou mais e o diferença de 16 anos do adotante, garantindo direito a herança pelo adotado.

No contexto brasileiro, o grande reflexo que se absorveu foi o da influência portuguesa desde sua colonização, por meio da exploração indígena, que levava muitas vezes a morte. Para enfrentar essa situação, os Jesuítas criaram as casas de recolhimento, estas destinadas a receber as crianças indígenas, órfãs e ensina-lás os costumes e normas do cristianismo. Faleiros apud Leandro (1995). Ainda, no Brasil colonial outra forma para atender as crianças abandonadas foi á roda dos expostos ou enjeitados, tal sistema consistia em uma porta giratória conectada com a santa casa de misericórdia, sendo assim onde a criança indesejada era deixada mantendo o sigilo de quem a abandonava. Assim, a adoção perdurou com características de cunho assistencialista e caritativa nos períodos colonial, imperial e republicano.

No código civil de 1916 e na Lei de nº 3.133 de 1957, o processo de adoção ainda é apresentado com um emaranhado de dificuldade, tal dinâmica aumentasse ainda mais as mistificações que já eram enraizadas, desde os primórdios de sua caracterização. Fica evidente que em seu início o código civil colocava a criança e o adolescente adotados em segundo plano, caracterizando a desigualdade entre os filhos e a repartição da herança, ficando ainda mais explícito e comprovado em seus artigos o caráter discriminatório para com o direito do adotado, tendo-se assim no artigo 227, no parágrafo 6º, da constituição federal de 1988 a revogação de tal lei e a garantia de igualdade entre filhos de qualquer natureza.

Por outro lado, o Código de Menores, de 1979, com a lei nº17.943 substituído pela lei de nº6.698 traziam em seu seio um sentido pejorativo, que tratava a criança como menor irregular e que não se adequava ás normas, criando assim a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor-FEBENS, casas de recolhimento levando os mesmos á serem considerados menores ausentes de conduta. O Estado intervinha com ações paternalistas ás crianças abandonadas, gerando segundo Costa apud Leandro (2006) Um ciclo compulsivo de Institucionali-

zação. Conforme, o código supracitado o princípio da igualdade para todos os filhos e a divisão entre adoção simples e plena foram inseridos, onde a simples era revogável e aditiva e a plena era irrevogável e substitutiva.

A Constituição Federal de 1988, vigente no Brasil, garante os direitos fundamentais à pessoa humana, a efetiva proteção do Estado e da família, aos direitos da criança e do adolescente à adoção. Dentre os direitos constitucionais sobre adoção vale aqui destacar o direito a igualdade em relação aos filhos biológicos e o direito a não discriminação.

“ § 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

No ano de 1990, a lei nº 8.069, intitulada Estatuto da Criança e Adolescente-ECA vigora no Brasil de maneira universalizante embasada por meio da Constituição Federal e o ECA. Assim, a lei nº 8.242/1991 é instituída criando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e seus consentâneos estaduais CONDECAs-Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e CMCAs Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Simões (2014) esclarece que um das linhas fundamentais da Constituição e do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente é a priorização da reinserção familiar, mesmo que em família substitutiva, de criança e adolescentes em conflito familiar ou abandonadas. O autor, também discute a importância da medida regulamentada pelo ECA Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando a garantia fundamental da criança e do adolescente a conviver em família prevalecendo o direito da mesma como primo.

Em 2009 vigora a lei nº 12.010, chamada de Nova Lei da Adoção, Simões (2014, p.244) enfatiza:

“Abrandou os requisitos para destituição do poder familiar e facilitou a retirada prematura de crianças e adolescentes do convívio de suas famílias naturais. Também obscureceu o princípio constitucional do direito a esse convívio, facilitando a sua inserção em família substitutiva, visto que limitou a 2 anos tempo de abrigo para os institucionalizados, preferencialmente em endereço próximo a família de origem.

Ainda, conforme Simões (2014) na Nova Lei da Adoção, o direito da criança e adolescente, quando segundo o ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 19 prioriza o direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio da sua família, considerando que quando a família natural não possibilita a mesma ambiente adequado, para formação de seus e ainda apresentam usuários de substâncias psicoativas a criança deve ser tirada desse meio e colocada em família extensa ou encaminhada a institucionalização, sendo obrigada a equipe técnica de prestar atendimento a criança e a família e fazer a tentativa de volta a família natural e não possibilidade de inserção colocar a criança ou adolescente em família substitutiva.

2.1 Adoção Consentida

A transformação ocorrida no interior da adoção jurídico e social foi influenciadora para o que temos atualmente. Contribuíram para conceitos, modalidade, características abrangentes e dinâmicas que permite hoje olhar para esta de forma desafiadora e transformativa.

A adoção também é geralmente concebida como um ato solene pelo qual alguém assume como filho pessoa que geralmente lhe é estranha (GUEIROS, 2007 p.22). O conceito de adoção em consonância com o ECA, se conceitua ainda de acordo com Dalva Azevedo (2007) que vê o conceito de Diniz (1991) como uma totalidade do vem a ser a adoção

“Podemos definir adoção como inserção num ambiente familiar, de forma definitiva e como aquisi-

ção de vínculo jurídico próprio de filiação, segundo as normas legais em vigor, de uma criança cujos pais morreram ou são desconhecidos, ou, não sendo esse o caso, não podem ou não querem assumir o desempenho das suas funções parentais, ou são pela autoridade competente, considerados indignos de tal. (DINIZ, 1991, p. 67, citado por GUEIROS, 2007, p. 22).

Baseado nas definições acima se compreende que a adoção é um ato que além de remeter o direito de garantir a criança uma família, que lhe propicie aportes para formação de sua identidade, sincretizando os limites do apego e do desapego que envolve família e comunidade, também propicia uma forte influência na sua formação psicossocial, emocional e étnico-cultural.

É interessante destacarmos que a dinâmica da adoção foi e é formada pela dialética e pluralidade dos acontecimentos de cada época, entrelaçado ainda pelas características culturais adquiridas de acordo com as mutações da sociedade. No cerne de tais mutações adquiriram-se modalidades que caracterizam a adoção, estas como qualificadores das ramificações legislativas que regem cada tipo.

Dentre algumas das modalidades de adoção encontradas Ferreira (2010) enfatiza tipos de adoção, tais como: adoção singular, unilateral, e conjunta; adoção póstuma, adoção por estrangeiro, adoção por ascendentes e irmãos do adotando, adoção por tutor e curador, adoção por conviventes, adoção intuiti personare (adoção pronta e adoção consentida) e adoção tardia e inter-racial.

Pontuar a adoção consentida como uma modalidade da adoção geral nos faz entendê-la primeiramente como uma prática que ganha, características numa forte relação tripartite, entre adoção consentida, adoção brasileira e adoção aberta, que acabam por se entrelaçando em meio à dinâmica dialética que estas apresentam em meio ao processo de adoção.

O que se faz compreender que a adoção intuiti personare, segundo Ferreira (2010) é definida por dualidades, que se completam, onde primeiro se tem esta como:

“[...] Quando os representantes legal da criança, ou adolescente, escolhem os adotantes, ou melhor, quando os pais escolhem quem vai adotar o seu filho [...] (FERREIRA, 2010 p.81).

E ainda quando se pode defini-la como

“[...] adoções prontas ou adoções por iniciativa própria ou adoções intuito personare [...] (AZEVEDO, 2007, p. 20).”

Define-se por adoção aberta, qualquer forma de adoção em que os pais escolhem a quem doar seus filhos, sendo ainda compreendido por Azevedo (2007, p.34) que:

“[...] Estamos denominando Adoções Abertas esses processo de adoção nos quais as famílias de origem e adotivas têm conhecimento uma da outra, inclusive por que a entrega da criança é feita diretamente pela mãe ou pais biológicos aos adotivos, podendo ou não haver contatos posteriores à concretização da adoção [...]”.

A relação dual que é provocada entre as modalidades adoção intuito personare (adoção pronta e adoção consentida), adoção aberta e adoção á brasileira se dão justamente na execução e efetivação legal destas, pois enquanto uma adoção intuito personare (adoção pronta e adoção consentida), que pode ser compreendida também como adoção aberta tem um caráter “legal”, porém restritivo, devido a sua pratica obscura e não reconhecida, a adoção á brasileira, que passa á ser ilegal devido o estigma dessa criança e adolescente ser tido como moeda de troca passando a ser compreendida como um crime. Assim quando Dalva Azevedo coloca que “adoção a brasileira, através das quais os filhos biológicos de determinados pais são registrados como filhos legítimos de outros pais como se estes fossem seus pais biológicos (Azevedo, 2007, p.27)”.

Resinifica-se essa relação tripartite que perpassa as características dessas modalidades, pois se compreende que a adoção á brasileira é uma modalidade que deu origem á adoção intuiti personare (adoção pronta e adoção consentida), e adoção aberta, pois, a ideia que se tem quando analisamos principalmente no âmbito jurídico, ou seja, a efetivação e legalidade dessas modalidades de adoção é que ambas se entrelaçam de maneira única causando uma grande discussão em caracterizar a modalidade de adoção que está sendo adotada uma determinada criança e adolescente.

Contudo a adoção consentida (intuiti personare /adoção aberta) é o resultado da transformação que essa modalidade, adoção á brasileira sofreu com o passar dos anos, passando a ser compreendida como um meio legal e efetivo de se adotar uma criança ou adolescente.

Toda essa conjuntura em que nasceu a adoção consentida (intuiti personare /adoção aberta) contribui para que esta seja pouco pontuada e até mesmo reconhecida como analiso neste artigo, pois atualmente, ainda nas designações de Azevedo (2007), é pouco, quase não comentada devido os seus contrapontos, tornando-se uma pratica de modalidade invisível, por ser tão complexa e embutida de preceitos que vão desde os valores culturais construídos pelo individuo e imposto pela sociedade hodierna, entendo que a sua invisibilidade se da pela falta de discursões sobre sua legalidade.

2.2 adoção Consentida: desafios e avanços

Com a designação do ECA observa-se a modalidade da adoção consentida também se configura como um direito a família substituta como rege o ECA, porém ao se aprofundar nesta se observa uma forma peculiar de garantir esse direito da criança e adolescente a conviver familiar, pois como nos respalda Ferreira (2010).

“ Verifica-se que a adoção intuiti personae diferencia das demais modalidades de adoção por conceber a possibilidade de indicação, por parte da mãe ou pai biológico,

da pessoa que irá adotar o seu filho e a possibilidade da dispensa do prévio cadastro dos pretendentes a adoção, que devem se enquadrar nas exceções previstas na lei. (FERREIRA, 2010, p.83).

Assim, a modalidade da adoção consentida passa a ser desafiadora devido essa peculiaridade encontrada em seu interior. Ainda, segundo Ferreira (2010) esclarece como adoção, pessoas ou casais não cadastrados-exceção, enquanto o ECA –Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art.50,§13, define:

66 § 13 Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:

- I. Se tratar de pedido de adoção unilateral;
- II. for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade;
- III. oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de

3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos art. 237 ou 238 desta Lei.

§ 14 Nas hipóteses previstas no § 13 deste artigo o candidato deverá comprovar, no curso do procedimento, que preenche os requisitos necessários à adoção, conforme previsto nesta Lei.

Diante disso, pode-se compreender que a prática da modalidade da adoção consentida é de certa forma velada de maneira sorrateira pelo legislador, pois a sua existência e prática real não assumida e reconhecida pelo mesmo. No processo da adoção consentida à criança já criou vínculo afetivo e emocional a família substituta e seguindo o pressuposto de que o ideal é o bem estar da criança ou adolescente se torna inexpressivo não conceder a adoção por conta da não presença no cadastro nacional da adoção, sendo que no ECA-Estatuto da Criança e

do Adolescente e nas legislações, que antecedem não existe artigo que prove ou obrigue a se seguir um sentido cronológico desse cadastro, já que o que se prima é o direito da criança de se ter uma família e não ser colocada em um abrigo e a sua espera. Contudo, a adoção em muitos casos é deferida, porém o que não acontece no judiciário é a caracterização desta adoção como adoção consentida.

3 A CONCEPÇÃO E ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO SOBRE A ADOÇÃO CONSENTIDA

O trabalho do assistente social em qualquer espaço sócio ocupacional exige uma flexibilização e um constante entrelaçar do que BARISON em IAMAMOTO (2000) denomina de Núcleo Duro da profissão, dimensões que competem e regem de maneira propositiva o seu fazer profissional. Nesse entrelaçar de flexibilização e dimensão exige-se como característica principal do Assistente social um entendimento universal do seu objeto de trabalho, seja ele em qual área de atuação da profissão for, ou seja, cabe ao profissional ser investigativo e ator transformador da realidade. Assim, “o atributo central da ação profissional, se constrói a partir da demanda que é posta, historicamente ao Serviço Social.” (BARISON apud IAMAMOTO, 2007, p.17).

Por isso, a execução do fazer profissional do assistente social na contemporaneidade o instiga a ser um profissional para além do que está implementado em suas legislações, o que gera um anseio de saber como se deu a construção de suas atribuições em vários espaços sócio- ocupacionais. Assim, o profissional do Serviço Social deve ter visão crítica e universalista ao entender cada discursão social que permeia seu fazer entrelaçando nesse meio às dimensões, princípios e diretrizes que fortalecem e o caracterizam como Assistente Social, no âmbito judiciário não se torna diferente tendo esse, como BARISON (2007, p 49) diz: “[...] entender quais são as expressões da questão social que se constituem como objeto de trabalho para o Assistente Social do Poder Judiciário, é importante compreender os tipos de demandas que apresentam para o próprio Tribunal de Justiça [...]”.

No espaço ocupacional do Judiciário, não é diferente compreender esse profissional como um agente transformador que antes da prática efetiva de sua profissão (atribuições privativas), tem como premissa um construir crítico-dialético, que antes de tudo perpassa em sua concepção e compreensão sobre o seu espaço ocupacional e demanda que atende para assim poder atuar efetivamente.

A atuação do Assistente Social é ainda citado pelo ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, através de uma equipe técnica, sendo o profissional participante dessa, enfocando a importância implícita da interdisciplinaridade para a rede de proteção da criança, esta se definindo por BARISON como:

“Um relacionar entre disciplinas e ainda uma forma de aproximação de forma recíproca, utilizando-a no contexto social como o aproximar de profissões e suas discussões, podendo culminar em um fazer mais próximo ao real e pautado primeiramente em um conhecimento amplo. (BARISON, 2008 p.59 apud MIOTO).

Entende-se, portanto que a atuação do Assistente Social no Judiciário dá-se por uma atuação investigadora, utilizando e não fugindo das suas bases de regulamentação, competências e atribuições definidas pelo Código de Ética em defesa do Projeto Ético- Político, ambos pautados na elevação dos Direitos do Cidadão e ainda com capacidade ímpar de estar em constante dinâmica de intervenção e entendimento da universalidade das situações de cada caso estudado.

O Assistente Social, definido pelo Conselho Federal de Serviço Social (2001, p.10), primeiro profissional a trabalhar no judiciário, define-se como ator essencial a qualquer decisão judiciária e utilizador de uma instrumentalidade capaz de apreender e entender a totalidade estudada para definir o melhor para a criança e o adolescente.

As atividades do Assistente Social em frente às questões da família e da criança e adolescente acentuam-se nas bases de atividades definidas como essenciais pelo ECA -Estatuto da Criança e do Adolescente,

caracterizando-se por atividades de observação, investigação, diagnósticos, escuta, orientação, encaminhamentos, acompanhamentos e ainda demais atividades que forem necessárias para a efetuação do seu fazer profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos a adoção, como um processo histórico de formação e contorno definido pela relação social, que a adoção ganhou definições e características com o desenrolar das transformações ocorridas ao longo do tempo. Transformações essas que teve grande contribuição das legislações que fomentam e efetiva o direito da criança e adolescente à convivência familiar, o direito de conviver em uma família.

Contudo, o que ainda observa-se na realidade é que os abrigos, ainda estão lotados de crianças e adolescentes, esperando a efetivação de seu direito primo ser concluído, e o que se aponta é que a morosidade da justiça ainda é um grande motivador, da não efetivação desse direito.

A atuação do Assistente Social do Judiciário é nítida na sua primordial importância, em um processo de deferimento de adoção, pois é este profissional que é capaz, de observar além do aparente posto pela realidade observada e no desenrola do processo, ainda é capaz de construir um instrumental, que tem atribuição privativa sua, com a capacidade por muitas vezes decisiva em deferimento do processo de adoção.

Portanto, no que tange a adoção consentida a Concepção do Assistente Social do Judiciário segue-se na positividade de entender e primar o direito à criança e ao adolescente de ter uma família, tendo como base os seus instrumentos regulatórios, entendendo ainda a Adoção Consentida, como forma de beneficiar e garantir aos detentores de direitos uma infância, uma formação de identidade no seio de uma família.

Assim a contribuição deste artigo se dá justamente em instigar o aprofundamento conhecida, porém pouco discutida, uma discussão frente à efetivação da garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- BARISOM, Mônica Santos. “O trabalho do Assistente Social no poder judiciário”: a realização do estudo social e a elaboração do parecer técnico, Caderno UniFOA, Rio de Janeiro, ed. n°5, 2007.
- BARROCO/TERRA, Maria Lúcia Silva, Sylvia Helena: Código de Ética do/a Assistente Social comentado; Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, (organizador). -São Paulo: Cortez, 2012.
- BRASIL, Código de Ética do/a Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. -9 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.
- _____. Orientações técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.
- _____. Código civil Brasileiro e legislação correlata- Brasília-DF.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8069/13. Julho de 1990.
- CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL, Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social-Brasília-Unb - Centro de Educação Aberto, Continuada, a Distância, 2011-01-25.
- DIAS, Maria Berenice. Adoção entre Medo e o dever. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/>>
- _____. Adoção sem preconceito. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/>>
- DIAS, Maria Berenice; OPPEREMAN, Marta Cauduro, Adoção direito Constitucional ao afeto. Disponível: <<http://www.mariaberenice.com.br/>>
- _____, Maria Berenice; OPPEREMAN, Marta Cauduro. Adoção direito Constitucional. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/>>
- ELY, Fabiane Regina-Serviço Social e Interdisciplinaridade (Universidade de Santa Catarina).
- FREYRE, Gilberto. CASA-GRANDE & senzala: Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. Visita a uma fazenda, J-B. Debort, Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, 1934, v.2, pr10. Acervo do Instituto Brasileiro da USP.
- FERREIRA, Luiz Antônio Miguel: Adoção: Guia prático doutrinário e processual com alterações da Lei n° 12010, de 3/8/2009 - São Paulo; Cortez, 2010.
- GARCEZ, Sergio Matheus: O novo direito da Criança e do Adolescente- Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6° edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- GISMÁLIA. Marcelino Mendonça. 3° edição. Salvador. Editora Unifocs, 2013.

GUERREIROS, Dalva Azevedo. Adoção consentida: do desenraizamento social da família à prática da adoção aberta. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 20 ed. São Paulo, Cortez; 2011.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (organizador): Família brasileira, a base de tudo-10 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011.

KUSANO, Sueli Mitie. “Adoção intuitu personae”, Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?cod.arquivo=2323>. Acesso em: Maio de 2015.

KREUZ, Sergio Luiz. Direito à Convivência Familiar da Criança e do Adolescente - Direitos Fundamentais, Princípios Constitucionais e Alternativas ao Acolhimento Institucional.

LEANDRO, Renata Christina: Ação Social Junto à criança, adolescente e terceira idade-São Paulo, 2001 editora: Sol.

MINAYO, M.C de S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 5º ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo, “A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social”; Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho Profissional. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAah2sAA/a-construcao-projeto-etico-politico-servico-social>.

NOVAS REGRAS DE ADOÇÃO. Guia Comentado: Disponível em: <http://www.amb.com.br>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, (ORG.). O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social/ 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. - 4 ed./ organizado por FNDCA. Brasília: FNDCA; CONANDA; SDH, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social um estudo sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMPAZZO, Carla Cristina Sorrilha; MATIVE, Suelen Nara Matos. “As novas Regras para a Adoção e o Papel do Assistente Social Judiciário”.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de Sá (Org.): Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 8ed. São Paulo, Cortez 2010.

SETÚBAL. Aglair Alencar. Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, Carlos: Curso de direito do serviço social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2014 (Biblioteca Básica de serviço social; v. 3. Site: <http://www.culturabrasil.org/zip/hamurabi.pdf>).

AS NOVAS REPRESENTAÇÕES DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO

*Cristiani Félix de Sousa*³⁰

*Luciany Rosado Leitão Braga*³¹

RESUMO: O presente artigo traz em seu bojo uma contextualização de família e suas novas representações na contemporaneidade. Diante disso, o objetivo geral é compreender as novas representações familiares na contemporaneidade. Como objetivos específicos têm-se: entender como esta família se constituiu nos moldes da atualidade e identificar a existência de exclusão social nas novas famílias contemporâneas. A metodologia contou com pesquisa bibliográfica tendo como autores de base: Forma Walsh (2016), Kaloustian e Ferrari (1994), Yamamoto (2006). Para tanto o interesse pela temática se aguçou pelo desejo de contextualizar como este conjunto familiar tão complexo e carregado de emoções do qual todos fazem parte vem se delineando na conjuntura atual onde a intolerância em relação às diferenças é crescente, havendo a necessidade de discussão sobre o tema para reforçar-se a formação de educação da sociedade. Conclui-se que a sociedade não é aberta para dialogar, muitos se fecham nos seus ideais prontos e tidos como corretos e não se permitem para o novo, para integração e inclusão de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras Chaves: Família. Contemporaneidade. Exclusão Social.

30 Assistente Social, especialista em Elaboração e Gestão de Projetos Sociais, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade.

31 Bacharel em Serviço Social e Direito, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Psicologia Organizacional. Professora da Faculdade Ademar Rosado- FAR

1 INTRODUÇÃO

“A família, como todo sistema vivo, apresenta um contínuo processo de transformação, atravessando etapas, que implicam constantes mudanças e adaptações. (PERROT, 1993).

A família é espaço complexo, dinâmico e que passa por grandes transformações ao longo do tempo, na contemporaneidade pode-se observar a diversidade de representações familiares existentes e com isso os conceitos de formação e educação da sociedade devem adaptar-se, para que o futuro não seja repleto de pessoas intolerantes e preconceituosas, que discriminam sem ter conhecimento, pois diante de contínuas e intensas transformações que o país e o mundo enfrenta seria bem vinda uma reeducação de novos valores, entretanto há enraizado em algumas pessoas uma visão distinta que pode não ser passível de mudança, daí a exclusão só tende a se fortalecer e uma geração de intolerância paira sobre a sociedade.

Assim, o interesse pela temática se deu pelo desejo de contextualizar como este conjunto tão complexo e carregado de emoções do qual todos fazem parte vem se delineando na conjuntura atual onde a intolerância em relação às diferenças é crescente, havendo a necessidade de discussão sobre o tema para reforçar-se a formação de educação da sociedade. Diante disso, esse artigo teve como objetivo geral compreender as novas representações familiares na contemporaneidade. Como objetivos específicos adotou-se: entender como esta família se constituiu nos moldes da atualidade e identificar a existência de exclusão social nas novas famílias contemporâneas. A metodologia contou com pesquisa bibliográfica tendo como autores de base: Froma Walsh (2016), Kaloustian e Ferrari (1994), Iamamoto (2006).

Há algum tempo atrás um modelo bem rígido era imposto como o correto para constituição de famílias, denominado nuclear e por consanguinidade, contemporaneamente há uma diversidade de representações familiares compostas por diversos membros e estes convivem

por diferentes laços, não somente o consanguíneo, mas o afetivo e de vínculos. Ressalta-se que estas famílias podem compor-se e desfazer-se com mais facilidade quando só coabitam no mesmo lar sem a força da lei o que de certa forma é vista como solúvel mais facilmente, daí tantas questões permeiam esta família, tornando-a complexa. Analisar-se-á a diversidade de representações familiares existentes e suas características neste contexto enfatizando que esta é inserida na sociedade e são alvos de críticas até chegar ao processo doloroso de vivenciar preconceitos e exclusão pelo próprio meio que estão inseridos.

2 AS REPRESENTAÇÕES FAMILIARES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A temática família vem ganhando atenção e importância ao longo dos anos, entretanto sua definição sofre alterações bem distintas, conforme o contexto sóciohistórico e cultural. Compreender essa categoria remete a complexidade e a compreensão precípua do seu termo. Segundo Lévi-Strauss, a família define-se como:

“Há um modelo ideal de família, e esse deve possuir as seguintes características:

(1) tem sua origem no casamento; (2) é constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união; e (3) os membros da família estão unidos entre si por (a) laços legais, (b) direitos e obrigações econômicas e religiosas ou de outra espécie, (c) um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, medo e outros. (LÉVI- STRAUSS, 1956, p.34)

O autor descreve família com um conceito bem arraigado em um momento histórico, que a definição era taxativa e o entendimento era bem restrito a fatores da igreja ou mesmo que era correto a dado contexto. Contudo, a sociedade transforma-se dia-a-dia e determinados

conceitos, já não cabem mais, pois, a família na sociedade contemporânea traz uma nova realidade. A abrangência do termo “família” para “famílias” é analisada de forma plural e dinâmica. A conjuntura atual passa por profundas transformações, em diferentes sentidos e causa um verdadeiro abalo sísmico nas questões: sociais, econômicas, culturais e políticas, o que reflete profundamente em toda esfera da sociedade, conseqüentemente nas famílias, que acabam produzindo impactos no sistema/núcleo e nos seus componentes, que são (complexos e variados). Ariès (1986) contextualiza de forma histórica e social a família e seus componentes explicitando como foi sendo determinada na sociedade.

“Na realidade, a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas assim que as instituições políticas lhe oferecem garantias suficientes, ele se esquiva da opressão da família e os laços de sangue se afrouxam. A história da linhagem é uma sucessão de contrações e distensões, cujo ritmo sofre as modificações da ordem política. (Ariès, 1986, p.213)

Em uma das primeiras definições de família, Ariès enfatiza que a família é o abrigo de cada indivíduo, paralelo a isso a Constituição de 1988 no Brasil especifica suas obrigações e traz a família como a primeira responsável pelos seus componentes, caso essa não consiga dar conta será repassado ao Estado, contudo o autor especifica que quando o Estado falhar a família será seu suporte, o correto seria esta ordem, pois oferecendo condições dignas e garantindo os direitos de forma igualitária, a família conseqüentemente teria mais base e sustentação, ou mesmo seria empoderada.

Porém, Ariès, ainda destaca que os indivíduos que compõe uma família acabam sendo individualistas, pois quando estes têm garantias suficientes ofertadas pelo Estado, estes se dispersam revelando a falta de coletividade entre seus membros, logo se vê que as mudanças ocorridas na conjuntura da sociedade afeta o cotidiano do casal, entretanto da

família que como Oliveira (2009) enfatiza que são influenciado pelas mudanças societárias, que afetam as estruturas e o contexto no qual os cônjuges estão inseridos. Cada casal, entretanto, possui uma maneira de vivenciar essas transformações históricas. O cotidiano, carregado de historicidade, é revestido pelo tempo presente.

Os componentes de uma família são distintos, isso reflete a diversidade de representações familiares existentes, mas que nem sempre foi assim, teve e tem que se enfrentar um longo caminho (de resistência, preconceitos e intolerância) até a contemporaneidade. Os avanços aconteceram porque a sociedade metamorfoseia-se continuamente e direitos humanos ficaram mais em voga havendo um diálogo aberto na sociedade, Kaloustian & Ferrari (1994) trazem um conceito de como é entendida na contemporaneidade família. Conforme os autores:

“A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e morais, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (KALOUSTIAN & FERRARI, 1994)

Os autores trazem um conceito atual de família, onde primeiramente esta se origina no seu lócus, o lar, onde estes residem e compartilham suas diferenças, constroem laços, essa família é entendida por diferentes modelos familiares existentes, estas novas representações familiares refletem a pluralidade existente de novas configurações de famílias.

Por exemplo, observa-se às famílias contemporâneas biparentais, divorciadas, monoparentais, recasadas, de indivíduos que assume sua

orientação sexual e homossexualidade e adotivas. Analisa-se que as famílias contemporâneas biparentais (ou a tradicional família de casal heterossexual com filhos) estas vem sendo desafiada pela modernidade, onde não só homem/pai trabalha, mas a mulher/ mãe está no mercado de trabalho. Os desafios entre família e trabalho são bem distintos, pois cada um administra conforme sua realidade.

Quando acontece o divórcio e estas famílias dissolvem-se a preocupação se torna maior quando se tem um filho, pois adaptar-se e estabelecer uma boa relação, muitas vezes se torna um transtorno, por isso algumas famílias optam por não enfrentar este processo moroso e delicado, daí quando os cônjuges resolvem relacionarem-se novamente, estes optam por viver em coabitação, gerando uma nova família.

Nas famílias monoparentais, o desafio é bem maior, pois além do jugo da sociedade, o trabalho redobra-se, alguns pais são solteiros por opção, outros após o divórcio, esta estrutura familiar vem aumentando nas últimas décadas e muitos questionamentos surgem, entretanto, oferecer uma boa criação para seus filhos é outro desafio fundamental. Por outro lado, a forma de recasamento, também é algo bem recorrente, onde entram em cena os padrastos e madrastas, na perspectiva dos filhos, estes são algumas vezes bem aceitos, outras vezes visto como forasteiros, logo dialogar com os filhos (as) para prepara-los psicologicamente para esta nova relação é o que se espera, caso contrário esta relação tende a ser marcada por conflitos e problemática, pois ficarão implícitos quem detém o poder para decisões com os filhos.

A vida familiar de indivíduos que assume sua orientação sexual e homossexualidade é marcada por contínuas resistências, discriminação e preconceito, porém este cenário vem modificando-se ao longo dos tempos e muitas conquistas já foram efetivadas, com isso “o normal está nos olhos de quem vê, e todos que veem estão envolvidos por narrativas sociopolíticas, religiosas e culturais mais amplas as quais influenciam o que eles conseguem ver e como interpretam o que veem, Froma Walsh (2016, p.175).

Froma Walsh (2016) destaca também que com a transformação das normas e estruturas das sociedades no mundo inteiro, nosso

conhecimento do funcionamento familiar e nossas abordagens para fortalecer as famílias devem estar em sintonia com nossos tempos e contextos sociais, na linha de frente das tendências atuais estão as seguintes: variações nos formatos familiares; variações nos papéis de gênero e relações; crescente diversidade cultural; sociedade multicultural; crescente disparidade socioeconômica e curso da vida familiar variado e amplo.

Desmitificar os preconceitos e estigmas da sociedade tradicional, com a diversidade de composições familiares existentes, por exemplo, como é o caso de casais homoafetivos é uma luta de todos, garantir os direitos de forma igualitária, onde todos sejam vistos como sujeitos de direitos e não como estereótipos.

Petrini (2003) afirma que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade.

Com um arsenal de leis existentes para garantir os direitos da população, as políticas sociais trazem suas significativas contribuições para este contexto, o público assistido por estas políticas sempre tem em seu bojo uma composição familiar. A questão da família vem ganhando mais espaço na sociedade, com a política pública da assistência social, esta traz a família como objeto central.

“Na matricialidade sociofamiliar, em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, de modo a romper com o caráter de atenção emergencial e pós- esgotamento das capacidades protetivas da família. (TEIXEIRA, 2009, p. 257)

A autora aborda que a partir do SUAS a família constitui-se como conjunto, pois esta era vista de forma fragmentada, entendendo os problemas e vulnerabilidades dos seus indivíduos isoladamente, a partir do momento que a proteção social abarca para unificar e trazer formas que minorem a vulnerabilidade de diversas famílias este cenário traz algumas melhoras, pois quase todos os programas e projetos da seguridade social perpassam o âmbito familiar e é neste espaço que se encontram os sujeitos que fazem parte da sociedade.

Neste espaço de rituais, de laços, afetos, diferenças, complementariedade e complexidade é que se gestam as famílias, a cada dia estas se modificam e moldam seu estilo próprio de buscar a felicidade para conviverem entre si. Toda a redoma que circunda cada família tem sua complexidade específica, como estas vão se modelar na sociedade ressaltando suas diferenças e diversidade ainda hoje é tida como algo fora dos padrões para alguns.

O que é diferente e novo causa estranhamento, mas quando se tem uma visão de mudança e de transformação para um futuro mais inclusivo e igualitário não encontramos resistências, os reflexos serão positivos na sociedade, entretanto sabe-se que é algo desafiador, pois os indivíduos são complexos e bem distintos, alguns são mais sensíveis às novas mudanças, outros bem resistentes. Entender que as diferenças fazem parte de cada um é o ponto principal para a reflexão de novas representações familiares.

3 EXCLUSÃO SOCIAL NAS NOVAS REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

Em um país onde a desigualdade social é eminente e suas classes distintas, vê-se o retrato contrastantes de abismos de diferenças principalmente econômicas, com isso percebe-se a presença devastadora de lobbies e de uma classe de poder público, cada vez mais imerso na corrupção o que é uma triste realidade a ser vivenciada e que impacta os indivíduos que dela pertencem.

Albuquerque (1995) enfatiza que as políticas sociais públicas de natureza setorial, sendo em geral de extensão insuficiente, descontínua e precária nas áreas de concentração de pobreza, distribuem-se desigualmente entre elas, numa gradação em que as metrópoles do Sudeste são mais beneficiadas do que o Nordeste metropolitano, este último é melhor atendido do que o Nordeste urbano não-metropolitano, com o nordeste rural delas recebendo a menor atenção.

Esse fato em grande parte explica por que os diferenciais de níveis de vida médios entre os pobres dessas regiões são muito mais elevados do que os relativos a suas rendas per capita. Vê-se com isso só reforça a exclusão que segrega cada dia mais, com políticas sociais ineficazes que não visam transformação de uma realidade.

O Brasil é considerado um país desigual, e estas desigualdades refletem o modo de vida dos brasileiros e qualificam sua definição em uma sociedade preconceituosa. No entanto, não se pretende esgotar todo conteúdo a respeito da desigualdade social que é densa e complexa, aqui só será um ensaio para a discussão a respeito da exclusão social na contemporaneidade.

Conforme Yamamoto (2006), a questão social é a expressão da contradição existente entre capital e trabalho, é a manifestação no cotidiano da vida das pessoas, da desigualdade social. A partir do exposto da autora infere-se que a questão social é o reflexo da desigualdade social existente na sociedade, esta desigualdade abre brechas para que o país não avance por completo.

A desigualdade social deu uma guinada considerável desde a industrialização, esta vem massacrando uma classe em detrimento de outra, que se eleva pela expropriação do trabalho que muitas vezes faz analogia ao trabalho escravo. O país que é marcado por diferenças bem contrastantes em todos os seus âmbitos, e aqui esta não é somente a diferença entre ricos e pobres, é mais além onde reflete à sua população todos os tipos de desigualdade social, tais como: racial, regional e de gênero, dentre outras gerando a exclusão social, bem como enfatiza Gomes e Pereira (2014):

“O termo exclusão social tem sentido temporal e espacial: um grupo social está excluído segundo determinado espaço geográfico ou em relação à estrutura e conjuntura econômica e social do país a que pertence. No Brasil, esse termo está relacionado principalmente à situação de pobreza, uma vez que as pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social, porque se encontram em risco pessoal e social, ou seja, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação). (GOMES, PEREIRA, 2014, p.359).

Por esta razão, a exclusão social é resultado da desigualdade social que todas as nações experimentam, a população brasileira faz esta exclusão por determinados quesitos, onde a discriminação é bem mais evidente sobre os vulneráveis. Pode-se observar a família contemporânea como exemplo e podendo esta ser alvo desta exclusão na sociedade, que mais discrimina e deixa à margem, do que oferece condições para se equiparem.

Parte-se do pressuposto que esta exclusão social nas novas representações de família contemporânea possa existir ou não, logo a sociedade muito se avançou em busca de igualdade de direitos, porém a intolerância ainda é presente existindo casos de violência, leis são violadas e o que há de mais desumano podem ser presenciados, algumas vezes pacificamente pela sociedade, sem nenhuma reação.

A exclusão social está intrinsecamente ligada a preconceitos velados e/ou expostos, e para identificar este não é algo tão simples e fácil, pois muitos ainda mascaram por trás de “boas pessoas” um pré-conceito, onde se há um conceito antecipado de algo que não se conhece. Foi destacada a diversidade existente de representações familiares: as famílias contemporâneas biparentais, divorciadas, monoparentais, recasadas e de indivíduos que assume sua orientação sexual e/ou homossexualidade, em muitas destas em algum momento surgiu o preconceito, tanto na sua própria família, quanto na sociedade em geral.

A exclusão social é gerada a partir de muitos fatores, dentre eles, a violência gerada por diferenças sociais de valores, culturas, religião, gênero, que é inculcada pela própria sociedade em um sistema falho e discriminador, logo a família é constituição da sociedade e esta faz dos seus indivíduos suas próprias vítimas. Todas as representações familiares contemporâneas podem sofrer algum tipo de exclusão social em algum momento, porém em uma escala diferenciada.

A sociedade sempre repulsa ou estranha algo ou alguém que esteja fora dos padrões sociais, logo se pode observar que uma das famílias que mais são vítimas desta exclusão, são as famílias homoafetivas, estas sofrem diversas formas de discriminação, muitas vezes desde a infância estes já sofrem por bullying e quando crescem os ataques discriminatórios podem aumentar, a própria família algumas vezes é a principal causadora de preconceitos, onde estes sofrem diferentes tipos de violência, desde a psicológica até a física, infelizmente algumas vezes chegando a causar a morte.

Dados do jornal O Globo por Marcos Alves (2017) destaca que o Grupo Gay da Bahia (GGB) registrou um aumento de 30% nos homicídios de LGBTs em 2017 em relação ao ano anterior, passando de 343 para 445. Segundo o levantamento, obtido pelo GLOBO, a cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da “LGBTfo-bia”, o que faz do Brasil o campeão mundial desse tipo de crime.

A causa das mortes registradas em 2017 segue a mesma tendência dos anos anteriores, predominando o uso de armas de fogo (30,8%), seguida por armas brancas cortantes, como facas (25,2%). Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se mais homossexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBTs.

Analisar-se-á a exclusão social em cada representação familiar destacada na sua singularidade destacando similaridade em problemas sociais nas famílias. Nas representações familiares constituídas por famílias contemporâneas biparentais, ou modelo de família patriarcal, constituída por casais heterossexuais, onde são membros: mãe, pai e filho (s), esta passa por questões sociais que se assemelha com as demais

famílias, pelo preconceito e discriminação referentes a aspectos culturais, econômicos, sociais, porém o que mais tem reflexos nos desafios entre trabalho e família, pois na contemporaneidade os pais não são mais os únicos provedores, na sociedade atual a mulher tem seu papel significativo e esta entra no mercado de trabalho para suprir as necessidades de sobrevivência do lar e percebe-se agora famílias com dois provedores e disso gera uma certa resistência em determinadas famílias que muitas vezes não entram em consenso e que acabam tendo uma certa resistência e impasse.

Destacando na sociedade a diversidade de representações familiares o provedor assume um papel descentralizado, pois este já não é caracterizado apenas por uma figura e sim por uma colaboração entre partes. Santana (2010) enfatiza que se pode afirmar que as relações sociais são marcadas pela questão de gênero, visto que o modelo construído que se tem funciona como referência e serve para regular as relações entre homens e mulheres, perpassando em todas as esferas da vida, sejam elas privadas ou públicas, e está permeado pelas relações de poder, este construído pela sociedade através de suas convenções culturais e sociais.

Froma Walsh (2016) destaca que o papel do gênero em estilos de vida com dois provedores vem tornando-se cada dia mais comum:

“Uma tendência contemporânea de criação dos filhos enfatizando maior envolvimento e apoio do desenvolvimento emocional e cognitivo da criança, associadas a maiores demandas pelos cuidados aos familiares adultos mais velhos transformaram as mulheres trabalhadoras na geração “sanduíche”, sobrecarregada com pesadas demandas de cuidados no início/metade e final da idade adulta. (FROMA WALSH, 2016, p.89).

Esta geração “sanduíche” vem atribuir à mulher uma rotina de trabalho dupla (muitas vezes em casa, com trabalhos domésticos, cuidados com os filhos e com o mercado de trabalho e sua vida profissio-

nal), esta agora é questionada sobre seu papel no lar e no seu trabalho. No entanto deve-se partir de consenso da parte de seu parceiro para que se isso não seja compreendido como um problema, mas como uma solução para que juntos possam agregar e construir um futuro melhor para seus filhos.

Com dificuldades de lidar questões familiares e vida profissional algumas pessoas tentam solucionar de diversas formas seus problemas para que não haja de fato um divórcio, porém quando já não encontram soluções adequadas, algumas tendem a continuar em uma relação desgastada e que trará reflexões na educação dos filhos (as), outros realmente tomam uma decisão muito difícil que é separar-se por meio do divórcio. O próximo item destaca a contextualização dos diferentes modelos de família, iniciando elas famílias divorciadas.

3.1 a contextualização da família divorciada

Quando a família entende o papel de gênero, com dois provedores como um problema, estes dificilmente conseguem manter a família unida, pois enfrentam crises e momentos estressantes, até chegar ao seu ápice que o desenlace acontece e esta família agora se constitui como divorciada. Este momento é marcado por muita turbulência principalmente quando esta família tem filhos, o divórcio em sua maioria é traumático tanto para os pais como para os filhos, que nem sempre compreendem e tendem a enfrentar transições de novas adaptações em sua vida.

A mulher e homem que passam pelo processo de divórcio podem sentir a necessidade de constituição de uma nova família e esta questão deve ser tratada de forma igualitária tanto para o homem quanto para mulher. Entretanto é sabido que durante muito tempo, a mulher divorciada não era vista com “bons olhos” pela sociedade e infelizmente até hoje ainda é vista de forma pejorativa, enfrentando muitas discriminações em questões de gênero e preconceito para ter seus direitos garantidos, onde o homem sempre elevou-se como superior em terminar um relacionamento e seguir novos rumos.

3.2 famílias monoparentais

Depois de enfrentar um divórcio ou uma separação informal, a família que tem filho terá suas responsabilidades arcadas, por apenas um dos pais na criação dos filhos, ou denominada como família monoparental, mas que também podem ser pais solteiros por opção, no entanto esta tem como um dos seus principais desafios à questão econômica, pois quem ficará com os cuidados e criação do filho (a) terá que ter tempo e recursos financeiros suficientes que consigam suprir suas necessidades como família.

Esta enfrenta também diversos tipos de exclusão na sociedade, pois a mãe geralmente quando fica com os cuidados do filho (a) é vista na sociedade como “mãe solteira” e cada um gera um pré-conceito diferenciado e muitas vezes negativamente.

Esta família é desafiada pela sociedade a conseguir driblar as necessidades da vida moderna e Froma Walsh (2016) remete que o fracasso da sociedade em possibilitar às famílias monoparentais apoio financeiro, social e psicológico requer que cada família individual aborde e vença os problemas que poderiam ser mais bem tratados de maneira coletiva, mesmo que os problemas sejam em geral mais um resultado da inadequação dos sistemas de serviço que deveriam apoiá-los do que de déficits pessoais.

Percebe-se desde sempre o sistema falho que não abarca todas as necessidades da vida social ou pelo menos as mais visíveis, este é um Estado mínimo para o social e máximo para o mercado, onde as minorias não tem suporte para que sejam melhor amparadas.

3.3 famílias recasadas

Estas famílias têm seus pontos fortes e fracos e enfrentam os problemas da família biparental em partes, mas com novos desafios de uma constituição familiar. Entretanto na sociedade atual vem aumentando consideravelmente uma nova roupagem: a coabitação que se torna uma maneira menos burocrática, logo pelos trâmites do divórcio esta enfrentaria longos processos que podem mover problemas emocionais

e também gastos econômicos, sendo a forma mais fácil para estarem juntos como nova família. Os recasamentos na contemporaneidade surgem muitas vezes da coabitação, pois recasar-se é um processo minucioso de adaptação dos filhos da primeira relação, onde a nova mãe será a madrasta e novo pai o padrasto, o que na sociedade é rotulado algumas vezes negativamente e envolve muito diálogo para constituir-se como família.

3.4 famílias homoafetivas

As famílias formadas por casais homossexuais/homoafetiva tiveram e têm que enfrentar muitos impasses para sua aceitação, desde sua própria família, como a sociedade e esta tem um crivo algumas vezes muito cruel e crítico com o que acha “diferente”.

Pode-se analisar que dos variados tipos de representações familiares as famílias homoafetivas tem uma trajetória mais difícil para se consolidarem como família, como Froma Walsh (2016) elucida nos casos da vida familiar de indivíduos que assume sua orientação sexual e homossexualidade, estes:

“Em alguns casos, em vez de proteger seu filho contra o preconceito, os pais e irmãos se transformam nos principais predadores da discriminação agressiva contra um jovem gay ou lésbica. Em vez de ficarem do lado do seu filho contra forças preconceituosas na comunidade e sociedade mais ampla, os membros da família têm atitudes e comportamento que se transformam na maior ameaça, levando a abuso físico ou sexual ou expulsão do filho de casa. (FROMA WALSH, 2016, p. 180).

O que a autora retrata é um caso que infelizmente tem uma incidência grande na sociedade, esta que é ainda entendida como modelo patriarcal que há uma família ideal ou certa para se constituir e com esta visão as famílias incutem ideias de certo e errado, de normal e diferente e quando um filho ou filha assume sua orientação sexual e esta não é o que elas romantizam, alguns têm esta tendência de repulsa

e começam a discriminar e não apoiar ou ao menos tentar compreender que este é um dos momentos o filho mais precisa da sua família.

Procurar auxiliar e não julgar seria o caminho menos doloroso para a família, porém mesmo quando esta aceita seu filho/filha, Froma Walsh (2016) destaca o caso dos Estados Unidos que não difere muito do Brasil, que mesmo havendo a aceitação por parte dos pais em relação a orientação sexual dos filhos (as), inicialmente, os membros da família tendem mais a rejeitar do que aceitar, e em longo prazo o resultado tende a ser mais comparável a “tolerância” em vez de “aceitação” afirmativa.

3.5 famílias adotivas

Quando as famílias não conseguem ter filhos pela gestação normal, muitos seguem pelo caminho da adoção, na sociedade atual vê-se um crescente aumento de casais homoafetivos adotando crianças, o que é um grande avanço na sociedade e garante a igualdade de direitos.

“No entanto a adoção é um processo bem delicado e complexo onde há todo um processo judicial em jogo com a vida da criança ou adolescente e com os pais que enfrentam um processo de espera e posteriormente do ciclo vital de nova família que será um processo de adaptação e construção de vínculos de ambas as partes. Froma Walsh de forma bem explicativa argumenta que As famílias formadas pela adoção são necessariamente complexas. Suas histórias sempre incluem perda, intervenção de profissionais do sistema legal e serviço social e uma consciência de que elas são diferentes da maioria das outras famílias. Quando esta complexidade é aceita, quando as perdas são reconhecidas e resolvidas; quando os pais e seus filhos se sentem satisfeitos com a adoção como um caminho legítimo para se tornarem uma família; e quando a comunidade da família, amigos e profissionais que estão à sua volta é afirmativa, então os resultados para as famílias adotivas podem ser muito positivos. (FROMA WALSH, 2016, p.243).

A autora destaca que quando esta nova família é aceita de forma harmoniosa e quando os laços afetivos mais próximos, como família e amigos prestam apoio estes se sentem mais seguros para construção desta nova família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família na atualidade vem reconstituindo-se em novos formatos que estão em sintonia com seus anseios, pois durante muito tempo pessoas temiam o crivo da sociedade e se subordinavam e submetiam-se a permanecer em relacionamentos que tendiam a falência. Hoje com o avanço em muitos direitos adquiridos, principalmente os de gênero a mulher conquistou seu espaço na sociedade e equiparou-se em alguns pontos em relação ao homem.

Na contemporaneidade com uma sociedade plural, ampliaram-se ou mesmo passaram a ser vistas como constituição legal de família, os novos modelos de representações de familiares que desde muito tempo já existiam, porém os indivíduos que atualmente assumiram sua orientação sexual tiveram que manter suas relações de forma secreta, pois não era admitido tal comportamento pela moral e bons costumes, com o passar de muitos anos e com uma sociedade com consideráveis avanços na seara dos direitos, esta ainda reflete uma sociedade excludente e preconceituosa, onde a violência é constante e eminente.

Estas famílias passam por muitos obstáculos para se manterem como tal, pois com todas as mudanças e direitos conquistados, o que ainda se vê é uma sociedade que não é aberta para dialogar, muitos se fecham nos seus ideais prontos e tidos como corretos e não se permitem para o novo, para integração e inclusão de uma sociedade mais justa e igualitária.

A família está em constante transição, assim como a sociedade que nela estes vivem, por isso cabe sensibilizar a todos para se pensar em um conceito novo de família, sendo esta plural, diversa, onde seus componentes sejam livres para suas escolhas e a sociedade possa compreendê-los como sujeitos de direito que merecem respeito e inclusão.

Investir na educação para se ter indivíduos mais sensíveis a diversidade da conjuntura familiar atual é primordial para compreender a diversidade e complexidade das famílias, pois somente a partir de cidadãos que entendem a pluralidade existente nas famílias e estes se sentem parte dela, é que se pode sensibilizar para que não tenhamos um futuro repleto de preconceito e que não respeitam as escolhas do outro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. Estudos Avançados, [s.l.], v. 9, n. 24, p.75-116, ago. 1995. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141995000200004>.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

GOMES, Mônica Araújo. PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2005, vol. 10, n. 2, pp. 357-363. ISSN 1413-8123.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KALOUSTIAN SM & FERRARI, M. Introdução, pp. 11-15. In SM Kaloustian (org.). Família brasileira, a base de tudo. Ed. Cortez- Unicef, São Paulo-Brasília, 1994.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: SHAPIRO, H. L. Homem, cultura e sociedade. São Paulo: Fundo de Cultura, 1956.

MARCOS ALVES (São Paulo) (Ed.). Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório: Levantamento mostra que maioria das vítimas morre com armas de fogo e na rua. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PETRINI, JC. Pós-modernidade e família. Ed. Edusc, Bauru, 2003.

SANTANA, Anabela Maurício de. Mulher mantenedora/homem chefe de família: uma questão de gênero e poder. Gepiadde, Itabaiana, v. 8, n. 4, p. 72-86, 2010.

TEIXEIRA, Maria Solange. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Revista Políticas Públicas, São Luís, 2009, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul./ dez. 2009.

WALSH, Froma. Processos normativos da família: diversidade e complexidade. Porto Alegre: Artmed, 2016.

MASCULINIDADES E PATERNIDADE: UMA REFLEXÃO À LUZ DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Fabício César Moura Barbosa*³²
*Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior*³³

RESUMO: A construção do masculino apresenta múltiplas expressões e a seu organismo tem elementos variados em sua composição, ressaltando assim a necessidade do estudo dos sujeitos envolvidos, assim como suas diversas abordagens. O estudo da paternidade do ponto de vista da teoria das representações sociais torna-se primordial nesse trabalho. Apresentamos o conceito de representação social, assim como a sua aplicação para os diferentes papéis familiares, com ênfase na definição de pai e de paternidade, sendo interpretado não somente como uma condição biológica, mas como representação tomada pelo conceito de afetividade. As análises a serem realizadas se baseiam em análises bibliográficas de diversos autores que abordam as categorias analisadas. A abordagem demonstra a importância de se aprofundar sobre a representação social paternidade e a análise do conceito de masculinidade, além da necessidade de fundamentar essa relação frente as intersecções dos conceitos analisados.

Palavras-chaves: Representação social; Masculinidade; Paternidade.

-
- 32 Graduado em Serviço Social (UFPI-2000). Docente do curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade do Piauí - FAPI e nos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Ademar Rosado - FAR. Atual Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - CRESSPI, Gestão 2017-2020. Diretor Geral do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família & Diversidade. Tem experiência na área de Serviço Social e Psicopedagogia Clínica e Institucional, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência social, psicopedagogia, inclusão, saúde mental, intervenção, acolhimento familiar, paternidade, sexualidade, diversidade, adoção e cidadania. Mestrando em Educação pela Universidade do Futuro, Ciências Educativas e da Construção da Cidadania - UNIFUTURO, João Pessoa/PB.
- 33 Acadêmico de Bacharelado em Psicologia pela Faculdade Integral Diferencial - Facid | Wyden. Vice-presidente da Liga Acadêmica Comportamental do Piauí (Lacom-PI), membro do Conselho Regional de Psicologia Junior (CRP- Júnior), da Liga LGBT da Universidade Estadual do Piauí e do Grupo de Estudos Psicologia e Processos Educacionais da Universidade Estadual do Piauí. Pesquisador participante do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família & Diversidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa compreender a importância da representação social da paternidade com foco nos conceitos de masculinidade que norteiam a formação do sujeito na contemporaneidade. Muito se percebe que a função social do homem no universo familiar vem sofrendo alterações, positivas e outras que desencadeiam uma certo desconforto a essa categoria no sentido de se conceituar ou se perceber em um modelo específico de homem e de pai.

Entender tal temática perpassa por um convite à compreensão inicial no que se refere à categoria família, focando no papel do homem enquanto referência paterna e todo o conjunto existente na sua construção histórica de conceitos, em que ao longo dos tempos foram acordados de novos cenários contemporâneos desse referido grupo. Donati (2011) conceitua a família da seguinte forma: é a relação social que emerge como fenômeno produzido pela interação entre todos esses componentes que constituem, no momento em que se especificam no interior do código cultural próprio da família, que é aquele de conectar entre si os sexos e a gerações.

Durham (apud. ROMANELLI, NOGUEIRA e ZAGO, 2013, p.35) reforça ainda sobre o papel social da família no que se refere ao cuidado com os filhos: a despeito dessas dificuldades de ordem conceitual, a família, em seu sentido genérico, pode ser considerada como unidade de reprodução social e biológica, criada pelo casamento, ou por uniões consensuais, por laços de descendência entre pais e filhos e por elos de consangüinidade entre irmãos.

Por se tratar uma temática de grande importância e pouco estudada, surge então o interesse de compreender os conceitos de masculinidade e paternidade, assim como os pontos que compreendem a construção de sua figura, tendo como referência o desenvolvimento da compreensão da representação desses conceitos e sua aplicabilidade nas relações sociais existentes dos sujeitos apresentados.

Os motivos que justificam e cooperam para realização desta investigação são vários, dentre deles merece especial atenção a relação de

dois espaços privados – o lar (no que se refere à relação afetiva da paternidade) e a sociedade (no tocante da construção do conceito de masculinidades), observando impreterivelmente os pressupostos subjetivos existentes nessa construção relacional. Inicialmente a nossa percepção pontua-se não segundo espaço principalmente, para posteriormente, integrar o espaço particular como análise dessas relações. Compreendemos então, que a sociedade enquanto espaço de coletividade é potencialmente o espaço para o acordo inicial desse estudo.

É objetivo posterior desse artigo desmistificar a ideia fortemente difundida e historicamente construído de que cabe ao feminino o processo de construção de afetos no meio familiar e passa a incorporar a figura masculina no âmbito dessa rotina, dando-lhe a importância além do suporte financeiro (provedor), mas o merecido e efetivo destaque da compreensão da sua representação na participação afetiva na dinâmica familiar. O masculino também é espaço de expressões de subjetividade e afetividade.

O artigo será apresentado em duas partes. A primeira fortalece a compreensão sobre representações sociais, seus principais aportes teóricos e linhas de construção. Na segunda parte teremos os conceitos de masculinidade e paternidade sintetizados de maneira a entender qual a sua função social efetiva no contexto da diversidade da dinâmica familiar, perpassando sobre o julgamento histórico dessa categoria.

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A GENESE DO CONCEITO

Nesse sentido é possível falar de representações sociais, teoria criada por Serge Moscovici (1928-2014) onde relata sobre o fenômeno onde as pessoas interpretam conceitos que são veiculados no dia-a-dia. Desse modo as pessoas absorvem e introjetam seus conhecimentos de acordo com o referencial que cada um possui, elaborando assim uma conceitualização própria para cada termo ou assunto. Neste caso, os indivíduos vão reelaborar o saber científico segundo seu próprio saber, ou seja, de acordo com os meios e recursos que têm (CARDOSO; ARRUDA, 2004).

É inegável que atualmente a literatura possui uma série de estudos acerca das representações sociais em diversos aspectos relacionados a questões humanas. Esse conceito se desenvolveu dentro das ciências humanas e rompe fronteiras estando presente em pesquisas e estudos de diversas áreas. Foi a partir dos anos 80 que a teoria ganha as primeiras formas desenvolvidas por Serge Moscovici, colaborando com mais conhecimentos dentro da Psicologia Social (ARRUDA, 2002).

Conforme Gazzinelli et al., (2005) vão se construindo representações sociais a medida que os indivíduos vivenciam experiências que possibilitam algum tipo de aprendizado colocando a disposição da cognição novos conhecimentos acerca de determinados temas e assuntos deixando assim o repertório comportamental humano com mais opções de resoluções de questões mediante indagações futuras. Mazzotti (2008) discorre que por meio dessa teoria foi-se possível compreender melhor acerca da subjetividade de cada indivíduo, uma vez que por meio dela se é possível examinar como cada um interpreta questões rotineiras, sejam elas de caráter científico ou não, contribuindo dessa forma para o processo de educação humana.

Franco (2004) relata que o entendimento de determinados assuntos e/ ou experiências não se limitam apenas a um entendimento qualquer, pois dessa maneira os indivíduos constroem a si próprios bem como promove a ampliação de sua consciência trazendo para si interpretações que são pertinentes ao meio em que se encontra inserido. A representação feita de determinadas questões possibilitam a construção de valores que permitem cada ser vivenciarem suas experiências da maneira que acharem mais adequadas. Essa construção é ativa, uma vez que por meio das compreensões feitas de cada um oportuniza a modificação da realidade, deixando o espaço habitado um lugar parecido com sua identidade (MAZZOTTI, 2017).

Desse modo Reis e Bellini (2011) afirmam que essas representações sociais são advindas de uma determinada referência estabelecida e direcionada a algo. Conforme o passar do tempo os sujeitos irão dispor de mais representações de modo a estabelecer determinadas visões de mundo, correlacionando-os de acordo com as interações sociais e ambientais.

O psicólogo Serge Moscovici desenvolveu essa teoria afirmando que muitas vezes as pessoas que possuem instruções do senso comum costumam criar uma denominação mais acessível acerca de um conceito, de modo que todos de uma determinada região pudessem compreender o que se discorria acerca de algum assunto. Sua análise surgiu diante da sociedade francesa na década de 50 onde os conhecimentos construídos no meio acadêmico passavam por uma reestruturação para que os membros da sociedade também pudessem assimilar sobre as ideias da psicanálise, que estavam no auge do seu desenvolvimento (SILVA; CAMARGO; PADILHA, 2011).

Serge Moscovici (1928-2014) foi sem dúvida um dos autores que mais contribuíram dentro da área da psicologia social, pois seus estudos e a criação da teoria das representações sociais revolucionaram o mundo científico, já que através dela foi capaz de compreender o processo de construção do conhecimento no decorrer das relações sociais (ÁLVARO; GARRIDO, 2010).

A teoria das representações sociais surgiu por meio da tese de Moscovici, *La Psychanalyse, son image et son public*, defendida em 1961 onde o autor se baseou nas produções realizadas por Émile Durkheim, como as representações coletivas (GUARESCHI, 2007). Conforme Álvaro e Garrido (2010) essas representações seriam definidas como um conjunto de ideias, conceitos, imagens que fazem com que o indivíduo compreenda melhor as coisas que estão a seu redor. Porém esses conjuntos de ideias que são formadas e agrupadas pelo indivíduo tem origem no senso comum à medida que as coisas vão modificando de significado a medida do tempo.

A pesquisa feita por Moscovici que deu origem a teoria das representações sociais abordava a difusão da psicanálise na população francesa dos anos 1950, no qual investigava quais terminologias advindas da teoria psicanalítica eram conhecidas pela população, como por exemplo, nos dias atuais o conceito de *recalque* tornou-se um bordão popular por meio dos veículos de comunicação em nosso país. Ele gostaria de observar o que acontece quando um novo conhecimento científico se espalha dentro de uma população leiga (GUARESCHI, 2007).

Conforme na obra de Álvaro e Garrido (2010) o objetivo maior das representações sociais seria de tornar algo estranho em algo familiar, trazendo-o para a realidade do indivíduo.

Devemos deixar claro que a origem da teoria das representações sociais se distancia do conceito de representação coletiva, defendida por Durkheim na qual Moscovici se baseou. Durkheim considerava os mitos, a religião e a ciência como um exemplo de representações coletivas, pois são explicadas através da sociedade como um todo, porém Moscovici achava o termo coletivo estático e designa o termo social como nome de sua teoria a fim de propor que cada sociedade constrói jeitos únicos de compreender estudos científicos (ÁLVARO; GARRIDO, 2010).

Essa teoria também resultou de uma crítica ao conceito de atitude. Babará, Sachetti e Crepaldi (2005) conceituam atitudes como experiências únicas de um indivíduo a respeito de algo ou alguma coisa e passíveis de mudança ao longo do desenvolvimento humano. Moscovici relata que as atitudes de um sujeito são construídas através de representações prévias de algum objeto.

Dessa forma as atitudes seriam as reações de algum estímulo na qual se apresenta ao indivíduo e a representação social incluiria na caracterização simbólica desse estímulo (ÁLVARO; GARRIDO, 2010).

Além disso, outro aspecto de suma importância são os processos que geram as representações sociais: a ancoragem e a objetivação. A primeira se trata de incluir algo ou alguma coisa em um sistema familiar, ou seja, uma característica que o indivíduo já tenha uma informação a respeito e possa reconhecê-la em qualquer outra situação. A segunda se trata de colocar objetos abstratos em algo físico que seja familiar e possa haver o controle sobre ela pelo sujeito (DESCHAMPS; MOLINER, 2014).

Portanto, as funções desses dois processos seriam em trazer as coisas para a realidade na qual o indivíduo conheça e domine de uma maneira melhor já que estamos durante todo o percurso da vida classificando o desconhecido em algo conhecido (ÁLVARO; GARRIDO, 2010).

Objetos sociais estranhos provocam medo nas pessoas, pois ameaçam tirar a normalidade da sociedade, portanto tal processo dentro

da teoria das representações sociais nos ajuda na compreensão da ancoragem do vírus HIV como uma praga (GUARESCHI, 2007). As interações realizadas no dia-a-dia permitem as pessoas a criarem representações sociais transformando esses objetos estranhos em objetos mais conhecidos, se tornando popular no meio em que cada um se encontra inserido de forma a colaborar com as crenças existentes no meio popular (WEIMER; SÁ, 2018).

Conforme Mazzotti (2017) a busca incessante dos indivíduos de atribuírem algum sentido a determinada experiência caracteriza o processo de representações sociais. De modo essa atividade é realizada rotineiramente onde cada um a seu modo procura compreender as razões para determinada ação advinda de algum tipo de interação. De acordo com essa procura Moscovici alerta para a necessidade de observarmos a ampla gama de conhecimento adquirido diariamente onde ele perpassa muitas vezes a barreira entre o senso comum e o científico. Nessa constante identificação sobre aonde esse aprendizado se insere é importante compreender que os indivíduos passam a serem sujeitos que constrói esse saber, saindo de uma posição passiva onde apenas recebe as percepções geradas pelo meio. O homem passa a ser construtor do próprio saber, realizando para isso representações que os fazem possuir o entendimento de determinada categoria (SANTOS; ALMEIDA, 2005).

É importante ressaltar que as representações sociais são analisadas criticamente onde o processo da sua construção se dá por meio da necessidade de resposta a algo, dessa maneira cada conhecimento é utilizado para um determinado fim, sendo somado a outros saberes existentes como crenças e costumes populares, além das demais esferas de conhecimentos que existem no meio social (GOMES; MENDONÇA; PONTES, 2002).

Cada sociedade constrói representações associadas a sua história. É nesse momento que o saber popular é realizado e assim perpassado diante das gerações. Cada conhecimento desses dão origens a alguma causa específica, sendo utilizada então como forma de explicação para certos comportamentos ou atitudes feitas. Esse entendimento influencia diretamente em como cada ser age no meio, gerando influências

no ambiente. As representações discorrem acerca de ideias e posicionamentos de determinado grupo, refletindo diretamente no olhar que cada um faz sobre isso. Entretanto, esses posicionamentos podem ser diferentes pelo simples fato de cada ser ter a liberdade de compreender da melhor forma possível (CABECINHAS, 2004).

De modo a compreender melhor acerca do processo de como essas representações são formadas Moscovici descreve sobre duas etapas que formalizam a sua teoria: a ancoragem e a objetivação. A primeira relata sobre uma designação dada a algo ou a objeto da representação. Nesse momento os sujeitos passam a atribuir algum substantivo que possa caracterizar. Já o segundo estabelece o significado dado a esse substantivo de modo a produzir determinadas ideias acerca disso estabelecendo assim uma imagem e sentido. Dessa forma surgem representações sociais acerca de qualquer assunto (ROCHA JÚNIOR, 2012).

Silva, Camargo e Padilha (2011) ressaltam da importância que as representações sociais causam no meio acadêmico principalmente no âmbito da pesquisa. Utiliza-las como um dos métodos fornecem aos pesquisadores compreenderem os olhares acerca das representações feitas sobre um fenômeno. Por esse enfoque é possível estabelecer conexões mais fiéis sobre ações e pensamentos causados por conta de entendimento de determinado grupo.

Outro aspecto que gera investigação por meio dessas questões são as relações e influências que esses discernimentos geram nas atitudes desempenhadas no meio social. Cada vez mais as pesquisas se apropriam desse método para tomar base de como funciona essas relações e quais os riscos e benefícios que esses saberes trazem para a experiência humana (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

3 MASCULINIDADES: ABRANGÊNCIAS DA PLURALIDADE CONCEITUAL DA FAMÍLIA E DA PATERNIDADE

A contemporaneidade nos trouxe a possibilidade de construirmos novas reflexões acerca das relações construídas sobre a construção

das definições da feminilidade e da masculinidade. Se a primeira categoria apresentada tem uma gama enorme de estudiosos(as) que se debatem na produção de conteúdos e reflexões, a segunda ainda apresenta uma carência de debruçamentos teóricos, embora já seja possível uma significativa contribuição, mesmo que timidamente a respeito de suas abrangências.

Tais esclarecimentos permitem um processo de ruptura crescente de paradigmas e regras socialmente difundidas, estabelecendo por certo novas direções a respeito dessa abordagem, acalorando uma perspectiva cada vez mais contemporânea e integrada a realidade vivencial da feminilidade e da masculinidade. São novas dimensões atribuídas e conseqüentemente novas possibilidades de direcionamentos conceituais que se pronunciam, ganhando notória expressão.

Apontamos que ora o estudo preestabelece uma compreensão em conjunto do ser feminino e do ser masculino, porém para efeito desse estudo, a nossa construção envereda por um caminho mais segmentado.

O estudo da masculinidade e conseqüentemente da construção representativa de paternidade precisa ter seus elementos destacados de forma a se pronunciarem em sua mais apresentável dimensão. Sendo assim, estudar masculinidade requer, na nossa compreensão o uso de instrumentos que contextualizem tal categoria inicialmente de forma mais isolada das construções sobre a feminilidade. Esboça-se mais uma vez, não a eloquência da negação da contribuição do feminino, muito menos afirmar uma “supremacia do masculino”, mas apenas a compressão desses conceitos de forma mais referencias de sua construção social, permitindo um novo olhar no processo de identidade do ser em relação ao gênero.

Mas a compreensão sobre masculinidade ainda caminhava a passos lentos, uma vez que o grande foco dentro dos estudos de gênero ao longo da segunda metade do século XX tenham sido confirmar a construção da feminilidade. Pouco se estudava sobre a masculinidade, ou pelo menos não havia uma explicitação desses compêndios a ponto de criar uma motivação assertiva no que diz respeito ao estudo dessa

categoria. O que dirá então sobre estudos a respeito da paternidade, esses então é que eram omissos ou na melhor das possibilidades fixava os poucos ensaios no tocante ao aspecto jurídico, sem compreender com maior profundidade os aspectos subjetivos que constituem essa discussão.

Tanto o tema da masculinidade, quanto ao recorte diferencial do estudo sobre os conceitos de paternidade do ponto de vista amplo de sua significação, têm apresentado uma notória necessidade de aprofundamento de suas configurações, destacando-se, ainda que de maneira parca, porém significativa na literatura científica brasileira nos últimos anos.

Diante do assalto histórico desses conceitos, mas sem negar as suas particularidades no processo formativo, é possível perceber que muitos estudos passam a compreender as angústias do masculino, enquanto espaço de destaque da sintetização dos valores estabelecidos em sua representatividade, assim como um enaltecimento da subjetividade. Ser homem não é mais um conceito contrário do ser mulher, mas sim espaço fértil de elucidações e contextos diversos. Tal diversidade então toma ainda mais força quando nos deparamos com as composições da paternidade, categoria que envolve múltiplos exercícios e distintas significações ao longo do ciclo de vida dos sujeitos.

Faz-se necessário então compreender em qual dimensão histórica, foi estabelecida essa construção da representação do pai no processo de composição dos papéis familiares. A mulher já não era mais a centralidade do poderio do que se fixava enquanto preconização do constituir-se família – o homem historicamente já assumia a força, mesmo que ainda reduzida em sua composição, enquanto elemento de referência no constituir-se família. Lago (2013), apota-nos:

“A paternidade passa a ser valorizada também pela expressão do afeto e cuidado, em oposição à autoridade superior e temida de outrora. O pai continua sendo uma figura importante para ensinar limites aos filhos, mas de uma forma mais branda. Esse mesmo pai se mantém como um importante

modelo de homem, de masculinidade, influenciando na construção da subjetividade dos garotos.

Observa-se aqui, uma expressiva representação do ser pai além daquele modelo que culturalmente ainda persiste, porém com uma condensação diferenciada, em que o pai apropria-se de suas vivências subjetivas, mas sem ter que agredir seus elementos constitutivos de sua masculinidade.

No processo da construção do ser pai e ser mãe, destacamos a representatividade histórica a cerca da masculinidade e feminilidade. Historicamente a separação dos contextos sobre essas categorias foram moldados com o passar dos anos e que no início da humanidade isso não era destacado com a mesma amplitude que hoje se apresenta. Sobre isto Alambert (2004) complementa:

“Na aurora da humanidade não podemos falar na existência de desigualdades entre o homem e a mulher. Naquele tempo, não existiam povos, nem Estados separados; os seres humanos viviam em pequenos grupos (hordas) e, depois em famílias e tribos. [...] os seres humanos tinham que se manter agregados, solidários entre si, para sobreviver e se defender dos animais ferozes e das intempéries. Quem se marginalizava perecia. Logo, não havia uma superioridade cultural entre homens e mulheres (Alambert, 2004: 27).

Percebe-se então que até o momento inicial da história da humanidade, a diferenciação por moldes de superioridade não era presente na relação entre homens e mulheres, porém logo isso foi substituído na medida em que a capacidade fecunda da mulher foi colocada em questão, frente a perspectiva da contribuição reprodutiva do homem, galgando assim um novo patamar na compreensão elucidativa do SER masculino.

Fica claro que há uma contradição em relação. Historicamente a dominação masculina cada vez mais era evidenciada, mas para mui-

tos estudiosos ou até mesmo para a sociedade, havia uma regulação desse fenômeno de tal forma que parecia ser quase que natural o não entendimento de seus diversos elementos formativos. Januário (2016) apresenta a seguinte reflexão: “No entanto, além de entender a origem da dominação masculina e do combate deste padrão, é pertinente compreender os aspectos que permeiam a construção da masculinidade. Para o senso comum, a masculinidade é tida como um atributo ‘natural’ do homem, assim como a agressividade, a sexualidade, a força, etc..” Mas qual o conceito de família e em que aspectos esses elementos da masculinidade interferem na representação da paternidade nas organizações sociais?

Compreende-se na atual conjuntura que o mundo apresentou mudanças e em sua dinamicidade surge a afirmação cada vez mais complexa do novo papel do pai, compreendendo dentre tantos aspectos o seu envolvimento mais presente no que tange às questões relativas ao acompanhamento do desempenho acadêmico dos filhos. Esse contexto é reflexo das mudanças do conceito de família e de suas diversas relações familiares.

Para muitos a família é o porto seguro e nela, a criança ou o adolescente tem a representação do lar, lugar de diálogo, de firmar relações. Esse núcleo, no entanto não tem uma única formação e não se limita tão somente à costumeira gênese de pais e filhos. A família em seus elementos constitutivos já se representa de várias maneiras, podendo ser mãe e filhos, pai e filhos, avôs e netos, etc. O que chamamos de lar não se limita à consaguinidade, mas a laços de afeto, de identificação.

Não seria difícil afirmar aqui que esse contexto cultural assumido e construído dentro da família é em sua grande parte o detentor da afirmação das representações múltiplas encontradas no referido grupo social. É na família, que ainda segundo Donati (2011), as relações que moldam esse referido grupo: relações intersubjetivas, relações estruturais, referência de sentido e vínculo recíproco.

O presente estudo não anula o conceito de família, ao contrário, valorizamos a sua significância, porém, faz-se necessário nos referimos a essa instituição em um sentido mais amplo, assim como sobre o ter-

mo pai, é preciso então uma desconstrução de um conceito bastante presente em nossos discursos. Sobre família, percebe-se à quebra do formato atual, resquício da definição do século XVII, em que nessa referência cada elemento tem funções específicas, direitos e deveres, pautados somente por definições sociais e não por uma inter-relação de afeto e vínculo. Sobre o pai, entra uma figura atrelada à esfera da afetividade, contrária à imagem meramente do provedor.

É então foco desse trabalho observar esses elementos da paternidade afetiva. Entende-se que na literatura, assim como no cotidiano, que a representação social da mãe sempre ocupou um objeto para reflexão. Estapor sua vez, molda-se culturalmente na esperada realização do seu papel social de cuidadora e provedora da educação dos filhos. Mas sabe-se que igualmente, temos o pai, que na sua representação social atual, já não se exclui de também acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos filhos, abstraindo assim uma postura de fragilização, frente à possibilidade de assumir uma ampliação da sua paternidade.

Diamond (2007, p.27) nos esclarece:

“Tornar-se pai, assim como tornar-se homem, é uma tarefa prodigiosa. Quase todo mundo vê esse processo como um evento limitado e observável. Assim, somos levados a acreditar que um homem “se torna” pai quando sua companheira dá à luz o bebê que juntos conceberam. Bastante simples, ou assim parece. Porém, tornar-se pai é na verdade um processo demorado, sutil e altamente complexo.

Pensar na representação social do papel que o pai exerce no processo do desenvolvimento acadêmico dentro do conceito de família moderna tende a coincidir com uma reflexão mais generalizada sobre essa nova exposição da fragilização do masculino. Antes atribuído à mulher o cuidado com a educação dos filhos, agora com a crescente ordem da globalização e com as mulheres cada vez mais presentes no mercado de trabalho, há uma nova figura: o pai que ensina além das normas e regras já traçadas por sua condição. Ressalta-se que aqui o

modelo da família não se limita ao modelo tradicional formado por homem e mulher, mas compreendem-se as outras representações contemporâneas de família que fomentam o exercício do papel do pai na educação dos filhos, tais como: pais solteiros, viúvos, pais homoafetivos, dentre outros.

Raeburn (2014, p.195) ilustra a concepção sobre paternidade:

“Paternidade significa ajudar os filhos a se tornarem adultos felizes e saudáveis, que se sintam à vontade no mundo e preparados para se tornarem pais eles mesmos. Estamos acostumados a dizer que fazer o melhor para os nossos filhos é mais importante do que qualquer outra coisa. O melhor para os nossos filhos deve sempre incluir a contribuição do pai.

Vale ressaltar aqui não apenas o pai, na sua mais singular expressão, mas o presente trabalho se ocupa em refletir sobre a figura paterna, não privilegiando somente as relações familiares estabelecidas pela consanguinidade, mas assumindo o suporte da afetividade como mola propulsora da possibilidade de expansão do desempenho acadêmico enquanto da criança ou adolescente, assistido pela presença da referida função paterna.

A função paterna traz consigo, tanto o exercício da imposição de limites e regras, como envolve a função de acolhimento e de afeto, incorporando ao filho a sensação de segurança, de confiança e de autonomia. Cabe sem dúvida compreendermos que o interesse em estudar o papel do pai no desenvolvimento acadêmico dos filhos é algo relativamente novo no campo das pesquisas, como tão bem nos elucidam Goetz e Viera (2011):

“O pai teve seu papel ampliado e passou a ser visto como importante no desenvolvimento infantil, com a função relevante na vida das crianças e podendo afetar o curso do desenvolvimento de seus filhos, tanto de forma positiva quanto negativa, deixando, portanto, de ter seu papel associado

predominantemente como de relevância no modelo de gênero para filho.

Os mesmos autores, seguem em sua reflexão, abordando as transformações históricas da constituição familiar:

“Considerando as mudanças na constituição familiar vigente e as possíveis alterações que o papel pode ter sofrido decorrente destas modificações, buscou-se identificar como é desempenhado o papel paterno, quais suas implicações no desenvolvimento infantil e como ele complementa o papel materno.

Como então compreender a paternidade tendo como esboço a construção histórica dos conceitos de masculinidade a luz da teoria das representações sociais? Para melhor apreciação dessa temática, optamos a seguir com um breve resgate da construção dessas concepções contemporâneas que norteiam o SER masculino.

Ressalva-se que a presente construção, limita-se apenas à compreensão do papel do pai, sendo que desenvolvimento dentre as novas concepções percebidas, em algumas constituições familiares, o próprio papel materno é subtraído, estando somente a figura paterna como referência principal na constituição do desenvolvimento e relação com os filhos. Cabe destacarmos que o contexto que apresentamos preocupa-se na análise na figura paterna, mas precisamente dentro do recorte das representações sociais, como elucidamos anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os conceitos de masculinidade e paternidade diante da égide das representações sociais é notoriamente um desafio, frente à carência efetiva de estudos sobre essa temática. Não que exista poucos elementos a serem analisados, mas pela própria complexidade que a relação dessas categorias exigem em seu desenho de análise.

Historicamente apontar elementos sobre o feminino e sobre maternidade sempre constituiu uma fonte mais expressiva de análise, mesmo que ainda reducionista na sua amplitude e significados. Todavia, considerando que homens e mulheres são sujeitos singulares em suas expressividades, têm-se percebido uma maior visibilidade sobre a compreensão do masculino e de certa composição dos elementos formativos da paternidade, ampliando os caminhos e distanciando as variáveis que reforçam os preceitos de uma sociedade patriarcal dominadora e integrando uma nova lógica da percepção de suas representações.

Nessa inquietude, o nosso estudo buscou trazer algumas reflexões particulares, envolto à uma variedade de posições e relações sociais dos sujeitos compreendidos aqui. Sabemos que as representações sociais de masculinidade e de paternidade acompanha a dinâmica conceitual que esses termos exigem, dentre essas exigências, a primeira a ser apontada certamente é o rompimento com as estruturas conceituais tradicionais, para somente assim, em análise posterior, agregar o bojo desses novos acordos.

O estudo sobre o masculino e a qualidade de expressão da paternidade constitui-se com artifício primordial para o estabelecimento dessa abrangência que, forjada com base em estudos de gênero, aglomera também os indicativos de novas significações socioculturais em um momento propício de rompimento com os modelos tradicionais e o alavancar de entendimentos contemporâneos dessas categorias.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L. GARRIDO, A. *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas* – tradução Miguel Cabrera Fernandes; revisão técnica Ana Raquel Rosas Torres. – São Paulo : Artmed Editora, 2017.

ARRUDA, Â. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, n. 117, p. 127-147. 2002. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>

BABARÁ, A. SACHETTI, V. A. R. CREPALDI, M. A. Contribuições das representações sociais ao estudo da AIDS – *Revista Interação em Psicologia*, nº9(2), p. 331-339, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/4783/3670>

BALACHO, Leonor Segurado. Ser pai hoje: a paternidade em toda a sua relevância e grandeza. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CABECINHAS, R. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. Paidéia, v. 14, n. 28, p. 125-137. 2004. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13111/1/rcabecinhas_Paideia_2004.pdf

CARDOSO, G. P & ARRUDA, A. As representações sociais da soropositividade e sua relação com a observância terapêutica – Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 151-162, Mar. 2005. Disponível em: https://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi d=S141381232005000100022

DESCHAMPE, J-C. MOLINER, P. A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. Cadernos de pesquisa, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/%0D/cp/v34n121/a08n121.p df>

GAZZINELLI, M. F. et al. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 200-206, Fev. 2005. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi d=S0102311X2005000100022

GOMES, R.; MENDONÇA, E. A.; PONTES, M. L. As representações sociais e a experiência da doença. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 18, p. 1207-1214, set./out.2002. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csp/2002.v18n5/1207-1214/pt>

GUARESCHI, P. A. Textos em representações sociais. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

LAGO, M.C. de Souza; TONELI, M. J. Filgueiras; SOUZA, M. de (Orgs.). Sexualidade, gênero, diversidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

MAZZOTTI, A. J. A. A abordagem estrutural das representações sociais. Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175- 3520, n. 14-15, 2002. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/art icle/view/31913/22130>

MAZZOTTI, A. J. A. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. Revista Múltiplas Leituras, v. 1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ index.php/emaberto/article/download/1944/1913>

PEREIRA, Francineide Pires. “Seja Homem”: produção de masculinidades em contexto patriarcal. Curitiba: Editora CRV, 2014.

PICCININI, Cesar Augusto; ALVARENGA, Patrícia (Orgs). Maternidade e Paternidade: a parentalidade em diferentes contextos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

RAEBURN, Paul. O novo papel do pai. Rio de Janeiro: AGIR, 2014.

REIS, S. L. A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159. 2011. Disponível em: <http://redalyc.org/html/3073/307325341003/>

ROCHA JÚNIOR, C. A. F. Representações sociais do Brasil no fim do governo Lula através das revistas “Rolling Stone Brasil” e “Piauí”. *Temática*, v. 8, n. 11, 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/artic le/view/23152/12731>

SCHPUN, Mônica Raissa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (Orgs). *Diálogos com a teoria da Representação Social*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SILVA, S. É. D.; CAMARGO, B. V.; PADILHA, M. I. A teoria das representações sociais nas pesquisas da enfermagem brasileira. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, v. 64, n. 5, p. 947-951. 2011. Disponível em: <http://redalyc.org/html/2670/267022214021/>

WACHELKE, J. F. R.; CAMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, v. 41, n. 3, p. 379-390. 2007. Disponível em: <http://redalyc.org/html/284/28441313/>

WEIMER, K. S. S. M.; SÁ, C. P. Unidade de Polícia Pacificadora: suas representações sociais no morro e no asfalto. *Psico*. Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 50-61, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/26886/pdf>

capítulo III

VIOLÊNCIA URBANA E SUAS FACES

A MORTALIDADE DA JUVENTUDE PIAUIENSE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS – ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

*Layene Andrade*³⁴

*Marcondes Brito*³⁵

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de pensar e repensar a mortalidade da juventude na cidade de Teresina estado do Piauí, não uma mortalidade qualquer, mas a mortalidade de jovens empobrecidos, aqueles que vivem e morrem nas periferias dos grandes centros e também da cidade de Teresina. O método utilizado para pensar esse texto é análise bibliográfica, as fontes primarias e secundárias.

Palavras Chaves: Mortalidade. Juventude. Políticas Públicas

1 INTRODUÇÃO OU POR QUE SEGUIR ALGUNS PERCURSOS E NÃO OUTROS

Droga, carro-forte,
assalto à banco
Tantas vidas que
passaram em branco
Quantas lágrimas,
quantos homicídios

34 Bacharel em Serviço Social. Pesquisadora e Secretária do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade - NEP.

35 35 Cientista social e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, professor do Instituto Federal de Educação – IFPI

Quantos futuros na lata
de lixo
Aí mãe, eu vou vencer e
a senhora vai ter orgulho
No outro dia era só mais
um defunto
Ou numa cela imunda
qualquer
Projeto falido de vitória
como o sistema quer
Enquanto o lazer for
pipa, e o ensino escola
sem professor
É não se mexe que é
assalto doutor
Um país se faz pela
educação
Quem planta arma colhe
corpo no chão
Temos que acreditar na
favela, no cortiço
Chega de morrer por
migalha de mofar em
presídios
Dá um tempo de
presidiário e defunto

Vidas em branco
Facção central

Por que escrever um artigo tratando de uma temática tão “espinhosa”, no sentido de que é impossível passar por ela sem se afetar (no sentido proposto por Espinhosa [2006]) ou sem afetar

direta, ou indiretamente alguém. Talvez o por que seja, para que uma sociedade seja considerada democrática, ela tenha que tutelar seu bem mais valioso: a vida.

No Brasil, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos e atingem especialmente, jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Segundo dados do Ministério da Saúde demonstram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. Em 2011, 52,63% dos 27.471 mortos eram jovens, dos quais 71,44% negros e 93,04% do sexo masculino. Analisando esses dados, fica patente que a morte procura no Brasil, um sujeito específico que tem idade e cor, como apontam uma série de estudos como os mapas da violência (2012, 2013 e 2014 pelo menos) e uma série de outros estudos que foram produzido pela ONU (2012) e Anistia Internacional (2013).

Os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. A violência impede que parte significativa de jovens brasileiros usufruam dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década e revela, na quantidade de vidas jovens tombadas, um inesgotável potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do país.

Dados apresentados pelo Mapa do Encarceramento publicado em junho de 2015, a partir de dados subsidiados pela International Centre for Prison Studies, uma organização não governamental com sede em Londres e que acompanha os números do encarceramento no mundo, colocam o Brasil em 4º lugar no ranking mundial de população prisional. Este mesmo documento apresenta o sistema de justiça se apresentando com certa seletividade, ou seja: “a seletividade penal desdobra-se em um punitivismo que focaliza alguns segmentos sociais e tipos de delito (como crimes patrimoniais e tráfico de drogas). (MAPA DO ENCARCERAMENTO BRASIL, pg.15, 2015).

Essa seletividade punitiva se manifestara direta e mais intensamente contra a juventude negra e residente nas zonas mais pobres do Brasil.

Segundo, esse mesmo documento durante toda a vigência dos levantamentos e pesquisas, sempre houveram mais negros que brancos dentro do sistema prisional” em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% eram negros. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Consta-se assim que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados. (MAPA DO ENCARCERAMENTO BRASIL, pg.35, 2015).

Essas informações apontam a extrema exposição desse segmento da população brasileira. Nesse caso específico, os jovens negros, há um conjunto de situações cotidianas e institucionais, muitas vezes de violência, que evidencia uma ligação intrínseca entre os aspectos estruturantes, relacionados às causas socioeconômicas e aos processos ideológicos e culturais como: o processo de escravidão, a eugenia ocorrida por parte do Estado e ainda hoje muito presente, oriundos de representações negativas acerca da população negra.

O reconhecimento recente da juventude, enquanto categoria de direito não traz do Estado à mesma celeridade em resposta as políticas públicas para esse seguimento populacional. Nesse sentido, a proposta deste artigo é analisar como se processam as mortes violentas, especificamente os homicídios, dos jovens em Teresina, capital do Piauí.

Teresina é a capital e o município mais populoso do Piauí. Localiza-se no Centro-Norte Piauiense a 366 km do litoral, sendo, portanto, a única capital da região nordeste que não se localiza às margens do Oceano Atlântico. Possui uma população estimada de 840 600 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2014.

Está conurbada com a cidade maranhense de Timon e juntas aglomeram mais de um milhão de habitantes, e toda a região metro-

politana da Grande Teresina aglomera cerca de 1.190.000 habitantes, formando a segunda mais populosa RIDE de todo o Brasil, atrás apenas de Brasília. Além disso, Teresina é a 21ª maior cidade do Brasil e a 16ª maior capital do estado, sendo hoje uma das cidades que mais cresce em todos os setores no país.

2 O INFERNO SÃO OS OUTROS: SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE E ALGUMAS APORIAS

Não há dúvidas que a mídia pauta várias situações cotidianas, e nesse sentido, busca construir isso sempre através do ibope que busca, para esse fim propagar todos os dias notícias sobre a morte de jovens, ou ainda sobre a questão de segurança pública do país. Esse é o foco de muitos dos olhares jornalísticos produzidos no dia-a-dia, que se apresentam de forma a montar a estrutura que espetaculariza as ações que pretende mostrar, dando a elas uma imagem bem maior do que de fato são.

Os grandes momentos da mídia nacional são mostrados aos montes como: o caso Candelária, Carandiru, Eldorado dos Carajás e, mais recentemente, a ocupação das favelas do Rio de Janeiro pelas polícias e Forças Armadas do país. No Piauí, a mídia também tem seus grandes momentos de espetáculo, cada dia mais intensos e vulgarizados, por exemplo: a chacina da Meruoca, em que cinco empresários foram assassinados por policiais despreparados, confundidos com assaltantes, unicamente pela cor do seu carro.

Uma vez percebidos quem eram e quem não eram, para encobrir o erro institucional, foram queimados para impedir a identificação por esses mesmos policiais, que já estão todos na ativa novamente, só foram investigados até o momento que seus nomes apareceram na mídia. O escancaramento da imagem e o julgamento da juventude que morre e tem qualquer envolvimento com a criminalidade é de praxe, jovens pobres em geral não são suspeitos, são condenados por sua própria condição social.

Outro cenário significativo, mortes no Centro de Educação Masculina - CEM, onde jovens foram assassinados vivos sob custódia do estado no Complexo de Defesa da Cidadania, no ano de 2002. Torturas cotidianas assistidas nas principais cidades do Piauí, como Picos e Teresina, violências institucionais cada vez mais noticiadas e repetidas, dia após dia, em pleno sistema democrático. Sendo assim, essas violências incomodam não somente por que é a violência dos pobres, mas também e principalmente por que é a violência difundida, massivamente divulgada e sensacionalizada pelos setores midiáticos

Quando pensamos outras formas de violência, como encarceramento e homicídios, nos damos conta das seguintes informações: Os dados apresentados pelo Mapa do Encarceramento (2014) podemos verificar o aumento de homicídios de jovens e negros comparando os anos de 2002 a 2012, tendo ainda que 71,1% dos jovens mortos foram por homicídios ou acidentes. Ainda conforme, mostra um ponto bastante peculiar.

“Constata-se que em 2012 o perfil das vítimas de homicídios no Brasil, em 2012 foi semelhante ao perfil dos encarcerados. Para cada grupo de 100 mil habitantes jovens acima de 18 anos havia 648 jovens encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes não jovens havia 251 encarcerados, ou seja, proporcionalmente o número de jovens foi 2,5 vezes maior do que de não jovens em 2012. (MAPA DO ENCARCERAMENTO, 2014, p.84)

O que infere na afirmação que tanto a população prisional como as vítimas de homicídios no Brasil são predominantemente, jovens. Nesse sentido e sem muito esforço de percepção, vemos que o Brasil é um dos países que mais mata e mais prende jovens no mundo. Isso não é sem consequência para o tecido social.

Os números alarmam e apresentam a realidade de um país que está perdendo a categoria juventude para o cárcere, homicídios e criminalização, de uma forma extremamente desgastante. Compreender bre-

vemente o significado de juventude, que como diria Bourdieu (2000) não é apenas uma palavra, ou ainda o que alguns autores definem por juventude, entendendo que nenhum conceito é capaz de abarcar a amplitude e a potencia de polifonias que as praticas juvenis abarcam, se faz necessário para fins de entendimento sobre o universo pontuar algumas linhas de analises.

Para o Estatuto da Juventude, caracteriza-se como jovens com 15 a 29 anos de idade, mas entendermos o conceito de juventude de forma ampla, percebendo o sujeito que representa em suas relações, essa concepção e enfoque principal para entendimento deste trabalho.

“Através de Canevacci apud Costa (2011) podemos entender o aspecto complexo da juventude dentro da sociedade, absorvendo esta como movimento que se expande e reformula dia após dia, portanto aprisionar “juventude” em idades meramente delimitativas quebra a relação entre as possíveis e infinitas identidades produzidas por cada ser e as relações sociais que esta representa, e ainda formula dentro do seu aspecto de vivência, ou seja, traria uma ligação que é oposta ao que se vivência na realidade brasileira. Cada jovem, ou melhor, cada ser humano, cada indivíduo pode percorrer sua própria condição de jovem como não terminada e inclusive como não terminável. Por isso, assiste-se a um conjunto de atitudes que caracterizam de modo absolutamente único nossa era: as dilatações juvenis. O dilatar-se da autopercepção enquanto jovem sem limites de idade definidos e objetivos dissolve as barreiras tradicionais, tanto sociológicas quanto biológicas. Morrem as faixas etárias, morre o trabalho, morre o corpo natural, desmorona a demografia, multiplicam-se as identidades móveis e nômades. (CANEVACCI, 2005, p. 29, apud COSTA, 2011, p. 33)

Para Gorczewski (2007) ser “jovem” tem sido um dos desejos mais incitados e cobiçados na contemporaneidade, portanto o aspecto

juvenil é o padrão que todos querem seguir na atualidade, não importando a etariedade em que se esteja o sujeito. Portanto, entender a juventude é um paradoxo que não se encaixa a um perceber simples que se delimita em conceitos objetivos, por isso a delimitação deste trabalho galgou aqui absorver os aspectos desse termo, para o devido trabalho e entender a juventude como sujeito formador de sua identidade e movimentador de seu espaço atual, sendo ator e autor principal de sua vida. O termo se caracteriza como parte de um entendimento que considera a população nesta condição como seres socialmente capazes de produzir e se relacionar perante uma comunidade.

Por esta razão, a juventude são seres socialmente capazes de produzir e se relacionar perante uma comunidade. Como vimos vários são os sentidos dados, recebidos, resinificados, pelos vários canais discursivos que se resvalam nas práticas cotidianas sobre o ser jovem no mundo e no Brasil, mas nos cabe nesse artigo, pensar os jovens matáveis, nas palavras do filósofo italiano Giorgio Agambem, aqueles que não têm nome, aqueles que a mídia cotidianamente apaga suas faces, justifica suas mortes, tirando sua condição juvenil e colocando em seu lugar a pecha de criminoso, numa ação de justificação de suas mortes, construídas não apenas como possíveis e justificadas, mas como prioritariamente necessárias.

3 OS JOVENS E AS POLITICAS DE EXTERMÍNIO

Falar sobre a mortalidade da juventude piauiense não se retêm a manter-se a apenas a relações das Unidades Federativas-UF ou demarcações políticas como a ossada geopolítica caracteriza, trata-se de algo com características a ranços históricos, onde a luta das relações capitalistas e a marcação por um espaço na sociedade atual emergem como foco da qualidade de vida e configuram e reconfiguram a sociedade a seu modo de lidar com os sujeitos que devem viver e com aqueles que devem morrer. Michel Foucault denomina essa relação como biopoder, ou seja, *deixar viver fazer morrer*. O Brasil tem feito esse exercício de forma intensa com seus jovens, o Piauí não é exceção nesse cenário.

Atualmente os homicídios caracterizam-se como a principal causa de morte dos jovens, quando se pensam em negros e moradores das periferias das grandes cidades, o índice é ampliado de um extremo ao outro. Como já citado anteriormente o Mapa de Encarceramento (2014) e 2005 a 2012 nas unidades carcerárias do país esse também se caracteriza como o panorama brasileiro da maioria presa: jovens, negros e que tem moradia na periferia.

Segundo dados, mais recentes do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, o país recebeu status de 3º maior encarceramento mundial no ano de 2016, saltando de 515.482 presos (2012) para 726.712 (2016). Conforme esses dados e tabelas expostas nos documentos do próprio INFOPEN, o número de vagas do sistema prisional brasileiro é de 368.049 para 726.712 mil presos.

O escancaramento de imagens e o julgamento da juventude que morre e tem qualquer envolvimento com a criminalidade ilícitas é de praxe, em uma sociedade de exceção, onde parece necessário escolher bem quem são os possíveis matáveis, os descartáveis como nos ensina BAUMAN (2002) em seu livro *Vidas desperdiçadas*, ou então Giorgio Agambem (2012) em seu livro *Sociedade de Exceção*.

Segundo os dados apresentados pelo Mapa do Encarceramento de 2014, podemos verificar o aumento de homicídios de jovens e negros comparando os anos de 2002 a 2012, tendo ainda que 71,1% dos jovens mortos foram por homicídios ou acidentes. Ainda, conforme o mapa supracitado um ponto bastante peculiar é necessário ser destacado:

“Constata-se que em 2012 o perfil das vítimas de homicídios no Brasil, em 2012 foi semelhante ao perfil dos encarcerados. Para cada grupo de 100 mil habitantes jovens acima de 18 anos havia 648 jovens mortos, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes não jovens havia 251 encarcerados, ou seja, proporcionalmente o número de jovens foi 2,5 vezes maior do que de não jovens em 2012. (MAPA DO ENCARCERAMENTO, 2014, p.84)

O que infere na afirmação é que tanto a população prisional, quanto as vítimas de homicídios no Brasil são predominantemente, jovens. Os números alarmam e apresentam a realidade de um país que está perdendo a categoria juventude para o cárcere, homicídios e criminalização. Os dados que mostraremos a seguir, tabulados durante a construção do Plano Municipal de Juventude Viva, realizado na cidade de Teresina e não publicizado pela Secretaria Municipal de Juventude - SEMJUV, também até momento não implementado. Esses dados servem como subsidio para visualizar o panorama social da juventude negra e empobrecida no Piauí, vamos dar ênfase aos dados que foram construídos para olhar especificamente para nossa capital Teresina-PI. Segundo Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil, de Julio Jacob Waiselfiszo, o estado do Piauí, bem como sua capital, estão com as taxas de homicídios acima dos níveis tolerados pela Organização das Nações Unidas – ONU, que admite o número de 10 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Na década (2002-2012), período em que é feita um extenso acompanhamento, o estado do Piauí foi o 6º estado mais violento da região nordeste, com o aumento de 57,9 homicídios de jovens, levando em consideração todo o território nacional. O Brasil possui um aumento de índice 2,7. Diante disso, o Piauí encontra-se em uma posição superior ao quadro nacional no que tange ao aumento da quantidade de homicídios de jovens nessa década. Tratando-se dos dados referente ao biênio (2011-2012), segundo o Mapa supracitado, o Piauí encontra-se na 6ª posição dos estados do Nordeste que tiveram maior crescimento da taxa de homicídios, destacando-se acima dele apenas os estados do Ceará, Alagoas, Bahia, Paraíba Rio Grande do Norte e Sergipe. Comparando todos os estados brasileiros, o Piauí ocupa a 8ª posição no ranque da taxa de homicídios contrajovens.

A partir daqui trataremos mais especificamente do cenário teresinense no quadro da violência contra a juventude negra e pobre. É importante levantar que existe uma incongruência no que tange a especificação de negros quanto à designação que os próprios brasileiros possuem de si mesmos. Isso é demonstrado através do que se cunhou

de cor parda. Tal designação não passa de um racismo institucional que tem por finalidade demonstrar que no Brasil os negros não são maioria populacional. No entanto, já existem resoluções por parte de alguns órgãos que reconhecem o racismo institucional, bem como a discriminação por parte do próprio brasileiro em reconhecer suas origens afros. Isso se dá, é claro, por conta dos vários séculos de exploração e de diminuição do reconhecimento da existência do povo negro em território nacional. Portanto, são fatos o que justificam tanto receio e vergonha em se assumir as origens afrodescendentes.

Em particular, podemos começar com o aumento da taxa de homicídios em Teresina, mais precisamente a partir do ano 2002. Teresina se depara com um crescimento expressivo na taxa de homicídio identificado na década compreendida entre os anos de (2002-2012) e o biênio (2011-2012). Todavia, fato que revela indícios de que não houve perceptível nenhuma ação de políticas públicas associadas aos jovens negros, para enfrentar o tocante a taxa de homicídios. Outro detalhe é a carência de campanha de esclarecimentos sobre: a dinâmica entre renda/ mercado de trabalho, educação, violências (policial, gênero e outros), artes e diversidade cultural relacionada aos jovens negros.

Conforme os dados do Mapa da Violência de 2002, Teresina encontra-se na 4ª posição em crescimento, com 47,5 entre as capitais nordestinas com a maior taxa de homicídios entre os jovens negros nos anos de (2002-2012), considerando as capitais brasileiras, Teresina encontra-se na 7ª posição no ranking da violência contra a juventude negra brasileira.

Diante disso identifica-se que no biênio (2011-2012), Teresina avança uma posição relevante e torna-se a 3ª capital nordestina com maior índice de mortalidade entre os jovens negros. Considerando as capitais brasileiras, teremos a capital piauiense no 6ª lugar entre as capitais brasileiras em que mais morrem jovens no período evidenciado.

De acordo como o Mapa da Violência 2014: os jovens no Brasil, ao longo dos diversos anos em que os mapas vêm sendo elaborados desde 1998, emerge uma constante: a elevada proporção de mortes masculinas nos diversos capítulos da violência letal do País, principalmente

quando a causa são os homicídios. Assim, por exemplo, nos últimos dados disponíveis, os de 2012, pertenciam ao sexo masculino: 91,6% das vítimas de homicídio na população total e ainda mais entre os jovens: 93,3%.

Similarmente, os dados da cidade de Teresina estão em consonância com os dados nacionais levantados acima, o que é perceptível no Estudo Descritivo Polícia Civil Piauí do ano de 2014, referente ao ano de 2013, os dados mostram que a partir dos 12 anos de idade, os índices de homicídio dolosos se fazem crescentes, com o indício de 12,10% para alcançar o ponto culminante de 30,89% entre as faixas etárias de 18 a 24 anos. Além disso, a partir desses dados apresentados relativos a essa faixa etária, nos deparamos com algo intrigante: a ausência de investimentos de segurança pública, o que tem contribuído na produção de efeitos em outras dimensões da vida social, como: educação, mercado de trabalho, culturas e outras formas de sociabilidades dos jovens.

O que se quer colocar com tudo isso é o fato da faixa etária que corresponde à juventude teresinense ser a mais atingida pela mortalidade. Seguindo a mesma linha de amostragem das faixas que a violência atinge em especial estão os jovens negros. Tal informação está acessível no mesmo Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil trazem outros dados alarmantes no que tange a mortalidade e a violência podendo ser associado com os dados do Estudo Descritivo Polícia Civil Piauí, 2014.

Primeiramente, faz-se mister alguns esclarecimentos presentes no texto de Júlio Jacob Waiselfisz onde este afirma que optou por realizar um ajuste nos resultados por raça/cor das vítimas de homicídio, distribuindo os ignorados de acordo com as proporções de raça/cor registradas em cada UF, isto é, imputou raça e/ou cor conforme as proporções identificadas em cada Unidade. Por esse ajuste, quantitativos e taxas podem apresentar pequenas diferenças com versões anteriores dos mapas.

Também é importante esclarecer que a categoria negro, utilizada neste relatório, resulta do somatório das categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE. As taxas elaboradas relacionando número de ho-

micídios por cor/raça (contidas nas bases de dados do SIM) com os respectivos contingentes populacionais das pesquisas do IBGE, apresentam problemas metodológicos que devem ser levados em conta. A fonte para a população por raça ou cor são as entrevistas da PNAD e/ou do Censo, que coletam esse dado por autotranscrição do entrevistado, que escolhe uma entre cinco opções: Branca, Preta, Parda, Amarela ou Indígena. Já nas certidões de óbito, nossa fonte para homicídios, a classificação é realizada por um agente externo ou documentação preexistente utilizando as mesmas categorias do IBGE. Ambas as classificações nem sempre são coincidentes. Por esse motivo, não são os números absolutos, mas as taxas de homicídio e os índices de vitimização os que devem ser tomadas com cautela; são mais aproximativos do que assertivos.

4 POLITICAS PUBLICAS JUVENIS EM TERESINA O MITO DO ETERNO RETORNO

Tomando como base o desenvolvimento deste trabalho, não podemos levá-lo adiante sem entender o conceito e andamento das políticas públicas e a importância das mesmas, para o tão auspicioso resultado de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em grosso modo, podemos definir para fins desse trabalho as políticas públicas como políticas oriundas do Estado para público específicos, pensadas e implementadas de forma participativa e colaborativa, atendendo a demandas e com resultados esperados, como nos pontua Vera Telles em seu livro *Direitos Sociais*, afinal do que se trata (2007). No Brasil, porém percebemos que alguns valores construídos historicamente e plasmados nas instituições públicas, passaram a definir muitas das ações para crianças, adolescentes e jovens.

Partindo dessa premissa e historicidade do país, como instituição alicerçada em buscar teorias e movimentos estrangeiros que se adequassem a uma estrutura totalmente diferente, nascem primeiras políticas públicas destinadas a Crianças Adolescentes e Jovens. Políticas absolutamente tendenciosas e mascaradas por uma moral inflada

e com discursos de que os pobres se caracterizavam como o atraso da sociedade, e época na Europa vigoram políticas eugenistas e racistas, e como nos lembra Irene Rizzini em seu livro *A Arte de governar Crianças* (2006), ou mesmo Cecília Coimbra em seu texto *os jovens e o mito da periculosidade* (2005) .

Em meio a esse conturbado cenário surge o Código de Menores/1927, instrumento regulador e punitivo, em que encarava o jovem pobre como parte feia da sociedade e fadada a ser excluída dela, por não se adequar aos moldes impostos pela elite. Anos após, o código de Menores muda e se intitula Estatuto da Criança e Adolescente – ECA instituído pela lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 e ainda cria-se o Estatuto da Juventude, por meio da lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013, mecanismos de reformulação do Estado que procuraram mudar e trazem uma gama de direitos atrelados aos jovens, mas direitos esses ainda com o ranço de exclusão em massa da sociedade e ainda das políticas públicas e atenção merecida do Estado.

Diante dessa realidade, Costa (2009) enfatiza que

“A conduta intervencionista do Estado brasileiro consistiu, desde o princípio, em privilegiar o desenvolvimento de programas e políticas sociais que, em nome da defesa do bem-estar dos infratores, encontrou uma maneira confortável de justificar o aumento da burocracia e dar uma satisfação à opinião pública. (COSTA, pg. 04, 2009)

A tríade abandono-pobreza- marginalidade presente em épocas passadas ainda possui toda força na atualidade, sendo vista e pregada pela elite e pelo impregnismo moralista da sociedade como parte que se deve manter distância por demarcarem periculosidade, se tem ainda aliado a essa tríade ainda a ociosidade sofrida por esses membros da sociedade, em que a esperança de futuro e as oportunidade se fecham, restando muitas vezes apenas a sedução do tráfico, consumo de drogas e a criminalidade.

Ainda, conforme Costa (2009)

“Um dos problemas surgidos desse processo de esquadramento é que os jovens de certo ângulo assumem esse papel a eles atribuídos pelo Estado, ora como estratégias de sobrevivência e ação para com os outros, ora para sobreviver dentro de universos outros. (COSTA, pág.06, 2009)

O que se apresenta pelo Estado são sempre meios de imobilizar a parcela mais pobre da sociedade, deixando de se investir em meios que tirem os jovens da criminalidade e apoiando e comprando políticas que adequem os jovens, mas que não mudam a realidade em que se vivem. Assim, o jovem se torna caso de polícia.

“O Estado responde a esta demanda de estabilização fornecendo polícia e políticas penais. O Estado diz “nós não vamos mais dar um trabalho garantido, ou uma renda garantida, ou uma assistência social garantida, porque não é isso que o Estado faz agora, mas daremos um fim à população de rua e aos criminosos dos seus bairros, etc. Responderemos sua demanda por segurança social fornecendo segurança criminal.”. (WACQUANT, 2005, p.5, apud BRITO, 2010, p.7)

Nesse sentido, quando pensamos em políticas públicas na atualidade, vemos que, a nível nacional poucas as políticas públicas direcionadas e dinamizadas para a juventude, a saber, por exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC, Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, Programa Universidade para Todos- ProUni, Programa de Erradicação de Drogas – PROERD, dentre outros. Quando olhamos para essas políticas pelo menos duas coisas nos saiam aos olhos, quais sejam, a primeira é que eram foram construídas com pouca ou nenhuma participação juvenil em seu bojo. E segunda e não menos importante, elas se pautam em uma lógica extremamente conservadora de contenção da juventude, seja via trabalho, via estudo, ou mesmo pela prevenção do jovem no contato com o que o estado chama de drogas, ou seja, são voltadas para jovens pobres e fo-

cam no medo que esses jovens oferecem nunca em sua potência criativa e inventividade.

Quando olhamos para nossa capital, vemos que em Teresina, existem poucos parques destinados a lazer, como o Parque Lagoas do Norte, Parque Potycabana, Parque da Cidadania e o Complexo Esportivo Parentão, espalhados pelas zonas norte, leste e sul, respectivamente. Um lazer que não se apresenta aos bairros mais pobres do município e apresenta descaradamente um poder simbólico que emana em exclusão, gabaritada pelo Estado.

Espaços que excluem os jovens mais pobres e se direcionam aos que possuem melhores aportes na sociedade piauiense, assim representam a sociedade teresinense. Àqueles esquecidos a marginalidade, em relação direta com as drogas e outros vícios restam o repúdio e esquecimento da sociedade que é induzida a renegar essa parcela, a mídia que segue com seu papel de criminalização, e ao Estado que parece não se habilitar a realizar ações voltadas para as juventudes Teresinenses. Assim, concordamos com Costa (2017), quando nos diz:

“Avalio que no estado do Piauí e na cidade de Teresina, especificamente, não há políticas públicas de atendimento a esses jovens em situação de tráfico de drogas que leve em consideração o seu entendimento de mundo e de vida. Resta-lhes as políticas de segurança pública que se orientam pela lógica da panoptia, do triângulo asséptico que liga pobreza à violência e à criminalidade, levando os jovens a um ciclo vicioso de cadeias, penas e violência policial cotidiana, entendendo assim que não resolvem o problema da segurança pública e nem os problemas sociais que vitimam os jovens. (COSTA, pág.10,2017)

Mais uma coisa precisa ser pensada, no Piauí quando analisadas ações de impacto para as juventudes, vemos que o Estado não conta com nenhuma instituição estatal capaz de fazer frente à políticas eficientes para e com jovens, contando com apenas uma Coordenação Es-

tadual de Juventude, que não conta com orçamento, não podendo portanto realizar ações próprias, tendo apenas caráter consultivo. Quando pensamos a prefeitura de Teresina, há uma Secretaria Municipal de Juventude - SEMJUV, com menor orçamento dentre todas demais secretarias, apenas dois milhões de reais por ano, valor incapaz de realizar eficazes e duradouras com juventudes. Nesse sentido, a secretaria pauta suas ações em convênios e parcerias com outras instituições públicas e privadas para realizar suas ações.

Portanto, as políticas públicas direcionadas aos jovens em Teresina, não aparecem em quadrante nenhum do município, trazendo o dever da família, do Estado e da Sociedade disporem cuidados sobre os direitos da juventude, como um sonho ainda a se alcançar. A família, por vezes abandonada, o Estado que encarcera e a sociedade que exclui, alvos do preconceito, estigmatização, esquecimento, violências que percutem profundamente na identidade do jovem pobres e os fazem perder ou nem ao menos encontrar suas expertises e se abandonar a um futuro de medo e com expectativas vagas sobre um projeto seguro de vida, que em sua maioria são acolhidos pelo tráfico.

5 APONTAMENTOS PARA UM MELHOR ENTENDIMENTO, OU APENAS UMA SIMPLES CONCLUSÃO

Entendendo às concepções de juventude apresentadas até aqui e toda a discussão orquestrada podemos concluir que a mortalidade da juventude teresinense vem seguindo um padrão claro, onde se escolhe quem vai morrer, por sua cor e sua idade, bem como pelo espaço geográfico que ocupa, quase sempre estigmatizado. Comparando-se os dados do encarceramento, já vistos, onde em escala clara e crescente se prendem mais jovens negros no país e não obstante em Teresina podemos entender que a relação é direta entre o encarceramento e homicídios.

Os dados apresentados pelo Mapa da Violência, a partir de 2002 e Estudo Descritivo da Polícia Civil (2014) comprovam o aumento exorbitante de homicídios em Teresina, em um comparativo aos anos

de 2002 a 2014, onde as taxas caracterizaram a capital piauiense como a 3ª mais violenta do Nordeste e os níveis apontam 30,89% de homicídios entre jovens de 18 a 24 anos.

Teresina, também depara-se com um crescimento expressivo na taxa de homicídio identificado na década compreendida entre os anos de 2002/2012 e o biênio (2011-2012). Todavia, fato que revela indícios de que não houve perceptível nenhuma ação de políticas públicas associadas aos jovens negros, para enfrentar o tocante a taxa de homicídios. Outro detalhe é a carência de campanha de esclarecimentos sobre: a dinâmica entre renda/ mercado de trabalho, educação, violências (policial, gênero e outros), artes e diversidade cultural relacionada aos jovens negros.

Como já discutido, essa sociedade declina da adoção de elasticidade suficiente para incorporar a pluralidade de modos de viver juvenis. Os adultos não confiam nos jovens, forçando-os a seguir leis e normas em que os próprios adultos não acreditam, e não lhes oferecem, em seu ambiente de convivência, espaço e liberdade para manifestarem suas reações que, se fossem compreendidas e canalizadas, do ponto de vista das sociabilidades de existência positivas, para atividades de potenciais criativas como educação libertária e compreensiva, a arte e a cultura, não precisariam atingir o status de posturas antissociais.

Portanto, essas reações vêm como um grito do jovem que não consegue se adequar à forma que a sociedade lhe impõe, ou mesmo não o torna vivível e nega sua existência. Ao resistir de várias maneiras, algumas compreendidas, outras repreendidas severamente, os jovens produzem a desejada justificativa para a implementação da apreensão e repreensão que a sociedade do controle adota para punir e tornar invisíveis os desviantes, sem ao menos compreendê-los e nem possibilitar com que eles vivenciem outras possibilidades que não sejam unicamente as ditas aceitas pela sociedade do controle.

Analisar os homicídios juvenis em Teresina, capital do Piauí nos leva a uma realidade bruta e que culmina em jovens que muito cedo iniciam suas vivências com os vários tipos de violência e posteriormente as alargam por meio da violência, finalizando suas vidas de forma fati-

dica com os homicídios. Assim, observa-se uma cidade onde os jovens se tornam alvos fáceis da violência, principalmente daquela lancinante e mortal.

Além disso, nota-se na capital do Piauí, um caminho ainda obscuro e que não se tem artifícios viáveis que se possa quebrar com a relação já impetrada na sociedade onde a juventude pobre e negra é ligada diretamente à criminalidade e não é vista as suas potencialidades. O Estado e o município de olhos fechados para a realidade e para os tantos homicídios encabeçados pela/contra população jovem em Teresina, tapam os olhos com o conservadorismo e a exclusão e investem apenas em uma política de segurança calcada muito mais na criminalização das juventudes pobres, impregnada de posições preconceituosas.

Em suma, essa postura adota tanto pelo estado do Piauí, como pelo município de Teresina, em suas ausências na consecução de políticas públicas para o enfrentamento da crescente taxa de mortalidade de jovens empobrecidos, não é sem consequências para o esgarçamento do tecido social em nossa capital, talvez isso só se explique pela posição de matáveis que esses jovens ocupam na escala social, legitimando de certa firma a configuração de um Estado de exceção velado por uma democracia fragilizada que nem a vida dos seus consegue prover.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poletí, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Z. *Vida para o consumo: As transformações das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2008.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*/Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ª. ed. 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Desejo, ação e paixão na ética de Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- COSTA, M.B. A Violência nossa de cada dia. São Paulo. Editora Booklink. 2010.
- COSTA, M.B. “O CARA TEM QUE SER. SE NUM FOR, JÁ ERA!”: Construção de identidades juvenis em situação de tráfico de drogas/ Marcondes Brito Costa. 2011.176.f. Teresina, 2011. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí.
- CANEVACCI, M. Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Tradução Alba Olmi. 1a Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DELEUZE, Gilles. Espinosa – Filosofia Prática. São Paulo: Escuta 2002.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1999.
- GORCZEWSKI, D. Micropolíticas da Juventude e visibilidade transversais: in(ter)venções audiovisuais na Restinga, em Porto Alegre/ Deisimer Gorczewski. São Leopoldo, 2007.
- MAPA DO ENCARCERAMENTO: os jovens do Brasil/ Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de juventude. - Brasília: Presidência da República, 2015.
- TELLES, V.S. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- SIMÕES, C. Curso de Direito do Serviço Social/ Carlos Simões. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.3)
- SOUSA, J. A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como os países se deixam manipular pela elite/ Jessé Sousa. – São Paulo: Leya, 2015.

BAILES DE REGGAE E A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NAS PERIFÉRIAS DE FORTALEZA-(CE): uma comparação entre os contextos do *Cuca Roots* e *Bonja Roots*

*Francisco Rômulo do Nascimento Silva*³⁶

*Geovani Jacó de Freitas*³⁷

RESUMO: Neste artigo focalizo o início da produção cultural de dois bailes de *reggae* nascidos nas periferias e favelas da cidade de Fortaleza (CE) nos anos de 2016 e 2017 e como estes eventos criaram novas formas de sociabilidades, a saber: bailes de *reggae* *Cuca Roots* e *Bonja Roots*, localizados nos bairros Jangurussu (SER VI) e Bom Jardim (SER V) respectivamente. Esta cena cultural nos oferece algumas pistas de contínuas interpretações que podem servir para realizar comparações entre contextos que mostram semelhanças e diferenças nos modos de fazer, se organizar e semelhanças quanto ao perfil de jovens, territórios e linguagem artística.

Palavras-chave: Re-existências. Ocupação de Espaço Público. Necropolítica.

36 Jornalista (Estácio FIC), Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UECE) e, atualmente, pesquisador do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e da Violência (COVIO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Contato: romulofilosofo@gmail.com

37 Doutor em Sociologia (UFC), professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e coordenador do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência (COVIO). Contato: gil.jaco@uece.br

1 INTRODUÇÃO

*“Estar no reggae é a quebra de
açoites, é a liberdade que, com
toda potência, floresce em meio a
violência, mostrando sua beleza
durante as noites!*

*É a melodia que nos traz
esperança, do próprio “eu” gritar
mesmo em silêncio e com calma
trazendo a manifestação de
nossa alma,
que se conecta através da dança!*

*É a não-existência da agonia que
revive os sentimentos mortos,
fazendo milhares de energias
em corpos dançar em total
sintonia!*

*É nesta sintonia que eu vibro,
porque mesmo tropeçando nos
degraus e do cotidiano ver todo o
caos dançando um A2 me
equilibro!”*

Jorge Nascimento, 19 anos.
Coletivo Bonja Roots - Grande
Bom Jardim

Neste artigo focalizo o início da produção cultural de dois bailes de *reggae* nascidos nas periferias e favelas da cidade de Fortaleza (CE) nos anos de 2016 e 2017 e como estes eventos criaram novas formas de sociabilidades (SIMMEL, 1983; 2006), a saber: bailes de *reggae* Cuca Roots e Bonja Roots, localizados nos bairros Jangurussu (SER VI) e Bom Jardim (SER V) respectivamente. Esta cena cultural nos oferece algumas pistas de contínuas interpretações que podem servir para realizar comparações entre contextos: semelhanças e diferenças nos modos de fazer, isto é, “insistir na percepção ao mesmo tempo das diferenças e das similitudes.” (BLOCH, 1998, p. 111)

Os desdobramentos das jornadas de junho de 2013, somado às ocupações dos secundaristas em mais de 175 escolas no estado do Ceará em 2016, contribuíram para o surgimento de novas práticas de resistências e novas formas de organização juvenis na cidade de Fortaleza e em algumas capitais país. (SAFATLE, 2017; GOHN, 2014)

As diferentes e semelhantes *formas de resistências e re-existências - práticas inventivas do cotidiano das periferias* de Fortaleza através da organização de eventos em locais públicos, como praças, espaços inutilizados ou equipamentos de arte e cultura, inventam formas existência. Além dos territórios, perfis de participantes, atividades transversais em direitos humanos e promoção da saúde, vale destacar as diferentes e semelhantes estratégias dos organizadores de ambos os eventos no tocante a ocupação de espaços institucionais, equipamentos de arte e cultura situados nos referidos bairros.

Os eventos organizados pelos próprios moradores destes bairros trata-se de um fenômeno novo que denomino *Zonas Autônomas Culturais (ZAC)* organizadas em assentamentos precários, em contextos historicamente de opressão e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - territórios estigmatizados e “marcados pela violência”, discursos oficiais estrategicamente reforçados pelo próprio Estado e pela grande mídia.

Ocupação de espaços públicos, reinventar e deixar lugares marcados mediante organização de eventos se constitui em ação política e

de enfrentamento dessas e outras violências. Não significa ocupar por ocupar, mas marcar o lugar, intervir e inventar novas práticas cotidianas de resistência e promoção do lazer.

“A partir da ideia de “Zona Autônoma Temporária (TAZ)” os bailes de *reggae*, batalhas de MCs, os saraus, os rolezinhos feitos nas periferias e favelas podem ser vistos como uma espécie de rebelião festiva e efêmera que confronta o Estado. Os bailes de *reggae*, por exemplo, à medida que reúne pessoas envolta de processo histórico da cultura vermelha, amarelo e verde, procura ocupar lugares públicos sem pedir permissão, inclusive, de espaços institucionalizados para realizar seus propósitos festivos. Uma maneira de “estar juntos”, conforme Bey: [...] a emergência de uma *cultura festiva* distanciada ou mesmo escondida dos pretensos gerentes do nosso lazer. “Lute por direito de festejar” não é, na verdade, uma paródia da luta radical, mas uma nova manifestação dessa luta, apropriada para uma época que oferece a TV e o telefone como maneiras de “alcançar e tocar” outros seres humanos, maneiras de “estar juntos!” [...] Seja ela apenas para poucos amigos, como é o caso de um jantar, ou para milhares de pessoas, como um carnaval de rua, a festa é sempre “aberta” porque não é “ordenada”. Ela pode até ser planejada, mas se ela não *acontece* é um fracasso. A espontaneidade é crucial. (HAKIM BEY, 2011, p. 26)

No mesmo ano (2016) que surgiram e se fortaleceram vários bailes de *reggae* na cidade, diversas escolas do Estado do Ceará foram ocupadas por estudantes exigindo ao Governo do Estado melhores condições no ensino público e melhores salários para os professores. As escolas estavam sendo o principal espaço de debates e empoderamento das juventudes envolvidas. A primeira escola a ser ocupada foi a Escola Estadual Maria Alves Carioca (CAIC - Bairro Grande Bom Jardim), depois dela 175 escolas do Município e do Estado aderiram à greve

e a ocupação secundarista durante meses. Uma mídia independente surgiu na época e foi o principal veículo de comunicação³⁸ via Redes Sociais (fanpage Facebook) de como estava acontecendo a ocupação, o cotidiano dos secundaristas nas escolas ocupadas e as negociações dos professores em greve e estudantes ocupantes junto aos secretarias de educação.

“Esse movimento de ocupação pra mim foi o momento que eu tive acesso a arte, que eu conheci a arte e que eu me apaixonei por tudo isso que eu faço agora. O movimento de ocupação pra mim foi um processo de descoberta de quem eu era. Porque todo o dia eu tinha mais acesso a mais informação e gente era bombardeado de informação, a gente era bombardeado. [...] A escola, se a gente for levar no sentido que deveria ter, né?, deveria ser o lugar pra gente receber educação. E o que era educação, o quê que seria essa “educação”? Se na escola é o lugar que a galera mais sofria *bullying*, se a escola é o lugar onde a galera mais sofre preconceito. Se você pára para conversar com uma pessoa, ela vai ter muito problema da época da escola, por quê se a escola devia ser acolhedora? E a gente se questionava muito: “Por que a escola não é acolhedora?” A escola tem que ser, tem que ser o lugar que acolhe! Por que eu chego na escola com o meu jeito, com as minhas roupas e eles não me deixam entrar? A nossa escola nem tem muro (a gente usava muito essa analogia), a nossa escola nem tem muro, mas por que ela dá tantos limites pra gente? Se a própria escola enquanto estrutura nem tem um muro, né? E a gente se questionava demais sobre os limites que a gente tinha lá dentro. E a gente chegou até o ponto de discutir “Gestão Compartilhada” na escola, porque a gente queria saber o que acontecia, tanto que no nosso Grêmio a gente tinha uma Comissão de Finanças, a gente queria saber do dinheiro que entrava e saía na escola, e

³⁸ Fanpage “Mídia Pode Crer”. Disponível em <<https://facebook.com/MidiaPODECRER/>> Acesso em 02 de abril de 2018, às 04h35.

tanto foi nessa época que a gente descobriu o lance da merenda do Camilo Santana, que a merenda vem menos do que tem por Lei dizendo que tinha que vir. Era 31 centavos a nossa merenda. Agora é 35 (*sic*). Mudou nada, né? O que é que uma pessoa come com 35 centavos todo dia, né?! A gente ficava se questionando sobre esse tipo de coisa e a gente via que não fazia sentido algum, e a gente conseguia ver que aquilo não deveria ser daquele jeito e a gente percebeu a força, né? Das nossas mãos... (ANDRESSA BERNARDO, 16 anos, secundarista e integrante do coletivo Bonja Roots)

Em artigo, Howard S. Becker (1977) compara a situação americana com os sistemas educacionais de áreas coloniais do Terceiro Mundo, com o objetivo de estabelecer algumas dimensões gerais dessa relação entre escolas e sistemas de estratificação social. A principal barreira que o sociólogo apresenta aos sujeitos de espaços coloniais é a impossibilidade de mobilidade diante do sistema e seu *status quo* vigente mesmo com a escolarização. Ou seja, “se não há posições disponíveis nos estratos mais altos, como não há em muitas sociedades coloniais, se não há formas de ganhar a vida com prestígio adequado, a escolarização não produz mobilidade, mas somente frustra o desejo: ela não tem efeitos sobre o sistema de status”. (p. 38). O “caminho, neste caso, é evitar o desapontamento e ignorar a possibilidade de mobilidade, segundo o autor.

Conforme os discursos dos secundaristas, portanto, trata-se de denunciar a negligência histórica com a Educação de Escolas Públicas, as diversas violações do Estado e a criminalização dessa mesma juventude. De acordo com relatos, as ocupações ressignificam e atribuem outros sentidos para além da violência e morte, pois o campo é também um dos principais celeiros de produção de eventos protagonizados pelas juventudes que reúnem diversos sujeitos não só locais, mas participantes da cidade e região metropolitana.

Eventos dos mais variados tipos e estilos. Desde saraus a bailes de reggae com promoção de rodas de conversa, produção e distribuição

de fanzines³⁹, distribuição de insumos de Redução de Danos (RD), cobertura audiovisual e ao vivo para as Redes Sociais, estrutura de som (*Dj e Pick Up*), são exemplos de modos de fazer *inventivos de zonas autônomas culturais juvenis* na ocupação de espaços públicos. (CERTEAU, 1994).

Discorrer acerca das juventudes significa, portanto, percorrer o campo ambíguo e multifacetado de significações. A juventude é uma criação da modernidade sendo, portanto, tecida em um terreno de constantes transformações. (DIÓGENES, 1998; 2009; 2012). A categoria juventudes assume nessa dinâmica, dimensões híbridas, de caráter fragmentado, instável, calcados em outros diversos territórios identitários e não apenas no biológico (etário, entre 15 a 29 anos incompletos), critérios estes incertos, principalmente no caso dos jovens negros e moradores de favelas e periferias que vivem na Região da Grande Fortaleza.

Como processo investigativo, utilizamos o aporte metodológico da pesquisa qualitativa, esquema comparativo, bibliográfica e a experiência Etnográfica, com o uso da observação participante, realização de entrevistas e de relatos registrados em diário de campo.

2 VIDAS PRECÁRIAS E A INVENÇÃO DE ZONAS AUTÔNOMAS CULTURAIS

Seguindo Frantz Fanon (1968), tomaremos estes espaços como ocupação colonial tardo-moderna onde opera a necropolítica, isto é,

³⁹ Fanzines ou zines são pequenas publicações impressas, geralmente reproduzidas em fotocopiadoras simples, feita por uma pessoa ou por um coletivo. Possui uma tiragem, geralmente, entre 10 e 300 unidades. Os fanzineiros ou fanzineiras distribuem suas produções de mão em mão. O conteúdo de uma zine varia de acordo com quem idealizou, pauta do coletivo, identidades e ou propósito de escrita, ou seja, é totalmente aberta a quaisquer temática e formato possível. Nas zines é possível encontrar textos dos diferentes gêneros e estilos, desenhos, rabiscos, arte-colagem, fotos e arte em xerox. As zines são ótimos veículos de comunicação alternativa impressa, literária e não possui um formato “fechado”, predeterminado. Além de ser uma ferramenta pedagógica e transversal nos espaços de ensino formal e informal. As zines têm sido um dos principais registros de organizadores de eventos autogeridos e coletivos da periferia. Em particular, o Jangurussu e o Bom Jardim são os dois territórios com uma vasta produção que podem ser acessada através dos coletivos juvenis, arte educadores e instituições de ensino formal e informal, por exemplo.

uma política da morte (MBEMBE, 2017). Esta narrativa funda um “inimigo” comum da sociedade com perfil sócio e historicamente construído, marcado como vidas consideradas precárias, não passíveis de luto, segundo Judith Butler (2017).

Conforme o Atlas dos Assentamentos Precários⁴⁰, Jangurussu e Bom Jardim são dois dos bairros de Fortaleza que mais possuem áreas de riscos. São ocupações neo coloniais na “modernidade tardia” onde opera a Necropolítica: “formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte.” (MBEMBE, 2017, p. 152), isto é, o poder e capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer nos cálculos estruturantes nos lugares “periféricos” e a partir das “inscrições” dos corpos. Assim como a África, Jangurussu e Bom Jardim são um “aparente não-lugar” (MBEMBE, 2014, p. 30), favelas, comunidades indígenas são a extensão e, por vezes, desterritorialização desses “não-sujeitos” habitantes de “não-lugares”.

“A cidade do povo colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos. (FANON, 1968, p. 37-39)

Segundo Fanon, a colônia é, portanto, resultado de uma continuada conquista militar, reforçada por uma administração civil e policial ordenada pela figura do colono. São nestes espaços que habitam “homens de má fama” (criminalizados, vidas sem valor de vida), são portanto, “vidas precárias”, como sugere a filósofa Judith Butler. Não são quaisquer pessoas, mas vidas específicas que não podem ser con-

40 Atlas dos Assentamentos Precários de Fortaleza. Disponível em <http://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa? nome=assentamentos+&categoria=PLANOS+SETORIAIS&tem a=&ano=&tipo_documento=&fonte=&local=> Acesso em 14 de abril de 2018, às 23h52.

sideradas lesadas ou perdidas se não for primeiro consideradas vivas. Ou seja, “se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras.” (2017, p. 13)

Por se tratar de território marcado por conflitos entre pontos do comércio de drogas ilegais, as intrigas entre estas comunidades que disputam o “mando”, a demarcação e a desterritorialização do inimigo é uma constante. Assim como a implementação de políticas de segurança pública de Governo do Estado e do Município, sob a ênfase e conservação do *modus operandi* do militarismo têm contribuído para a ampliação da violência institucionalizada.

Essa realidade faz com que muitos jovens daquela região não acessassem equipamentos ou espaços públicos por motivos fronteiriços. Inclusive, os “trabalhadores precários” da droga” que atuam na ponta, isto é, “à margem da verdadeira economia da droga” normalmente são os mesmos que transitam entre a rua, sistema socioeducativo ou prisão. O trânsito do varejo da droga, do “cara-a-cara” e de mão em mão compõe a tessitura das práticas cotidianas entre “um corre” e outro (correria cotidiana, como por exemplo, vender cocada ou limpar vidros de carros na avenida), ou seja, é justamente nas “fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e o informal” (TELLES & HIRATA, p. 174, 2007) que é possível pensar nessas delimitações fronteiriças e voláteis.

As demarcações geográficas, práticas e simbólicas entre um quarteirão e outro incorporado por uma insígnia de “fação” escritas nas paredes, por exemplo, provoca esvaziamento e impossibilidade de maior fluxos de pessoas em determinados espaços tidos como “o lado de lá, o lado do inimigo”, aumentando assim, a sensação de medo e de insegurança em quem desafia romper as fronteiras entre os territórios a fim de acessar algum serviço público e eventos culturais (Escolas, Posto de Saúde, Equipamentos Culturais, Espaços de Lazer, Praças e etc), por exemplo, ou de vivenciar o bairro e a cidade. Enquanto construção social, seguindo Geovani Jacó de Freitas (2003), podemos considerar “o medo como um dos ecos mais significativos da violência” (p. 101).

Ou seja, o medo em seu caráter objetivo pode ser verificado sociologicamente através das relações sociais.

Nos anos anteriores a 2016, ano da chamada “pacificação” através do Crime Organizado, isto é, as “facções”, a saber Comando Vermelho (CV), Família Do Norte (FDN), Primeiro Comando da Capital (PCC) e uma quarta facção nascida na capital cearense autodenominada Guardiões Do Estado (GDE), os lugares eram demarcados por conflitos fronteiriços entre pontos do comércio de drogas ilegais, as intrigas entre estas comunidades que disputavam o “mando” do tráfico de drogas local eram, muitas vezes, entre uma rua e outra e não era motivados apenas pela disputa territorial, mas, inclusive, por vinganças nas chamadas “dívidas de sangue” - assassinatos em resposta a morte de um familiar, amigo ou morador das mesmas “áreas” (território).

A demarcação e a desterritorialização do inimigo era, portanto, uma constante. Ou seja, como se configuraram os espaços (entre um quarteirão e outro, muitas vezes), circunscrevendo os sujeitos residentes destes espaços precários como “vidas breves”, ou vidas matáveis em territórios sob o regime de um estado de exceção permanente, assassinatos instigados por policiais militares dos inscritos no “crime” ou tidos como “suspeitos”, vidas estas que, por sua vez, são vistas, no esteio social e no plano operacional, como inimigos da sociedade não somente pelos agentes públicos, mas também pela própria comunidade em que sobrevivem, conforme estudo realizado por Ricardo Moura (2011).

“O estigma territorial impregnado” historicamente construído e moralmente retroalimentado no esteio social, conforme Loïc Wacquant (2001), cria uma imagem homogeneizante, criminalizadora e invisibilizadora não somente do lugar, mas dos indivíduos que ali habitam. Segundo Wacquant (2001), são várias as consequências negativas que esse estigma traz às comunidades.

“Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações in-

terpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o desmantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, ‘assinaladas’ pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessária ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva.” (WACQUANT, 2001, p. 33)

Práticas culturais juvenis, como bailes de reggae Cuca Roots e Bonja Roots, procuram não somente denunciar a negligência do Estado, mas cria e reinventa narrativas outras. Enquanto máquina de guerrilha cultural e política, ocupações de espaços públicos como o que acontece no Bom Jardim e acontecia no Jangurussu têm se espalhado e se consolidado pela cidade solar nos últimos três anos. Tratam-se de pontos luminosos de produção cultural dos mais diversos tipos e nas diferentes periferias - uma complexa e móvel rede tecida por fios invisíveis e com certa horizontalidade em que os participantes e protagonistas se visitam e fortalecem o movimento uns dos outros, a exemplo: *Bonja Roots*, que acontece em diferentes espaços do Bairro Grande Bom Jardim; O *Servilost*, coletivo juvenil do Bairro Serviluz que organiza diversas atividades ligadas à arte, cultura e lazer, além da ocupação do Farol do Mucuripe; *Sarau-Rizoma: O Corpo sem Órgãos* que acontece uma vez por mês, às sextas-feiras no Conjunto Ceará; o *Sarau Okupação*, no Antônio Bezerra, sempre na última sexta-feira do mês e o *Sarau Bate Palmas*, no Conjunto Palmeiras, no segundo sábado do mês, dentro outros.

Estas práticas de re-existências diaspóricas transpõem fronteiras da morte para se fazer existentes do “lado de lá” da vida, pela alteridade e, inclusive, através da possibilidade de violência emancipadora do colonizado (MBEMBE, 2014), subversão das assimetrias do poder e das relações coloniais. São sujeitos mediadores e mediados pela possibilidade de exercício das “pedagogias da re-existência”, política da descolonização.

“Concibo la re-existencia como los dispositivos que las comunidades crean y desarrollan para inventarse cotidianamente la vida y poder de esta manera confrontar la realidad establecida por el proyecto hegemónico que desde la colonia hasta nuestros días ha inferiorizado, silenciado y visibilizado negativamente la existencia de las comunidades afrodescendientes. La re-existencia apunta a descentrar las lógicas establecidas para buscar en las profundidades de las culturas — en este caso indígenas y afrodescendientes — las claves de formas organizativas, de producción, alimentarias, rituales y estéticas que permitan dignificar la vida y re-inventarla para permanecer transformándose. La re-existencia apunta a lo que el líder comunitario, cooperativo y sindical Héctor Daniel Useche Berón “Pájaro”, asesinado en 1986 en el Municipio de Bugalagrande en el centro del Valle del Cauca, Colombia, alguna vez planteó: “¿Qué nos vamos a inventar hoy para seguir viviendo?” (ACHINTE, 2009, p. 455)

A possibilidade, enquanto coletividades, de descentralizar as lógicas estabelecidas e retroalimentadas historicamente da dominação hegemônica parte, inclusive, da invenção da vida cotidiana, conforme Michel de Certeau (1994) a partir da existência inquieta e molecular dos sujeitos e territórios neo colonizados. Isto é, para descolonizar *não basta resistir é preciso re-existir*. A primeira demanda para a descolonização, portanto, é *permanecer vivo*. Criar formas de existências em face de uma política de morte. Um jogo entre *falar* da existência, tentar so-

breviver e *ser visto* e *ouvido*. A re-existência de jovens da periferia questiona o projeto político vigente de “produção da vida”, portanto, um projeto fazer morte enquanto padrão de poder a partir da ideia de raça e da produção do atual capitalismo na forma do neoliberalismo. Através das diversas linguagens artísticas e da organização política dos bailes de reggae, alguns destes sujeitos se organizam em coletivos e buscam uma forma de autogestão mais horizontal possível, o Coletivo Bonja Roots, por exemplo.⁴¹

Entretanto, a grande mídia (jornal, rádio e televisão) têm ignorado ou pouco divulgado esse movimento e suas práticas culturais. São em territórios assim demarcados que as ações governamentais de segurança pública e seus diferentes programas buscam legitimidade e eficácia, reproduzindo o discurso do senso comum, retroalimentado pelos programas televisivos pautados em narrativas do medo e da insegurança. Destacamos que o *modus operandi* da polícia e do policiamento nesses bairros, associado à atuação de práticas ilegais e grupos armados, têm contribuído para a ampliação da violência institucionalizada e elevado número de homicídios a cada ano.

Narecente obra do filósofo Vladimir Safatle (2017), ao defender que o neoliberalismo sempre foi mais que uma doutrina econômica de efeitos miseráveis, “um discurso moral capaz de fundamentar novas formas de sujeição social” (p. 24), o fato fundamental que somente agora se tornou visível, foi a ascensão do neoliberalismo como estratégia política de Estado e o discurso moral, ambas representaram a destruição contínua da democracia liberal e seus pactos.

“Restringindo paulatinamente o horizonte de políticas públicas, impondo a versão de que, no que diz respeito à economia, “não há escolha”, mesmo diante do caráter suicida do sistema financeiro internacional, explícito desde a crise dos *subprimes*, o neoliberalismo conseguiu esvaziar a política e suas instituições. Seu mundo é a reedição de um

41 Fanpage nas Redes Sociais (Facebook), Coletivo Bonja Roots. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ColetivoBonjaRoots/>> Acesso em 01 de abril de 2018

mundo pré-político, no qual as relações sociais se resumem à gestão militarista da segurança e às garantias da perpetuação dos modos atuais de circulação de riqueza. (SAFATLE, 2017, p. 28)

E ainda:

“[...] o neoliberalismo não vende mais promessas, como fazia ainda nos anos 1980. Ele vende o medo, ou antes a distopia de uma sociedade militarizada, cuja brutalidade será escondida pela circulação em larga escala de frivolidade midiática, pelo culto de celebridades industrialmente produzidas e de violência asséptica estilizada. Por isso, nesse seu estágio distópico, o modelo neoliberal encontrará na extrema direita seu aliado preferencial. Sua gestão social será a de uma guerra civil contínua. Ele aprimorará sua incitação do terrorismo para criar alguma forma de coesão social. Pois nossos governos produzem o terrorismo através de sua lógica militarista e intervencionista, através da naturalização do racismo ordinário, que ganha cada vez mais direito de circulação, ampliando os efeitos do ressentimento social. (SAFATLE, 2017, p. 33)

Ocupação de espaços públicos, reinventar e deixar lugares marcados através da organização de eventos se constitui uma ação política e de enfrentamento dessas e outras violências. Não significa ocupar por ocupar, mas marcar o lugar, intervir e inventar novas práticas cotidianas de resistência e promoção do lazer. Tanto o Cuca Roots, que existiu durante um ano, como o Bonja Roots que continua atuando, pode ser tomado aqui como Zonas Autônomas Culturais.

A partir da ideia de “Zona Autônoma Temporária (TAZ)” de Hakim Bey (2011), as juventudes vêm os bailes de reggae nas periferias e favelas como uma espécie de rebelião festiva e efêmera que confronta o Estado. Os bailes de reggae, a medida que prega a “paz e o amor” enquanto ideologia regueira, procura ocupar lugares públicos

sem pedir permissão, inclusive, de espaços como por exemplo, o anfiteatro do Cuca Jangurussu e realizar seus propósitos festivos reunindo cerca de 2.000 pessoas no mesmo espaço durante um ano. Uma maneira de “estar juntos”, conforme Bey:

“[...] a emergência de uma *cultura festiva* distanciada ou mesmo escondida dos pretensos gerentes do nosso lazer. “Lute por direito de festejar” não é, na verdade, uma paródia da luta radical, mas uma nova manifestação dessa luta, apropriada para uma época que oferece a TV e o telefone como maneiras de “alcançar e tocar” outros seres humanos, maneiras de “estar juntos!” [...] Seja ela apenas para poucos amigos, como é o caso de um jantar, ou para milhares de pessoas, como um carnaval de rua, a festa é sempre “aberta” porque não é “ordenada”. Ela pode até ser planejada, mas se ela não *acontece* é um fracasso. A espontaneidade é crucial. (BEY, 2011, p. 26 - grifo do autor)

São movimentos inventivos, sem fins lucrativos, que objetivam ocupar os espaços, reivindicar direitos, fomentar espaços de cuidado, formações com temas ligados aos Direitos Humanos e que visam, inclusive, o lazer feito pela própria juventude.

3 CUCA ROOSTS E BONJA ROOTS: OS “NÓS” DA REDE COMO APARECIMENTO E DESAPARECIMENTO

Os corpos pretendem, cada vez mais, se autonomizar. O anseio por um líder não é mais uma tônica, nem tão pouco uma ideologia. Este aspecto aparentemente fragmentado das posturas políticas em sociedade pode ser encarada como uma busca pela emancipação, identidade própria e rebeldia. Não é possível, portanto, compreender as forças de tensões políticas entre o Estado e a Sociedade Civil em blocos, mas a partir de uma Desobediência Civil ou uma Obediência Fragmentada - com todas as contradições e, como especula Gohn, a partir

de uma não-credibilidade e decepção no campo da representatividade político-partidária cada vez mais generalizada.

“O novo milênio apresenta uma conjuntura social e política extremamente contraditória na América Latina. Ao mesmo tempo em que vários movimentos sociais tiveram, em diversos países, mais condições de organização tanto interna como externa, dado o ambiente político reinante, em outros, eles perderam muito sua força política junto à população, em virtude da decepção e da não-credibilidade em geral da sociedade civil para com os políticos, da composição da arena político-partidária e dos processos morosos de participação social. (GOHN, 2014, p. 59)

O *start* para o surgimento do Cuca Roots nasceu a partir do desejo de fortalecimento da cultura do reggae em espaços públicos, haja vista as cenas regueiras de Fortaleza ser até então privatizada, conforme uma das organizadoras e idealizadora do evento Eitha Livia.

“[...] o privatizado não era todo mundo da periferia que conseguia ter acesso ao reggae, e aí já tinham surgido dois reggaes na cidade que um era no Coliseu e o outro, se não me engano, na Serrinha. Só que eram reggaes pequenos e acontecia uma vez perdida e a gente pegou e decidiu que ia fazer um reggae, até então, porque a maioria da galera que se conhecia gostava de curtir um reggae, mas tinha que pagar pra entrar em festas privada aí, foi quando, com um tempo do Cuca Roots, dois três meses, a gente realmente sentiu a necessidade de trazer essa cultura, que não era tão conhecida, para a juventude que às vezes estava perdida, que só conhecia àquele que a mídia tá sempre botando... que a gente escuta cotidianamente até chegar assim, uma explosão mesmo de uma participação real em espaço público e ocupar e dizer que esse espaço pertence a gente e que a gente vai tá

ali resistindo por ele. (EITHA LÍVIA, 21 anos, organizadora do Cuca Roots)

Os “bailes de rua” começaram emergir nas periferias da cidade alencarina no final de 2015 com o objetivo de criar uma cultura de ocupação e ressignificação dos espaços públicos. Uma *mobilização* de resistência, cultural e política onde adolescentes e jovens se deslocam de diversas comunidades rumo eventos de reggae autogeridos, gratuitos e alternativos as opções privadas à beira-mar. Além disso, de acordo com Livia, há uma disputa pela ocupação do espaço público para as juventudes. Uma reinvenção do espaço a partir da cultura *rastafari* que prega a paz e o amor, além da postura política de acesso a espaços utilizado de maneira precária ou com baixa fluidez e expansão de público.

O evento de reggae que aconteceu durante um ano (2016-2017) no anfiteatro do Cuca Jangurussu, às terça-feiras, era organizado e autogerido por cinco jovens residentes no bairro, o mesmo chegava a reunir aproximadamente 2.000 pessoas de diferentes lugares de Fortaleza e Região Metropolitana. Movimento alternativo às opções oferecidas na cena regueira de Fortaleza, Reggae Club na Praia de Iracema⁴², o *Cuca Roots* tinha como objetivo promover a cultura do reggae na periferia - o “baile”, como os jovens costumavam chamar. O evento contava com uma estrutura mínima de organização: aluguel de uma caixa de som, energia puxada por extensão de uma casa vizinha ao Cuca na Avenida Álef de Souza Cavalcante⁴³ (cerca de 100 metros de distância), notebook, uma luminária estilo abajur suspensa no centro do círculo da “concha acústica” de ferro, além de uma bandeira jamaicana de aproximadamente três metros de comprimento fixada

42 Casa de show localizada na Praia de Iracema, cena turística da cidade.

43 Avenida Álef de Souza Cavalcante, em homenagem ao jovem executado em 12 de novembro de 2015 na Chacina da Grande Messejana. O evento protagonizado por Policiais Militares foi registrado como uma das maiores chacinas da História do Ceará com onze pessoas mortas, quase todas jovens entre 15 e 29 anos. “Justiça decide soltar 17 PMs acusados na Chacina de Messejana”. Disponível em <<http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/05/justica-decide-soltar-17-pms-acusados-na-chacina-da-messejana.html>> Acesso em 03 de junho de 2017, às 21h33.

nas grades superiores das arquibancadas do anfiteatro sinalizando que naquele dia reggae iria “gerar”⁴⁴.

O evento deixou de existir no dia 7 de fevereiro de 2017, após o assassinato do jovem Pablo Israel, 18 anos, morto com cinco tiros a queima roupas nas arquibancadas do local⁴⁵. Embora tenha acontecido por mais de um ano no espaço institucional do Cuca (área externa), a Política Pública de Juventude nunca apoiou um dos eventos que mais reunia jovens moradores de periferias e favelas da Cidade.

Inaugurado em fevereiro de 2014, o Cuca Jangurussu⁴⁶, é um dos três equipamentos mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, assim como os Cucas da Barra do Ceará (SER I) e do Mondubim (SER V), administrados pela Organização Social, de direito privado qualificada como pública Instituto Cuca: “pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, operacional e financeira, instituída por escritura pública, regida por Estatuto próprio, para fazer a gestão dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte” (INSTITUTO CUCA, 2007, p.51). O

Cuca é um espaço originalmente pensado para atividades ligadas a práticas esportivas, culturais e de lazer para e com as juventudes entre 15 a 29 anos. Além de ter sido inicialmente idealizado para possibilitar o acesso à formação e serviços junto a Rede de Proteção, o Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza (PIPPJF) que no projeto original prevê “prioridade no campo de demandas dos movimentos juvenis”

O Bonja Roots, por sua vez, nasceu no final de 2016. Organizado enquanto Coletivo, jovens moradores do Grande Bom Jardim, após experienciar e frequentar o Cuca Roots por diversas vezes naquele ano, decidiram organizar o próprio baile no bairro. As primeiras edições do Bonja Roots foi na Praça Santa Cecília, inclusive época em que o Cen-

44 Expressão que significa algo aconteceu com sucesso, de maneira satisfatória e além das expectativas.

45 Políticas juvenis e os limites da ‘paz’. Disponível em <<http://www.opovo.com.br/jornal/colunas/segurancapublica/2017/03/politicas-juvenis-e-os-limites-da-paz.html>> Acesso em 28 de maio de 2017, às 17h45.

46 O nome vem das palavras em Tupi: *Yanga* (“enxame”) e *Urussu* (“abelha silvestre”).

tro Cultural Bom Jardim (CCBJ) estava fechado para reforma depois de sofrer sucateamento.⁴⁷

Sobre a origem do bairro Bom Jardim remonta aos anos 1961 e 1962, quando um empreendimento imobiliário dividiu uma área rural em lotes. O censo de 1960 registrava que Fortaleza possuía cerca de 500 mil habitantes. Em dez anos, portanto, quase dobrou sua população. Devido a seca na década de 50, milhares de sertanejos vieram para a capital. Dentre os bairros ocupados, vários lotes de terras de fazendas no território que hoje compõem o Grande Bom Jardim foram vendidas a baixo custo comparada a outros lotes de terra pela cidade. A partir da década de 1970 o crescimento começou a ser desproporcional, pois os terrenos ainda continuavam baratos. Com o crescimento desordenado, surgiram as primeiras favelas. (MAPURUNGA, 2015).

O crescimento urbano desordenado do Grande Bom Jardim, principalmente pelas populações mais pobres se configurou um dos principais problemas responsáveis pelo aumento de diversos outros problemas, dentre eles, a criminalidade violenta, conforme dissertação de Paiva (2007):

“[...] a Região do GBJ, no início do século XX, era uma área predominantemente ocupada por propriedades rurais, sendo que boa parte delas foram colocadas à venda a partir da década de 1950. Muitos destes imóveis foram comprados pela Caixa Econômica Federal, que construiu casas a preços populares com objetivo de atender às novas demandas populacionais da cidade de Fortaleza, enquanto outros foram adquiridos por imobiliárias e por pessoas com interesse em construir seu imóvel em uma região que, segundo os moradores antigos, era muito calma e tranqüila. Não obstante, nas décadas de 1970 e 1980, com o êxodo rural e a busca de aquisição de imóveis para morar por parte dos segmentos mais pobres da cidade de Fortaleza, o Bom Jardim experimentou um

47 “Pra ocupar com arte” Disponível em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/pra-ocupar-com-arte-1.1510735>> Acesso em 02 de abril de 2018, às 05h17.

processo intenso de invasões de terrenos no interior do Bairro. As invasões de terras e a formação de comunidades de invasores marcaram a história do Bom Jardim a partir da década de 1970, com importante participação das CEB's, sendo um fenômeno que ainda perdura e é recorrente até os dias atuais. A principal motivação dos invasores parece consistir na esperança de encontrar um local para morar. Conforme observei, muitas pessoas se mudaram para o Bom Jardim em busca do sonho de uma moradia própria e de um bom lugar para viver (moradora do Parque Santa Cecília). Essa motivação tem imprimido ritmo a movimentos migratórios de deslocamento da população da periferia de Fortaleza. (PAIVA, 2007, p. 36)

Inaugurado em dezembro de 2006 e gerido pela Secretaria de Cultura do Estado, o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) é um dos equipamentos para a promoção de arte e educação. O complexo objetiva a profissionalização de jovens e adultos nas áreas ligadas ao audiovisual, dança e música. Além de contar com uma ilha digital contendo equipamentos de áudio e vídeo, o equipamento conta com um teatro, salas multiuso, estúdio para ensaio e gravação musical, sala de dança, teatro e outros espaços para práticas artístico-culturais.⁴⁸ Através da organização e mobilização política de lideranças comunitárias e coletivos juvenis (inclusive Bonja Roots) o CCBJ foi reformado e voltou a funcionar. Diferentemente dos organizadores do Cuca Roots, que não tinha nenhum apoio da gestão do Cuca Jangurussu e organizava os bailes semanalmente com apoio da comunidade com energia e cota no aluguel de som, os integrantes do Bonja Roots, em várias edições de bailes de reggae, por sua vez, conseguiu apoio de espaço e equipamento de som e iluminação com a instituição. Atualmente, o Coletivo Bonja Roots possui sede própria e negocia junto ao CCBJ ofertas de oficinas e atividades pensadas, organizadas e executadas pelo próprio coletivo nos espaços institucionais.

48 Centro Cultural Bom Jardim. Disponível em <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/centro-cultural-bom-jardim>> Acesso em 03 de abril de 2018, às 01h43min.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: REDE DE AFETOS

Atualmente existem inúmeros bailes de reggae na cidade, apesar das demarcações territoriais do “Crime Organizado” e da atuação da Polícia Militar através dos projetos e programas de Governo das Secretarias de Segurança Pública do Estado e do Município em ambos nos bairros aqui comparados.

O *Cuca Roots* deixou de existir em fevereiro de 2017, entretanto, foi o principal influenciador dos bailes hoje existentes; ou seja, as formas e estratégias que não somente o *Bonja Roots* criam para continuar resistindo e que torna-os re-existent, mas dezenas de outras experiências de bailes de rua espalhadas pela Cidade.

Neste bojo, é possível ainda encontrar jovens que, além de transitar em ambos os espaços, servem como *fios* que ampliam e tecem esta *rede* através da participação em frentes estudantis, movimentos sociais e até mesmo partidários. As diversas aglutinações identitárias de autoafirmação juvenis podem ser encarados como *nós* dinâmicos - que estão sempre se refazendo e desaparecendo - neste entrelaçamento que compõem a *rede*.

Um governo de si mesmo que defende a arte de inventar, resistir para continuar existindo, através dos bailes, da mobilização para o encontro, lazer e possibilidade de criar, rompendo as fronteiras impostas, outras Redes de Afetos.

REFERÊNCIAS

ACHINTE, Adolfo Albán. Artistas indígenas y afrocolombianas: Entre las memorias y cosmovisiones estéticas de la resistencia. In: MIGNOLO, Walter. Arte y estética en la encrucijada descolonial. Palermo, Ediciones del Signo, 2009.

AGIER, Michel. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In: BIRMAN, Patrícia et al. Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: Ordens e Resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BECKER, Howard S. Escolas e sistemas de “status” social. In: _____. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 37-52.

BEY, Hakim. TAZ: Zona Autônoma Temporária. 3ª ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

BLOCH, Marc. História e historiadores. Textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Presença, 1998. pp. 111-174.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Vidas Breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS). Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza (CE), 2011.

CERTEAU, Michel De. A Invenção do Cotidiano: 1 artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CLIFFORD, James. A experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. Cartografia da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o movimento hip hop. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Fortaleza, 1998.

_____. Juventude, exclusão e a construção de Políticas Públicas: estratégias e táticas. in: MENDONÇA FILHO, M., and NOBRE, MT., orgs. Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa [on line]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p.

_____. Juventudes, Violência e Políticas Públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituinte. Sinais Sociais - Rio de Janeiro. v.6 nº 18, p. 102-127, Janeiro - abril 2012.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FREITAS, Geovani Jacó de. Ecos da Violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INSTITUTO CUCA. Estatuto Consolidado do Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte. Fortaleza, 2014.

INSTITUTO CUCA. Projeto Concepção e Desenvolvimento do Cuca – Parte 1. Fortaleza, 2007.

INSTITUTO CUCA. Protocolo de Funcionamento Diretoria de Promoção de Direitos Humanos (PDH). Fortaleza: Comissão de Direitos Humanos e Proteção Social, 2014.

MAPURUNGA, José. Bom Jardim. - Fortaleza: Secultfor, 2015. MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. 2ª ed. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. Necropolítica. Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufRJ | n. 32, dezembro 2016. Disponível em <https://revistas.ufRJ.br/index.php/ae/article/view/8993>

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Contingências da violência em um território estigmatizado. 2007. 191f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2007.

SAFATLE, Vladimir. Só mais um esforço. São Paulo: Três Estrelas, 2017. SIMMEL, Georg. George Simmel: sociologia. - São Paulo: Ática, 1983.

_____. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TELLES, Vera da Silva e HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Estudos Avançados 21 (61), 2007. p. 173-191

WACQUANT, Loïc. Os Condenados da Cidade: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005.

_____. Seguindo Pierre Bourdieu no Campo. Revista de Sociologia e Política nº 26: 13-29 JUN. 2006

capitulo IV

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS INTERFACES

NEM IR, NEM VIR, ESTAGNAR: REFLEXÕES SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL NO SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA EM TERESINA-PI

*Alinne Meneses da Rocha*⁴⁹

*Marcela Castro Barbosa*⁵⁰

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o assédio sexual cometido contra às mulheres no sistema de mobilidade urbano teresinense. Para isto, faz um resgate histórico do papel feminino na sociedade, bem como da violência estrutural e simbólica sofrida por esse público. Além disso, debate sobre a violência e assédio sexual no espaço público, trazendo dados e estatísticas recentes, bem como as nuances dessa questão na cidade de Teresina-PI. Depreende-se que o assédio sexual em espaço público contra a mulher é uma violência ainda subestimada tanto pelo poder público, com a pouca efetividade de suas ações, como pela sociedade em geral que ainda carrega fortes estereótipos sobre a conduta feminina no meio urbano, fazendo com que esse tipo de violência perdure resistente e silenciosamente.

Palavra-Chave: Mulher. Assédio Sexual. Violência.

49 Bacharel em Serviço Social/ UFPI. Especializanda em Políticas Públicas (Faculdade Ademar Rosado - FAR). Colaborada/pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade NEP/FAR.

50 Socióloga, Professora, Mestra em Sociologia/UFPI, linhas de gênero e gerações. Pesquisa violência de gênero/ violência contra mulher e família. Coordenadora e Pesquisadora do Observatório de Pesquisa Família e Diversidade NEP/FAR.

1 INTRODUÇÃO

“O transporte é público, o meu corpo não”

A violência de gênero/contra a mulher é tema debatido por diversos estudiosos frente a sua relevância social. Transpõe-se como fenômeno cujas causas e consequências reformulam-se desde o Brasil colônia até hoje, assumindo desde formas mais duras e evidentes até as mais disfarçadas e eufêmicas.

Assim como outros tipos de violência, como por exemplo, àquelas cometidas contra grupos específicos, a violência contra mulher parte de um padrão reificado de ideias e práticas que perpetuam o homem branco viril como ser superior, traduzindo relações hierárquicas na sociedade. Portanto, o patriarcado, mesmo com sua origem secular, mantém-se vivo em nosso cotidiano como conceito basilar e cravejado para fins de subjugação do feminino.

Dentro desse contexto, temos um tipo de agressão específico: o assédio sexual, cujas características tornam àquilo que é mais antigo e errado, como natural e aceitável. Sua prática massificada denota à esse tipo de violência um diferencial – traz ao âmbito público àquilo que se iniciou no privado. Assim, a objetificação do corpo da mulher, a fragilização do seu poder enquanto sujeito social, entre outras formas de subalternização, são escancarados ao vivo e a cores nos espaços de circulação públicos, fortalecendo ainda mais uma cultura patriarcal.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre o assédio sexual no sistema de transporte público em Teresina, trazendo aspectos históricos e estatísticos sobre esse tipo de agressão, bem como as respostas do poder público e posicionamento da sociedade.

2 A DOMESTICAÇÃO E A SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA

Historicamente, a mulher foi considerada naturalmente como indivíduo de capacidades e possibilidades limitadas, reservada ao es-

paço doméstico, traduzindo a sua identidade social. Segundo Safiotti (1987, p.11) “quando se afirma que é natural que a mulher ocupe o espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se rigorosamente naturalizando um resultado da história”. Logo, é inegável que o papel social da mulher no processo de produção e reprodução da vida foi construído de acordo com determinantes históricos, culturais, sociais e econômicos.

O processo de colonização do Brasil deixou grande legado quanto ao papel desempenhado por homens e mulheres, logo, é o cerne para entendimento das relações de poder e subjugação entre os gêneros. Foi nesse período que instituiu-se o patriarcado – sistema social no qual o homem adulto mantém domínio sobre a família, a mulher, as crianças e escravos, por conseguinte, sobre a organização social, política e econômica. Portanto entender a origem das relações familiares é essencial para o entendimento da violência a qual são submetidas muitas brasileiras.

Engels (2009) contribui para compreensão da família patriarcal e monogâmica na sociedade capitalista a qual tinha uma relação estrutural com o modo de produção social. O homem atuante na esfera pública regulamentava toda a vida doméstica, definia o sistema de transmissão de patrimônios e a garantia da propriedade privada.

“Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai (ENGELS, 2009, p.10).

Cabia à mulher, portanto, a casa, o espaço privado, o cuidado (com os filhos, marido e a manutenção da família) e a reprodução da estrutura familiar. Para Safiotti (2004) o patriarcado como sistema tornou as mulheres “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras”.

Essa realidade ainda é presente em nossa sociedade. Segundo Orgando (2010) essa binaridade entre o público e o privado era en-

dossada pela moral católica, conservadora e positivista, que pregava a natureza humana dos homens e mulheres. “A sensibilidade, a pureza e a fragilidade, reflexos do amor materno, eram características desejáveis e positivas para que as mulheres exercessem a função primordial no lar”. Logo “o espaço público torna-se um caminho para o pecado ou para eventual desmoralização da sociedade”.

É importante destacar que a concepção angelical da mulher na sociedade colonial era restrita às “damas de família” que compunham a elite, posto que, àquelas que por necessidade circulavam livremente nas ruas, como as negras, era reservado o título de prostitutas, “mulheres da rua”, sobre as quais podia incidir exploração sexual, assédio e desrespeito. Lyra (2017) ao discorrer sobre a relação das mulheres com o espaço público em diferentes momentos históricos, afirma que assim como na Europa do século XIX, no Brasil colonial

“ De certa maneira, a todas aquelas que adentravam a rua era assinalado o estereótipo de mulher vagabunda ou prostituta, de presença indesejada, pelo seu poder de corromper os valores e a moral impostos pelas classes dominantes. As mulheres que desejavam se manter “puras e intocadas” deveriam permanecer em casa, longe do olhar masculino (LYRA, 2017, p. 27).

Diante disso percebe-se diferenças nas relações de classes. Del Priori (1994) retrata que no período colonial as mulheres negras à margem do sistema de privilégios necessitavam trabalhar e locomover-se no espaço público para obtenção do seu sustento e dos seus filhos que muitas vezes eram frutos de uniões ilegais com homens brancos da elite. Essas mulheres eram tidas como reduto do pecado e da desordem.

“ No Brasil colônia, o que se pode observar com certeza é que pequena parcela das famílias se constituía licitamente e estas, sem dúvida, pertenciam à elite social. A maioria das mulheres de classes subalternas dos centros urba-

nos, zonas de mineração, fronteira ou passagem, tinham seus filhos no cenário de relações concubinárias e, portanto, perseguidas pela Igreja como pecaminosas (DEL PRIORE 1994, p. 74-75).

No mesmo sentido, Lyra (2017) retrata o tratamento concedido a essas mulheres:

“Por outro lado, a realidade das mulheres que precisavam trabalhar, para completar ou mesmo garantir todo o orçamento familiar, era bastante diferente. O tratamento dado pela polícia e pela própria população era permeado de violência e humilhações públicas. Muitas vezes, estas mulheres eram impedidas de sentar-se e usufruir da sombra e do descanso nas praças públicas, com o risco de serem taxadas de prostitutas, sofrerem agressões físicas ou mesmo serem presas (LYRA, 2017, p. 30).

Apesar do avanço incontestável das mulheres em todas as dimensões sociais, as bases do sistema de reprodução social capitalista colonial encontram-se ainda latentes na sociedade contemporânea em seu ideário machista sobre os papéis femininos e masculinos. Nesse sentido, mesmo com as conquistas das mulheres, seja na esfera econômica, política, social e de garantia dos direitos civis e políticos, percebemos ações antagônicas, como por exemplo o acesso ao mercado de trabalho, ainda perpetua o ideário de subalternização da mulher verificado na tripla jornada (trabalho - casa e a criança dos filho/as), nas condições mais precárias de trabalho, etc.

Walby (1990) relaciona essa perspectiva ao patriarcado relacionando-a em duas formas: na forma privada e pública. Na primeira quando as mulheres são controladas diretamente pelos indivíduos patriarcais no domínio privado e, na segunda, quando as mulheres conseguem ter acesso tanto à esfera pública como à privada, mas continuam subordinadas no âmbito público. A autora propõe que o patriarcado

público se endereça a várias dimensões além das diferenças no trabalho remunerado, incluindo-se a sexualidade, a cultura, a violência e o Estado.

Na mesma linha de raciocínio, Saffioti (1987) afirma que o patriarcado influi de duas maneiras para opressão das mulheres:

“Pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. Tanto a dona-de-casa, que deve trazer a residência segundo o gosto do marido, quanto a trabalhadora assalariada, que acumula duas jornadas de trabalho, são objeto da exploração do homem, no plano da família. Na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menores salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração (SAFFIOTI, 1987, p. 50-51).

Atualmente, mesmo com a presença massiva das mulheres nas ruas, as relações desiguais de poder expressam-se das mais variadas formas, seja na subserviência no espaço doméstico, nos empregos com menores salários, no precário acesso a serviços públicos como educação, saúde e transporte. Percebe-se que os resquícios históricos do patriarcado e sua reconfiguração penetram de forma ampla e profunda as relações sociais, pressupondo a dominação masculina como uma violência simbólica no sentido de Pierri Bourdieu.

Conforme Bourdieu (1987) as estruturas de dominação naturalizam as hierarquias de gênero que se infiltram no nosso pensamento e prática como algo inevitável que prescinde de justificação. Nessa perspectiva, a divisão dos sexos surge como justificativa natural das diferenças construídas entre os gêneros.

“Saindo do lar doméstico, encontramos o androcêntrico atravessando, também, a formação do pensamento, nas ciências e na filosofia. A divisão entre os sexos parece estar na ordem social e das coisas, nesse sentido a dominação masculina é tão sofisticada que dispensa justificativas, é como se essa visão de mundo fosse neutra e não tivesse necessidade de explicar-se (BOURDIEU, 1987, p.35)

Uma violência imperceptível e dissimulada, incrustada no nível da linguagem e do pensamento que perpassa sobre as relações objetivas e subjetivas na sociedade, colocando a mulher sempre como inferior. A violência simbólica compõe-se como a consagração do masculino sobre o feminino de forma sutil e invisível, uma incorporação do poder masculino na mente e nos corpos, cuja libertação é complexa e não depende de uma simples tomada de consciência.

“O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognicentes, mas através de esquemas de percepção, da avaliação e de ação que são construídos nos *habitus* e que fundamentam aquém das decisões da consciência e os controles da vontade. (BOURDIEU, 1987, p.49-50).

A divisão entre espaço público enquanto esfera masculina e espaço doméstico enquanto esfera feminina buscou naturalizar qualidades femininas e masculinas, vinculando-as às suas possibilidades de livre acesso à cidade e à vida política e social. Torna-se primordial desconstruir os estereótipos de gênero que afetam o cotidiano das mulheres das mais variadas formas e intensidades. Assim o assédio e a violência acabam sendo legitimados socialmente e acabam por dificultar o processo emancipatório das mulheres, aliado a ausência de iniciativas públicas efetivas no espaço público.

3 ASSÉDIO SEXUAL - UMA VIOLÊNCIA COTIDIANA

O assédio sexual cometido contra a mulher nos espaços públicos traduz-se em diversas facetas, como em comentários sexuais sobre o corpo ou forma de vestir, assobios, toque de forma libidinosa, enfim, contatos verbais ou físicos de caráter sexual que criam uma atmosfera de intimidação e repulsa. Está vinculado à noção de poder na qual o corpo feminino é objeto de dominação e prazer do homem, bem como a conceitos retrógrados de classificação das mulheres entre as “de casa” e as “da rua”.

Enquanto modalidade de violência internalizada e tratada como natural, o assédio sexual é incorporado ao discurso de homens e mulheres sob a forma de *habitus* para referir-se à esquemas inconscientes de percepção que orientam modos de agir e pensar reproduzidos simbolicamente que legitimam a dominação masculina. (BOURDIEU, 1987).

De acordo com pesquisa Percepções e Comportamentos sobre Violência Sexual Contra Mulheres no Brasil⁵¹, 65% das mulheres, 69% dos homens acreditam que o motivo pelos quais os homens cometem violência sexual contra a mulher é porque não conseguem controlar seus impulsos. No mesmo sentido, o estudo também demonstra que a pulação se divide quando questionada se uma mulher que fica até tarde em uma festa ou usa roupas provocantes pode ser considerada culpada em caso de estupro (43% concorda e 49% discorda).

Esses dados ascendem a necessidade de se discutir os estereótipos de gênero que conformam o “homem macho” que não consegue controlar seus impulsos e desejos sexuais naturais e a “fêmea submissa” objeto de domínio, fonte de sedução e culpa. Bourdieu (1987) ao tratar sobre a posição viril dos homens discute que esses também são prisioneiros da dominação masculina validada socialmente:

“A virilidade (...) é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para

51 (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO/LOCOMOTIVA, 2016).

os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo (BOURDIEU, 1987, p.79).

Saffioti (2001) é contra a visão que vitimiza e culpabiliza a mulher, pois mesmo concebendo-as como vítimas, as define como “sujeito” dentro de uma relação desigual de poder com os homens:

“ (...) responsabilizar as mulheres pelas agressões sofridas [...] culpabilizavam-se as mulheres pela dominação-exploração de que eram/são alvo por parte dos homens, mas se as tornavam incapazes de agir/reagir [...] confundia-se o tratamento dispensado às mulheres com uma presuntiva incapacidade de ação/reação (SAFFIOTI, 2001, p. 127).

Assim, o jogo de ideias construídas socialmente e internalizadas sobre o que vem a ser homem e ser mulher cooperam com a culpabilização da mulher pelo assédio sexual que sofrem, reduzindo o seu direito de ir e vir no espaço urbano. Mesmo transpondo o ceio familiar, no qual foi criada pra ser a representação da casa, nela ficar e cuidar, ao transitar no espaço público é constantemente ferida em sua dignidade, sendo repelida à casa voltar.

Segundo a pesquisa supracitada, diversas são as sensações geradas ao ser vítima de violência sexual no espaço público, sendo o medo o primeiro sentimento das mulheres quando levam uma cantada de um desconhecido na rua (30%), seguido do nojo (19%), raiva (18%), indignação (10%), repulsa (7%) e 96% das entrevistas consideram que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres e não as mulheres terem medo.

Oliveira (2014) alerta que o medo limita a mulher em sua autoconsciência, em suas atitudes e em sua mobilidade:

“O medo de que ‘alguma coisa má pode acontecer’ ensina as mulheres, desde muito cedo, qual o seu es-

paço; quem é o ser forte e o fraco; quem deve ser protegido e quem deve proteger; que tipo de roupa as mulheres devem vestir e que tipo de atividades devem ou não fazer. O medo do crime e da iminência da violência limita de várias maneiras a vida das mulheres, desde o aparentemente inofensivo ritual de não andar sozinha à noite, até formas mais restritivas, como não aceitar certos trabalhos, não frequentar aulas noturnas, evitar totalmente as ruas (OLIVEIRA, 2014, p.08).

O medo, também contribui para que muitas mulheres permanecem em silêncio e deixem de denunciar sentindo-se culpadas pelas ações sofridas. Pesquisas recentes sobre o assédio sexual nos espaços públicos ratificam a força e a constância dessa violência no cotidiano da mulher.

Em 2013, a pesquisa *Chega de fiu-fiu* sobre assédio em locais públicos foi divulgada na internet. Em um total de 7.762 participantes, 99,6% delas afirmaram que já foram assediadas nos espaços públicos da cidade. Ainda de acordo com o estudo, 98% das mulheres entrevistadas receberam cantadas na rua e 64% no transporte público, bem como 81% afirmou já deixou de fazer alguma coisa (ir a algum lugar, passar na frente de uma obra, sair a pé) com medo do assédio (CHEGA..., 2013).

Pesquisa mais recente realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Instituto Datafolha intitulada “*Visível e invisível: a vitimização de mulheres*” corrobora com as estatísticas ao divulgar que 70% das mulheres entre 16 e 24 anos foram vítimas de algum tipo de assédio (68% recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando caminhando na rua, 23% no trabalho; 17% assediada em transporte público) (DATAFOLHA/FBSP, 2017).

Uma violência sutil, cometida de forma reiterada, porém banalizada pela ausência de denúncia e de formas efetivas de combate pelo poder público. Apesar da extensa lista de casos vivenciados cotidianamente e divulgados na mídia, em setembro de 2017 o tema mais uma vez voltou à tona quando um homem ejaculou no pescoço de uma mulher dentro de um ônibus em São Paulo, tendo ele um histórico longo

de denúncias contra o mesmo ato. O caso tornou público não só uma atitude deplorável, como também a omissão das leis quanto a esse tipo específico de violência contra a mulher (ROSA, 2017).

Apesar de ser revoltante e agredir a mulher de maneira transversal, não existe lei que puna justamente os casos de assédio sexual no espaço público. Alteração no Código Penal extinguiu o crime de “atentado violento ao pudor”, que previa reclusão de seis a dez anos (BRASIL, 2009). Com a alteração, esses atos passaram a configurar “importunação ofensiva ao pudor”, contravenção penal disposta no art. 61 da Lei das contravenções penais. No texto da lei:

“Art. 61. Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor: Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis (BRASIL, 1941).

Contravenção penal é uma infração penal, de menor potencial ofensivo, cuja pena pode ser a prisão simples ou multa, e como podemos ver, nesse caso é decretada somente multa (em moeda não mais utilizada). A indignação gerada com a resolução do caso, abriu na mídia uma discussão sobre a possibilidade de enquadrar essa violência como estupro. Em entrevista ao site Carta Capital, a advogada criminal e procuradora aposentada da Justiça de São Paulo, Luiza Eluf Nagib, afirma:

“Ejacular no rosto de alguém contra a vontade da pessoa, de forma abrupta, dentro de um coletivo, é de extrema violência. É estupro. Não é mera importunação ao pudor, que tem pena de multa. Na delegacia, o ato foi enquadrado como estupro. Já o juiz desclassificou para contravenção. Não é possível aceitar esse entendimento (MELO e OLIVEIRA, 2017)

Oliveira (2014) analisa que ao passo que o assédio sexual no local de trabalho tem sido alvo de políticas nacionais, o assédio sexual

nos espaços públicos tem uma menor visibilidade na agenda política e explica:

“O regime de justificação para a interferência do Estado no contexto laboral em matéria de assédio sexual funda-se na natureza desigual e hierárquica das relações de trabalho, que abre espaço à vulnerabilização dos trabalhadores e, em especial, das trabalhadoras, podendo comprometer tanto a sua dignidade como, numa lógica funcional, a sua produtividade. Nos espaços não-produtivos – releve-se a falta de rigor e de problematização desta noção –, os ditos espaços públicos, a desigualdade sexual confronta-se com a igualdade formal entre os indivíduos, não constituindo, por isso, argumento suficiente para um regime legal específico, dirigido ao assédio sexual (OLIVEIRA, 2014, p. 7).

Por mais reiterada que seja a prática desse tipo de violência, ainda não se fez despertar no meio político a urgência em estabelecer-se normas mais precisas e efetivas contra a violência sexual no espaço público, até porque “Aliás, em crimes sexuais ou com base no sexo, parece haver uma necessidade de reiteração para atingir um bem jurídico...” (OLIVEIRA, 2014, p.6).

Mesmo como canal importante de denúncia, a mídia ao veicular nacionalmente os principais casos, oculta a violência diária, relegando-a à esporadicidade e à dúvida quanto a real necessidade de políticas de combate a esse tipo de violência. Assim, as vítimas devem ter o principal papel no combate, denunciando esses atos.

No entanto, a noção de impunidade desestimula as acusações: 52% consideram que nada acontece quando um homem pratica violência sexual contra a mulher e 63% das mulheres acreditam que as vítimas de violência sexual que denunciam não recebem apoio de quem precisam (DATAFOLHA/FBSP, 2017).

Diante desse cenário é necessário o desenvolvimento de políticas públicas, programas e serviços atentos a essa realidade, com canais efe-

tivos de denúncia e de participação social a fim de que o espaço público possa ser usufruído de equitativa por toda a população.

Medidas como essas só serão possíveis por meio da desconstrução dos padrões de dominação masculinos.

4 A MULHER TEM DIREITO À CIDADE?

Imagine o transitar na multidão como mais um que tem pendências a resolver e que precisa enfrentar o dia a dia da cidade e seus obstáculos de infraestrutura urbana como superlotação dos coletivos, insegurança, ruas mal pavimentadas, etc. Agora imagine o transitar de uma mulher, que além dos fardos da cidade, precisa enfrentar os fardos de ser o que se é.

A vivência da mulher no espaço urbano é diferenciada e mais deficitária do que a do homem, uma vez lógica patriarcal está impregnada em toda a sociedade, inclusive no Estado enquanto regulador políticas públicas. Ao não intervir, ou intervir de forma ineficaz nas problemáticas urbanas, o poder público, além de prejudicar a sociedade como um todo (mulheres, homens, crianças, idosos, pessoas com deficiência, grupos lgbs, etc), lesa especialmente as mulheres, tendo em vista atmosfera patriarcal da sociedade já discutida anteriormente.

O Direito à cidade traduz-se no direito a uma cidade democrática, onde todos devem ser tratados como iguais levando em consideração suas diferenças, ou seja, a equidade em prol da igualdade. O Estado democrático brasileiro em sua carta magna, principal norma diretiva para qualquer política pública, traz princípios fundamentais como a cidadania e a dignidade da pessoa humana; objetivos fundamentais como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, levando-se em conta que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, P 11-13).

Diante desses postulados, a realidade vivida pelas mulheres é outra: os direitos fundamentais e inalienáveis como à vida, à liberdade,

à igualdade e à segurança são cotidianamente massacrados no uso dos equipamentos coletivos.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o transporte público constitui um serviço público essencial, elencado como um direito social fundamental, como os serviços de saúde e educação, até porque, como afirma Gohn (2010, p. 80), o transporte “[...] é vital para o dia a dia de um país, em todas as suas modalidades, e atinge a todas as classes e camadas sociais. É um fator importante, e que colabora na definição das condições de vida da população na cidade”.

Assim, a mobilidade urbana entendida como a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano (BRASIL, 2012) e o transporte público como um componente da estrutura de mobilidade urbana necessário para garantir o acesso das pessoas aos bens e direitos coletivos, percebe-se um espaço urbano construído historicamente e socialmente, mas cuja apropriação é desigual. Para Harvey (2013, p. 48), o direito à cidade “[...] não pode ser concebido como um simples direito de visita, ao contrário deve ser transformado no direito à vida urbana”. Nesse sentido, o autor afirma ainda que a liberdade da cidade é mais um direito de mudá-la, um direito ativo de fazê-la de acordo com as nossas necessidades coletivas.

A violação do direito à cidade das mulheres acontece todos os dias na utilização precária da estrutura de mobilidade urbana para estudar, trabalhar, divertir-se. Ruas desertas e escuras, transporte público lotado, inseguro, com funcionários mal treinados – são determinantes para a segregação das mulheres no espaço público.

Não obstante, recentemente, as próprias iniciativas do poder público voltadas para o combate específico da violência contra a mulher nos transportes coletivos têm subvertido a lógica da liberdade e igualdade. Diversas cidades brasileiras, entre elas São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, implementaram vagões exclusivos para mulheres, numa lógica pautada mais na segregação e naturalização da violência e do assédio do que na inclusão social e práticas educativas.

Ainda assim, também algumas iniciativas estão sendo pensadas em relação ao assédio sexual na contramão da lógica patriarcal. Em

outubro de 2017 foi apresentada a proposta do curso de reciclagem com questões como machismo e masculinidade pelo Tribunal de Justiça Paulista para àqueles homens presos em flagrante por situações de assédio no transporte coletivo (GARCIA, 2017). Outra medida recente foi a responsabilização da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) pelo assédio sexual sofrido por uma passageira em 2014 com imposição de multa de 20 mil reais à vítima (DECISÃO..., 2018).

Diante de tal realidade, que medidas podem ser recomendadas nacional e internacionalmente? No Brasil, a Política Nacional de Mobilidade Urbana instituída em 2012 traz como princípios, entre outros, a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, bem como no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; além da segurança nos deslocamentos das pessoas (BRASIL, 2012).

Em 2006, a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local em seu artigo 26 que trata da Mobilidade e Transportes reconhece que as mulheres e os homens tem muitas vezes na pratica, necessidades e hábitos diferentes no que diz respeito a deslocamentos e transportes. Assim estabelece como compromisso entre seus signatários, por exemplo, o compromisso de intervir para que os transportes postos a disposição dos cidadãos e das cidadãs no seu território ajudem a responder as necessidades especificas bem como as necessidades comuns das mulheres e dos homens e a realização de um verdadeira igualdade das mulheres e dos homens na vida local (CMRE, 2006, p. 28-29).

Mais recentemente, em 2016, um estudo promovido pela *ActionAid International* no projeto Cidades Seguras para as Mulheres elenca uma série de medidas importantes para tornar o transporte público sensível ao gênero, tais como: ações de planejamento voltadas para iluminação adequada nas ruas e nos terminais de ônibus e estações de trens; itinerários que se interconectem e pontos de ônibus bem localizados que diminuam o tempo de caminhada; elaboração de serviços específicos para o enfrentamento da violência quando de sua ocorrência, tais como centros de emergência e serviços de aconselhamento compulsório em toda a infraestrutura dos serviços de transporte; conduzir ações de trei-

namento sobre questões de gênero relacionadas aos direitos das mulheres em todos os níveis funcionais das autoridades do setor de transporte e dos concessionários; fazer com que os concessionários de serviços de transporte respondam aos danos eventualmente causados por meio de autoridades eleitas, secretarias de governo, ou diretamente por meio dos usuários, especialmente mulheres, por exemplo, através do uso de caixas para recolher reclamações, auditorias públicas e quadros de avaliação espalhados nas comunidades; garantir que os canais disponibilizados às mulheres para reclamação dos serviços sejam de fácil acesso e utilização; entre outras medidas (ACTIONAID INTERNATIONAL, 2016).

Percebe-se que a questão de gênero no uso do espaço urbano é temática que perpassa sociedade como um todo e que luzes têm sido lançadas no sentido de alertar sobre o assédio e violência sofridos pelas mulheres. Porém, ainda carecem medidas locais efetivas que de fato alterem o cotidiano das mulheres que necessitam utilizar o transporte público, a fim de que os direitos fundamentais de liberdade, igualdade e justiça social sejam de fato vividos e usufruídos.

5 O ASSÉDIO SEXUAL NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO EM TERESINA

Buscando refletir sobre as experiências de assédio sexual na capital teresinense, daremos visibilidade à temática expondo nuances dessa vivência por meio de relatos de entrevista, destaques da mídia local ao tema, bem como evidenciado algumas iniciativas municipais ainda em formação.

A realidade das mulheres teresinenses no uso do transporte coletivo, de maneira geral, não se diferencia de outras capitais. A quantidade incipiente de ônibus, principalmente nos horários de pico, a distância das paradas até as residências, entre outros condicionantes, também fazem parte da vida urbana feminina. Não obstante, percebe-se um aspecto interessante nessas práticas ilícitas, qual seja a reiteração do assédio por pessoas já “conhecidas” por fazerem tal ato e permanecerem impunes. De acordo com a entrevistada:

...como sempre pego o mesmo ônibus, no mesmo horário, já sei que tenho que ter cuidado em algumas ruas e com certas pessoas [...] têm um homem que sei onde ele trabalha, pois vejo onde ele desce, sei onde ele mora, mas mesmo assim não se intimida, não sei se pensa que é normal e que eu tenho que aceitar e todo mundo vê, não é só comigo (ENTREVISTADA 1)

No mesmo sentido, uma reportagem divulgada por portal de notícias local expõe o depoimento de uma estudante que presenciou um homem tocando nas suas partes íntimas expostas e os comentários da população presente:

Em certo ponto, antes de eu descer, uma mulher começou a gritar com ele e, quando vi, ele estava com a calça abaixada com a mão no pênis. Ele desceu segurando a calça, o cinto... uma cena bizarra, a calça caindo e todo mundo gritando e xingando ele”, lembra. [...] Ao conversar sobre a situação com outra moça que estava próxima à cena, Daniela percebeu os abusos constantes que as mulheres daquela linha estavam suscetíveis. Na conversa, a mulher relatou que já conhecia o homem e que ele já tinha feito aquilo outras duas vezes na mesma linha, que faz o percurso até o bairro Vale do Gavião, na zona Leste de Teresina (SANTOS, 2017).

Poucos dias após o alarmante caso na cidade de São Paulo em 2017 do homem que ejaculou em uma mulher, mesmo tendo sido acusado mais de dez vezes pelo mesmo motivo (ROSA, 2017), em Teresina, é destaque dos jornais uma mulher que presenciou a masturbação de um homem ao seu lado no ônibus, sendo perseguida ao descer na parada. A mulher denunciou na delegacia, porém o acusado fugiu (TEIXEIRA, 2017).

Ante ao exposto, salienta-se que esses casos são somente a “ponta do iceberg”, visto que vários não são revelados pela mídia, mas sim vividos cotidianamente pelas mulheres trabalhadoras, estudantes, donas de lar que necessitam utilizar o transporte público na reprodução da vida social. Mulheres que veem sua subjetividade abalada pelos assediadores, pelo poder público e pelas empresas como expõe a entrevistada:

É muito difícil você querer só ser uma pessoa normal que tá ali usando o ônibus só porque quer resolver algo e se vê humilhada sem um motivo visível, mas porque eu sou mulher. Nunca denunciei porque saio tão abalada, o motorista finge que não viu e ao mesmo tempo não posso deixar de fazer o que tinha que fazer, resolver minhas coisas, então sigo em frente (ENTREVISTADA 2).

Diferente da situação vivida pela entrevistada, recentemente, em abril de 2018, usuários do transporte coletivo se uniram para deter um assediador, contendo-o até a chegada da polícia, conforme depoimento em reportagem de portal de notícias local:

A menina já estava chorando por causa do constrangimento no ônibus quando outros usuários repararam e afastaram o acusado dela e desceram em uma parada até a chegada da polícia (ANTUNES, 2018).

Frente a esses casos, surge a indagação: a insegurança vivida pelas mulheres nos espaços públicos do nosso município é reconhecida ou subestimada pelas autoridades locais? Segundo dados estatísticos do Plano Diretor de Transportes e Mobilidade de Teresina, homens e mulheres utilizam diferentemente os modos de transporte. Homens predominam no uso dos automóveis, bicicletas e motocicletas. Por outro lado, as mulheres apresentam participação superior no modo ônibus e percurso a pé. Além disso, a imobilidade urbana é maior entre as mulheres (SEMPPLAN, 2008).

Portanto, ao passo que as mulheres encontram maior dificuldade para locomover-se na cidade, quando o fazem, utilizam o transporte coletivo ou a pé em sua grande maioria, sendo esses os meios mais fáceis de difusão do assédio e violência sexual. É necessário a formulação de políticas e programas que atendam a essa questão no município de forma mais abrangente, uma vez que são pontuais os casos em que a mulher realiza denúncia formal junto à delegacia e mais pontuais ainda os casos devidamente solucionados - uma realidade nacional.

Ademais, defendemos que a punição é importante sim em qualquer caso que infrinja a dignidade humana, porém reconhecemos que a via da promoção da educação é mais efetiva e segura. Duas ações merecem destaque na capital teresinense: a implantação do sistema de

transporte coletivo integrado no município e a tramitação na câmara dos deputados de projeto de lei que prevê a criação de campanha permanente de conscientização e combate ao assédio sexual no transporte público no estado do Piauí.

O sistema integrado já em fase de implementação na capital, gerou grandes críticas por parte da população em relação à demora dos ônibus e extinção de paradas de ônibus dentro dos bairros, porém também têm-se destacado como positivo a maior segurança nos terminais equipados com câmeras e policiamento. Ainda recente, a iniciativa prescinde de avaliações mais eficazes e oficiais sobre o seu sucesso ou fracasso. Sobre esse aspecto a entrevistada destaca:

Melhorou e piorou, é tão difícil ter uma medida que seja boa para todos os lados; quando estou no terminal me sinto mais segura e confortável em relação àquelas paradas antigas, porém agora tenho que andar mais a pé até minha casa e fico com medo dessas ruas escuras; geralmente chamo meu irmão pra me pegar no terminal (ENTREVISTADA 1).

Sobre o projeto de lei de combate ao assédio sexual por meio de campanhas educativas, esse, segundo Assembleia Legislativa do Piauí, foi aprovado por unanimidade pela Comissão da Mulher em abril de 2018 e logo após no plenário da Assembleia Legislativa (COMISSÃO..., 2018). Resta agora acompanhar as iniciativas que se darão para implementação da campanha no município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta que a temática do assédio sexual não esgota-se aqui e que são necessários mais estudos e destaque sobre essa problemática, tanto em âmbito nacional, como local, pretendemos nesse artigo iniciar um debate sobre essa questão a fim de desvendar as origens desse tipo de agressão e desmitificar que elogios, cantadas, “encoxadas” no transporte público não são naturais e sim um tipo de agressão que maltrata e subjugam a mulher, fomentado pela estrutura patriarcal da sociedade brasileira.

As denúncias de assédio sexual devem ser acompanhadas pelas autoridades competentes, essa realidade não pode ser vista como algo sem “importância”, como uma simples “paquera”, que não fora correspondida. Essas práticas afetam a subjetividade, dignidade e a liberdade das mulheres. Portanto, os casos não podem ficarem omissos e impunes e a sociedade precisa conscientiza-se que essa prática é inaceitável, portanto é necessário desconstruí-la. Homens e mulheres precisam ter seu direito de ir e vir.

Não obstante, a própria estrutura do espaço urbano criada em sua grande maioria por e para homens proporciona condição para que qualquer tipo de violência contra a mulher se efetive e perpetue. A superlotação e precariedade dos transportes coletivos, as vias públicas sem pavimentação e iluminação, o elevado tempo de espera nas paradas de ônibus e a distância dessas paradas para a residência, etc. – todos esses descasos compõem realidade do sistema de mobilidade urbana da grande maioria dos centros urbanos brasileiros.

As condições de deslocamento da população no espaço das cidades, devem ser viabilizadas por políticas de transporte e circulação que visem a melhoria da acessibilidade e mobilidade. Nesse sentido, a inserção da mulher nesses espaços de forma equitativa e digna é fator importante para a construção de uma sociedade inclusiva e justa.

REFERÊNCIAS

ACTIONAIDINTERNATIONAL. Liberdade de locomoção: as experiências das mulheres com os transportes públicos urbanos em Bangladesh, Brasil e Nigéria, e como os montantes recuperados de perdas fiscais poderiam melhorá-los. ActionAid: 2016. Disponível em: <http://actionaid.org.br/>.

ANTUNES, Rodrigo. Idoso é preso acusado de assediar estudante dentro de ônibus. 45 Graus, Teresina, 30 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.45graus.com.br/geral/idoso-e-preso-por-assediar-estudante-em-onibus-na-zona-norte>.

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. SAFFIOTI, Heleieth I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

BRASIL. Lei nº 12,015 de 7 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 26 nov. 2016. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12587.htm>.

CHEGA de fiu-fiu: resultado da pesquisa. Olga, 9 de setembro de 2013. Disponível em: <https://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>.

CMRE. Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus parceiros. 2006. Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local. Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus parceiros. Disponível em: http://www.ccre.org/docs/charte_egalite_pt.pdf.

COMISSÃO da Mulher aprova campanha de combate ao assédio no transporte público. Assembleia Legislativa do Piauí, Teresina, 24 de maio de 2018. Disponível em: http://www.alepi.pi.gov.br/noticiasConteudo_inc.php?idNoticia=7561.

DATAFOLHA/FBSP. Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. Relatório de pesquisa, São Paulo: 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil/>.

DECISÃO inédita do STJ obriga CPTM a indenizar vítima de assédio sexual. Univer-sa Uol, São Paulo, 15 de maio de 2018. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/05/15/decisao-inedita-do-stf-obriga-cptm-a-indenizar-vitima-de-assedio-sexual.htm?>

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. Brasil Colonial: Um caso de famílias no feminino Plural. Cadernos de Pesquisa 91 (nov. 1994): 69-75.

MELO, Débora; OLIVEIRA, Tony. Deurber ou ônibus, a violência sexual segue no caminho das mulheres. Carta Capital, São Paulo, 2 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/de-uber-ou-onibus-a-violencia-sexual-segue-no-caminho-das-mulheres>>.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 3ª edição. São Paulo: Editora Escala, 2009.

GARCIA, Janaína. Acusados de assédio no transporte público de SP passarão por curso contra machismo. Uol Notícias, São Paulo, 29 de agosto de 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2017/08/29/condenados-por-assedio-em-transporte-publico-de-sp-passarao-por-curso-contramachismo.htm>.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (Org.). Cidades rebeldes: passe livre e as mobilizações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO/LOCOMOTIVA. Percepções e Comportamentos sobre Violência Sexual Contra Mulheres no Brasil (2016). Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/confira-pesquisa-inedita-sobre-violencia-sexual-contras-as-mulheres-no-brasil/>.

LYRA, Luna Esmeraldo Gama. Por onde caminham as mulheres? Um estudo sobre os percursos cotidianos de mulheres diaristas em Belo Horizonte. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. Entre o Público e Privado: as relações de Gênero no Pensamento Positivista e Católico (1870-1889). In: 9º encontro Fazendo Gênero Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis: UFSC, 2010.

OLIVEIRA, Ana. O assédio sexual nos espaços públicos. Cabo dos Trabalhos, n°10, Universidade de Coimbra, 2014.

ROSA, Beatriz. Como um caso de assédio sexual no transporte público expôs como a Lei trata as mulheres. Huffpost Brasil, 01 de setembro de 2017. Disponível em: https://huffpostbrasil.com/2017/09/01/como-um-caso-de-assedio-sexual-no-transporte-publico-expos-como-a-lei-trata-asmulheres_a_23193721/.

SAFIOTTI, Heleieth. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, n° 16, p.115-136, 2001.

_____. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Letícia. Casos de assédio nos ônibus em Teresina intimidam mulheres. Portal O Dia, Teresina, 6 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/policia/casos-de-assedio-nos-onibus-em-teresina-intimidam-mulheres-305243.html>.

SEMPPLAN. Plano Diretor de Transportes e Mobilidade de Teresina. 2008. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/plano-diretor-de-transporte-e-mobilidade-urbana-de-teresina/>.

TEIXEIRA, Ellyo. Mulher denuncia homem que teria se masturbado em ônibus em Teresina. G1 Piauí, Teresina, 8 de setembro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/mulher-denuncia-homem-que-teria-se-masturbado-em-onibus-e-policia-investiga.ghtml>.

WALBY, Silvia. *fteorizing patriarchy*. Oxford: Brasil Blackwell. 1990.

VOZES QUE ECOAM EM UM DESESPERO SILENCIOSO: A MULHER E O CONTEXTO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Maria Vilani Soares (UFPI)⁵²
Arthur Soares Nunes (UFPI)⁵³
Rafael Ferro Moura (UESPI)⁵⁴
Marília Pereira Lima (UFPI)⁵⁵

RESUMO: Objetivamos analisar a mulher em um contexto de violência doméstica e familiar, verificando até que ponto a convivência em uma relação violenta acarreta danos à saúde mental da mulher, traduzidos, principalmente, por constantes estados de tristeza, ansiedade e medo, bem como os fatores que contribuem para a permanência desta em uma relação violenta. Optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho observacional e descritivo, cujo objeto de estudo são as narrativas de oito mulheres que sofreram e sofrem violência doméstica e familiar, encontrando-se comprometidas em sua saúde mental, com sequelas psíquicas e emocionais. As entrevistas aconteceram em uma Delegacia de Proteção dos Direitos da Mulher, da cidade de Teresina-PI, no ano de 2018. Para a análise das narrativas, consideramos dois agentes: a vítima e o agressor, a partir de duas categorias: a vítima convivendo com o

52 Doutora e Mestre em Linguística (UFC), graduada em Letras e Especialista em Língua Portuguesa (UFPI). Coordenadora do Projeto de Extensão (UFPI/PREX) intitulado “Laboratório de Produção Textual” e do Núcleo de Estudos em Refação Textual (NERT/PIBIC/UFPI/2017/2018).

53 Acadêmico do Curso de Medicina da UFPI/CMRV, do 9º período; Vice Presidente da Liga Acadêmica de Medicina Intensiva do Delta do Parnaíba -LAMPI. Endereço do Lattes http://lattes.cnpq.br/1332_01067921386.

54 Acadêmico de Psicologia (UESPI); Membro do Laboratório de Psicanálise da Universidade Estadual do Piauí; Estagiário do GAV (Grupo de Amigos da Vida). Atua na Comunicação Terapêutica Casa de Ester. Endereço do Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2341200805061116>>.

55 Mestre em Educação (UFPI), Graduada em Letras Inglês, Bachareu em Direito (UESPI) e Professora da Rede Pública de Ensino.

agressor e a vítima denunciando o agressor. Abordamos como referencial teórico algumas reflexões acerca da Lei Maria da Penha, seus objetivos, eficácia ou falhas na sua aplicabilidade, ressaltando o posicionamento de estudiosos como Dos Anjos (2006); Miller, 1999; Azevedo (1985); Gomes (1981); Bianchini (2012); Fonseca e Lucas (2006); Dias (2007); Soares (2005); Day et al (2003), dentre outros. Constatamos, com este estudo, que nem sempre a mulher consegue denunciar o agressor, dada a situação de violência e de medo em que está inserida. Uma grande parcela das entrevistadas alegou estados de tristeza, ansiedade e medo como consequências psicológicas deste tipo de violência, acarretando-lhes danos, tanto à saúde física quanto psíquica.

Palavras-chave: Violência Doméstica e Familiar. Mulher. Consequências Psicológicas. Lei Maria da Penha.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A mulher brasileira sofre violências e isso já faz parte da realidade histórica e cultural. E, para proteger e resguardar o direito dessas mulheres vítimas desse tipo de violência, entrou em vigor da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) no ordenamento jurídico brasileiro dando mais presteza ao processo de investigação e instituindo novas medidas e procedimentos inovadores quanto ao combate à agressão doméstica de mulheres expostas a diversas formas de violação de seus direitos. Acordos e Tratados à proteção das mulheres foram criados e, mesmo assim, a sociedade não obteve êxito em extinguir o problema da prática da violência doméstica contra a mulher, daí a necessidade de maiores discussões e reflexões sobre o tema.

Desse modo, é que procuramos estudar esse tema como um problema social, econômico e político que atinge mulheres com idade, grau de instrução, classe social, raça, etnia e orientação sexual diversificados, afetando, cada vez mais, a estrutura familiar.

Percebemos que, no decorrer do tempo, essa situação vem se agravando, principalmente, em decorrência do medo, da vergonha, da insegurança e até mesmo da falta de conhecimento por parte da mulher, que, muitas vezes, se faz omissa aos seus direitos. Omissão, essa, que, segundo Porto (2007), se dá pelo fato do homem, desde a infância, ter sido educado para saber enfrentar perigos e desafios, já que, até

mesmo nas atividades recreativas, este era incitado ao uso da força, ao passo que a mulher, contrariamente, era preparada para a subserviência e a passividade.

E a mulher sofre dentro do próprio lar faz como em um desespero silencioso, fazendo-as refém das ameaças do seu próprio companheiro. Então estas se silenciam, se emudecem e não denunciam as agressões, chegando ao ponto de esconder as marcas e cicatrizes físicas no corpo, como também as marcas psicológicas ocasionadas por traumas emocionais, desestruturando-as.

A escolha pela abordagem das consequências psicológicas da violência doméstica e familiar sofrida pela mulher se deu pelo fato de serem estas consequências de difícil identificação, podendo trazer graves danos à saúde mental da mulher que convive nesse contexto, além de poder configurar o prenúncio de um crime contra a vida, o feminicídio.

Atentando para tais premissas é que delineamos nossa investigação a partir da seguinte problematização: Até que ponto a convivência em uma relação violenta no ambiente doméstico e familiar acarreta danos à saúde mental da mulher?

Tal problematização parte da hipótese de que nem sempre a mulher consegue denunciar o agressor, dada a situação de violência e medo em que está inserida, cabendo ao profissional que atende detectar essa necessidade, o que torna ainda mais iminente a necessidade de qualificação desses profissionais.

A fim de comprovar tal assertiva, é que orientamos nossos estudos segundo as seguintes perguntas norteadoras: Quais as consequências da violência doméstica e familiar para a saúde da mulher caracterizadoras de dano emocional e/ou mental? Que fatores contribuem para a permanência da mulher em uma relação violenta?

Buscamos, pois, como objetivo basilar, analisar as narrativas de mulheres que convivem em uma relação violenta no ambiente doméstico e familiar, bem como os danos que essa convivência acarreta à saúde mental da mulher, traduzidos, principalmente, por constantes estados de tristeza, ansiedade e medo. Para tanto objetivamos, especificamente, descrever as características que são atribuídas à violência doméstica e fa-

miliar contra a mulher; identificar quais as consequências da violência doméstica e familiar para a saúde da mulher caracterizadoras de dano emocional e/ou mental; bem como refletir sobre os fatores que contribuem para a permanência da mulher em uma relação violenta.

Optamos, pois, por um estudo de natureza qualitativa, do tipo pesquisa de campo e de caráter observacional e descritivo. Nosso intento investigativo parte das narrativas de oito mulheres que sofreram e sofrem violência psicológica e que já se encontram comprometidas em sua saúde mental, com sequelas psíquicas e emocionais.

Consideramos, portanto, para a análise dessas narrativas os fatores de resistência e desistência: a mulher resistindo na convivência com o companheiro agressor e a mulher denunciando esse companheiro. Para tanto, seguimos os pressupostos teóricos de autores como Dos Anjos (2006); Miller, 1999; Azevedo (1985); Gomes (1981); Bianchini (2012); Fonseca e Lucas (2006); Dias (2007); Soares (2006); Day et al (2003).

Assim, para que pudéssemos apresentar ao leitor uma visão mais detalhada de como se deu esta investigação, é que estruturamos este estudo da seguinte forma: Inicialmente, abordamos o problema da prática da violência doméstica e familiar contra a mulher, destacando a Lei Maria da Penha e sua atuação, bem como seus objetivos, eficácia e falhas quanto a sua aplicabilidade. Em seguida, caracterizamos a violência doméstica e familiar contra a mulher, dando ênfase às formas de agressão. Dando continuidade, apresentamos a análise dos dados com a descrição do ciclo do medo vivido pelas mulheres entrevistadas e suas consequências físicas e psicológicas, seguidas das Considerações Finais, bem como das Referências Bibliográficas.

2 DA VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Nesta seção, abrimos um parêntese para algumas reflexões acerca da Lei Maria da Penha, seus objetivos, bem como a eficácia ou falhas na sua aplicabilidade. Os tipos de violência contra a mulher também são

aspectos importantes que serão mencionados, assim como uma ênfase mais aprofundada na violência psicológica e nas consequências geradas a saúde mental da mulher, cerne maior dessa investigação.

2.1 a Lei Maria da Penha na atuação da violência doméstica e familiar contra a mulher

A Lei de Nº. 11.340 de sete de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada em agosto de 2006 e entrou em vigor no mês seguinte, alterando significativamente a forma como os casos de violência doméstica eram tratados no Brasil, tendo como objetivos conter e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, instituindo Juizados Especializados e estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de risco.

Ao poder público cabe o dever de desenvolver políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Logo o principal objetivo da Lei Nº. 11.340/2006 é o de prever medidas que evitem o aumento de agressões e maus tratos, também, criar uma cultura de respeito aos direitos, dando liberdade às ações que as mulheres necessitam para uma vida digna.

Essa lei nasceu a partir da tragédia pessoal de uma cidadã brasileira, vítima de agressões que lhe deixaram marcas permanentes na alma e no corpo. Foi uma forma de homenagear a pessoa- símbolo da luta contra a violência familiar: doméstica Maria da Penha Maia Fernandes, duas vezes vítima de tentativa de homicídio por parte do ex-marido, ficou paraplégica. A punição do agressor, no entanto, só se registrou quase duas décadas depois. Entre as principais mudanças previstas nessa lei está a de que o agressor pode ser preso em flagrante ou ter a prisão preventiva decretada e a proibição de aplicação de penas de cesta básica ou a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

A violência contra a mulher tem destruído sonhos, calando a voz feminina e desestruturando famílias. Foi tentando acabar com essa

situação vivenciada por mulheres que surgiu este dispositivo legal, que as encorajou a pedir socorro, garantindo as condições para que estas possam superar a situação de violência doméstica e familiar vivida em seus lares.

A Lei Maria da Penha veio dar mais segurança às mulheres, resgatando sua dignidade, entretanto estas, na maioria das vezes, sofrem caladas, e, por algumas razões que apresentamos em seção posterior, deixam de denunciar o seu agressor. Vale ressaltar que a única maneira de prevenir o crime decorrente da violência doméstica é fazendo denúncia. As mulheres agredidas pela primeira vez devem procurar imediatamente a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher e fazer um boletim de ocorrência (BO) e requerer um exame de corpo delito, no Instituto Medicina Legal (IML).

Um importante canal de informações e de relatos sobre a violência contra as mulheres, em especial a violência doméstica e familiar atua em todo o país com o objetivo de auxiliar mulheres no processo de enfrentamento da violência de gênero – Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180⁵⁹.

Segundo o boletim da Central de Atendimento à Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), verificou-se que dos 67.962 relatos de violências registrados na Central no período de janeiro a junho de 2016, 86,64% se referiram a situações de violência previstas na Lei Maria da Penha. Porém, ainda existem muitas mulheres que não denunciam casos de violência, se escondem e omitem sua realidade porque vivem amedrontadas diante das ameaças de seus parceiros.

Embora haja proteção às vítimas de violência doméstica a cargo do Direito Penal, deve, também, o Estado implantar programas para que os agressores sejam submetidos a tratamentos. Para que isso ocorra é que o Código Penal Brasileiro listou algumas penas restritivas de direito, que servem para os agressores que praticam a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Uma delas é a limitação de fim de semana (CP, art. 43, VI). Depois de aplicada a pena que determina a limitação dos finais de se-

mana, a Lei Maria da Penha autoriza que o juiz determine ao réu o seu comparecimento a programas de recuperação e reeducação, sendo este obrigatório.

Poderá também o juiz determinar a aplicação de outras medidas ao réu, como: “prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, além da interdição temporária de direitos e perda de bens e valores (CP, art. 43, II, IV, V e VI)”.

Tais medidas são tomadas para que o agressor se conscientize que não poderá praticar tais atos, pois não são proprietários das mulheres, dando então um basta ao crime cometido de forma contínua por muito tempo.

Sabe-se que o Estado, neste sentido, é falho porque as penas estão elencadas no Código Penal para serem utilizadas, mas não existem profissionais suficientes das áreas psicossociais para o acompanhamento adequado. Cabe então ao Estado adotar ações diretas com os agressores e com as vítimas, “e garantir a capacitação permanente dos profissionais que lidam com a atenção da vítima e aos agressores”.

Por este motivo, foram articuladas ações entre a União, Estado, Distrito Federal, Municípios e entes não governamentais, visando coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, adotando-se, portanto, programas de prevenção; fomentando-se o conhecimento e a observância do direito da mulher, com seus direitos humanos respeitados e protegidos; modificando-se os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, incluindo a construção de programas de educação formais e não-formais apropriados a todo nível do processo educativo.

Esclarece Dos Anjos (2006) que para se combater a violência contra a mulher é fundamental que sejam implantadas amplas medidas sociais e profundas mudanças estruturais da sociedade (sobretudo extrapenais). Desta forma, com bem pontua o autor, o caráter simbólico das novas medidas penais da lei 11.340/06 não terá sido em vão, e sim incentivado ideologicamente medidas efetivas para a solução da discriminação contra a mulher.

As medidas protetivas são justamente para salvaguardar a vítima, reprimindo o agressor. No dia a dia isso não tem sido real, pois a mulher

fica à mercê do seu companheiro violento. Dos Anjos (2006) ressalta, portanto, que se por um lado a LMP é aplicada com eficiência, por outro, falham os órgãos competentes para executá-la, mediante a falta de estrutura dos órgãos governamentais. Reitera o autor falhas na execução da lei, pois o Estado não dá suporte necessário, como preparo do agente policial, construção de abrigos com profissionais competentes nas áreas de psicologia, assistência social, advocacia, dentre outros, que possam amparar as vítimas, assegurando-lhes uma vida livre de violência.

Há um descuido do Estado, segundo o autor, quando este não toma as providências em coibir e prevenir atos violentos contra a mulher, especificamente quando na denúncia de violência psicológica, já que a lei 11.340/06 é eficiente na sua eficácia, mas deixa a desejar quanto a sua aplicabilidade de urgência.

Conforme Dos Anjos (2006), falta ao poder público possibilitar ações eficazes na criação de projetos, que deem segurança as mulheres que são agredidas por seus companheiros. Logo, faz-se necessária a celeridade na aplicabilidade da Lei Maria da Penha em punir rigorosamente àqueles que promovem a violência, buscando condições e agilidade no cumprimento da lei contra os possíveis agressores no âmbito familiar.

2.2 Caracterizando o agressor em um contexto de violência psicológica contra a mulher

A violência psicológica, segundo Miller (1999), caracteriza-se por comportamentos sistemáticos que seguem um padrão específico, objetivando obter, manter e exercer controle sobre a mulher. A autora relata que esta se inicia com as tensões normais dos relacionamentos, provocadas pelos empregos, preocupações financeiras, hábitos irritantes e meras diferenças de opinião. No entanto, por mais que se tente estereotipar o homem agressivo – como rude, de classe social inferior, grosseiro, valentão na aparência e nas atitudes – não há um perfil único. Adverte a autora que um homem, que em sociedade, pode parecer acima de qualquer suspeita, pode, muito bem, ser um agressor na relação conjugal.

Nestes tipos de relacionamentos, assevera Miller (1999), que as tensões aumentam, começando então uma série de agressões psicológicas, até chegarem às vias de fato. Em contrapartida, nos relacionamentos não violentos, as pessoas discutem sobre as tensões ou as ignoram, e estas tendem a diminuir. O aumento de tensão nas relações de poder estabelecidas sinaliza que a relação de dominação e subordinação necessita ser confirmada. A situação de violência pode ser, então, uma tentativa de restaurar o poder perdido ou nunca alcançado, ou ainda confirmação da identidade (MILLER, 1999).

Autores como Azevedo (1985) comentado por Gregori (1992) enunciam dois grandes fatores responsáveis por tais condições de violência: (1) os fatores condicionantes, que se referem à opressão perpetrada pelo sistema capitalista, pelo machismo e pela educação diferenciada; (2) os precipitantes como álcool e drogas ingeridos pelos agentes nos episódios de violência, além do estresse e cansaço, que podem desencadear o descontrole emocional e os atos agressivos.

Profissionais que estudam e trabalham com homens abusivos como Klingbeil e Boyd (1984) reconhecem aspectos nos agressores que incluem pessoas com fraco controle do impulso, apresentando necessidade de satisfação imediata e insaciáveis necessidades do ego; dependência emocional; frequentes quadros de estresse, mas, geralmente, bem dissimulados; baixa autoestima; ciúmes excessivos, que os levam a uma vigilância demasiada da parceira e repetidas promessas de mudança.

Em sua caracterização, Aguiar (2002) aponta três fases distintas, o que denomina de ciclo da violência, as quais variam tanto em intensidade como no tempo, para o mesmo casal e entre diferentes casais, não aparecendo, necessariamente, em todos os relacionamentos. (1) A primeira fase é de construção, em que ocorrem incidentes verbais e espancamentos em menor escala, como chutes e empurrões. Nesse momento, as vítimas, usualmente, tentam acalmar o agressor, aceitando a responsabilidade pelos problemas dele, esperando, com isso, ganhar algum controle sobre a situação e mudar seu comportamento. (2) A segunda é caracterizada por uma incontrolável descarga de tensão, sendo a mulher espancada, independentemente de seu comportamento

diante do homem, que utiliza armas e objetos para agredi-la. (3) Já a terceira corresponde a uma temporária reconciliação, que é marcada por um extremo amor e comportamento gentil do agressor, que tem consciência de ter exagerado em suas ações e, subsumindo-se no arrependimento, pede perdão, prometendo controlar sua raiva e não a ferir novamente.

2.3 tipos de violência contra a mulher

Faz-se necessário inicialmente elencar as diversas formas de violência contra a mulher. Tomemos, pois, a classificação de Moraes (2005) que, ao ressaltar que a violência ocorre na medida em que uma das partes é tratada como objeto, classifica a violência em quatro tipos: física, psicológica, sexual ou econômica.

No caso da violência física, segundo Moraes (2005), ela ocorre quando há utilização de força física, com tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, obrigando a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos.

Já a violência econômica ou financeira, de acordo com o Ministério da Saúde (MS, 2002) são os atos destrutivos ou omissões do agressor que afetam a saúde emocional e a sobrevivência dos membros da família. Esta violência inclui roubo, destruição de bens pessoais (roupas, objetos, documentos, animais de estimação e outros) ou de bens da sociedade conjugal (residência, móveis e utensílios domésticos, terras e outros), recusa de pagar a pensão alimentícia ou de participar nos gastos básicos para a sobrevivência do núcleo familiar, uso dos recursos econômicos de pessoa idosa, tutelada ou incapaz, destituindo-a de gerir seus próprios recursos e deixando-a sem provimentos e cuidados.

Para o Ministério da Saúde (2002), a violência sexual é toda ação na qual uma pessoa em relação de poder e através da força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga outra ao ato sexual contra sua vontade, ou que a exponha a interações sexuais que propiciam sua vitimização, da qual o agressor tenta obter gratificação. A violência se-

xual ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual.

Moraes (2005) classifica a violência psicológica como aquela que prejudica a autoestima, a identidade ou o desenvolvimento da pessoa. Utilizam-se, neste caso, insultos, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização, rechaço, manipulação afetiva, exploração, negligência, ameaças, privação arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência pessoal, gerenciar o próprio dinheiro, brincar etc.), confinamento doméstico, críticas pelo desempenho sexual, omissão de carinho e negar atenção e supervisão (MORAES, p.179).

Desse modo compreendemos que a violência emocional ou psicológica sempre está relacionado ao prejuízo à competência emocional da mulher, expresso através da tentativa de controlar suas ações, crenças e decisões, por meio de intimidação, manipulação, ameaças dirigidas a ela ou a seus filhos, humilhação, isolamento, rejeição, exploração e agressão verbal. Sendo assim, é considerado violento todo ato que cause danos à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal, como por exemplo, negar carinho, impedi-la de trabalhar, ter amizades ou sair de casa. São atos de hostilidade e agressividade que podem influenciar na motivação, na autoimagem e na autoestima feminina.

No que se refere à violência psicológica, Bianchini (2012) resalta que o isolamento é uma de suas principais formas de manifestação. Nesta prática, a autora revela que o homem busca, através de ações enfraquecer sua rede de apoio e afastar a mulher de seu convívio social, proibindo-a de manter relacionamentos com familiares e amigos, trabalhar ou estudar. O objetivo primário do isolamento social é o controle absoluto da mulher, já que, ao restringir seu contato com o mundo externo, ela dependerá ainda mais de seu parceiro, tornando-se submissa a ele.

As primeiras tentativas do homem para efetuar o isolamento da mulher, segundo Bianchini (2012), se dão por meio da manipulação, arranjando situações como, por exemplo, marcar outros compromissos

para impedi-la de ir a reuniões familiares ou de amigos, ou por meio de acusações de não estar cuidando bem da casa ou dos filhos. Quando a manipulação não funciona, assevera a autora, o agressor recorre ao despotismo, dando ordens expressas do que ela deve ou não fazer e, por fim, apela para a intimidação, ameaçando espancá-la, quebrar seus pertences ou matá-la.

Para Bianchini (2012), os períodos em que a mulher está longe do marido são aqueles considerados de maior tranquilidade, e são proporcionados, geralmente, por seu emprego, ou quando ele sai para trabalhar. O trabalho, para muitas mulheres, constitui-se em uma válvula de escape. Nele ela se sente importante e respeitada. Para aquelas que exercem apenas a função de dona-de-casa, Bianchini (2012) revela que a saída do parceiro representa momentos de liberdade, nos quais ela poderá assistir a seus programas preferidos, falar com amigos ao telefone e fazer suas atividades sem maiores cobranças. No entanto, esta tranquilidade acaba antes mesmo do marido retornar, já que a tensão se inicia só com a lembrança e com a expectativa de sua chegada, diz a autora. A partir do momento de sua chegada, a casa passa a girar em torno das vontades dele.

Quando há uma dependência financeira da mulher em relação ao homem, seja pelo fato de ter se submetido à proibição de trabalhar imposta por ele, ou mesmo pela dificuldade ou comodidade de não ter um emprego, esta se torna obrigada a recorrer ao marido, sempre que necessitar de dinheiro, situação que favorece a violência, pois, em muitos casos, o homem utiliza seu poder econômico como forma de ameaçá-la e humilhá-la.

Asseverava Gomes (1981) que uma vez a mulher permanecendo sob a total dependência do homem, esta já aceitou sua dominação absoluta. Uma característica comum àqueles que praticam este tipo de violência, segundo Fonseca e Lucas (2006) é a habilidade de encontrar o ponto fraco da mulher, que, em muitos casos, são os filhos, utilizando-os como alvo todas as vezes que desejar feri-la.

Dias (2007) ressalta que, apesar da violência doméstica alcançar índices alarmantes, poucos são os agressores condenados e que, mes-

mo com a criação de Delegacias da Mulher e de Juizados Especiais, houve um aumento expressivo no número de registros policiais de lesões corporais e ameaças, o que demonstra a banalização da violência doméstica. A autora destaca que, dentre os motivos que levam muitas mulheres à lei do silêncio, ou seja, de não usarem a queixa como forma de fazer cessar a agressão, está o sentimento de culpa, pois “[...] em seu íntimo, acham-se merecedoras da punição por terem desatendido as tarefas que acreditam serem de sua exclusiva responsabilidade” (DIAS, 2007, p. 24).

Bianchini (2012, p.2) ressalta que a violência contra a mulher acontece como um ciclo, iniciando-se com a construção da tensão de forma gradual, a partir de atritos, ofensas e ameaças, até culminar na tensão máxima que é o momento em que ocorrem as agressões físicas... Então o agressor se desculpa e a mulher, acreditando na mudança de comportamento proposta por ele, aceita a reconciliação.

Segundo Fonseca e Lucas (2006, p. 12) a violência psicológica caracteriza-se pela hostilidade e agressividade que podem influenciar na motivação, na autoimagem e na autoestima feminina. Conforme as autoras, no que se refere à violência psicológica, o isolamento é uma de suas principais formas de manifestação e para consegui-lo o homem afasta a mulher de seu convívio social, proibindo-a de manter relacionamentos com familiares e amigos, trabalhar ou estudar, assim, o objetivo do isolamento social é o controle absoluto da mulher para que ela dependa cada vez mais de seu parceiro, tornando-a submissa.

Fonseca e Lucas (2006, p.14) destacam ainda que as mulheres que por algum motivo são economicamente dependentes de seus companheiros sofrem a violência psicológica de forma mais intensa, pois estes fazem uso de seu poder econômico como forma de ameaçá-las e humilhá-las.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, descrevemos a natureza da pesquisa, bem como os instrumentos de geração e como se procedeu a análise dos dados. Op-

tamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo observacional e de cunho descritivo.

Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. Nesse sentido, esta abordagem proporciona um contato direto com as participantes e a situação que está sendo investigada, preocupando-se em retratar a perspectivas dos participantes, além de explorar as características dos envolvidos na pesquisa.

Para tanto, utilizamos como instrumento de geração de dados um roteiro de entrevista não estruturada, com oito perguntas abertas, realizada em abril de 2018, na Delegacia de Proteção dos Direitos da Mulher, em Teresina-PI.

Abordamos questões pessoais e subjetivas das participantes como sobre o sentimento destas após terem sido vítimas da violência de seus companheiros; o que as levou a denunciar a agressão; o por que de se submeter a viver numa relação de sofrimento e angústia (violência) mesmo sabendo que há leis de proteção à mulher; quanto tempo estas convivem com esse sofrimento (violência) até decidirem denunciar; se estas ainda convivem com o agressor; e, somente em caso de a resposta acima ser afirmativa, o que dificulta a decisão de separação. Por questões de ética e para manter o anonimato que já foi deixado claro no termo de consentimento livre e esclarecido, optamos por não mencionar os nomes das participantes, ressaltando, apenas, sua idade.

Nesta investigação, por se tratar de narrativas de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar é que se adotou a análise de caráter descritivo e interpretativo dos fatos narrados e do perfil dos participantes da pesquisa, o que ressalta o modo subjetivo do olhar dos pesquisadores. Tomamos como objeto da análise as narrativas de oito mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, de faixa etária entre 18 a 50 anos, sendo que a maioria das participantes não chegaram a concluir o Ensino Médio e grande parte ainda se encontravam convivendo com seus parceiros no momento da pesquisa.

Para a análise dos dados, seguimos a metodologia da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). De acordo com o autor o termo análise de conteúdos refere-se ao conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para uma melhor compreensão das narrativas, reorganizamos as entrevistas em duas categorias de análise: (1) A mulher resistindo na convivência com o companheiro agressor; (2) A mulher denunciando esse companheiro.

4 VOZES QUE ECOM EM UM DESESPERO SILENCIOSO

A violência doméstica contra a mulher é reconhecida como uma questão de saúde pública, afetando negativamente a integridade física e emocional da vítima, seu senso de segurança, moldada pelo ciclo da violência e os consequentes problemas de saúde psíquica e emocional.

Apresentamos, nesta seção, a análise subjetiva e interpretativa dos pesquisadores em relação às narrativas das oito mulheres que aceitaram participar desta pesquisa. Seguimos a categorização das respostas como apresentamos a seguir. Vale ressaltar que buscamos, também, respaldar as nossas análises nos conhecimentos teóricos dos autores mencionados na seção dois.

4.1 a mulher resistindo na convivência com o companheiro agressor

Nesta categoria enquadram-se os questionamentos que dizem respeito ao sentimento da mulher após ter sofrido violência doméstica; o que a levou a denunciar a agressão e o que a levou a viver numa relação de sofrimento e angústia (violência) mesmo sabendo que havia leis de proteção à mulher.

Um percentual de 90% das entrevistadas relatou sofrer algum tipo de consequência decorrente da situação de violência. Dentre estas, a hipertensão arterial, dores de cabeça e dificuldades para dormir, foram os sintomas mais relatados. Em alguns casos, a presença de algum desses sintomas contribuiu para a procura de ajuda psiquiátrica.

Algumas mulheres, que corresponde a um total de 40%, relatou como principal consequência psicológica decorrente da violência sofrida, o sentimento de desânimo, que influencia no cumprimento de suas atividades. Muitas afirmaram sentir menos vontade de exercer seus afazeres diários, desejo de chorar frequentemente, além de querer consumir bebidas alcoólicas mais do que o habitual.

“ Ando o tempo todo desanimada, triste, não me dá vontade de fazer nada. Não tenho vontade de me arrumar. Às vezes, nem banho tomo. Estou em ponto de enlouquecer, minha vontade é de encher a cara pra esquecer. (32 anos).

Foram mencionados por 15% das entrevistadas fortes estados de desassossego, aflição, ansiedade, estresse e hostilidade. Estas admitiram estarem mais nervosas e impacientes com colegas de trabalho, amigos, familiares e até mesmo com os filhos.

“ Passei a desconfiar de todo mundo, tratei mal meus colegas de trabalho, meus irmãos, fui ignorante com meus pais e meus filhos. Achava que todos me julgavam e me condenavam. (25 anos).

Nas falas de 10% das vítimas, a vulnerabilidade foi uma característica encontrada, uma vez que as mesmas se sentiam indefesas e acuadas, em função de não terem coragem de recorrer para obter ajuda nesta situação.

“ Não sei mais o que fazer... não consigo encontrar uma saída. Tenho receio de que ele me mate. Ando o tempo

todo amedrontada, como se estivesse vivendo com o meu maior inimigo. Não sei mais o que fazer, isso tem que acabar. Não consigo pensar em alguém que possa me ajudar. Me sinto indefesa. (23 anos).

Com a saúde mental fragilizada, a mulher sente-se incapaz, incompleta, sem saber utilizar adequadamente seus recursos para o cumprimento das tarefas relevantes em sua vida. Ela apresenta incapacidade na habilidade de se comunicar com os outros, de reconhecer e comprometer-se de forma realista com os desafios encontrados, tornando-se insegura e débil quanto às decisões a serem tomadas. Logo após a agressão é comum ocorrências expressivas em função do trauma como estado de choque ou apatia.

“ Faz tempo que não consigo dormir direito. Tenho pesadelos com ele arrancando meus olhos e minha língua. Preciso de ajuda médica, talvez algum remédio pra dormir e esquecer de tudo. (23 anos).

“ Quase não saio mais de casa, também sair pra que, pra ter que me explicar o tempo todo. Eu nem vou mais pra escola, não tenho mais amigos de tanto que me isolei. Fico o tempo todo servindo de saco de pancada pra ele. Nem no dentista posso ir, já que na última surra ele quebrou um dente meu bem da frente. Tenho vergonha até de sorrir. (19 anos).

A mulher, conforme Miller (1999), ao tentar suportar essa realidade de agressões, precisa abdicar tanto de seus sentimentos, como de sua vontade, desenvolvendo uma percepção de incapacidade, inutilidade e baixa autoestima pela perda da valorização de si mesma e do amor próprio.

“ Não me reconheço mais, na maioria das vezes não sou mais eu, me sinto impotente, não tenho reação para

nada, quando tento caminhar, me sinto um nada, um lixo, nem vontade de me arrumar tenho mais. (19 anos).

Uma mulher pode permanecer durante anos vivenciando uma relação que lhe traz dor e sofrimento, sem nunca prestar queixa das agressões sofridas, ou mesmo, quando decide fazê-la, em alguns casos, é convencida ou até mesmo coagida a desistir de levar seu intento adiante. No que se refere a este aspecto, nesta pesquisa de campo, constatou-se que as vítimas permaneceram em média de 2 a 5 anos no relacionamento.

Observou-se também que a violência acaba sendo protegida como um segredo, em que agressor e agredida fazem um pacto de silêncio que o livra da punição. A mulher, então, passa a ser cúmplice das agressões praticadas contra si mesma, como observa Dias (2006).

A mesma autora afirma que vários são os motivos pelos quais a primeira agressão sofrida, geralmente, não é denunciada: a mulher pode vivenciar um conflito, por não desejar separar-se do companheiro ou, mesmo que ele seja preso, apenas pretende que cessem as agressões, procurando socorro, somente quando já está cansada de apanhar e se sente impotente.

Frequentemente, as mulheres procuram justificar as atitudes do agressor, através de argumentos como o ciúme e a proteção, que acreditam ser demonstrações de amor. Atribuem ainda a fatores externos, como o estresse, decorrentes principalmente do trabalho, das dificuldades financeiras e do cansaço. Também o álcool é um motivo alegado pela grande maioria das vítimas, para explicar o comportamento agressivo de seus parceiros.

“ Vivo com meu marido há quase dez anos e desde que casei ele tem um comportamento agressivo. As vezes quando bebe muito quebra tudo dentro de casa. Se eu interferir ele me machuca e mexinga de tudo quanto é nome feio. No início eu achava que era por causa da bebida, mas ele foi se revelando cada ano mais violento. Talvez a culpa seja minha por não ter dado um basta desde o início. (36 anos).

“ Ele sempre foi ignorante, um animal bruto, mais sempre fazia tudo pela família. De uns dois a cinco anos é que ele mudou. Chega tarde, quando vou reclamar ele me bate na cara, me empurra, diz um monte de palavrão e sempre fede a cachaça. Ele nem me quer mais. Acho que ele tem uma rapariga. Aposto como ele não bate nela. (31 anos)

“ Hoje vejo o quanto fui burra em acreditar que esse homem me amava demais mesmo me enchendo de porra-da... Isso não é amor não, é brutalidade e doença. Quando ele bebe ele se transforma, e quando fica bom diz que me ama. Eu quero mesmo é ficar livre de tanta vergonha... As vezes apanho calada, só pra não ter que ver os vizinhos chamando a polícia. (40 anos)

Gregori (1992) argumenta que o álcool estimula este tipo de comportamento dos homens, mas age apenas como um catalisador de uma vontade pré-existente, havendo, portanto, uma intenção em ferir a integridade física da mulher.

O ciclo da violência, caracterizado através de momentos alternados de agressões e afetos, nutre uma esperança nas mulheres de que seu companheiro possa vir a se arrepender de suas atitudes e restabelecer um ambiente familiar harmônico. Isto foi evidenciado na fala de 10% das entrevistadas, que relataram continuar no relacionamento por acreditarem em mudanças no comportamento do cônjuge.

“ A gente pensa que vai mudar. Ao passar dos tempos, dos anos, a gente acha que aquele comportamento vai mudar, mas só piora; ele pensa que é nosso dono [...] (25 anos).

“ Eu já tentei perdoar, tentei fingir que tudo podia ser diferente, mas ele vinha e fazia tudo de novo... (choro) fazia às vezes até pior. Eu sentia tanto medo. Então ele vinha com aquele jeito dele e me dizia que tava arrependido e quando eu via a gente tava junto de novo. (31 anos)

De acordo com as entrevistas realizadas, o fator financeiro foi o mais destacado por 30% das mulheres, ao afirmarem depender economicamente do companheiro. Algumas, pelo fato de estarem desempregadas e terem medo de não conseguir sustentar a si mesmas e/ou a seus filhos; outras, por receio de perderem suas residências.

“ Vivonesta situação porque não trabalho é muito difícil sair de casa e ter que voltar para casa de meus pais junto com meus filhos. Não teria como sair para tentar arrumar emprego, por causa de meus filhos pequenos. (36 anos).

A mulher, após criar vínculo emocional e dependência financeira, na maioria das vezes não consegue romper com o companheiro e, muito menos, se reconhecer vítima de violência.

“ Já denunciei duas vezes, mas tive que pedir pra soltarem. Emprego tá difícil, principalmente quando se tem filho pequeno e não tem com quem deixar. (20 anos)

Algumas não tem como sustentar os filhos, nem manter a casa, fazendo com que suportem as violências sofridas, sem prestar queixa, ou, quando denunciando, retornam à Delegacia e retiram a queixa, com a desculpa da necessidade da manutenção financeira do companheiro.

4.2 a mulher denunciando o companheiro agressor

Neste estágio, enquadram-se os questionamentos que dizem respeito ao tempo de convivência da mulher com esse sofrimento até decidir denunciar, bem como se a mesma ainda convive com o agressor.

Uma experiência relatada por 60% das mulheres entrevistadas foi a de viver em um estado de constante medo, pois, ficavam sempre a imaginar o momento em que seu parceiro poderia voltar a agredi-la após a denúncia, afastando-se de seus amigos e familiares, pois tudo isto podia soar como provocação e conseqüente retorno às agressões.

“ *Eu sinto muito medo, minha cabeça vive a mil, vivo assustada. Eu trabalho mal, fico assustada em casa, na rua, com medo dele me pegar e me agredir. Quando saio do trabalho, fico imaginando ele a minha espera, tenho medo de encontrar ele a qualquer hora.* (36 anos).

Cabe ressaltar que nenhum dos sintomas referidos pelas entrevistadas ocorreu de forma isolada. As mulheres chegaram a afirmar que o fato de vivenciarem uma relação violenta favoreceu o surgimento concomitante de diferentes danos físicos e psíquicos.

“ *Hoje tô denunciando ele pela terceira vez... hoje ele me machucou demais, jurou me matar e matar nosso filho... Eu vi o demônio naquele homem... Era uma besta fera que tava ali, não era mais o meu marido. Sei que ele pode me matar e sei que pode matar nosso filho também. Acho que agora ele já foi longe demais.* (20 anos)

A partir das narrativas das participantes, verificou-se que as mulheres, logo depois e tomara decisão de denunciar, ainda enfrentavam uma situação de instabilidade ocasionada por ameaças, a guarda dos filhos e a realidade de sobreviver sozinha.

“ *Ele sempre sorri pra mim quando eu digo que vou denunciar... ele debocha de mim, diz que vai tirar nossos filhos, pois juiz nenhum vai deixar uma louca criar os filhos sozinha. Ele diz que sou louca porque tomo diazepam passado pelo médico. Tenho medo de ficar sem meus filhos e termino ficando calada.* (36 anos)

Quando há o desejo de se separar do marido, esta ideia vem sempre acompanhada por sentimento de culpa e vergonha pela situação em que vive, por medo, impotência, debilidade, além dos mitos sociais que afirmam o prazer da mulher em apanhar.

Desta maneira, elas só tomam a decisão quando não tinham mais alternativas e não suportam a dor. Mesmo assim, alguns dos motivos alegados para continuar em um relacionamento de dor são: medo, perda do suporte financeiro, preocupação com os filhos, dependência emocional e financeira, perda de suporte da família e dos amigos. (DAY et al., 2003).

Consoante Miller (1999), as ameaças de morte têm sido um artifício bastante utilizado pelos homens, como meio de aprisionar suas companheiras. Eles utilizam-se do medo para impedir a desvinculação da mulher a ele, e, sobretudo, o estabelecimento de um novo relacionamento afetivo.

“Depois que eu denunciei, ele vive me tocando pra ver se eu me separei por causa de outro homem. As vezes ele me faz ameaças com faca. Eu corro logo pra casa da minha mãe e mesmo assim ele fica me jurando de morte. (20 anos)

As mulheres mais jovens possuem maior tendência a romper com estes relacionamentos mais cedo. Situações como aumento do nível da agressão, violência afetando os filhos e apoio da sociedade e da família são determinantes na decisão de sair do relacionamento, apesar de que, é comum o término e retorno ao relacionamento em diversos momentos, antes de deixá-lo de modo definitivo. Porém, como adverte Day e outros autores (2003), apesar do termino da relação, a violência pode persistir e ampliar-se, chegando ao feminicídio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa trabalhamos com a hipótese de que nem sempre a mulher consegue denunciar o agressor, em decorrência da situação de violência em que está inserida e do medo.

Na maioria das vezes, ela vive o que nesta investigação, denominamos de ciclo do medo, sofrendo perturbações diante da ideia de que se está exposta a algum tipo de perigo, criando um estado de apreensão,

de tristeza, de desânimo, de acomodação, temendo que algo ruim vá acontecer.

Esse sentimento se repete e se enraíza, tornando-a frágil, receosa, assustada, levando-a ao extremo de nem mesmo se ver como vítima, o que responde à problematização deste estudo quando descreve os danos à saúde mental da mulher, traduzidos, principalmente, por constantes estados de tristeza, ansiedade e medo. Considerando-se as análises dos relatos das vítimas, percebemos que poucas são as que decidem romper um relacionamento violento e, quando o fazem, rompem com uma série de sonhos e expectativas em relação ao casamento e à família, o que causa frustração e depressão, dores de cabeça constantes, aumento da pressão arterial, dificuldades para dormir ou danos mentais mais graves, podendo repercutir na vida das vítimas, não imediatamente após a violência sofrida, mas ao longo do tempo, o que justificaria a necessidade de se criar políticas de atendimento especializado a esse tipo de vítima de violência doméstica e familiar, que não devem ser ignorados pelos profissionais de Saúde e do Direito.

Constatou-se, a partir dos dados gerados nas entrevistas realizadas, que as razões de algumas mulheres permanecerem em uma relação conjugal violenta estão intrinsecamente ligadas a questões referentes, principalmente, à dependência financeira, à esperança de que o companheiro modificasse seu comportamento, ao medo provocado por ameaças de morte, ou, ainda, em função dos filhos, frutos do relacionamento.

Esta pesquisa, por si, não se esgota. É importante que mais pesquisas continuem, principalmente elevando o número de participantes entrevistadas, e verificando se, de fato, há programas de assistência à saúde mental da mulher, vítima de violência doméstica e familiar, de modo que se possa aclarar a dimensão do problema e, portanto, levar à reflexão, informação e criação de estratégias para assistir às mulheres nesta situação.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Cristina et al. Guia de serviços de atenção a pessoas em situação de violência. Salvador: Fórum Comunitário de Combate a Violência/ Grupo de Trabalho Rede de Atenção, 2002.
- AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres espancadas: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. (2011).
- BIANCHINI, Alice. Os ciclos da violência doméstica contra a mulher. 2012. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/alicebianchini/2012/02/14/os-ciclos-da-violencia-domestica- contra...>
- DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H.; AZAMBUJA, M. R. F.; MACHADO, D. A.; SILVEIRA, M. B.; DEBIAGGI, M.; REIS, M. G.; CARDOSO, R. G.; BLANK, P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. R. Psiquiatr. v. 25, (supll 1) 2003.
- DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. 2. Ed. Ver., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- DOS ANJOS, Fernando Vernice. Direito Penal simbólico e Lei de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. IBCCRIM - ANO 14 - Nº 167 - Outubro – 2006
- FONSECA, Paula Martinez da; LUCAS, Taiane Nascimento Souza. Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas. 2006. 21f. Monografia (Curso de Graduação em Psicologia). Salvador/BA: Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, 2006.
- GOMES, Orlando. Direito de família. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KLINGBEIL, Karil; BOYD, V. “Emergency room intervention: Detection, assessment and treatment.” In: ROBERTS, A.R. (Ed.), Battered women and their families: Intervention strategies and treatment programs. New York: Springer, 1984, p. 7-32.
- MILLER, Mary Susan. Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres. Tradução Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.
- MORAES, A. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2005.
- PORTO, Pedro Rui da Fontoura. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: Lei Nº. 11.340/2006: análise crítica e sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007. 120 pag.
- SOARES, Lucila. O fim do silêncio. Veja, São Paulo, ed.1947, ano 39, n. 10, p. 76-82, mar. 2006.

NÃO AO SILÊNCIO DA ALMA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CASOS DE FEMINICÍDIO EM TERESINA

*Ana Caroline Soares Mesquita*⁵⁶

*Marcela Castro Barbosa*⁵⁷

RESUMO: O Piauí registrou em 2017 a maior taxa de feminicídios do país, evidenciando a urgência de se discutir as raízes de tal crime. Amparado por uma cultura machista que subjuga as mulheres, objetificando-as e violentando-as das mais diversas maneiras, o feminicídio configura-se como o ápice de tal violência. O presente artigo visa analisar o crime de Feminicídio, a partir da ótica de gênero, que legitima as desigualdades entre homens e mulheres. Focará então nos tipos de violência que recaem sobre as mulheres para então trazer casos que repercutiram a nível local, especificamente na capital Teresina. Por fim, alimenta-se a esperança de que esse cenário, através da educação e o do avanço nos tramite jurídicos, possam ser alterados, de modo a garantir uma sociedade justa, igualitária e segura para as mulheres.

Palavras-Chave: Violência. Gênero. Feminicídio. Poder.

56 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Especializanda em Gestão, Políticas Públicas e Serviços Sociais pela Faculdade Ademar Rosado - FAR e Colaborada/Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade NEP/FAR.

57 Socióloga, Professora, Mestra em Sociologia/UFPI, linhas de gênero e gerações. Pesquisa violência de gênero/ violência contra mulher e família. Coordenadora e Pesquisadora do Observatório de Pesquisa Família e Diversidade NEP/FAR.

1 INTRODUÇÃO

“Não se nasce mulher, morre-se.”

A violência contra a mulher é um fenômeno de caráter global, divide-se em tipos e cada um provoca impactos dolorosos na vida das mulheres e conseqüentemente de seus familiares. Além de terem sua integridade física e psicológica afetadas pelos atos violentos, ainda são sujeitas a julgamentos, especialmente aquelas que estão inseridas em uma relação abusiva.

Historicamente as mulheres estão submetidas às práticas de violência, seja no espaço público ou doméstico, culturalmente regida pelas desigualdades de gênero. O ápice dessa violência, por sua vez, encontra-se no crime de feminicídio.

Segundo, o Mapa da Violência de 2015, 4.762 assassinatos de mulheres foram registrados em 2013 no Brasil, e 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Há também um aumento de 54% - em dez anos - no número de homicídios de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Diante disso, o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial de países com altas taxas de feminicídio.

O Piauí, em 2017, foi considerado o estado com o maior número de crimes de feminicídio, com a taxa de 57,4%%, enquanto no Brasil é de 11,4%. O Estado lidera o percentual de mortes pela condição do sexo feminino, menosprezo e discriminação. Esses dados estão presentes no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A pesquisa demonstra que em 2016, a cada 2 horas, uma mulher foi assassinada no país. Contudo, o Piauí figura num cenário hostil e preocupante.

A partir de tal realidade, sentiu-se a necessidade de tecer considerações sobre o feminicídio e a respeito da estrutura que ampara e legitima essa violência. Portanto apresentamos como objetivo analisar os casos de feminicídio na cidade de Teresina, como uma violência de gênero que acometem mulheres.

O estudo em questão apresenta um caráter predominantemente qualitativo, tendo como metodologia a análise bibliográfica, documental e eletrônica. O recorte geográfico é a cidade de Teresina, cujas estatísticas e dados apresentados são alarmantes. Delineam, no entanto, apenas uma parte do problema, visto que as raízes da violência contra a mulher e, conseqüentemente, o feminicídio estão para além de números, e até mesmo estes não englobam a totalidade de tais fenômenos.

Parte-se, inicialmente, da compreensão da violência de gênero como um processo naturalizado, destacando o ciclo da mesma. Seguindo, irá se discutir o conceito de gênero, que não apenas define os papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres, como naturaliza ideias do que é o masculino e o feminino; a compreensão da categoria de gênero também permitirá entender a legitimação das relações de poder estabelecidas aos atores sociais.

O tópico seguinte, por sua vez, irá definir o crime de feminicídio, considerado com um das modalidades da violência de gênero mais severa e sem retorno. Neste tópico ainda se destacarão as estatísticas à nível local, assim como os casos que tiveram maior repercussão na capital. Por fim, algumas considerações são elaboradas, promovendo o desejo de mudança na sociedade, para que homens e mulheres tenham direito à vida e sua dignidade respeitada, para que assim a perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária não seja apenas mera utopia.

2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM PROCESSO NATURALIZADO

A violência contra a mulher constitui-se como um fenômeno de ordem histórica, social e cultural. Tal fenômeno, de acordo com Safiotti (1995), desconhece quaisquer tipos de fronteiras, seja de classes sociais, tipos de cultura, grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer nos espaços público e privado e ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres, por parte de estranhos ou parentes e conhecidos, em especial, os últimos.

Saffioti, ainda afirma que, da mesma maneira que o gênero é constitutivo das relações sociais, a violência é basilar para a ordem falocrática. Para a autora, o gênero apresenta normas e conceitos que irão regir o comportamento de homens e mulheres. A violência, novamente, insere-se no cerce da normatização, tornando-se um importante mecanismo de controle social (1995). Por ser então uma concepção normativa, a violência apresenta-se como natural, sendo relativizada pela sociedade que tende a culpabilizar a mulher seja por sofrer os atos violentos ou por sua permanência na relação.

Saffioti (2004) esclarece que há no Brasil uma enorme confusão sobre a denominação a respeito dos tipos de violência. Usa-se a categoria violência contra a mulher como sinônimo de violência de gênero e também se confunde violência doméstica com violência intrafamiliar. A fim de prestar esclarecimento, a autora sinaliza:

“[...] violência doméstica não é o mesmo que violência intrafamiliar. Enquanto na segunda a violência recai exclusivamente sobre membros da família nuclear ou extensa, não se restringindo, portanto, ao território físico do domicílio, cabem na primeira vítimas não-parentes consanguíneos ou afins. Estão neste caso empregadas domésticas, ainda com uma forte presença dentre as vítimas de violência sexual cometida por seus patrões, e afilhadas (os) e agregadas (os), vivendo parcial ou integralmente no domicílio no qual o agressor é o *pater familias* (2001, p. 130 -131).

Como todo fenômeno, a violência contra a mulher apresenta elementos que a singularizam. A Lei nº 13.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi concebida para atuar nos casos de violência doméstica e familiar, apresentando perspectiva educativa, preventiva e punitiva.

A lei supracitada - em seu artigo 7 - relaciona diferentes tipos de violência submetidos às mulheres em situação de violência, que vão desde as manifestações físicas, caracterizada por atos que com-

prometem a integridade ou saúde corporal da mulher à violência psicológica, que se manifesta como danos emocionais, atingindo a autoestima da mulher; ações que visam degradar sua subjetividade, ou controlar o comportamento, crenças e decisões se valendo de ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação e qualquer outro artifício que venha a causar prejuízo à sua saúde emocional e mental. Há também a violência moral, caracterizada por atos de calúnia, infâmia ou difamação.

A violência sexual, por sua vez, implica em ações que forcem a mulher a presenciar, participar ou manter relações sexuais através de intimidação, ameaças ou uso de força; o impedimento do uso de métodos contraceptivos, o ato de forçá-la ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição ou qualquer ação que vise limitar ou anular o exercício de seus direitos sexuais ou reprodutivos. A legislação ainda traz o aspecto da violência patrimonial – qualquer conduta que retenha, subtraia ou destrua total/parcialmente os objetos da mulher sem o seu consentimento.

A figura 1, ilustra o ciclo da violência doméstica que tende a congregiar as ações citadas anteriormente, ainda que alguns tipos de violência se sobreponha aos demais. Safiotti (1999) afirma que seja qual for o ato praticado, a violência emocional sempre estará incutida.

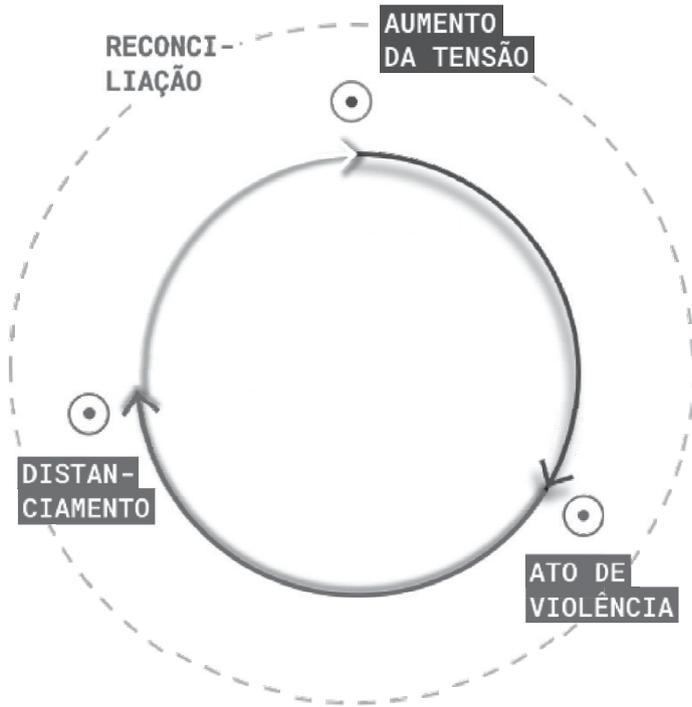


Figura 1 - Fonte: Instituto Maria da Penha - IMP

O site Relógio da Violência⁵⁸ - criado pelo Instituto Maria da Penha - descreve cada fase desse ciclo. Na primeira, é descrito que o agressor mostra tensão e irritação por coisas insignificantes, tendo acessos de raiva. Humilha então a companheira, fazendo ameaças e destruindo objetos. A mulher então busca acalmar o agressor, evitando qualquer conduta que possa causar-lhe “irritação” ou “provocação”. Além das sensações de medo, tristeza, angústia, a mulher tende a negar que isso está acontecendo consigo e passa a achar que fez algo de errado para provocar a ação violenta.

Na segunda fase, a tensão acumulada anteriormente se expressa através da violência física, psicológica, material ou patrimonial. Ainda

58 Disponível em: <<http://www.relogiosdaviolencia.com.br/ciclo-da-violencia>> Acesso: 26/03/18, às 10:47.

que consciente do potencial destrutivo do agressor, a mulher sente-se paralisada, impossibilitada de reagir, sendo acometida por uma severa tensão psicológica que inclui um quadro de insônia, perda de peso e ansiedade. Também a assolam o medo, o ódio, a solidão, pena de si, vergonha, confusão e dor.

O site também sinaliza que nesta fase há um distanciamento do agressor e a vítima passa a tomar decisões que vão da busca por um refúgio (casa de amigos ou parentes), pedido de separação ou até mesmo o ato de suicidar-se.

A terceira fase se caracteriza pelo arrependimento do agressor, que apresenta comportamento amável visando à reconciliação. A relação passa por um período de tranquilidade e com a demonstração de remorso por parte do homem, a mulher se sente responsável pelo mesmo, o que estreita a relação de dependência entre vítima e agressor. Os sentimentos presentes nesta fase, de acordo com o site, são um misto de medo, confusão, culpa e ilusão. A tensão acaba por retornar e o ciclo se reinicia.

Os julgamentos destinados às mulheres que estão inseridas em relações cuja lógica está exemplificada no ciclo da violência desconsideram, dentre outros aspectos, o fato de se tratar de uma relação afetiva, cujo aspecto emocional corrobora para que a mulher reconsidere e tente acreditar que há possibilidades de mudança por parte do companheiro. Safiotti (1999) é categórica ao afirmar que a ruptura desse ciclo, via de regra, necessita de auxílio externo. E em total oposição ao discurso comumente reproduzido pela sociedade em geral, incluindo algumas estudiosas, a mulher não é cúmplice da violência, visto que para tal precisaria desfrutar de igual poder que o homem (MATHIEU, 1985 *apud* SAFIOTTI, 1999).

Também irá reiterar que as mulheres são socializadas para conviver com a impotência e em contrapartida, os homens são preparados para exercer o poder, convivendo de maneira conflituosa com a impotência. A partir do momento que passa a ter de conviver com esta, os homens então estabelecem relações de violência (SAFIOTTI; ALMEIDA, 1995 *apud* SAFIOTTI, 1999). Um exemplo citado pela autora,

ainda que baseado em dados parciais seria que a violência doméstica tende a crescer conforme o aumento da taxa de desemprego, pois uma das atribuições à figura masculina seria a de provedor do lar. Perdendo este papel, o homem se sente atingido em sua virilidade (SAFIOTTI, 1999).

Incidindo sobre as mesmas vítimas, a violência doméstica acaba por se tornar habitual (podemos então retomar a ilustração do ciclo), constituindo-se como uma verdadeira prisão.

“Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a todo custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim determina (SAFIOTTI, p. 88, 1999).

O rompimento dessa constância, entretanto, é bastante dificultoso. Moreira, Boris et al (2010) contribuem para a discussão sobre a permanência de mulheres em relacionamentos violentos ao tratarem o conceito de estigma. A partir dos estudos de Goffman compreende-se o estigma “(...) um atributo que implica desvalorização, inferioridade e situa a pessoa em uma posição de desvantagem” (GOFFMAN, 1988, p.17 *apud* MOREIRA, BORIS et al, 2010, p.399). Reiteram o conceito ao afirmarem que o estigma é uma forma de denominação social, uma marca que inferioriza o sujeito perante a sociedade.

Com base em sua pesquisa com mulheres vítimas de situação de violência, os autores relatam que:

“O estigma que elas internalizam como mulheres vulneráveis e dependentes, atravessado pelo sentimento de culpa e vergonha de tornar pública sua intimidade, acarreta, frequentemente, sérias consequências à saúde mental, ocasionando sofrimento psíquico devido à desvalorização e à baixa autoestima vividas na relação conjugal e conflituosa a que se submeteram (MOREIRA, BORIS et al, p. 405, 2010).

Outro aspecto que corrobora para que as mulheres sintam-se constrangidas e para que os sentimentos de culpa e vergonha sejam intensificados no ato da denúncia é a violência institucional. Seus depoimentos são muitas vezes indagados e inferiorizados, o que evidencia não somente ausência de profissionalismo e urgência em promover a capacitação e sensibilização de tais profissionais, mas deixa visível o quão enraizados estão os pensamentos e atitudes machistas que, ao invés de questionarem as atitudes violentas dos parceiros, priorizam menosprezar o lugar de fala da mulher assim como reforçar o sentimento de culpa que já lhe assola.

O tópico seguinte se encarregará de discutir de forma mais direta e embasada o fenômeno da violência, tendo por foco as mulheres, levando-se em conta as particularidades oriundas do gênero.

3 GÊNERO: UMA ÓTICA PARA SE COMPREENDER AS DESIGUALDADES ESTABELECIDAS ENTRE MULHERES E HOMENS

A compreensão sobre a categoria gênero é complexa e há inúmeros estudos e vertentes a seu respeito. Neste artigo, porém, serão levadas em consideração as contribuições de Scott (1990), que estuda o gênero a partir de uma perspectiva histórica e relacional.

Conforme a autora, o gênero é elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças observadas entre os sexos, sendo, portanto, uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990). Além disso, a pensadora afirma que é necessário desmembrar o conceito gênero em quatro elementos interrelacionados, sendo o primeiro deles os símbolos culturalmente disponíveis: Eva e Maria – simbolizando a mulher na tradição cristão ocidental - são os exemplos citados e tais símbolos concebem ideias geralmente contraditórias. Há também os que evocam mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção (SCOTT, 1990).

O segundo elemento trata-se da interpretação a respeito de tais simbologias, que é expressa através de conceitos normativos que aca-

bam por limitar e conter suas possibilidades metafóricas. A autora destaca que esses conceitos são reproduzidos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e se materializam na forma de uma oposição binária fixa, que determina o significado de ser homem e de ser mulher, assim como caracteriza o masculino e o feminino. Entretanto, esses conceitos são questionados e mesmo que aja uma posição dominante, seu estabelecimento e conseqüente permanência é fruto de conflitos.

Para que os historiadores descubram então a permanência dessa representação binária de gênero é necessário que se inclua no processo de análise a concepção de política, bem como uma referência às instituições e à organização social. Este é então o terceiro elemento que caracteriza o conceito de gênero. De maneira mais descritiva, Scott afirma:

“ Temos necessidade de uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco, mas também (especialmente para as complexas sociedades modernas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não-mistas ou de co-educação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero) (SCOTT, 1990, p. 87).

O quarto elemento é a identidade subjetiva. Utilizando-se de estudos na área da Psicologia, como a teoria lacaniana, Scott enfatiza que deve-se examinar as maneiras pelas quais as subjetividades dos indivíduos são construídas e a partir disso, relacionar os resultados com uma série de atividades, organizações e representações sociais historicamente específicas.

Scott (1990) tece inúmeras considerações sobre a categoria gênero e política, sendo que esta é apenas um dos campos nos quais o gênero pode ser utilizado para análise histórica. O gênero, como afirma

categoricamente, não apenas faz referência ao significado da oposição homem e mulher; ele o estabelece (SCOTT, 1990).

A partir então dessas definições, observamos que não há como analisar tais elementos de maneira isolada, porém é válido dar atenção especial para o segundo aqui exposto. O gênero está longe de compreender e se limitar ao binarismo homem *versus* mulher, porém, levando-se em conta o objetivo deste texto, enfatiza-se sua importância para a definição dos papéis atribuídos a esses indivíduos.

Há uma lista infidável de características que foram atribuídas social e culturalmente como sendo tipicamente femininas: desde o desejo inerente pela maternidade, à amabilidade, fragilidade, submissão, pureza, capacidades físicas limitadas, se comparadas às do sexo oposto; o lar como sendo seu principal espaço de atuação, etc. Aos homens, por sua vez, é concebida uma identidade que exala virilidade, força física. A sexualidade masculina é abertamente discutida e explorada e o espaço público os pertencem, para que possam ir e vir.

A naturalização desses comportamentos é legitimada, conforme Scott (1990) sinaliza, por uma concepção de política, assim como pelas instituições e pela própria sociedade. Quanto à segunda parte de sua assertiva, no que concerne ao gênero como forma de legitimar as relações de poder, irá se explicar a respeito em breve.

A perspectiva de Scott está associada ao pensamento de Foucault (1979) que afirma que o poder constitui-se como um feixe de relações, sendo este mais ou menos organizado, piramidalizado e coordenado. Ou seja, ainda que se difunda e atravesse todo o corpo social, o poder se exerce de maneira disforme, implicando uma diferença de potencial.

Em relação a essa assertiva, Maia (1995) traz suas contribuições ao afirmar que a dinâmica do poder é então fragmentada, móvel e às vezes contraditórias. O poder, ainda sobre a análise do autor, se compreende como uma rede. Essa rede é composta por instituições que articulam e integram os diferentes focos do poder – Estado, prisão, escola, família, etc – e dentro desta teia, as forças que constituem o poder se chocam e se contrapõe, ou seja, o poder não é somente negativo

– coercitivo, repressor – é, também, positivo na medida em que abre espaço para resistência.

É possível observar que tanto para Scott quanto para Foucault, as instituições desempenham papel primordial no que concerne ao estabelecimento dos comportamentos dos indivíduos e consequentemente dos papéis pré- definidos para homens e mulheres. “Entre cada ponto do corpo social, entre homem e mulher, entre membros de uma família, (...), entre cada um que sabe e cada um que não sabe, existem relações de poder” (FOUCAULT 1980, p.187 *apud* MAIA, 1995, p. 88). Outro ponto destacado e discutido por ambos é a presença de conflitos como parte integrante da dinâmica do poder e gênero. O poder é circular, age em diferentes esferas da sociedade:

“O poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em lugar nenhum privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. (FOUCAULT, 1979 p. 16).

A violência, um dos pilares para discussão desse artigo, se insere como consequência dessa correlação de forças. Sobre tal fenômeno, Maia (1995) afirma - a partir de Foucault - não ser um princípio básico da natureza do poder, entretanto é um de seus instrumentos utilizados:

“Em si mesmo o poder não é violência nem consentimento o que, implicitamente, é renovável. Ele é uma estrutura de ações; ele induz, incita, seduz, facilita ou dificulta; ao extremo, ele constrange ou, entretanto, é sempre um modo de agir ou ser capaz de ações. Um conjunto de ações sobre outras ações (FOUCAULT, 1982, p.220 *apud* MAIA, 1995, p. 90).

Outro pilar de amparo para o desenvolvimento das relações de poder é o patriarcado. Utilizando-se dos estudos de Larner, Saffioti retoma a divisão sexual do trabalho na época da caça e coleta a fim de discutir o nascimento do patriarcado. No período em questão, muitas vezes os homens retornavam sem um animal abatido e as mulheres, por sua vez, sempre colhiam frutas, folhas e algumas raízes. De forma geral, levando-se em conta que não se pode afirmar com propriedade que todas as sociedades que possuíam essa divisão seguiam tal lógica, pode-se presumir que a sobrevivência da humanidade foi assegurada pelas mulheres. A transição para uma sociedade baseada na sobreposição masculina seria oriunda, de acordo com Larner, da antropoprodução, que consiste na produção biológica e social de seres humanos. E ainda que os homens tenham conseguido consolidar tal dominação, não foi um processo rápido, pelo contrário; as mulheres resistiram durante séculos (LARNER, 1986 *apud* SAFFIOTI, 2004).

Portanto, o patriarcado legitima as relações de poder ao se configurar como uma hierarquia entre homens e mulheres, invadindo todos os espaços da sociedade. Saffioti (2005) ainda afirma que o patriarcado baseia-se tanto na ideologia quanto no gênero.

Por esta razão, as práticas do patriarcado estabelecem uma relação de dominação- exploração nas relações estabelecidas pelos sujeitos sociais, em especial as mulheres. Para Saffioti:

“Não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-domação. Alternam-se as formas para evitar a má interpretação da precedência de um processo. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo (2004, p. 130).

A desigualdade de gênero e a permanência de muitas mulheres no ciclo de violência proporcionam o patamar mais severo da violência de gênero: o feminicídio.

4 FEMINICÍDIO: QUANDO A VIOLÊNCIA ATINGE O ÁPICE

O crime de feminicídio é a expressão extrema dos diversos tipos de violência que atingem as mulheres em sociedades marcadas por desigualdade entre os gêneros, assim como por construções históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais de caráter discriminatório (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017).

No Brasil, o termo feminicídio ganha mais visibilidade e maior atenção na investigação de assassinato de mulheres a partir da aprovação da Lei Nº 13.104/2015, conhecida com *Lei do Feminicídio ou Lei de Tipificação do Feminicídio*, que classifica a morte de uma mulher pela razão do gênero, seja pela discriminação e/ou menosprezo.

A lei supracitada altera o art. 121 do Código Penal, Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos, assim como o estupro, o genocídio e o racismo.

Conforme o art. 121, § 2 da lei, são consideradas razões de condição do sexo feminino o crime que envolver violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena é de 12 a 30 anos de reclusão e tende a aumentar caso o crime seja praticado, conforme o § 7:

- I– durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;
- II– contra a pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;
- III– na presença de descendente ou ascendente da vítima.

E para além de tornar visível a dimensão e os contextos dos feminicídios cometidos no país, a tipificação também contribui para que diante da justiça e de veículos de imprensa o crime não seja classificado como passional, motivado por ciúmes ou “amor”, mascarando assim a

motivação sexista que o embasa. Espera-se também que, com a tipificação, aja um combate mais efetivo às práticas discriminatórias contra as mulheres no sistema de justiça, ampliando-se o debate entre os operadores do Direito (INSTITUTO PATRICIA GALVÃO, 2017).

A obra aponta, no entanto, que tais efeitos só serão alcançados se a perspectiva de gênero estiver presente a partir da notificação do crime. Reitera-se que tal compreensão, na verdade, deve ser difundida de modo constante em espaços cujo alcance vise à sensibilização e produção de conhecimentos, como escolas, instituições de ensino superior, assim como em comunidades, etc.

O livro também destaca **os tipos de feminicídio**, sendo estes:

- ☞ **Íntimo:** executado por um indivíduo com quem a **va** possuía um vínculo afetivo;
- ☞ **Não íntimo:** cometido por algum desconhecido, um **ca**inho. Pode-se considerar também o caso de um vizinho que venha a matar sua vizinha;
- ☞ **Infantil:** que culmina na morte de uma criança de até **tor**ze anos de idade, cujo assassino possui uma relação de responsabilidade, confiança ou poder com a vítima;
- ☞ **Familiar:** onde uma mulher é assassinada no âmbito **d** uma relação de parentesco, sendo que este pode ser por con- sanguinidade, afinidade ou adoção;
- ☞ **Por conexão:** quando o ato ocorre num local onde um **m**em mata ou tenta matar uma mulher e a vítima encontra- -se na “linha de fogo”;
- ☞ **Sexual sistêmico:** que se configura na morte de **n** previamente sequestradas, torturadas e/ou estupradas. Divide-se em **sexual sistêmico desorganizado**, quando as vítimas são assassinadas num período de tempo determinado e **sexual sistêmico organizado**, quando se presume que os sujeitos ativos atuam em uma rede organizada de feminicidas sexuais, os quais utilizam um método consciente e planejado por um indeterminado período de tempo;

- ☞ **Por prostituição ou ocupações estigmatizadas:** (garçonetes, massagistas ou dançarinas de casas noturnas), sendo que a vítima pode ser assassinada por um ou vários homens. Tal modalidade citada evidencia o peso da estigmatização social, processo que abre espaço para a justificativa do crime;
- ☞ **Por tráfico de pessoas:** cujas mulheres assassinadas eram submetidas à atividades como a prostituição ou outras formas de exploração sexual, trabalhos ou serviços forçados, à escravidão ou práticas análogas, à servidão ou extração de órgãos; por contrabando de pessoas, quando a morte da vítima se produz numa situação de contrabando de migrantes;
- ☞ **Transfóbico:** quando uma mulher transgênero ou transexual é assassinada por sua identidade de gênero;
- ☞ **Lesbofóbico:** crime motivado por ódio ou rejeição a uma mulher lésbica;
- ☞ **Racista:** cuja vítima é assassinada por ódio ou rejeição de sua origem étnica, racial ou de seus traços fenotípicos (DI-RETRIZES NACIONAIS, ONU MULHERES, 2016; MODELO DE PROTOCOLO LATINO-AMERICANO, ONU MULHERES, 2014 *apud* INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017).

Ao analisar as modalidades anteriormente descritas, percebe-se, dentre outras características, que o ódio é um dos pilares que sustentam a prática do feminicídio. Tal sentimento é reflexo de uma subjetividade construída no seio de uma sociedade histórica e culturalmente marcada por desigualdades de gênero, pela sobreposição de alguns grupos e indivíduos sobre outros, por visões e comportamentos que se amparam em doutrinas religiosas que tendem a reproduzir discursos machistas, lgbtfóbicos e outras formas de intolerância.

5 TERESINA: ALTOS ÍNDICES DE FEMINICÍDIO – UM CENÁRIO CRUEL

Teresina, capital do Piauí, também apresenta ocorrências agressivas e atroz. O feminicídio passou a ser notícia recorrente nos meios de comunicação, angustiado mulheres e toda a sociedade teresinense. Uma realidade sentida por muitas famílias, que lutam por justiça e punição severa aos agressores e assassinos.

Conforme, a figura 2, informações da Secretaria de Segurança do Estado do Piauí (SSP–PI), vinculadas pelo portal Cidade Verde⁵⁹ entre os anos de 2015 a 2018, foram notificados 90 casos de feminicídio em todo o estado, somente na capital foram 22 casos. Essas informações são assustadoras: demonstram o menosprezo, a discriminação vivenciada por mulheres. Portanto, um cenário complexo e desafiador.

| REGIÃO | 2015 | | | 2016 | | | 2017 | | | 2018 | | |
|----------|------|-------------|--------|------|-------------|--------|------|-------------|---------|------|-------------|--------|
| | CVU | FEMINICÍDIO | TAXA | CVU | FEMINICÍDIO | TAXA | CVU | FEMINICÍDIO | TAXA | CVU | FEMINICÍDIO | TAXA |
| CAPITAL | 26 | 6 | 24% | 13 | 4 | 30,77% | 23 | 6 | 26,09 % | 11 | 6 | 54,55% |
| INTERIOR | 41 | 20 | 48,78% | 42 | 27 | 64,28% | 39 | 17 | 43,59 % | 13 | 4 | 30,76% |
| PIAÚÍ | 66 | 26 | 50% | 55 | 31 | 56,36% | 62 | 23 | 37,10 % | 24 | 10 | 41,66% |

Fonte: Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal (24/05/2018)

Figura 2 - Fonte: SSP – PI

Além disso, o cenário de Teresina, no tocante a violência doméstica e familiar tem-se apresentado em diferentes facetas. Segundo informações do banco de dados Leoneide Ferreira *Ipenha*, produzido pela 5ª Promotoria de Justiça, do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar - NUPEVID/MP/PI - foi divulgado em março de 2018, o Mapa da Violência Contra à Mulher no Piauí/2018. O quadro socializado reúne dados notificados do período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de janeiro de 2018.

59 <<https://cidadeverde.com/noticias/273006/dia-de-combate-ao-femicidio-reforca-luta-contra-mortes-cruéis-de-mulheres>> Acesso: 27/05/18, às 14:00.

A partir desse panorama é visível a situação da violência doméstica e familiar na cidade de Teresina, no que consiste as seguintes modalidades: ameaças (70,2%), injúrias, calúnias e difamações (68,5%). Quanto ao feminicídio, as estatísticas indicam 56,2%, que representam dados significativos para maior atenção e proteção às mulheres em situação de violência. A violência psicológica corresponde a 100% dos tipos de violência, haja vista que ela perpassa todos as demais modalidades. Além disso, há incidência de delitos concomitantes.

Ainda, conforme o mapa supracitado as mulheres em situação de violência, em sua maioria, são ex companheiras (22,7%), companheiras (14,03%) e esposas (8,1%). Os dados também apontam para a média de idade dos agressores (32 anos) e mulheres em situação de violência (28 anos) e a faixa salarial com o maior número de notificações corresponde a um salário mínimo, contemplando 48,97%, sendo o menor percentual de 4 até 6 salários mínimos (0,2%).

O panorama apresentado pelo mapa deixa evidente que a violência doméstica e familiar afeta predominantemente mulheres de classe populares, não excluindo a presença da violência na alta classe média, mesmo em menor proporção; a violência doméstica familiar estende-se por todas as classes sociais. Além disso, é necessário destacar o recorte étnico trazido pelo mapa que contempla respectivamente: parda (54,96%), negra (27,65%) branca (12,05%), indígena (5,3%) e 7.624 não informaram.

Outras informações merecedoras de atenção e preocupação pela rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar são os fatores de risco, “argumentos” apresentados pelos agressores pelo cometimento de tais violências, dentre eles, destacam-se: álcool (14,2%), outras drogas (11,08%), ciúmes (10,3%), traição (7,6%), não informado (58,7%).

Entretanto, deve-se ressaltar que existem casos não denunciados, seja pelo medo das mulheres aos agressores, falta de conhecimento sobre seus direitos, morosidade da justiça, dentre outras; tal realidade precisa ser contextualizada e aprofundada. Além disso, há outra questão peculiar digna de cuidado: o acolhimento das vítimas no que tange ao procedimento de denúncia nos órgãos competentes. Portanto temos

apenas uma parcela da realidade das mulheres que denunciaram foram em busca de direitos e visam justiça e proteção.

Em 2017, ano em que o estado figurou com a maior taxa de Femicídio do país, deixando a sociedade teresinense perplexa pela crueldade dos atos, alguns casos tiveram maior repercussão: o assassinato da jovem estudante Iarla Lima, pelo então namorado José Ricardo, tenente do exército. De acordo com o relato da irmã da estudante, que também fora alvo dos disparos dados pelo então tenente, o crime fora precedido por uma discussão⁶⁰.

Meses depois, a estudante Camila Abreu foi assassinada pelo namorado, Allison Watson, capitão da Polícia Militar do Piauí. De acordo com uma testemunha, a jovem já havia sofrido inúmeras agressões físicas, tinha medo do namorado e sentia vergonha de compartilhar seu mártir com a família. Outras testemunhas também reiteraram que Allison era violento e ciumento.

O ano de 2018, entretanto, já registra, em suas primeiras horas, outro Femicídio: Carla Eugênia de Almeida foi assassinada durante a queima de fogos que sinaliza a virada do ano, de acordo com o Sargento Nonato, um dos responsáveis por registrar o crime. De acordo com ele, o assassino – Emanuel Oliveira, companheiro da vítima – já havia afirmado que cometeria o ato. Vizinhos relataram que a mulher era proibida de falar e sua mãe, ao questionada, afirmou não ter conhecimento da realidade vivenciada pela filha. Emanuel culpabilizou o uso de drogas e o ciúme como motivações para o crime.

Em quinze de maio, o corpo de Aretha Dantas foi encontrado em uma avenida da capital, com inúmeras perfurações e marcas de atropelamento. O autor do crime é o ex companheiro: Paulo Alves dos Santos Neto. Familiares de Aretha relataram que ela sofria agressões e ameaças por parte do homem⁶¹. Três dias após o feminicídio de Aretha, outra ocorrência: Gisleide Alves dos Santos teve sua vida ceifada de ma-

60 Disponível em: <<https://www.gp1.com.br/noticias/irma-de-iarla-lima-e-ouvida-em-julgamento-no-tribunal-do-juri-424265.html>> Acesso: 09/04/18, às 13:50.

61 Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272252/ex-namorado-simulou-atropelamento-para-esconder-facadas-diz-delegada>> Acesso: 29/05/18, às 19:05.

neira semelhante ao crime anterior, pelo companheiro Samuel Lucas, que havia conhecido pela rede social, facebook.

De acordo com levantamento feito pelo Núcleo de Femicídios, incluindo o caso de Gisleide, já se somam 23 feminicídios no ano vigente⁶².

Ao término dessa análise foi instituído no Piauí, pelo governador do Estado, a data de 27 de maio como o *Dia Estadual de Combate ao Femicídio*.⁶³ Não é algo para ser comemorado, visto o número de mulheres assassinada por questões de gênero, menosprezo e/ou discriminação, mas um ato que visa reforçar a importância de se atuar na promoção da proteção da vida das mulheres. A data também faz referência à outra tragédia ocorrida no ano de 2015, na cidade de Castelo do Piauí, onde quatro jovens foram brutalmente estupradas e arremessadas do alto de um morro de cerca de 10 metros de altura, por um homem e quatro adolescentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números e casos relatados acima provocam um misto de sensações, compreendendo desde a impotência à necessidade por presenciar e vivenciar mudanças efetivas nesse cenário. Lutar contra um sistema cujas raízes estão fincadas no machismo é exaustivo, doloroso, mas necessário. Há vozes que precisam ser ouvidas, há vidas que devem ser valorizadas e acima de tudo, preservadas.

A igualdade de gênero é um princípio básico, constitucional. Deve ser zelado prioritariamente pelo Estado, o qual deve se responsabilizar pela criação e manutenção de políticas de caráter assistencial, protetivo e de produção de conhecimento, investindo-se, por exemplo, na capacitação de profissionais a fim de que a violência institucional seja potencialmente minimizada e que esses profissionais sejam mu-

⁶² Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272318/gisleide-alves-mais-uma-vitima-do-femicidio-ja-sao-23-assassinatos>> Acesso: 29/05/18, às 19:20.

⁶³ Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/273006/dia-de-combate-ao-femicidio-reforca-luta-contra-mortes-cruéis-de-mulheres> Acesso: 29/05/18, às 19:38.

nidos de sensibilidade e empatia ao acolher mulheres em situação de violência.

A imprensa, como um todo, também apresenta parcela de responsabilidade, especialmente por tender a tratar o feminicídio como um crime passional, reduzindo o peso social, cultural e histórico da violência. Portanto, há a necessidade de criar conteúdos e matérias mais técnica e contextualizadas, cujo compromisso seja informar e alertar, não transformar a dor de uma mulher em situação de violência ou de uma vítima cuja vida fora ceifada, tampouco de sua família, em puro sensacionalismo.

Portanto, o conhecimento é a base para difundir noções como respeito, responsabilidade e liberdade. Por outro lado, estudar a categoria gênero deve ir além do espaço acadêmico. Há um debate ferrenho sobre introduzir ou não o estudo de gênero nas escolas, onde os que se colocam contra evidenciam o predomínio da ignorância misturado a visões preconceituosas e limitadas.

Precisamos também educar crianças, homens e mulheres sobre a igualdade de gênero e direitos, a valorização do outro e o respeito às diferenças, para que possamos construir uma realidade mais justa e tolerante, para que a vida das mulheres não seja destruída pelo término de uma relação afetiva, nem pela negação de sua autonomia.

Dialogar com extremos é realmente uma tarefa árdua, complexa que exige esforço das instituições responsáveis e toda sociedade civil e de certo modo, empatia, pois, reforçando o que já fora afirmado, o conhecimento, por meio da Educação é o ponto de partida para as mudanças, é o pilar da transformação.

Além disso, é preciso vontade política dos nossos representantes, agilidade nos tramite jurídicos e a concretização do sentido de justiça, resposta às famílias das mulheres assassinadas são alternativas de mudanças para nossa realidade social. Portanto, lutar contra o feminicídio é munir a sociedade de modo que a luta por igualdade, não fique apenas nos discursos, mas que seja cada vez mais real e palpável.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LEI MARIA DA PENHA. Lei 13.340, de 7 de agosto de 2006.

_____, LEI DO FEMINICÍDIO. Lei 13.104, de 9 de março de 2015. FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Femicídio: Invisibilidade Mata. São Paulo, 2017.

LIMA, Francisco de Jesus. Mapa da Violência Contra a Mulher no Piauí. Banco de dados Leoneide Ferreira/Ipenha. Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar - NUPEVID/MP/PI, Teresina. 23 de fevereiro de 2018. 12 slides. Apresentação em Power-Point.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 83-103, outubro de 1995.

MOREIRA, V., BORIS, G. D. J., & VENÂNCIO, N. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. Psicologia & Sociedade, 23(2), 398-406, agosto de 2010.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. Gênero, Patriarcado e Violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____, Violência de Gênero: poder e impotência. Ed. Revinter, Rio de Janeiro, 1995.

_____, Contribuições feministas para o estudo de gênero. Cad. Pagu, Campinas, n.16, p. 115-136, 2001.

_____, Já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: Revista São Paulo em Perspectiva, n13, v4, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Traduzido pela SOS Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

WASELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil: 1ª ed, Brasília, 2015.

Sites Consultados:

CAPITÃO CONFESSA MORTE DA NAMORADA POR CIÚMES. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/31/capitao-da-pm-confessa-morte-de-namorada-por-ciumes-amiga-diz-que-ela-era-agredida-e-tinha-medo.htm>> Acesso em 09/04.

CICLODA VIOLÊNCIA. Disponível em: <<http://relogiosdaviolencia.com.br/ciclo-da-violencia>> Acesso em 26/03/18.

EX-NAMORADO SIMULOU ATROPELAMENTO PARA ESCONDER FACADAS, DIZ DELEGADA. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272252/ex-namorado-simulou-atropelamento-para-esconder-facadas-diz-delegada>> Acesso em 29/05.

GISLEIDE ALVES, MAIS UMA VÍTIMA DO FEMINICÍDIO; JÁ SÃO 23 ASSASSINATOS. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272318/gisleideal-vesmaisumavitima-do-feminicidio-ja-sao-23-assassinatos>> Acesso em 29/04.

IRMÃ DE IARLA LIMA É OUVIDA EM JULGAMENTO NO TRIBUNAL DO JÚRI. Disponível em: <<https://www.gp1.com.br/noticias/irma-de-iarla-lima-e-ouvida-em-julgamento-no-tribunal-do-juri-424265.html>> Acesso em 09/04/18.

PIAUÍ TEM A MAIOR TAXA DE FEMINICÍDIOS DO BRASIL, DIZ ANUÁRIO DE SEGURANÇA. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/piaui-tem-a-maior-taxa-de-feminicidio-do-brasil-diz-anuario-da-seguranca.ghtml>> Acesso em 04/04/18.

MULHER QUE FOI MORTA PELO ESPOSO ERA MANTIDA EM CÁRCERE PRIVADO. Disponível em: <<https://www.meionorte.com/blogs/bomdiameionort e/mulherque-foi-morta-pelo-esposo-era-mantida-em-carcere-privado-326256>> Acesso em 29/05.

PRISÕES E DESAFETOS: MULHERES/ MÃES E O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

*Luzia do Nascimento Santos*⁶⁴

*Carlhane Ribeiro de Oliveira Santos*⁶⁵

*Marcela Castro Barbosa*⁶⁶

RESUMO O Brasil ocupa a quarta posição mundial em encarceramento feminino ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China, Rússia (INFOPEN, 2017). O presente artigo visa vislumbrar sobre essa realidade, portanto apresenta-se como objetivo refletir a situação de mulheres/mães encarceradas e seus filhos no sistema penitenciário brasileiro. Pressupomos que a maioria das mulheres/mães e seus filho/as estão em condições inadequadas, além de não terem acesso a seus direitos e a dignidade humana. Como perspectiva metodológica utilizamos a pesquisa bibliográfica e eletrônica para refletimos o cenário das mulheres/mãe encarceradas. Essa discussão é necessária e inquietadora, pois envolver questões sociais, jurídicas e de políticas públicas.

Palavras-Chaves: Mulheres/mães. Maternidade. Sistema penitenciário.

64 Bacharel em Serviço Social, Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado-FAR. Pesquisadora/ colaborada do Núcleo de Pesquisa e Estudos Família e Diversidade-NEP.

65 Graduada em Serviço Social. Faculdade Ademar Rosado - FAR, Brasil. Pesquisadora colaborada do Núcleo de Pesquisa e Estudos Família e Diversidade – NEP.

66 Socióloga, Professora, Mestra em Sociologia/UFPI, linhas de gênero e gerações. Pesquisa violência de gênero/ violência contra mulher e família. Coordenadora e Pesquisadora do Observatório de Pesquisa Família e Diversidade NEP/FAR.

1 INTRODUÇÃO

*Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida e não desistir da luta, recomeçar
na derrota, renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos e ser otimista.*

Cora Coralina

O sistema penitenciário brasileiro apresenta uma realidade de complexa e preocupante em suas diferentes facetas, a maioria dos presídios brasileiros estão superlotados e apresentam péssimas infraestruturas aos encarcerado/as, em especial ao encarceramento feminino. Diante do contexto internacional, considerando 12 países com a maior população carcerária no mundo, o Brasil ocupa a quarta posição, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China, Rússia em relação à população absoluta de sua população feminina. (INFOPEN, 2017).

Ainda, conforme os dados supracitados, podemos afirmar que no Brasil existem mais de 42 mil mulheres privadas de liberdade nos estabelecimentos penais que compõem o sistema prisional estadual brasileiro. São 1.418 unidades prisionais, distribuídas entre estabelecimentos penais masculinos, femininos do sistema penitenciário estadual. As unidades que participaram do levantamento somam 27.029 vagas disponibilizadas para mulheres, o que compõe uma taxa de ocupação de 156,7% e um déficit global de 15.326 vagas, somente entre mulheres.

Além das condições apontadas há uma particularidade, a maioria das encarceradas são mulheres/mães. Segundo dados do Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, criado pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ⁷³, há 622 mulheres presas no Brasil estão grávidas ou são lactantes no Brasil. Essa realidade nos permite refletir sobre as condições impostas às mulheres/mães e a conseqüentemente dessa realidade a seus filho/as.

O presente artigo visa vislumbrar sobre essa realidade, portanto apresenta-se como objetivo refletir a situação de mulheres/mães encarceradas e seus filhos no sistema penitenciário brasileiro.

Pressupomos que a maioria das mulheres/mães e seus filho/as estão em condições inadequadas, além de não terem acesso a seus direitos e a dignidade humana.

Como perspectiva metodológica utilizamos a pesquisa bibliográfica e eletrônica para refletimos o cenário das mulheres/mãe encarceradas. Essa discussão é necessária e inquietadora, pois envolver questões sociais, jurídicas e de políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art. 5º garantias para as pessoas com privação de liberdade ao assegurar que homens e mulheres são iguais com mesmos direitos e obrigações, porém, referente à pena é objetiva em colocar sobre a separação do gênero e com o direito das mulheres privadas de liberdade a permanência junto ao filho/as na fase de amamentação, com a finalidade da defesa da maternidade e infância.

Em maio de 2018, o projeto de lei do senado - PLS 64/2018⁷⁴ foi aprovado e encaminhado à câmara dos deputados. A proposta permite que mulheres/mães presas e já condenadas na condição de gestante, com crianças de até 12 anos, ou responsáveis por pessoas com deficiência poderão trocar a prisão preventiva por prisão domiciliar. O projeto torna lei uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal – STF em 2016.

Além disso, o Brasil é signatário das Regras de Bangkok, documento proposto pela Assembleia Geral da ONU, que definiu diretrizes para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade. Esse mecanismo torna-se o principal marco normativo internacional a abordar essa realidade.

Além de recomendar com atenção específica enfatiza a questão do gênero em sua relação com o encarceramento feminino, considerando a execução penal e a medida não privativas de liberdade, ou seja, evitar a entrada de mulheres no sistema carcerário. Contudo, a execução das Regras de Bangkok no Brasil, apresenta-se de maneira muito acanhada.

2 MULHERES/MÃES E FILHOS ENTRE AS GRADES E OS VINCULOS AFETIVOS

Pensar a mulher dentro do sistema penitenciário brasileiro nos remete a algumas particularidades, dentre elas, o recorte de gênero, a gestação e a maternidade. É notória que a violência de gênero provocada por problemas sociais, distorções históricas e culturais vivenciadas por mulheres no mundo inteiro, independentemente da classe social, etnia, faixa etária, grau de instrução e orientação sexual, apresentando sequelas, como dano físico, moral, psicológico, medo, insegurança, perda da autoestima e até questões de ordem psíquica. Essa desigualdade de gênero, naturalizadas tendem a manter relações sociais de subordinação da mulher ao homem.

Nessa perspectiva, a categoria gênero nos auxilia compreender essa realidade, numa concepção histórica e relacional. O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais entre os sexos e também uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989).

Assim, é necessário compreender historicamente e socialmente as relações de gênero construídas sobre os atores sociais e na esfera prisional, também não é diferente. Portanto, as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente (SCOTT, 1994).

A realidade vivenciada pelas mulheres/mães encarceradas nos auxilia a perceber que no universo prisional existem relações de poderes exercidas cotidianamente manifestadas, nos discursos, nos gestos, na maternidade, na ausência de direitos, na penalidade, dentre outras características.

Portanto, Foucault (2014, p. 17) argumenta.

“O poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em lugar nenhum privilegiado ou exclusivo, mas se disse-

mina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação.

Diante disso, podemos perceber que as relações de poderes podem serem exercidas, desde uma estrutura macro, que envolver o sistema prisional feminino, as políticas públicas, os sistema de justiça criminal, as micro relações cotidianas do espaço prisional vivenciadas pelas mulheres/ mães com e/ou seus filho/as.

De fato, o espaço prisional é coercitivo, disciplinador e vigilante. Portanto, não é um universo diferenciado para mulheres/mães encarceradas pelo o contrário, elas enfrentam a mesma realidade, diferenciando de algumas particularidades, no tocante a maternidade, a permanência dos filho/as com as mães e/ou separação, aplicação da pena e/ou a prisão domiciliar. Essa é uma realidade que reflete sobre os corpos dos atores sociais até suas subjetividades perpassadas por leis e controle social.

As mulheres/mães encarceradas, além das dificuldades encontradas, também sofrem com estigma social, uma vez que a visão da mulher/mãe encarcerada na maioria das vezes é rotulada pela sociedade. Além disso, a ausência do companheiro, filho/as e familiares deixam marcas profundas, sentimentos de ausência familiar e afetiva. Neste caso, o apoio da família é essencial, mas não é uma realidade vivenciada por muitas mulheres/mães encarceradas.

A ausência dos laços afetivos e familiares fragiliza às mulheres/mães encarceradas, principalmente, quando a criança fica sob os cuidados de um parente próximo ou pessoa conhecida. Assim, as mulheres/mães passam a rever seus filhos/as nos dias de visitas. Outra situação entristecedora acontece quando os mulheres/mães são abandonados pelos companheiros, tendo que enfrentar toda essa complexidade sozinha guiada por sentimentos de angústia e privação de liberdade.

A lei nº 11.942/2009⁷⁵, Lei de Execução Penal garante às mulheres/mães presas e às recém-nascidas condições mínimas de assistência. Além disso, dá nova redação aos arts. 14 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Essa lei foi um importante marco ao assegurar

condições mínimas para mulheres/mães presas e seus filhos, inclusive dispondo um tempo mínimo de seis meses para a amamentação, e estabelecendo uma seção para gestantes e parturientes, bem como creche para crianças menores de sete anos desamparadas, cuja responsável esteja presa.

É importante destacar que meses depois, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP emitiu a Resolução nº 04, de 15 de julho de 2009, que reforça a importância do aleitamento materno, instruindo sobre a separação da criança da mãe, bem como dispondo de outras orientações. Além disso, Organização Mundial da Saúde⁷⁶ - OMS e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF apresentaram novas orientações sobre o aleitamento materno às unidades de saúde que prestam serviços de maternidade e para recém-nascido considerado que amamentação é necessária a todas as crianças nos primeiros dois anos de vida, esse mecanismo pode salvar a vida de mais de 820 mil crianças com menos de cinco anos todos os anos.

Portanto, o vínculo das mulheres/mães em situação de prisão juntos com seus filho/as e uma necessidade, não somente para uma questão de saúde pública e o bem estar da criança, mas também para uma questão afetiva. Por outro lado, o momento da separação entre as mulheres/mães encarceradas e seus filhos/as é muito dolorido para ambos. Em especial, quando a família não reivindica a guarda da criança, na maioria das vezes ela é entregue a uma instituição de acolhimento, para ser adotada por terceiros. Nesse caso, a separação é permeada de incertezas, dúvidas, tristezas, ansiedade, pois muitas mulheres/mães sabem que demorarão reencontrar seus filho/as e/ou talvez nunca a vejam.

Contudo, conquistas já foram alcançadas para melhorias da efetivação do direito às mulheres/mães encarceradas e sua convivência com seus filho/as, mas é uma realidade que precisa ser avançada para garantir o vínculo entre as encarceradas e seus filho/as, principalmente na fase inicial da vida. Em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal - STF⁷⁷ decidiu que mulheres grávidas e mães de crianças de até 12 anos, que estejam em prisão provisória, ou seja, que não foram

condenadas terá o direito de deixar a cadeia e ficar em prisão domiciliar até seu caso ser julgado. Mas não é uma realidade que contempla todas as mulheres/mães encarceradas no sistema penitenciário feminino.

Diante dessa realidade, dois episódios são merecedores de atenção fatos que demonstraram desigualdade de gênero, classes sociais e ausência de direitos. Segundo, o portal O Globo⁷⁸, foi autorizado em março de 2017 à prisão domiciliar a ex - primeira dama da cidade do Rio de Janeiro, Adriana Ancelmo, para cuidar dos filhos de 11 e 14 anos. Em particular percebe-se que na penitenciária feminino, há muitas mulheres em situações semelhantes à ex- primeira dama, mas que continuam na cadeia sem seus filho/as. Por tanto, a lei acaba não chegando para todas as mulheres/mães encarceradas gerando situações de injustiça e contratos sociais.

A segunda situação, também proporcionou um debate nacional sobre a questão da prisão domiciliar. Conforme informações do portal Estadão⁷⁹, uma jovem de 24 anos que fora detida por tráfico de drogas, saiu para dar à luz em um hospital, retornou dois dias depois com o bebê recém- nascido, para mesma cela de dois metros que estava. Assim permanecendo por mais dois dias, quando foi transferida para a Penitenciária Feminina de Santana, na zona norte de São Paulo, dias depois ocorreu sua liberação, após o pedido de habeas corpus ser aceito pelo juiz da 10ª Câmara de Direito Criminal, que a considerou como ré primária, amparada legalmente pela lei.

Diante das distorções apresentadas, em 2014 na Penitenciária Feminina de Teresina- PI foram identificadas mulheres/mães e crianças nas celas em situações inadequadas. Segundo o portal G1⁸⁰, a denúncia foi perpetrada pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários do Piauí – SINPOLJUSPI, vídeos e fotos mostram bebês dividindo celas da penitenciária com as mulheres/mães presas, as crianças encontravam-se em locais, úmidos e com pouca ventilação. Ainda, conforme a denúncia, o presidente do sindicato afirma que o presídio não havia berçário e alojamento adequado para receber as detentas e seus filho/as. Além disso, no presídio, também não havia médicos ginecologistas, pediatras e nem espaço adequado para as crianças brincarem.

As denúncias foram rebatidas pela administração da penitenciária feminina que lançaram uma nota contestando a denúncia. O certo que as dificuldades e as péssimas condições são existentes e a pouca fiscalização dos órgãos competentes, sobre a situação das mulheres em privação de liberdade e seus filhos/as é outra realidade que precisa ser transformada.

O Portal Cidade Verde⁸¹, traça o perfil das mulheres encarceradas no Piauí. Conforme o portal, 80% das mulheres presas são mães, negras, chefe de famílias, possuem baixa escolaridade e condições financeiras precárias. Geralmente, as mulheres/mães são presas por conta dos companheiros, que posteriormente passam a abandoná-las e quase 60% das presidiárias do Piauí cumprem pena pelo envolvimento com o comércio de entorpecentes. A média das penas estão entre 4 a 8 anos e são consideradas mulheres jovens com idade entre 20 a 35 anos.

O cenário do presídio feminino no Piauí apresenta particularidades significativas. Ainda conforme, o portal mencionado há cinco anos, não existe registro de fugas entre as detentas, a última que havia fugido retornou arrependida, a taxa de reincidência nos crimes entre é praticamente zero e há cerca de dois anos não há registro de montim. É um cenário que se difere completamente das práticas exercidas no presídio masculino, quando relacionado ao comportamento das mulheres em privação de liberdade e os crimes cometidos.

A diretora da Penitenciária Feminina de Teresina explica que a situação de vulnerabilidade vivida pelas mulheres na periferia é determinante para que elas busquem nos roubos e no tráfico a possibilidade de mudança da vida. A afirmação refleti uma realidade social excludente, em que as os atores sociais buscam alternativas de alto risco para sustento da família, em especial quando os companheiros são presos e elas passam a ser responsável pelo comando do tráfico.

Essa é uma realidade vivenciada por muitas mulheres encarceradas no Brasil, muitas tem que conviver com a penalidade, a dinâmica instituída pelo sistema penitenciário e a presença ou não dos filho/as. Conforme dados produzidos pela FIOCRUZ⁸², uma em cada três mu-

lheres grávidas em presídios do país foram obrigadas a usarem algemas na internação para o parto, mais da metade não tiveram consultadas do pré-natal adequado. Além disso, o estudo indica que 83% das presas têm pelo menos um filho e 31% delas são chefes de família e os principais motivos que levaram as mulheres à prisão foram: tráfico de drogas (68%) e contra o patrimônio (9%), estelionato e roubo e somente 7% das presas haviam cometido homicídio ou latrocínio. Durante a investigação foram ouvidas 241 mulheres/mães, sendo que 45% delas têm menos de 25 anos, 57% são de cor parda e 53% têm menos de oito anos de estudo.

De fato, o cenário é assustador e preocupante, tanto pela condição das mulheres/ mães encarceradas, quanto dos seus filhos/as menores, haja vista que os dois precisam ter suas dignidades respeitadas e condições favoráveis para o cumprimento da lei. É necessário enfatizar que a criança e os adolescentes, desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA passam a serem visto como sujeitos de direitos. Além disso, há Lei nº 13.257/2016⁸³, dispões sobre as políticas públicas para primeira infância, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, alterou o ECA o Código de Processo Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ainda, conforme a lei 13.257/2016, seu art. 41 §4º, IV determina que.

“ Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa. (NR)

“Art. 318.....

IV - gestante;

IV - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

V - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Como resultado, a lei garante a permanência das mulheres/mães e seus filhos mesmo em situação de prisão, variando conforme a particularidade de cada caso. Mas na realidade não acontece de forma coerente a todas as mulheres/mães encarceradas. Portanto, a garantia desses direitos precisa chegar às todas as mulheres/mães em privação de liberdade, em especial, às mulheres/mães oriundas das camadas populares, muitas vezes desconhecem o direito que possuem. Essas circunstâncias representam apenas um detalhe da realidade social do sistema penitenciário feminino.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as mulheres/mães encarceradas e seus filho/as encontram-se em condições de vulnerabilidade social complexa, que permeia desde as condições sociais até ao sistema de justiça criminal. Destacamos a existência de direitos que garantem a presença das mulheres/mãe em privação de liberdade com seus filho/as, mas percebemos contradições durante a aplicabilidade da lei, no que tange as questões de gênero, classe sociais, justiça e políticas públicas. Diante desse cenário, ainda é perceptível uma dificuldade de encontrar dados recentes sobre sistema penitenciário feminino. Além disso, as mulheres/mães encarceradas precisam sair da invisibilidade, a violência instrucional sofrida por elas, não deve ser um mecanismo punitivo, haja vista que já estão cumpridos com sua penalidade. Portanto discutir essa problemática é desafiadora, delicada e dinâmica, que necessita ser contextualizada e problematizada, no que tange aos aspectos econômico, sociais, político e de gênero. É importante descartamos que as mulheres/mães encarceradas precisam da garantia dos seus direitos, no que consiste a convivência com os filho/as menores, mas não exclui o direito de cumprir com sua penalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

_____. Levantamento Nacional Penitenciário INFOPEN/Mulheres - 2ª edição. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

CERNEKA, Heidi Ann. Regras de Bangkok – está na hora de fazê-las valer! Jun 27, 2013. Disponível em: <<http://ittc.org.br/regras-de-bangkok-esta-na-hora-de-faze-las-valer/>>. Acesso em: 04. maio. 2018.

FOUCAULT, Michael. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. 28ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS/CORPO, 1989.

_____. Prefácio a “gender and politics of history”. Caderno Pagu, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

AUTORES/AS E SUAS TRAJETÓRIAS

-- ALINNE MENESES DA ROCHA --

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí- UFPI. Especializanda em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais pela Faculdade Ademar Rosado- FAR. É pesquisadora/colaborada do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade – NEP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2984060950473795>



-- ANA CAROLINE SOARES MESQUITA --

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Atualmente, é pesquisadora/colaborada do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade - NEP especializada em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais, pela Faculdade Ademar Rosado- FAR. Ainda na graduação, durante a disciplina Oficina II – Pesquisas em Vivência e Extensão – descobriu afinidade com a temática do gênero, especificamente com a problemática de violência contra a mulher.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/133201067921386>



-- ARTHUR SOARES NUNES --

Acadêmico do Curso de Medicina da UFPI/
CMRV; Vice Presidente da Liga Acadêmica
de Medicina Intensiva do Delta do Parnaíba
-LAMPI



**-- CARLIANE RIBEIRO DE OLIVEIRA
SANTOS --**

Graduanda em Serviço Social. Faculdade
Adelmar Rosado - FAR, Brasil. Pesquisado-
ra colaborada do Núcleo de Pesquisa e Es-
tudos Família e Diversidade – NEP.

Lattes <http://lattes.cnpq.br/9646445389975188>



-- CRISTIANI FÉLIX DE SOUSA --

Bacharel em Serviço Social pela Faculdade do Piauí – FAPI, Especialista em Elaboração e Gestão de Projetos Sociais pela Faculdade Ademar Rosado - FAR. Possui experiência na área de Serviço Social. Atualmente é pesquisadora/ colaboradora do Núcleo de Pesquisa e Estudos Família e Diversidade- NEP/FAR

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9511912072559369>



**-- PAULO DE TARSO XAVIER
SOUSA JUNIOR --**

Graduando em Psicologia pela Faculdade Integral Diferencial - Facid | Wyden, vice-presidente da Liga Acadêmica Comportamental do Piauí (LACOM-PI), membro do Conselho Regional de Psicologia Junior (CRP-Júnior), da Liga LGBT da Universidade Estadual do Piauí-UESPI e do Grupo de Estudos Psicologia e Processos Educacionais da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E pesquisador/colaborador do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade – NEP/FAR.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1650628197467367>



-- DEUSIANE DE SOUSA LIMA MARQUES --

Bacharel em Serviço Social pela Faculdade do Piauí – FAPI. Possui experiência nas linhas de adoção, família e políticas públicas. Atualmente é pesquisadora e Diretora Executiva do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade- NEP/FAR.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1758439230146405>



-- GEOVANI JACÓ DE FREITAS --

Graduado em Letras pela Universidade Regional do Nordeste – URNE, Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. É professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará – UECE nos cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS/UECE). É coordenador do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e da Violência – COVIO/UECE, pesquisador associado do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética – LABVIDA/UECE. Tem pesquisado temas relacionados à cidade, juventudes, violência urbana e segurança pública.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5060703559262291>



-- FABRÍCIO CÉSAR MOURA BARBOSA --

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí – UFPI(2000). Docente do curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade do Piauí – FAPI e nos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Ademar Rosad – FAR. Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS- PI (2017-2018); Pesquisador e Diretor Geral do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade – NEP e coordenador do Observatório Família e Diversidade. Tem experiência na área de Serviço Social e Psicopedagogia Clínica e Institucional, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência social, psicopedagogia, inclusão, saúde mental, intervenção, acolhimento familiar, paternidade, sexualidade, diversidade, adoção e cidadania. Atualmente realiza o curso de Gastronomia pela Faculdade FADIC/WYDEN. Organizador do E- book. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3808428969866317>



-- MARIA VILANI SOARES --

Doutora e Mestre em Linguística (UFC), graduada em Letras e Especialista em Língua Portuguesa (UFPI). Atualmente é professora adjunto do (UFPI/CCE/DMTE). Coordenadora do Projeto de Extensão (UFPI/PREX) intitulado “Laboratório de Produção Textual” e do Núcleo de Estudos em Refacção Textual (NERT/PIBIC/UFPI/2017/2018). Experiência como Coordenadora do Curso de Letras (CSHNB) onde coordenou o Projeto: “Um estudo da reescrita e de seu impacto na qualidade textual” (FAPEPI/UFPI). Possui experiência na área de Educação e Representação Social, Linguística Cognitiva e Metacognitiva; Formação de Professores e Métodos e Técnicas da Pesquisa Científica. *Organizadora do E-book*. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9439378420697843>



-- RAFAEL FERRO MOURA --

Acadêmico de Psicologia da Univesidade Estadual do Piauí – UESPI ; Membro do Laboratório de Psicanálise da UESPI; Estagiário do GAV - Grupo de Amigos da Vida. Atua na Comunicação Terapêutica Casa de Ester.



-- LAYENE RAFAELA ANDRADE ABREU --

Bacharel em Serviço Social pela Faculdade do Piauí - FAPI. Possui experiência nas linhas de Adoção. Atualmente pesquisa às linhas de Sistema de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente, Violência Urbana, Cárcere e Juventude. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6965132980815531>



-- LUCIANY ROSADO LEITÃO BRAGA --

Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado- FAR, graduação em Direito – UNINOVAFAPI. Especialista em Docência do Ensino Superior/FAAA e Especialista em Psicologia Organizacional/ FACID Atualmente é professora da Faculdade Ademar Rosado- FAR, curso Serviço Social. Tem experiência na área de Serviço Social e Educação. É pesquisadora e Diretora de Programas e Projetos do Núcleo de Pesquisa Família e Diversidade. Organizadora do E-book.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6222624266051235>



-- LUZIA DO NASCIMENTO SANTOS --

Bacharel em Serviço Social, pela Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI. Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado- FAR. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas. É pesquisadora/ colaborada do Núcleo de Pesquisa e Estudos Família e Diversidade-NEP/FAR. Atualmente é Assistente Social da Prefeitura Municipal de Pau´Darco do Piauí.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3279031059340693>



**-- FRANCISCO RÔMULO DO
NASCIMENTO SILVA --**

Graduado em Comunicação Social- Jornalismo - Estácio FIC. Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, bolsista da CAPES e integrante do Núcleo de Estudos sobre Conflitualidade e Violência (COVIO) da UECE e pesquisa Movimentos de Juventudes, Direitos Humanos e Conflitualidades.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9301842806146921>



-- MARÍLIA PEREIRA LIMA --

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI - PPGED. É especialista em Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Piauí (2003). Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras-Ingês pela Universidade Estadual do Piauí (1998), Bacharelado em Direito pela Faculdade Santo Agostinho. Atualmente é docente do Instituto de Educação Antonino Freire e atua como assistente administrativo na ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFPI.



-- MÁRCIO KLEBER MORAIS PESSOA --

Graduado em Ciências Sociais, modalidade bacharelado Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Especialista em Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.- UFC. Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. É professor de Sociologia da Rede Estadual de Ensino do Ceará.



-- MARCONDES BRITO DA COSTA --



Bacharel em Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), Mestre em Políticas Públicas, ambos pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia, com ênfase em juventudes, culturas, identidades, violência, tráfico de drogas,

desenvolvimento comunitário, desenvolvimento sustentável, gestão de projetos sociais e capacitações de recursos, comitês gestores, políticas públicas e mediação de conflitos. É professor efetivo do Instituto Federal de Educação do Piauí -IFPI. É pesquisador/colaborador e Diretor Pedagógico e Cultural do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade – NEP/ FAR e coordena o Observatório Família e Diversidade; pesquisador/ colaborador do Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre Criança e o Adolescente- NUPEC/UFPI e integrante do Núcleo de Estudos sobre Conflitualidade e Violência (COVIO) da UECE. *Organizador do E-book*. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2067733806855176>

-- MARCELA CASTRO BARBOSA --

Bacharel em Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) e licenciada em Ciências Sociais/ Sociologia pela UFPI. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, linha de pesquisa - Gênero e Gerações, bolsista da CAPES. Atua na área de licenciatura em Sociologia no Ensino Médio e Ensino Superior. Possui experiência na área e temas de Sociologia, Antropologia, Educação, Infância, Juventude e Religiosidade, Projetos Sociais e Desenvolvimento Comunitário. Atualmente estuda e pesquisa às linhas de gênero, violência de gênero/ violência contra mulher e família. É pesquisadora e Diretora Pedagógica e Cultural do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade – NEP/ FAR e coordena o Observatório Família e Diversidade. Pesquisadora/ colaboradora do Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre Criança e o Adolescente- NUPEC/UFPI. Atuam em projetos e ações em Defesa dos Direitos das Mulheres. *Organizadora do E-book.*

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5714592756053078>



-- SANDRA RÉGIA DE SOUSA SILVA --

Bacharel em Serviço Social, Especialista em Planejamento e Gestão de Programas e Projetos Sociais, ambas pelo Instituto Camilo Filho – ICF. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em mobilização comunitária e saneamento básico. É pesquisadora e Diretora Financeira do Núcleo de Estudos e Pesquisa Família e Diversidade-NEP/FAR.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3524462597437267t>



O livro apresenta uma coletânea de artigos realizada por diferentes pesquisadores/as com o intuito de socializar temas complexos e relevantes, dentre eles: educação, família, diversidade, masculinidade, paternidade, adoção, violência urbana e de gênero relacionados à sociedade piauiense e cearense, e à sociedade brasileira como o intuito de provocar os leitores.

ISBN: 978-85-509-0401-6



9 788550 904016